



pré-história gestos intemporais

À primeira vista, o Baixo Côa distingue-se sobretudo pelo carácter *sui generis* e quase único dos seus sítios pré-históricos. Contudo, uma análise historiográfica mais penetrante, revela-nos também que, para além dos “lugares” arqueológicos de especial relevância patrimonial, este território caracteriza-se de igual modo pela original abordagem e interpretação de alguns desses sítios por parte dos investigadores que aqui trabalham, e pelo impacto que as suas interpretações tiveram e têm nos discursos em torno da Pré-história peninsular e mesmo europeia.

01

pré-história gestos intemporais

**III congresso
de arqueologia**
trás-os-montes,
alto douro
e beira interior

actas das sessões

entidades organizadoras do congresso:



Centro Nacional de Arte Rupestre



Parque
Arqueológico
Vale do Côa

entidades financiadoras da edição:



COMISSÃO DE
COORDENAÇÃO DA
REGIÃO CENTRO



PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO



Governo da
República Portuguesa



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional



01

pré-história
gestos intemporais

**III congresso
de arqueologia**
trás-os-montes,
alto douro
e beira interior

actas das sessões

Índice

- 04 **prefácio**
Emílio António Pessoa Mesquita
- 05 **introdução**
André Tomás Santos, Jorge Sampaio e João Muralha
- 07 acta 1
Fariseu - Cronologia e interpretação funcional do sítio
Thierry Aubry e Jorge Sampaio
- 31 acta 2
Fauna mamalógica do sítio do Fariseu
Sónia Marques Gabriel
- 38 acta 3
Estruturação simbólica da arte Gravetto-Solutrense em torno do monte do Fariseu (Vale do Côa)
António Martinho Baptista, André Tomás Santos e Dalila Correia
- 62 acta 4
Prospecção da Arte Rupestre na Foz do Côa. Da iconografia do Paleolítico superior à do nosso tempo, com passagem pela IIª Idade do Ferro.
António Martinho Baptista e Mário Reis
- 96 acta 5
Indicadores paleoambientais e estratégias de subsistência no sítio pré-histórico do Prazo (Freixo de Numão - Vila Nova de Foz Côa - Norte de Portugal)
Sérgio Monteiro-Rodrigues, Isabel Figueiral e José António López Sáez
- 120 acta 6
Uma história de dois vizinhos ao longo de 17 anos: Castelo Velho e Castanheiro do Vento (1989 - 2006)
Lídia Baptista, Sérgio Gomes, Susana Oliveira Jorge, Vítor Oliveira Jorge, João Muralha, Lurdes Oliveira, Leonor Sousa Pereira, Ana Margarida Vale, Gonçalo Coelho e Alexandra Vieira
- 136 acta 7
A Quinta das Rosas (Fornos de Algores): expressão de matrizes prévias do povoamento da Pré-História Recente durante o Bronze Final
António Carlos Valera
- 151 acta 8
Novos contributos para o estudo da arte rupestre na bacia do Baixo Paiva
Sofia Figueiredo e Manuel Valério Soares de Figueiredo

prefácio

Emílio António Pessoa Mesquita
(Presidente da Câmara Municipal)

Antes de mais quero aqui referir que muito me apraz o facto de a Arqueologia ter no nosso País, no decurso dos últimos anos, saído de um quase casulo, só acessível a alguns eruditos, e conquistado um grande número de pessoas, seja de entre académicos e população escolar, seja entre os cidadãos em geral. Ao mesmo tempo alcançou um papel relevante (que não tinha) no âmbito das políticas actuais - começando a ser assumida como factor não apenas cultural, mas como elemento importante do próprio desenvolvimento sócio-económico. Mais me orgulha constatar que essa importância se alcançou em grande medida devido ao movimento que se gerou à volta da descoberta das Gravuras do Côa. Honra seja feita aos nossos arqueólogos, que tenho para mim como dos melhores, e honra a todos os cidadãos que participaram de um lado e do outro na polémica – que foi determinante para colocar no lugar merecido a importância do património arqueológico e da memória colectiva que ele encerra. Agora há que olhar para esse património com a noção clara de que tão grande riqueza (não só no Vale do Côa, naturalmente) tem de produzir frutos e não servir apenas de deleite científico - cultural.

Admitamos que aos arqueólogos cabe sobretudo o papel da investigação e de pugnar pela sua preservação; e que a outras entidades cabe o papel de o valorizar e promover, como forma de desenvolvimento das respectivas regiões. Ainda que assim fosse, o certo é que só da comunhão de esforços pode realmente sair algo de substancial, em que se estimule o lado da Ciência e esta se projecte de mãos dadas com a Economia. Não são, em especial, os sistemas económicos que sobressaem em toda a investigação que se efectua mesmo sobre os períodos mais remotos?

Os 4 volumes das Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, cuja publicação se inicia com este volume I, têm como subtítulo “Gestos Intemporais”, “Ver e Conservar”, “Guerreiros e Colonizadores” e “Ambientes e Musealização”. Falta um Volume V, que gostaríamos que saísse do próximo Congresso: “Arqueologia, Turismo e Desenvolvimento Sustentado” – fica o desafio!

No entretanto, deixo aqui o meu grande reconhecimento e o meu obrigado a todos quantos têm contribuído de forma tão determinante para a valorização do nosso património, ao mesmo tempo que, de forma tão generosa, têm partilhado connosco o seu saber. A construção do Museu do Côa é, no imediato, o melhor prémio para o esforço de todos.

Obrigado também àqueles que trabalham ou trabalharam para que o mesmo seja, muito em breve, uma realidade. E um especial agradecimento à Sra Dra Isabel Pires de Lima, ex-Ministra da Cultura, que se empenhou neste projecto talvez mais do que em nenhum outro.

Obrigado aos srs congressistas e aos organizadores do Congresso. E, para estes, ainda um último desafio, porque está na hora de um novo salto: - Para quando um Congresso Internacional de Arqueologia nesta Região?

Vila Nova de Foz Côa, Janeiro 2008

À primeira vista, o concelho de Vila Nova de Foz Côa distingue-se sobretudo pelo carácter *sui generis* e quase único dos seus sítios pré-históricos. Contudo, uma análise historiográfica mais contundente revela-nos também que para além dos “lugares” ou sítios arqueológicos de especial relevância patrimonial, este território caracteriza-se de igual modo pela abordagem e interpretação de alguns desses sítios por parte dos investigadores que aqui trabalham e pelo impacto que essas mesmas interpretações tiveram e têm nos discursos em torno da Pré-história peninsular e mesmo europeia.

Assim, a arte paleolítica em gruta talvez não tenha passado de um epifenómeno num contexto em que as grafias ao ar livre seriam mais usuais...

Assim, a neolitização do interior peninsular talvez não se tenha dado ao longo de um tempo muito longo e através da chegada de novas comunidades a uma região entretanto despovoada...

Assim, os recintos murados do III e II milénios AC talvez não possam ser entendidos como meras fortificações...

Todas estas hipóteses foram levantadas porque muito se investiu em sítios que se revelaram como especiais. Neste sentido, procurámos que nesta sessão se debatessem, a partir da escala do “lugar”, alguns dos problemas com que a Pré-história se defronta.

Ao elaborarmos esta introdução não podemos deixar de nos congratular pelos resultados obtidos. Na sessão que nos ocupa os “lugares” são o problema e cerne de contendas, que a serem de âmbito científico e intelectualmente sérias, desejamos serem acesas, mas também bases sólidas de novos discursos. De relance olhemos então o que estes sítios têm para nos dizer (ou o que através deles, nos arriscamos a elocubrar).

Thierry Aubry e Jorge Sampaio apresentam-nos os novos dados resultantes dos trabalhos de escavação do Fariseu. Releve-se a publicação de novas datas absolutas e dados paleoambientais ao nível da Arqueozoologia (assunto posteriormente desenvolvido por Sónia Gabriel), o que muito contribuirá para a caracterização dos últimos momentos do Tardiglacial no interior peninsular. Ressalte-se também o aparecimento de cerca de 50 placas gravadas em camada datada por métodos absolutos. Este dado, aliado ao facto de se possuir já um *terminus post quem* para a gravação de um painel estilisticamente diferenciável da arte móvel, permite-nos afinar a caracterização crono-estilística da arte do Côa e olhar de uma forma mais crítica as actuais propostas cronológicas da arte paleolítica mesetenha. Por outro lado, as próprias características tecno-tipológicas dessa mesma arte móvel tornam este sítio particularmente relevante para a discussão da problemática do actualmente muito referido “estilo V”.

O texto de Sónia Gabriel incide sobre a identificação faunística do espólio osteológico da camada 4 do Fariseu (o maior conjunto português conservado ao ar livre). Para além do evidente contributo para a caracterização paleoambiental da Meseta peninsular, releve-se o facto de, pela primeira vez, se poder relacionar a fauna exumada com a representada nos painéis historiados. Refira-se ainda que a identificação do sável permitiu inferir que pelo menos durante a Primavera o sítio se encontraria ocupado.

O texto de António Martinho Baptista, André Tomás Santos e Dalila Correia recupera a análise hermenêutica-fenomenológica iniciada no ano anterior em relação à área Penascosa/Quinta da Barca, desta vez sobre as estações em torno do sopé do monte do Fariseu. Releve-se o fortalecimento da ideia de uma organização espacial do santuário e da interligação entre os

introdução

André Tomás Santos, Jorge Sampaio
e João Muralha

diversos sítios que o compõem durante a fase arcaica de gravação. Poderá este ser o ponto de partida para que se comecem a estudar as restantes estações da Meseta numa perspectiva relacional e assim inferir-se possíveis modelos semiótico-semânticos regionais, tais como os que foram propostos para outras zonas artísticas do paleolítico europeu.

Quanto ao trabalho de António Martinho Baptista e Mário Reis, destaque-se o número impressionante de novos achados numa área tão restrita como é a Foz do Côa. Os trabalhos de prospecção sistemática aí realizados demonstram-nos bem a complexidade de tal tarefa, só comparável à inegável necessidade da mesma. Por outro lado, este texto alerta-nos ainda para as potenciais destruições que aí terão ocorrido, fruto da antropização do sítio ao longo dos milénios e em particular dos últimos dois séculos. Os próprios resultados aqui expostos constituem sólido argumento para que os trabalhos aqui realizados possam ser encarados como referenciais de futuras acções de prospecção de arte rupestre em sítios com as mesmas características geomorfológicas.

Já o texto de Sérgio Monteiro-Rodrigues, Isabel Figueiral e José António López Sáez é um excelente contributo para a discussão da neolitização do interior peninsular. Neste trabalho sai reforçada a importância dos estudos paleoambientais para a resolução de problemas que à partida, serão apenas de carácter sócio-económico. Será de sublinhar o facto dos dados aqui apresentados robustecerem a ideia de que as comunidades do Neolítico Antigo regional não seriam essencialmente produtoras, mas antes viviam assentes num regime de caça-recoleção. Por outro lado, as datas referidas neste mesmo texto, e tal como havia sido já dito pelo primeiro dos autores num outro sítio, atestam a presença de população na região durante o Mesolítico.

No texto seguinte Lídia Baptista e restantes autores reflectem sobre o conceito de arquitectura em tempos pré-históricos (neste caso concreto, durante o III e II milénios AC) e sobre as formas como as estruturas que as compõem terão sido manipuladas e vividas pelas populações coevas. A arquitectura é aqui considerada não como mero cenário passivo mas de forma activa ela é vista como autora/propiciadora/reforçadora de identidades, coesões sociais, cosmogonias. Como base de reflexão encontramos dois sítios idiossincráticos da região: Castelo Velho e Castanheiro do Vento, nas palavras dos autores – colinas monumentalizadas.

António Valera, continuando fiel ao paradigma que subjaz à sessão, a partir de um sítio por si escavado (Quinta das Rosas) apresenta-nos uma interessante discussão em torno do abandono dos sítios. Como o autor refere, este abandono não é definitivo e absoluto. Partindo de uma série de outros dados, que só uma análise superficial denominaria de soltos, procura expor-nos a forma como os restos materiais e imateriais (nomeadamente através da memória) de sítios mais antigos seriam vistos e vividos pelas comunidades dos finais da Idade do Bronze na Bacia do Mondego, desempenhando assim um importante papel na rede de povoamento coeva.

Finalmente, Sofia Figueiredo e Manuel Valério Soares de Figueiredo dão-nos a conhecer novas e importantes estações de arte rupestre da Bacia do Paiva. Trata-se de um importante contributo para o conhecimento dos petróglifos da Beira Alta. Não se ficando tal texto pela apresentação das estações, os autores procuram desconstruir e reordenar o já muito abrangente grupo de estações onde a incisão é maioritária na gravação dos motivos aí presentes.

Feita esta pequena resenha, esperamos agora que o leitor julgue por si a sessão que aqui apresentamos, e que com ela desfrute pelo menos tanto como nós a organizá-la.

Resumo

O sítio do Fariseu corresponde a uma reentrância na base da vertente que marca o limite da praia aluvial dum meandro do rio Côa, actualmente submerso pela albufeira da barragem do Pocinho. Dois abaixamentos temporários do nível da água desta represa sobre o Douro (que influencia os 8 últimos quilómetros do Côa) em 1999 e 2005, permitiram realizar sondagens em terrenos normalmente submersos. A intervenção inicial permitiu, pela primeira vez, a observação duma superfície rochosa profusamente gravada, recoberta por uma sequência de depósitos que continham vestígios atribuíveis tecno-tipologicamente ao Paleolítico superior. As datas obtidas pelo processo TL confirmaram tal atribuição, testemunhando a frequência humana do sítio entre 18.400 e 11000 B.P.

O estudo geológico dos sedimentos, a posição e sobreposição das gravuras recobertas por depósitos aluviais indicam um *terminus ante quem* de 15.000 BP para a realização das manifestação gráficas deste painel.

A intervenção efectuada em 2005 permitiu precisar o referencial estilístico regional esboçado em 1999 com a descoberta de fragmentos de paredes com impactos isolados nos níveis da base da sequência. Tal facto permitiu recuar a data mínima de 15000 anos, definida anteriormente, para a gravação da superfície rochosa e a descoberta de novos vestígios de arte móvel (mais de 50 plaquetas) localizados na totalidade da espessura da unidade 4. A conservação de restos de fauna nesta mesma unidade, localizada num depósito aluvial e só numa das duas áreas escavadas do sítio, forneceu dados únicos para reconstituir a fauna caçada e a sazonalidade de captura dos peixes, para o fim do último Pleniglacial do interior peninsular. O resultado de uma datação por radiocarbono sobre um dos ossos recolhidos permitiu confirmar a fiabilidade dos resultados obtidos pelo processo TL e precisar a cronologia da ocupação do Magdalenense final que corresponde à rica actividade artística sobre suporte móvel. As matérias-primas, cadeias operatórias e os objectivos da produção da indústria em pedra lascada recolhida no sítio do Fariseu são semelhantes aos conjuntos de outros sítios da região.

palavras-chave: Arte rupestre; Paleolítico superior; Cronologia; Placas decoradas; Restos de fauna.

O sítio de Fariseu localiza-se na margem esquerda do Rio Côa, a cerca de 5 quilómetros da sua confluência com o Douro, a meia distância entre os conjuntos de gravuras de Piscos, a montante, e de Vale da Figueira a jusante. O sítio corresponde a uma reentrância na vertente de cerca de 45° de inclinação, no limite do domínio aluvial (fig. 1).

A existência do sítio arqueológico é conhecida deste 1995, onde as prospecções efectuadas a partir dum barco durante a campanha de levantamento das gravuras da Canada do Inferno evidenciaram duas rochas gravadas que foram incluídas, com a denominação “conjunto de gravuras do Fariseu”, na lista dos sítios que constam no processo de classificação dos sítios de arte do Vale do Côa (Zilhão, 1997).

O abaixamento do nível da água da albufeira do Pocinho, iniciado na primeira semana de Dezembro de 1999, com o objectivo de proceder a obras na ponte internacional de Barca d’Alva, atingiu a cota mais baixa no dia 5. Aproveitando esta oportunidade, foi decidido encetar, de forma célere, uma verificação dos terrenos normalmente submersos por aquela

acta 1

Fariseu: cronologia e interpretação funcional do sítio

Thierry Aubry e Jorge Sampaio
(IGESPAR, I.P.Parque Arqueológico do Vale do Côa.)

O sítio e os trabalhos realizados em 1999

acumulação artificial de água. A análise da topografia da vertente, bem como a morfologia do meandro e as marcas de erosão preferencial na margem direita do Côa (oposta ao sítio), autorizaram uma primeira abordagem arqueológica do sítio, com base na realização de uma sondagem. O sector daquela unidade geomorfológica escolhido para intervenção situava-se próximo duma figura picotada que representa uma *cabra pirenaica*, detectada durante a referida campanha de 1995 e classificada sob a terminologia de *rocha nº1*.

Esta primeira sondagem permitiu, como se havia preconizado pelas indicações acima referidas, a exumação dos primeiros vestígios de pedra lascada no sítio. Por conseguinte os trabalhos foram ampliados para montante, onde a topografia actual distava menos de 10 cm do topo duma rocha gravada. O prosseguimento dos trabalhos permitiu observar, sob uma espessa camada de sedimentos recentes depositados em momentos posteriores à construção da barragem do Pocinho (UE 1), um conjunto de camadas arqueológicas que ocultavam um painel historiado disposto verticalmente e com as seguintes medidas: quatro metros de largura por dois de altura (Aubry e Baptista, 2000). Este suporte xistoso encontrava-se intensamente ornamentado (84 figuras gravadas, sobrepostas e com os traços não patinados), tendo sido levado a cabo o seu registo pelos técnicos do Centro Nacional de Arte Rupestre (Baptista, 2001). A frescura dos traços, de cor clara, contrastando com o fundo cinzento-escuro da rocha que aparecia sob os sedimentos, e a notável profusão de figuras eram complementadas por novidades ao nível do bestiário, como o surgimento da camurça e de auroques machos (Aubry e Baptista, 2000).

No nível de topo da UE 4 (UE4a), que cobria dois terços da superfície gravada do painel, foi identificada uma ponta de dorso curvo idêntica às encontradas em outros sítios finimagdalenenses do Vale do Côa e do Centro de Portugal (Aubry, 2002; Aubry e García Díez, 2000). Este dado permitiu pela primeira vez estabelecer objectivamente a relação estratigráfica directa entre depósitos que contêm vestígios do Paleolítico superior e gravuras conservadas em painéis rochosos ao ar livre. Por consequência, tal facto constituía a prova arqueológica da atribuição estilística ao Paleolítico das gravuras da rocha 1 e, por aproximação, de outras representações picotadas noutros painéis do Vale do Côa.

Posteriormente, foram efectuadas datações absolutas pelos métodos TL e OSL, sobre amostras de quartzo aquecido recolhidas nos níveis 4a, 4e, 5, 6 e 7 (Mercier *et al.*, 2006, fig. 2). Os resultados confirmaram a atribuição justificada a partir do conjunto de pedra lascada e estabeleceram pela primeira vez uma idade mínima de 14.500 anos BP para os motivos gravados da rocha 1 (Mercier *et al.*, 2006; Aubry *et al.*, n.p.; Aubry e Sampaio, n.p.).

As primeiras observações efectuadas durante a escavação, bem como a análise de laboratório das amostras de blocos de sedimentos efectuada por F. Sellami, estabeleceram um modelo geomorfológico que permite actualmente definir as possibilidades de conservação de sedimentos aluviais contemporâneos do fim do Paleolítico superior, a cotas superiores a 6 metros do nível actual do Côa, no limite do leito máximo de cheia e da parte baixa das vertentes do Côa. Esta localização que corresponde à maior concentração de rochas picotadas actualmente conhecida, permite augurar a existência de rochas cobertas por sedimentos aluviais e a possibilidade de conservação de níveis de ocupação humana no troço do Rio Côa situado a jusante do Fariseu.

Outra característica singular relativamente ao sítio do Fariseu deve-se ao facto de aqui, na adjacência do painel gravado, terem sido recolhidas as duas primeiras placas de arte móvel com motivos figurativos conhecidas no vale, associadas a vestígios de pedra lascada (García Díez e Aubry, 2002).

Como resultado do constrangimento relativo ao tempo disponível para a intervenção efectuada em 1999 – e, por consequência, do carácter restrito da área escavada – algumas questões, essenciais, ficaram em aberto:

- A determinação exacta e não mínima da cronologia das fases erosivas que afectam os depósitos pleistocénicos;
- A Reconstituição dos processos e a história da evolução topográfica do topo das diversas unidades estratigráficas, à escala da totalidade do sítio e da bacia hidrográfica;
- O Estabelecimento, na sequência conservada, do “nível de chão” a partir do qual (ou dos quais) as gravuras foram realizadas.

Estas irresoluções e o facto das observações de F. Sellami não terem sido realizadas *in situ* durante a intervenção (mas obtidas posteriormente numa análise microscópica das amostras de solo recolhidas em 1999), motivaram a realização de sondagens geofísicas com a ajuda dum sonda de solos em Setembro de 2004. Os resultados obtidos indicaram uma forte probabilidade das camadas que contêm os vestígios das ocupações do Paleolítico poderem prolongar-se para montante da área da sondagem efectuada em 1999, ao longo de 30 metros e numa largura de pelo menos 10 metros ao longo da vertente. Estas observações indicavam também a necessidade dum novo abaixamento do nível da albufeira do Pocinho a uma cota mínima de 123 metros, para permitir a escavação e uma manutenção dos cortes.

Os trabalhos decorreram entre os dias 19 de Setembro e 14 de Outubro. Participaram nos trabalhos, além da equipa permanente do P. A. V.C. (Jorge Davide Sampaio, António Pedro Batarda, Luís Luís e Carla Magalhães) e do C.N.A.R.T. (Mário Rui Reis Soares, Rosa Catarina Jesus Jardim, Dalila Susana Correia), Ana Cristina Araújo, José Paulo Ruas, Fernando Gonçalves (IPA), Bruno Figueira (Instituto Politécnico de Tomar) Cristina Gameiro (UA), Henrique Matias (UL) e Laurent Klaric (C.N.R.S, U. Paris 10).

Na totalidade da área onde as sondagens geológicas e geofísicas tinham definido que a conservação de níveis de ocupação do Paleolítico Superior era possível, só dois sectores foram escavados durante a campanha realizada entre os dias 19 de Setembro e 14 de Outubro de 2005 (fig. 3). O primeiro localiza-se a cotas mais altas e na continuação da sondagem de 1999, o segundo no limite mais a montante do sítio.

Constatando a impossibilidade de fazer chegar uma retro escavadora, em consequência da forte inclinação da vertente e a não consolidação dos sedimentos finos em curso de deposição pela albufeira do Pocinho, as camadas 1 e 2 (de formação recente) e 3 (estéril), foram escavadas à pá e picareta e os terrenos removidos não foram crivados. Os sedimentos das camadas 4 a 7, de idade Pleistocénica, escavadas nas duas áreas abertas, foram integralmente crivados a água com uma malha de 2 mm.

A detecção de novas gravuras na superfície de fractura que constitui a continuação da rocha 1 (fig. 4), no quadrado I-107, implicou uma atenção redobrada durante a escavação dos sedimentos em contacto com a rocha. Por conseguinte, com o objectivo de não danificar a rocha, aqueles foram retirados com auxílio de pequenas espátulas de madeira, e a superfície gravada não foi lavada antes da observação e do registo, (realizado no final da escavação por F. Barbosa do CNART).

Objectivos da intervenção realizada em 2005

Metodologia da intervenção

A remoção da totalidade dos sedimentos das unidades 4 a 8 foi efectuada com aquele material não destrutivo, com o objectivo de não danificar as plaquetas nelas embaladas. Todas as placas, seixos e lajes exumadas foram, após terem sido localizadas, sistematicamente lavadas a água com auxílio de uma escova de dentes (de rigidez reduzida) e imediatamente examinadas por Mário Rui Reis Soares, Rosa Catarina Jesus Jardim e Dalila Susana Correia, do CNART. No caso da detecção de traços incisivos os suportes móveis eram registados tridimensionalmente (X, Y e Z).

A deslocação de Farid Sellami ao sítio, entre os dias 9 e 12 de Outubro, permitiu a análise *in situ* dos cortes evidenciados e a recolha de um novo bloco de sedimentos que será objecto duma análise em lâmina delgada.

Resultados

1. Conhecimento da sequência e dos processos sedimentares

1.1 Ampliação da área intervencionada em 1999

A escavação da área adjacente à escavada em 1999 permitiu confirmar as subdivisões, descontinuidades erosivas e unidades estratigráficas definidas anteriormente, bem como observar a sua evolução ao longo e perpendicularmente à vertente. Não foram observados novos conjuntos sedimentares relativamente aos definidos em 1999 (fig. 5).

Descrição das camadas:

Unidade estratigráfica 1

Divide-se em duas subunidades: A e B. É constituída por aluviões areno-siltosos resultantes da subida do nível do Côa devido à construção da barragem do Pocinho no Vale do Douro (B) e da ensecadeira que foi construída em virtude da prevista barragem do Baixo Côa (A). A observação da espessura dos sedimentos finos de natureza aluvial depositados posteriormente ao abandono duma garrafa de plástico com data impressa de 1999 permitiu avaliar a alta taxa de deposição devida à obstrução da galeria de derivação e protecção de cheias do projecto abandonado no baixo Côa.

Unidade estratigráfica 2

Contém grandes blocos de xisto, em alguns casos com traços metálicos, embalados no mesmo sedimento descrito na camada 1, provavelmente acumulado por percolação. O corte perpendicular à vertente mostra a existências dum canal erosivo preenchido por blocos na base deste conjunto que possui um limite erosivo de limite nítido com o subjacente;

Unidade estratigráfica 3

Foi observada em todos os quadrados abertos nesta área. A existência de níveis de sedimentos finos de cor castanha, observada nos quadrados escavados em 1999 foi confirmada. A topografia do seu topo revela uma erosão em canal, preenchida pela unidade 2. A camada, de estrutura granular, é constituída por sedimentos de textura arenosa fina e siltosa, depositados num processo aluvial de baixa energia, de tipo limite de cheia;

Unidade estratigráfica 4

Está separada do conjunto posterior por uma descontinuidade erosiva. Não foi possível distinguir os níveis (a, b e c) definidos em 1999 com base na densidade de plaquetas numa matriz de aluviões finos. Não obstante, a existência dum nível de plaquetas (nível 4e) separadas deste conjunto por um nível estéril foi confirmada (fig. 5). O topo desta unidade

(equivalente à 4 a/c de 1999) foi escavada em 11 unidades artificiais e as cotas do topo de cada uma foram documentadas;

Unidade estratigráfica 5

De estrutura granular e textura fina, depositada por processo aluvial. É estéril em plaquetas de xisto e em vestígios arqueológicos;

Unidade estratigráfica 6

Não apresenta uma variação de textura e estrutura relativamente à sobrejacente, mas contém lajes de xisto (C6a). Os níveis mais ricos em sedimento argiloso ou siltoso de cor castanha (6b), observados a cotas inferiores em 1999, não foram detectados na área escavada em 2005. Na área intervencionada a sua distinção da unidade 7, baseada na existência duma canada aluvial na área mais baixa da sondagem de 1999, é difícil na banda I e impossível a partir da banda H;

Unidade estratigráfica 7

Escavada nos quadrados G/I-15/107. É constituída por fragmentos de xisto de arestas alteradas contidos numa matriz arenosa;

Unidade estratigráfica 8

É menos rica em elementos de xisto, mais argilosa e contém pequenos seixos de quartzo e quartzito;

A observação do corte no sentido da melhor inclinação da vertente revela a continuidade da espessura da unidade 4, ao longo da vertente, embora este conjunto seja mais marcado pela fase erosiva anterior à deposição da unidade 3 (particularmente evidente abaixo do quadrado J). Uma diminuição, em bisel, da espessura da unidade aluvial 5 aparece nitidamente no sentido da subida na vertente, entre as bandas H e I (fig. 5).

A escavação permitiu objectivar a relação estratigráfica destas unidades sedimentares com os motivos da parede gravada. Os dois capríneos são recobertos pela unidade 4 mas não foi possível estabelecer uma relação mais precisa que a estabelecida na sondagem de 1999 de sobreposição da base de algumas figuras pelas unidades 6 e localmente com o topo da unidade 7.

A escavação da área não ocupada pelo afloramento rochoso no quadrado G-104 permitiu evidenciar uma nova superfície gravada inteiramente recoberta pelas unidades 1 à 3 e parcialmente pelo topo da unidade 4 (fig. 6).

A data avançada de descoberta deste painel no tempo disponível para a intervenção, a obrigatoriedade de abrir pelo menos mais um metro na banda 103 (de forma a poder levar a cabo o registo das gravuras deste novo painel) e a alteração observada na superfície da rocha 1 após a escavação realizada em 1999, foram os argumentos para não iniciar os trabalhos de “libertação” do painel durante esta campanha.

1.2 A delimitação do sítio

Foi realizada uma sondagem a cerca de 30 metros para montante da sondagem de 1999. A escavação até à unidade 7, nos quadrados E/F-80 e E/F/G/H-81, e até ao afloramento no

quadrado E-80, mostraram que a sequência sedimentar apresenta a mesma sucessão de unidades estratigráficas nas duas áreas, com pequenas variações ao nível das unidades 5 e 6 (definidas em 1999) e na área mais baixa da sondagem anterior (fig. 7).

Observaram-se fortes variações laterais e longitudinais na espessura dos níveis aluviais ou ricos em plaquetas no meio da unidade 4 (fig. 7). Neste conjunto foi detectado um nível arenoso, de cor castanho-escuro, e cerca de 5 cm de espessura, aparentemente mais rico em matéria orgânica. Aparece em posição mediana ou basal na unidade 4, em função da morfologia do topo da unidade 7. Esta unidade, que não foi detectada em 1999, e a outra área de sondagem, (a única que contém os restos de fauna), foram objecto de recolha de amostras para análise micromorfológica.

Durante a escavação foram observadas algumas plaquetas fracturadas, com os elementos ainda em contacto, que indicam prováveis movimentos de deslizamentos verticais em função da topografia irregular do afloramento em patamares.

Estes novos dados obtidos a partir da observação das sequências evidenciadas nos dois limites da área onde os depósitos pleistocénicos estão potencialmente conservados permitem estabelecer os seguintes dados:

- A existência dos mesmos conjuntos estratigráficos e subdivisões relativas às componentes aluviais e coluviais a cotas equivalentes e ao longo dos 30 metros de extensão do sítio;
- O peso das componentes aluviais, coluviais e antrópicas ao longo do tempo e do espaço;
- A ausência ou espessura reduzida das unidades 5 e 6 na área 80/81,
- Avaliar a taxa de sedimentação dos sedimentos aluviais, desde a construção da barragem do Pocinho em 1976 e da ensecadeira do projecto da barragem de Foz Côa em 1994;
- As sequências das fases erosivas anteriores à deposição da camada 2, durante a deposição da camada 3 e durante o Paleolítico superior. O topo da camada 7 foi provavelmente afectado por um momento erosivo antes da deposição da camada 6. Estas truncaturas possuem uma inclinação mais forte do que os conjuntos aluviais e de ocupação humana, diferença bem visível no corte paralelo à rocha gravada;
- A observação dum nível rico em matéria orgânica nas bandas 80 e 81 (que pode estar relacionado com uma actividade humana específica levada a cabo nesta área e/ou pela posição na vertente onde os depósitos estão protegidos da erosão aluvial por um afloramento rochoso ligeiramente a montante) e a proximidade duma linha de água a montante que deve ter funcionado como escoamento preferencial das águas superficiais provenientes da vertente.

2. Os vestígios arqueológicos recolhidos durante a intervenção

2.1 Industria lítica

Inventários

Nas áreas 104/107 e 86/87 foram recolhidas respectivamente 2009 e 2115 peças de pedra lascadas (fig. 8 e Quadro 1).

Foram utilizadas no total quatro matérias-primas líticas: o cristal de rocha, o quartzito, o quartzo cinzento, e as variedades de sílex definidas em trabalhos anteriores (Aubry e Mangado Llach, 2006). As categorias tecnológicas em questão são os blocos (seixos ou fragmentos de filão), as lascas, as lascas corticais (mais de um terço da superfície), as lamelas, as esquirolas (com menos de 1 cm), os fragmentos indeterminados, e os termoclastos.

área 104/107	pedra lascada	área 86/87	pedra lascada
UA	PL	UA	PL
1	7	1	1
2	70	2	24
2//3	2	3//4	2
3	39	4C/1	101
4//1	120	4B	18
4//2	158	4 base	76
4//3	85	4//1	390
4//4	117	4//2	281
4//5	134	4//3	356
4//6	138	4//3-4	3
4//7	159	4//4	388
4//8	140	4//5	378
4//8-9	19	4//7	7
4//9	247	7	70
4 base	41		20
5	162		
5//1	98		
6	51		
6//2	32		
6//2	58		
7	31		
8	101		
total	2009	total	2115

quadro 1 Inventário dos vestígios de pedra lascada

Reconstituição dos processos sedimentares e avaliação dos movimentos pós-deposicionais

A repartição dos vestígios recolhidos nas unidades artificiais dos quadrados G/I-104/107 (fig. 8) em função da densidade indica a existência de vestígios ao longo de toda a espessura da sequência (com uma densidade mais baixa nas unidades 5/8) e de dois picos de maior densidade no topo e na base da unidade 4 (a/c):

Numa primeira fase de análise, a remontagem entre elementos lascados e termoclastos foi testada na totalidade dos vestígios em quartzito provenientes da sondagem realizada em 1999 e das duas sondagens efectuadas durante a campanha objecto deste relatório.

A taxa de remontagens é extremamente reduzida na área G/I-104/107 com 11 elementos remontados num universo de 349 vestígios. As raras remontagens entre elementos correspondem a:

- Materiais provenientes da camada 4, deslocados na base da camada 2 ou da camada 3,
- Materiais da unidade C4c da intervenção de 1999 (equivalente às unidades 4 e 9 da campanha de 2005)

Esta observação, baseada na repartição por categorias de volumes, bem como no claro défice de elementos de pequeno módulo, pode ser explicada por uma melhor estabilidade dos

elementos mais pesados (que foram preferencialmente preservados da erosão) ou, ao invés, por uma maior deslocação, em função do peso, a partir de uma possível ocupação situada a cotas mais altas na vertente (fig. 8). A escassez da área escavada inviabiliza a decisão entre ambas as hipóteses.

Na área E/H-80/81 a taxa de remontagem é ligeiramente superior (12 elementos para um total de 177 em quartzito) entre elementos de pequeno módulo, provenientes da unidade 4 (núcleo e lasca de F-80 4/4, 4 lascas pequenas provenientes de E-81 4/3, uma lasca queimada F-81 4/2 e uma lasca não queimada E-80 4/5, um núcleo F-81 4base, uma lasca E-80 4/4, 2 termoclastos C-81 4/1 e G-81 4/4). Uma única remontagem poderá indicar os seguintes dados: uma deslocação importante ao longo da vertente; uma variação da espessura da U.E. 4; a existência dum limite da influência aluvial (entre os quadrados C-81 e G-81 e entre a base e o topo da Unidade 4).

Esta primeira análise da repartição por volume e das remontagens entre vestígios líticos indica já uma discrepância nos processos de conservação e de deslocação pós-deposicional dos vestígios nas duas áreas escavadas (fig. 9).

Dados tipo-tecnológicos

Neste conjunto de vestígios líticos foi isolado um total de 54 utensílios retocados, provenientes das diversas unidades artificiais da unidade estratigráfica 4. Nos conjuntos líticos talhados recolhidos nas unidades subjacentes da sequência estratigráfica não foi detectado nenhum elemento retocado.

Aqueles podem ser apartados em duas categorias tipológicas:

A primeira é constituída por utensílios microlíticos (barbelas, num total de 14 exemplares) (fig. 10) confeccionados sobre lamelas ou esquirolas em quartzo translúcido (n.º 12, 7 e 13), quartzo cinzento (n.º 3), cristal de rocha (n.º 5, 8, 10 11 e 14) ou sílex (n.º 1, 2, 4, 6 e 9).

Tipologicamente estes utensílios podem ser integrados nas categorias de pontas de dorso curvo, pontas de dorso e lamela de retoque marginal. Apesar do efectivo reduzido desta classe de utensílios nas duas áreas, as mesmas categorias aparecem representadas em ambos os sectores. São peças recorrentes durante as fases finais ou superiores do Magdalenense em Portugal, devendo aqui recordar-se as barbelas recolhidas no conjunto 3 do Sítio da Quinta da Barca Sul, datado pelo processo TL entre 11.600 ± 1200 BP e 12.700 ± 1000 BP (Mercier et al. 2001, Valladas et al. 2001). Os suportes utilizados para a confecção destes utensílios, em cristal e quartzo de boa qualidade, correspondem à produção indicada pelos últimos negativos observados em alguns dos núcleos deste material descobertos no sítio (fig. 11, n.º3, 4, 5 e 6).

A segunda, dum total de 40 peças (19 nas unidades 4 a/c, 2, 4d e 1 na 4e da área G/I-104/107 e 18 na 4 na área 80/81) é constituída por lascas retocadas e raspadeiras em quartzo branco (fig. 12), algumas das quais foram obtidas a partir da transformação de grandes lascas corticais retiradas de seixos de grande módulo. O tipo de núcleos susceptíveis de fornecer lascas com o módulo correspondente não foram encontrados na área escavada, pelo que devem ter sido abandonados nos depósitos de seixos disponíveis a cotas mais baixas, junto do Côa, antes da submersão deste troço pela albufeira do Pocinho.

O elevado número de núcleos recolhidos indicam uma produção de pequenas lascas que foram transformadas ou abandonadas noutras áreas (fig. 11, n.º1 e 2).

Em conclusão, o material lítico das diversas unidades artificiais da U.E. 4 apresenta fortes semelhanças, do ponto de vista da tecnologia, da tipologia e do aprovisionamento de matérias-primas.

A comparação deste conjunto de utensílios retocados com os provenientes da U.E. 3 do sítio de Quinta da Barca Sul indica diferenças de grau tipológico e morfológico relativamente aos suportes dos utensílios sobre lasca, com uma forte representação do retoque inverso de grande módulo no caso do Fariseu e de tipo unguiforme, confeccionados sobre pequenas lascas de rochas siliciosas (de origem regional), na UE 3 da Quinta da Barca Sul.

As datas obtidas por TL para os níveis 4a, 4b e 4e do Fariseu (respectivamente, de 11.000 ± 1100 BP, 10.800 ± 1700 BP e 11.800 ± 900 BP) e as provenientes da Quinta da Barca Sul (11.600 ± 1.200 BP, 11.900 ± 1.100 BP e 12.700 ± 1.000 BP) (Mercier *et al.* 2001, Valladas *et al.* 2001) apresentam um desvio padrão que não permite definir se tais diferenças tipológicas são de natureza funcional ou cronológica.

As unidades 6, 7 e 8 escavadas nos quadrados G/I-104/107 forneceram um conjunto lítico pouco numeroso que atesta a realização de actividade de talhe durante esta ocupação. Todavia, o exame sistemático da totalidade dos restos recolhidos não permitiu detectar nenhum utensílio retocado. A abundância dos elementos mais pesados no conjunto (seixo e lascas espessas) é clara e não permite inferir uma explicação funcional a partir da ausência de lamelas e utensílios confeccionados neste tipo de suporte.

Durante a escavação foi detectada uma placa de xisto com o bordo denticulado. O estudo traceológico, realizado por M. Araújo, não revelou qualquer traço de uso conservado no bordo voluntariamente modificado (fig. 13)

2.2 Restos de fauna

A escavação na unidade 4, de 6 metros quadrados (E/F-80 e E/H-81) revelou a conservação de restos de fauna (cf. artigo da autoria de S. Gabriel, neste volume). Os 7 restos ósseos de peixes foram determinados por P. Bearez. Este estudo preliminar revelou a conservação de restos que pertencem a duas espécies: *Alosa Alosa* (Sável) e de *Leuciscus sp.* (Escalo) ou *Rutilus sp.* (Ruivaca). A presença da primeira espécie é particularmente importante como indicador de sazonalidade, por acusar o momento do ano onde foi, pelo menos, ocupado o sítio do Fariseu, considerando que este peixe marinho sobe ao longo dos rios entre os meses de Abril e Junho, com uma maior frequência entre Maio e Junho.

Foram enviadas várias amostras para obtenção de datas pelo processo ^{14}C .

A primeira, um dente determinado por S. Gabriel como sendo um incisivo inferior de camurça (dos raros restos de fauna recolhida no topo da unidade 7 no quadrado E-80,0) foi fotografada por J.P. Ruas (CIPA) e enviada para o Laboratório GEOCHRON, nos Estados Unidos. O resultado obtido de 8.930 ± 80 BP (GX-32147-MAS) não correspondeu às expectativas, entrando em franca contradição com o material arqueológico associado.

Uma segunda amostra – uma diáfise dum mamífero de espécie indeterminável – foi enviada para datação no Laboratório Beta Analytic (Florida, EUA). Após uma tentativa falhada de extracção do colagénio, sobre esta amostra de osso queimado proveniente do nível orgânico da unidade 4 (informação entretanto obtida do laboratório) foi decidido efectuar, antes de qualquer outra tentativa, uma análise do teor em azoto dos ossos recolhidos durante a

campanha de escavação. Esta análise foi efectuada no Instituto Tecnológico e Nuclear, por intermédio do Doutor Monge Soares. Consistiu na análise elementar EA-1110 CHNS-O sobre 3 ossos (F-80, 4/5, F-81 4/2 e F-80 4/5). Do conjunto, dois revelaram um teor em azoto superior a 0.4 %, facto que validou uma datação. Por conseguinte, a amostra F-81 4/2, com um teor de 0,93% em nitrogénio, foi enviada para datação pelo método AMS no laboratório Beta Analytic, tendo-se obtido um resultado de 10.510 ± 40 BP (Beta – 213130). O fragmento proveniente de F-80 4/5, com um teor de 0,42 % de azoto, foi enviado ao laboratório de Upsala (Suécia) e deu um resultado de 9.830 ± 130 BP (Ua-32645).

A equivalência dos dois resultados sobre osso com os obtidos em sítios que forneceram os mesmos tipos de pontas líticas, indica que o resultado sobre o dente de camurça está provavelmente ligeiramente subestimado e haverá uma infiltração desde a unidade 4, que se apresenta em contacto com a 7, nesta área da escavação. Estes dois resultados obtidos sobre osso, uma vez calibrados (Cologne Radiocarbone Calibration, respectivamente CalBP 11.317 \pm 222 e CalBP 12.454 \pm 176), estão em perfeito acordo com os das datações TL e OSL obtidos para a base da unidade 4 da sondagem realizada em 1999, e os resultados de 11.600 \pm 1.200 BP, 11.900 \pm 1.100 BP e 12.700 \pm 1.000 BP, obtidos pelo processo TL para a unidade 3 do sítio de Quinta da Barca, que contém o mesmo tipo de ponta de dorso curvo.

2.3. Arte móvel

A campanha de escavação realizada em 2005 permitiu a exumação de 66 plaquetas de xisto com traços, das quais podem ser destacadas algumas com motivos figurativos (fig. 14).

Uma primeira análise da repartição espacial das plaquetas gravadas (fig. 15) indica uma repartição vertical e horizontal homogénea na totalidade da área escavada na unidade estratigráfica 4, com uma densidade mais forte na sua metade inferior. Não obstante, será necessário efectuar uma análise pormenorizada dos processos de deslocação pós-deposicional dos elementos pétreos antes de se poder inferir algum significado cronológico a partir desta observação.

Os vestígios de arte móvel foram encontrados na totalidade da espessura da camada 4, em todas as suas subdivisões. Uma análise da sua repartição vertical, bem como a sua correlação com o mobiliário arqueológico, indicam, de acordo com as datas relativas ao fim do Tardiglaciar obtidas pelos métodos TL, OSL e C14, uma deposição durante o Dryas recente.

As representações consistem em traços não figurativos, signos e figuras animais (1/3 do efectivo total das peças), sobre placas de xisto roladas colectadas no leito do rio, ou, mais frequentemente, provenientes da desagregação das encostas. A abundância destes crioclastos neste nível sedimentar, poderá estar relacionada com o clima mais frio detectado na fase que antecede o Holocénico. As placas historiadas foram frequentemente quebradas, queimadas e mesmo usadas como percutor ou bigorna, após a gravação. Estilisticamente, as figuras apresentam paralelos com algumas das representações de rochas gravadas do Vale do Côa e do Douro.

Do ponto de vista das convenções estilísticas (fig. 14), as figurações em estudo pelo CNART, indicam a utilização maioritária da técnica da incisão, frequentemente múltipla, em sequências paralelas e em figuras zoomórficas (cervídeos, caprinos ou rupicaprinos). Um motivo que tanto pode ser interpretado como uma representação antropomórfica ou como uma representação de uma ave de rapina nocturna, vista de frente, constitui uma excepção.

As figuras são elaboradas a partir de um esboço geométrico do corpo, sem figuração do pormenor das extremidades das patas. Se a opção mais comum é o preenchimento do corpo e/ou das patas por traço múltiplo, existe uma linha de dorso com traço duplo, preenchido por pequenos traços paralelos (fig. 14, n.º 44).

No Vale do Côa, tais convenções encontram paralelos em pequenas figuras realizadas por traço inciso, nas rochas dos sítios da Vermelhosa, de Vale de Moinhos, Vale de Cabrões, Canada do Inferno e Penascosa, (Baptista e Gomes, 1995; Baptista e Gomes, 1997; Aubry, Luís e Sampaio, 2006).

Numa área da escavação onde não foi possível distinguir a unidade 7 da 8 (fig. 5), exumou-se um bloco de xisto que apresenta, no lado que corresponde a um vestígio de diáclase, dois impactos de morfologia triangular. Este artefacto não permite estabelecer uma associação directa com os traçados da rocha 1, mas, se aceitarmos a sua contemporaneidade com a fase de gravação da parede, indica que as gravuras poderão ser contemporâneas ou anteriores à deposição da unidade estratigráfica 7.

Duas outras plaquetas encontradas nas unidades estratigráficas 7/8, não apresentam motivos figurativos, mas indicam a existência de manifestações gráficas, realizadas por incisão sobre suporte móvel, numa fase de ocupação magdalenense de cronologia anterior ao Dryas III.

No dia 18 de Outubro, antes da subida do nível da água na barragem do Pocinho, os cortes em contacto com a parede gravada foram consolidados com uma parede de lajes de xisto, os cortes delimitados por plásticos e as duas sondagem preenchidas mecanicamente pelos sedimentos retirados das camadas 1 e 2.

A observação da superfície gravada permitiu constatar um contraste cromático entre o sector agora exumado e a restante rocha 1 que mostrava a deposição duma película alaranjada, provavelmente constituída por ferro oxidado em movimento nos depósitos que preenchiam a sondagem. Esta constatação implica:

- Uma determinação exacta da composição desta película e da origem do processo de deposição depois da remoção dos depósitos pleistocénicos,
- A elaboração duma estratégia para a conservação da superfície rochosa na eventualidade de nova intervenção que implique um contacto com o painel rochoso descoberto nesta campanha, no corte do quadrado G-104.

As duas sondagens efectuadas em 2005 na área imediatamente a montante da rocha 1 e no limite da pequena reentrância que corresponde ao sítio de Fariseu (a montante) revelaram a conservação de sedimentos aluviais e coluviais contemporâneos do Pleistocénico superior, numa área de mais de 400 metros quadrados e a relação de duas superfícies verticais gravadas com as unidades estratigráficas definidas à escala do sítio.

A densidade alta e homogénea de plaquetas de xisto gravadas, associada a ocupações do fim do Magdalenense nas duas áreas intervencionadas, permite avaliar o potencial efectivo desta categoria de vestígios na área total do sítio que constitui desde de já uma referência para a arte móvel do fim do Paleolítico superior, à escala da Península Ibérica.

Medidas de minimização do efeito da submersão

Balço da intervenção de 2005 e perspectivas

A descoberta dos primeiros restos de fauna pleistocénicos conservados num sítio de ocupação do Paleolítico superior da região e do interior peninsular (que permitem uma determinação das espécies de mamíferos, aves e peixes exploradas durante o fim do Tardiglacial na região), possibilita uma primeira reconstituição directa das modalidades de exploração dos recursos bióticos e a aplicação do método ^{14}C para uma determinação da cronologia das ocupações.

A definição mais pormenorizada das condições geomorfológicas favoráveis à preservação dos depósitos do Pleistocénico superior permite estabelecer a existência de rochas gravadas recobertas por sedimentos em certas condições geomorfológicas, no limite entre as vertentes e a planície aluvial, e propor um modelo predicativo do potencial de conservação de restos de fauna no sítio do Fariseu, e em sítios de ar livre que apresentam condições similares.

figuras

fig. 1 Planta de localização dos sítios mencionados no texto e contexto topográfico do sítio do Fariseu.

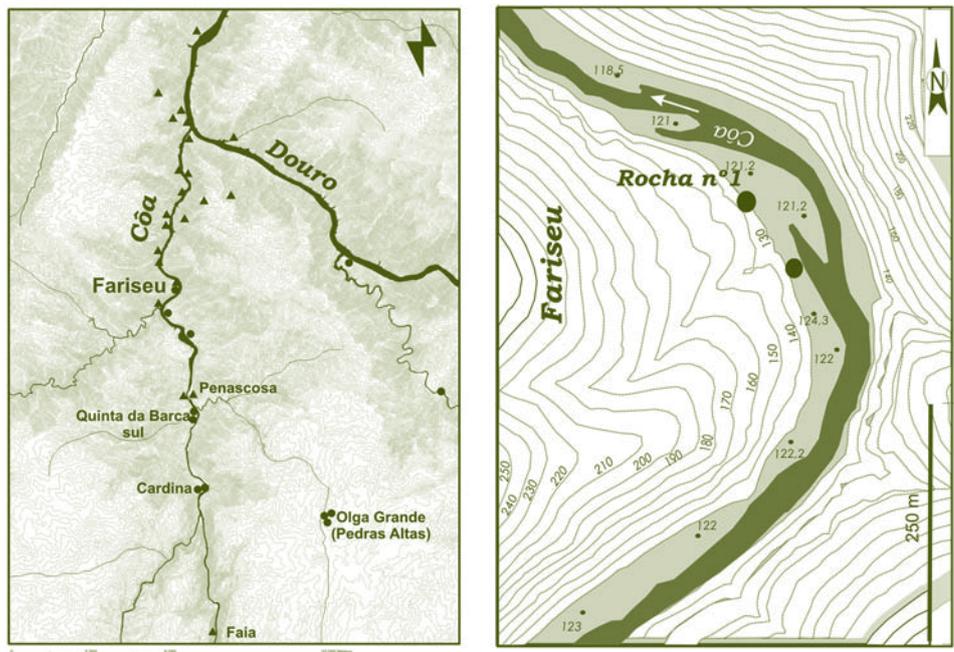
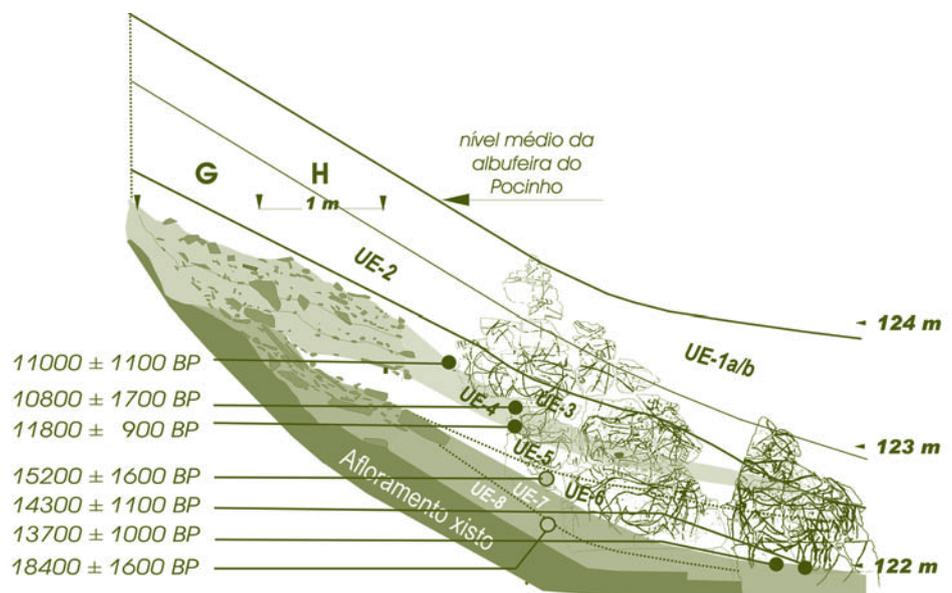


fig. 2 Posição estratigráfica das amostras datadas por TL (Mercier *et al.*, 2006) e dos sedimentos aluviais datados pelo processo OSL, em relação com as gravuras da rocha 1 do Fariseu. A sobreposição da base das gravuras pelos sedimentos e níveis que contêm os vestígios de ocupação durante o Paleolítico superior e a sequência da sobreposição das figuras indicam que a realização do painel corresponde a uma única fase gráfica, anterior à deposição dos sedimentos aluviais da unidade 5.



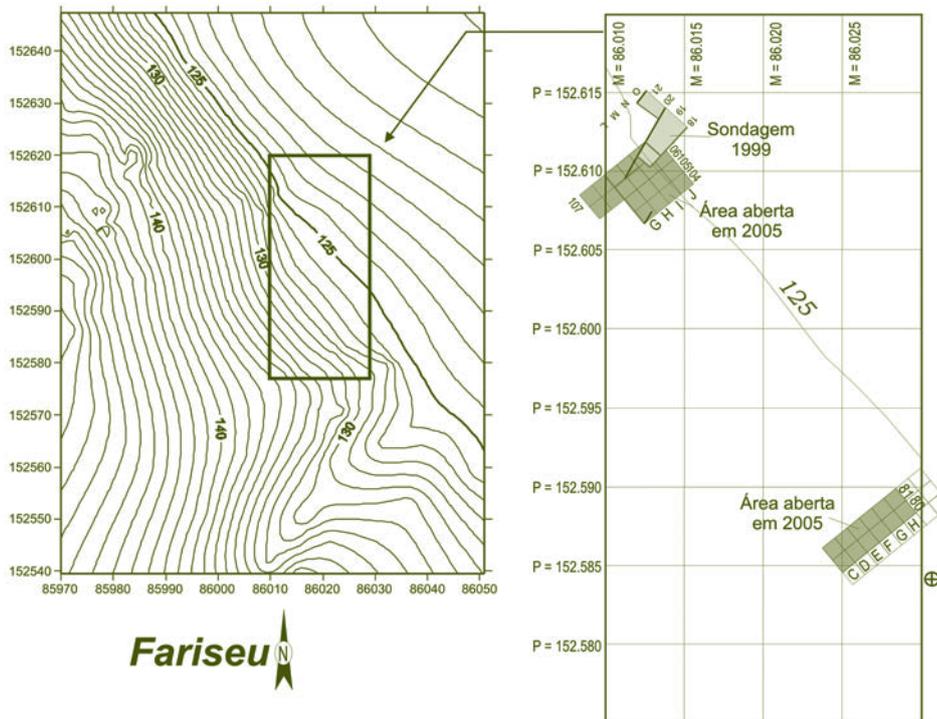


fig. 3 Planta topográfica do sítio de Fariseu (levantamento F. Gonçalves e Luís Luís) e localização das duas áreas escavadas durante a campanha de 2005.

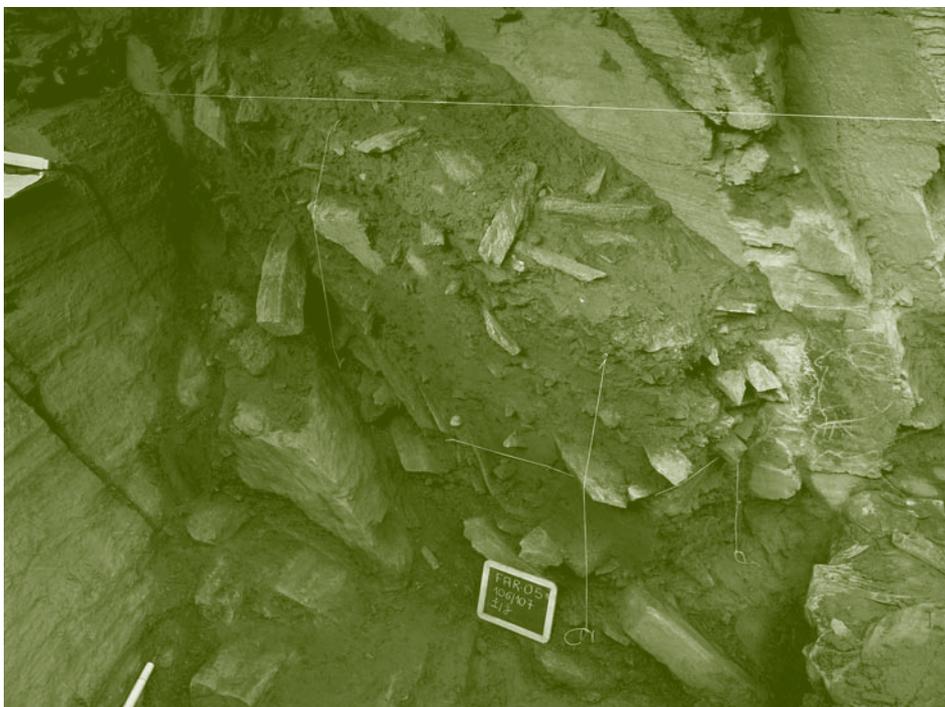


fig. 4 Localização das novas gravuras detectadas na superfície de fractura que constitui a continuação da rocha 1.

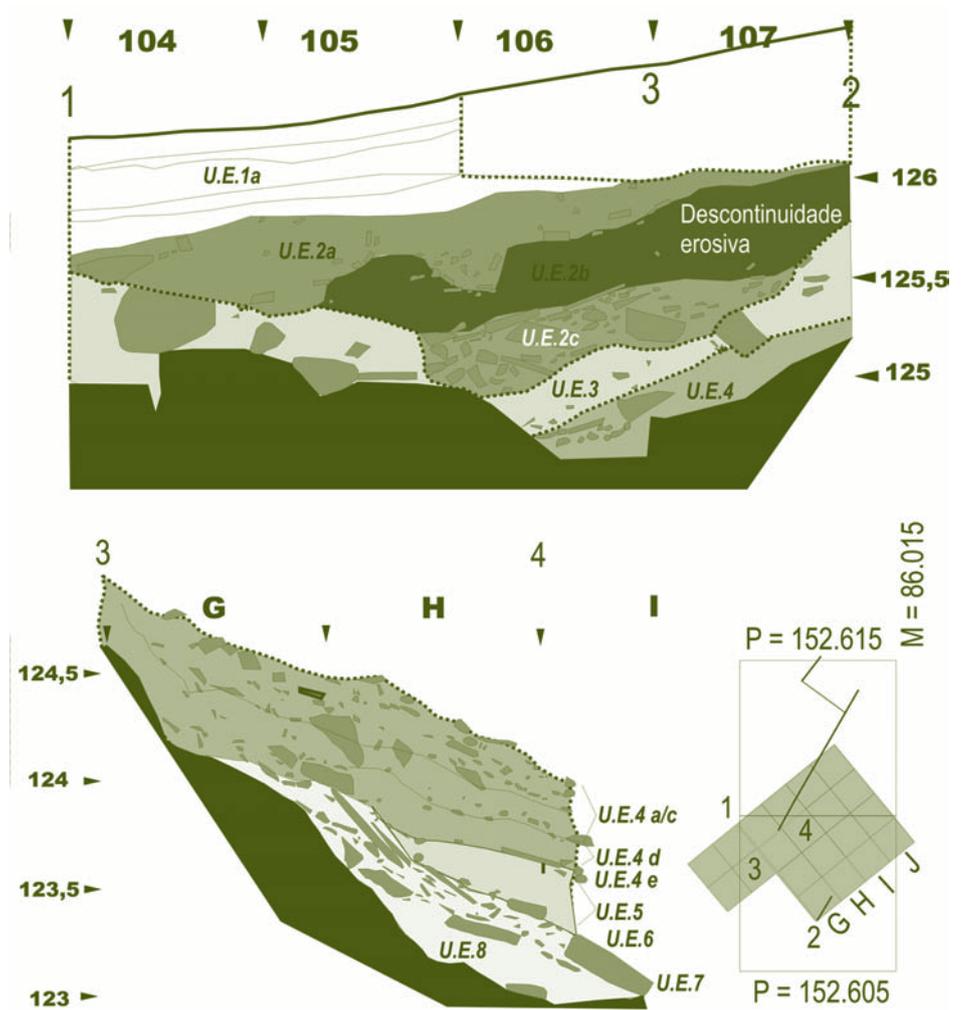


fig. 5 Cortes F/G-104/107 e 107/107-G/H nas unidades 2/8.

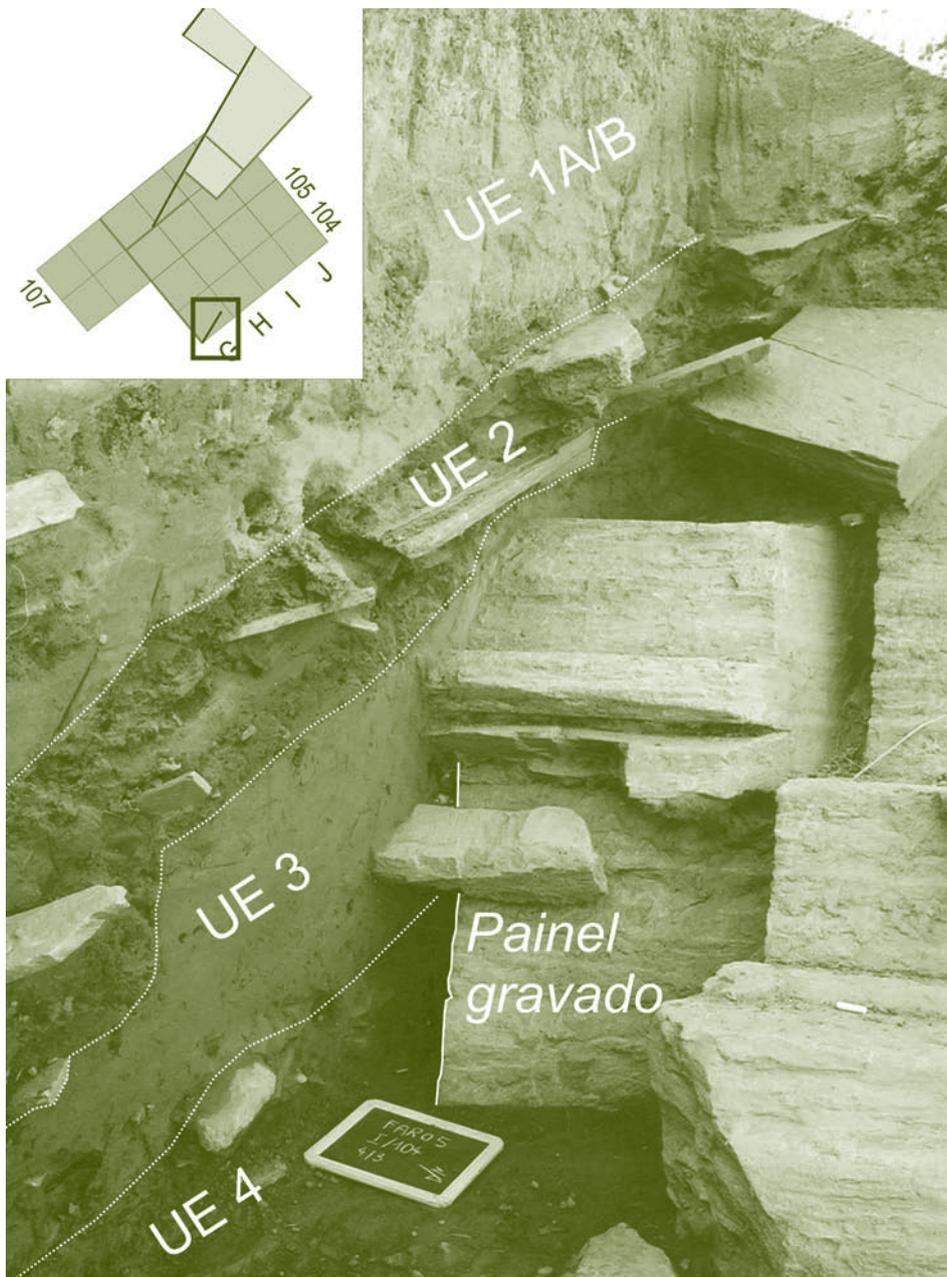


fig. 6 Nova superfície gravada detectada durante o prolongamento da escavação no sentido da vertente (quadrado G 104).

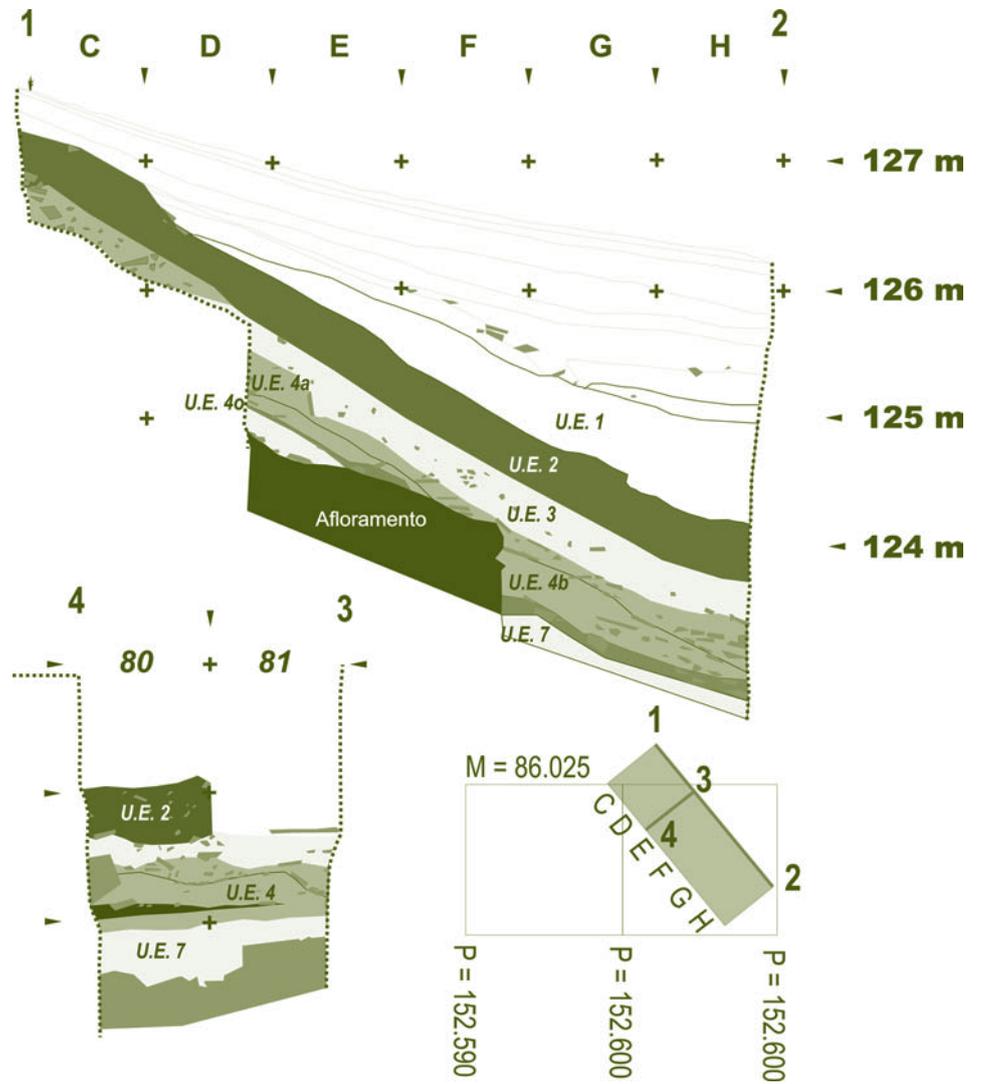


fig. 7 Cortes estratigráficos 81/82-C/H e D/E-80/81 nas unidades 1/7.

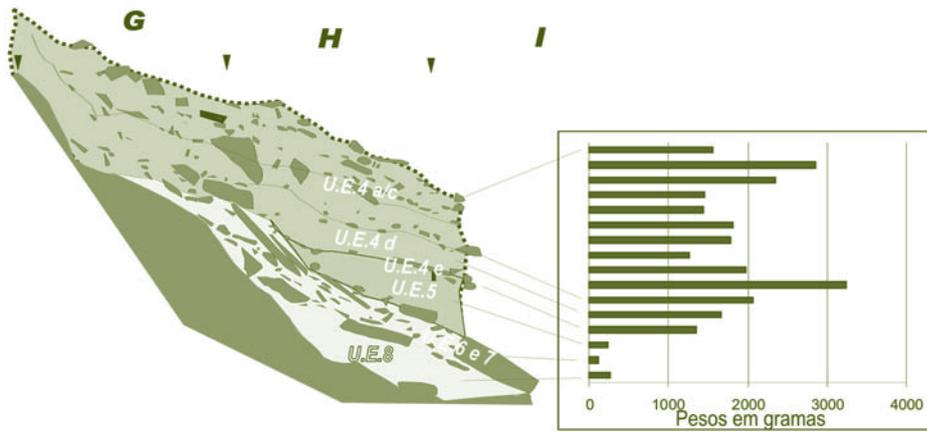


fig. 8 Repartição dos vestígios líticos, por peso e unidades artificiais na área G/I-104/107.

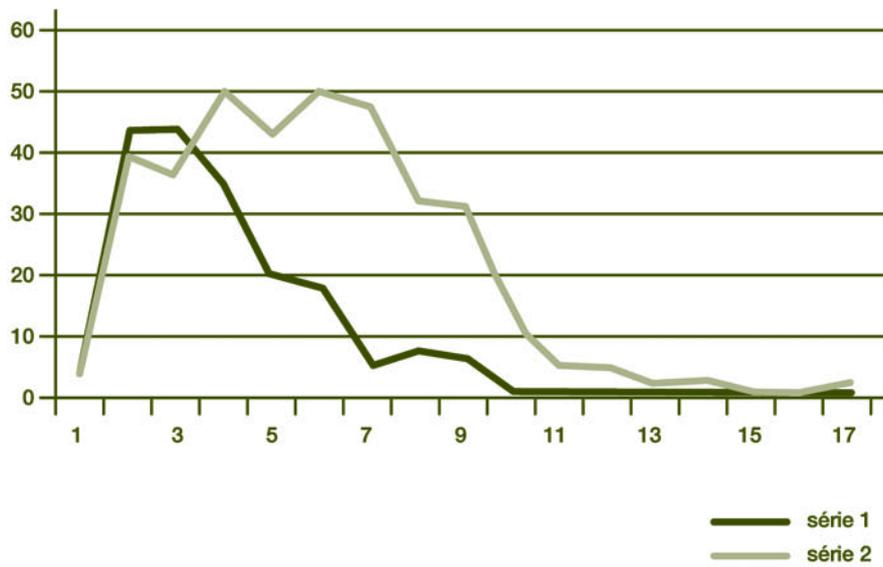


fig. 9 Repartição por classes (cm) dos vestígios em quartzito das duas áreas escavadas (série 1 = bandas 80/81, série 2 = bandas 104/107).

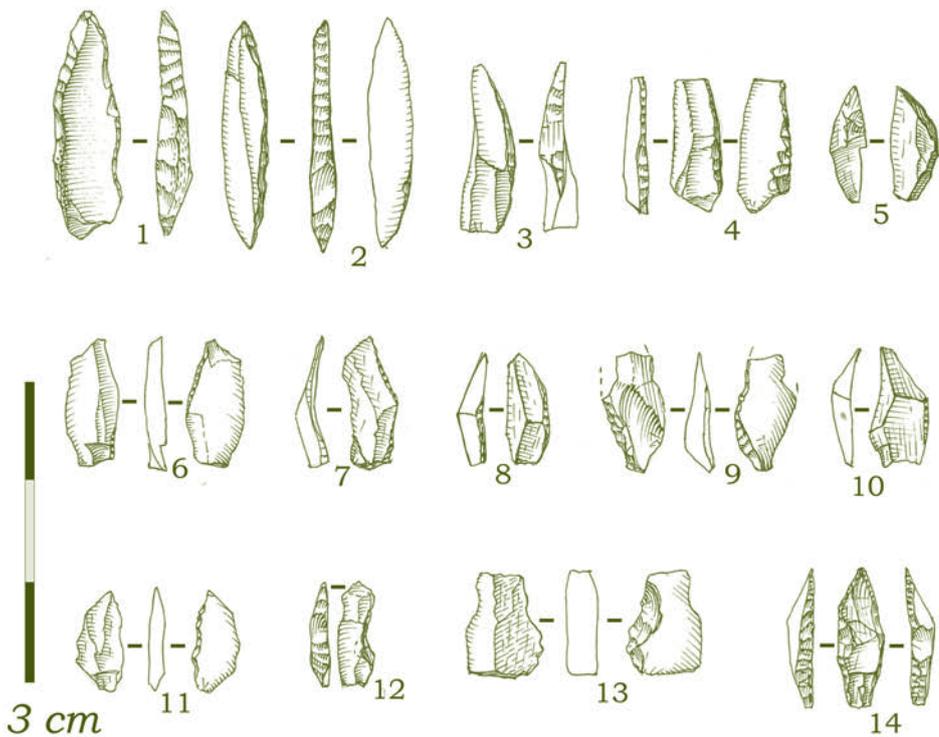


fig. 10 Utensílios sobre suportes lamelares da U.E. 4, nº1 (F-80, 4/4), nº3 (F-81 4/5), nº5 (F.80 4/4), nº9 (F-80 4/5), nº10 (E-81 4/4), nº11 (G-81 4base), nº13 (F-81 4c/1), nº2 (H-106 4/7), nº4 (G-106 4/6), nº6 (I-105 4/9), nº7 (G-106, 4d), nº8 (G-106 4/4), nº12 (G-106 4/7).

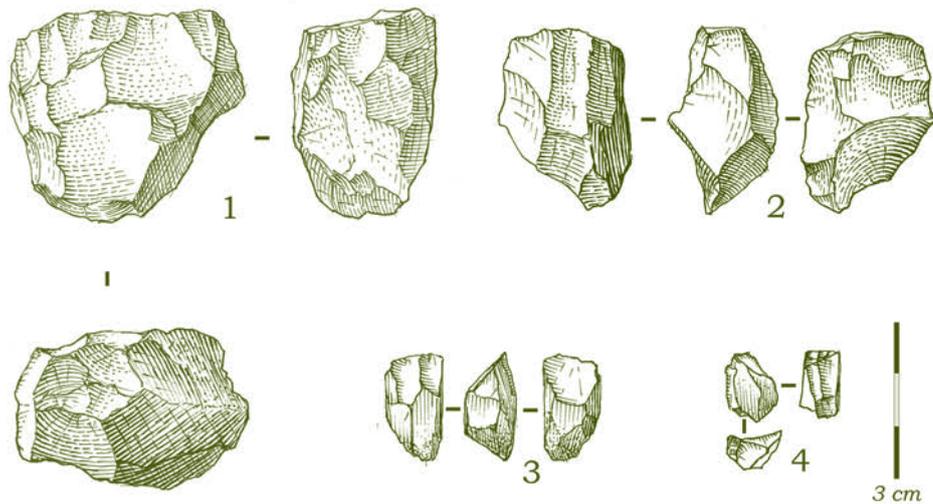
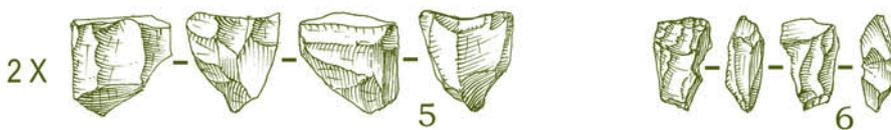


fig. 11 Núcleos em quartzo da U.E.4, nº1 H-81 4 base), nº2, (h-105 4/5), nº3 (G-106 4/3), nº4 (F-80 4/6), nº5 (H-105 4/9), nº6 (G-81 4/5).



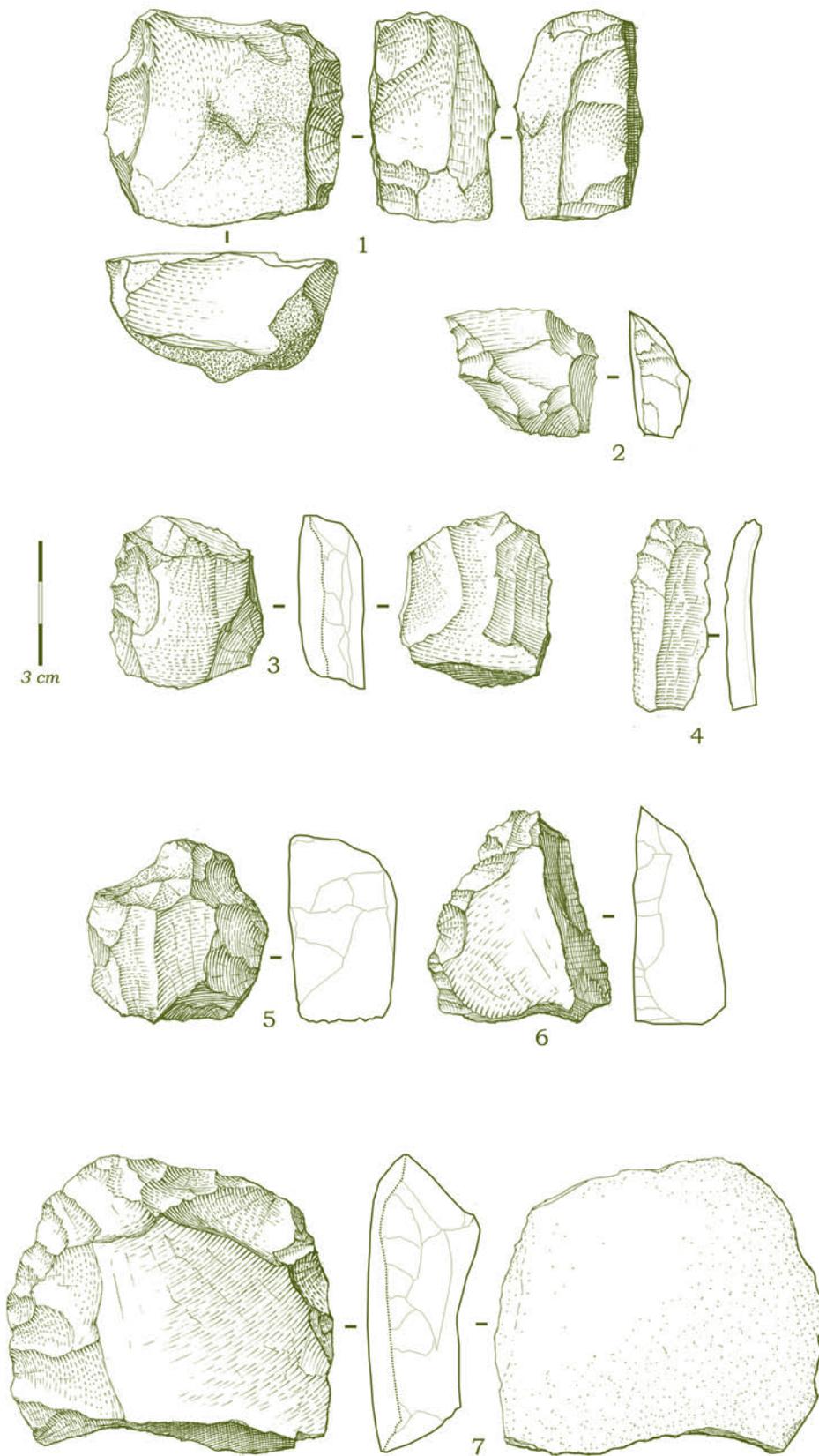


fig. 12 Fariseu U.E. 4, nº1 (H-106 4/3), nº2 (H-106 4/7), nº3 (H-106 4/7), nº4 (G-81 4 base), nº5 (H-81 4 base), nº6 (I-107 4/1), nº 7 (G-106 4/1).



fig. 13 Plaqueta de xisto com um bordo denticulado.



fig. 14 Exemplos de plaquetas de xisto gravadas de motivos zoomórficos ou geométricos recolhidos durante a campanha de 2005.

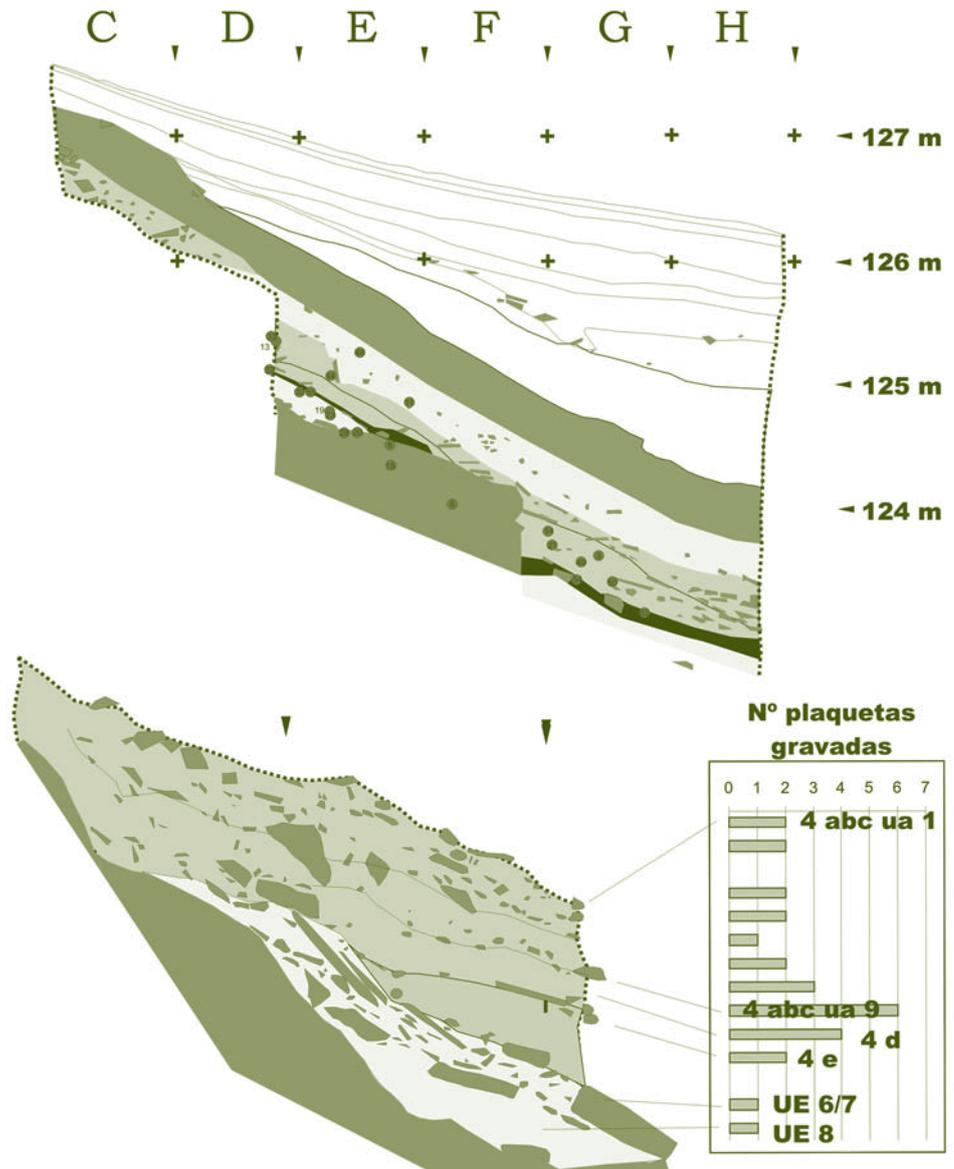


fig. 15 Repartição vertical (na unidade 4) das plaquetas gravada dos quadrados E/H da linha 81 nos quadrados G/I-104/107, nas unidades artificiais estratigráficas 4 até 8.

bibliografia

AUBRY, T. (2001) - L'occupation de la basse vallée du Côa pendant le Paléolithique supérieur. In ZILHÃO, J. ; AUBRY, T. ; CARVALHO, A. F., eds. - *Les premiers hommes modernes de la Péninsule ibérique – Actes du Colloque de la Comissão VIII de l'UISPP*. Vila Nova de Foz Côa, 22 – 24 Octobre 1998. Lisboa : Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 17), p. 253 – 273.

AUBRY, T. (2002) - Le contexte archéologique de l'art paléolithique à l'air libre de la vallée du Côa (Portugal). In SACCHI, D., dir. - *L'art Paléolithique à l'air libre : le Paysage modifié par l'image (Tautavel – Campôme, 7 – 9 Octobre 1999)*, GAEP e GÉOPRÉ, p. 25-38.

AUBRY, T. (2006) - Vallée du Côa – un art préhistorique unique. *Archéologia*. Dijon : Éditions Faton. 436, p. 62-71.

AUBRY, T. ; BAPTISTA, A.M. (2000) - Une datation objective de l'art du Côa. *La Recherche*, Hors série. 4, p. 54-55.

AUBRY, T. ; BICHO, N.F. (2006) - Le Paléolithique supérieur du Portugal. In NOIRET, P. ed. - *Le Paléolithique supérieur européen. Bilan quinquennal 2001-2006*. Liège: UISPP (ERAUL 115), p. 135-145.

AUBRY, T. ; GARCIA DIEZ, M. (2001) - Actualité sur la chronologie et l'interprétation de l'art de la vallée du Côa (Portugal). *Les Nouvelles de l'Archéologie*. Paris. 82, p. 52-57.

AUBRY, T.; LUIS, L.; SAMPAIO, J.D. (2006) - Primeira datação absoluta para a arte paleolítica ao ar livre: os dados do Fariseu (Vila Nova de Foz Côa). *Al-Madan*. Almada : Centro de Arqueologia de Almada. 14, p. 48-52.

AUBRY, T.; MANGADO LLACH, J. (2006) - The Côa Valley (Portugal). From lithic raw materials characterization to the reconstruction of settlement patterns during the Upper Palaeolithic. In BRESSY, C. ; BURKE, A.; CHALARD, P. ; MARTIN, H., dir.. *Notions de territoire et de mobilité. Exemples de l'Europe et des premières nations en Amérique du Nord avant le contact européen. Actes de sessions présentées au X^o congrès annuel de l'E.A.A.* (Lyon, 8-11-09-2004), Liège: UISPP (ERAUL ; 116), p. 41- 49.

AUBRY, T.; SAMPAIO, J.D. (n.p). - Chronologie et contexte archéologique des gravures paléolithiques de plein air de la vallée du Côa. In BALBÍN BEHRMANN; BAPTISTA, eds. - *Actas do Curso de arte rupestre al aire libre. Investigación, protección, conservación y difusión*. Salamanca.

BAPTISTA, A. M. (1999a) - *No Tempo sem Tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa*. Vila Nova Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa/Centro Nacional de Arte Rupestre.

BAPTISTA, A. M. (1999b) - O ciclo quaternário do Vale do Côa. Com algumas considerações do método sobre estilos, valorização estética e crono-estratigrafia figurativa. In CRUZ, A. R.; OOSTERBEEK, L. eds. - *1^o Curso Intensivo de Arte Pré-Histórica Europeia*. Tomar: CEIPHAR (Arkeos 6: 2), p. 197-277.

BAPTISTA, A. M. (2001) - The Quaternary Rock Art of the Côa Valley (Portugal). In ZILHÃO, J. ; AUBRY, T. ; CARVALHO, A. F., eds. - *Les premiers hommes modernes de la Péninsule ibérique – Actes du Colloque de la Commission VIII de l'UISPP. Vila Nova de Foz Côa, 22 – 24 Octobre 1998*. Lisboa : Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 17), p. 237-252.

BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V. (1995) - Arte rupestre do Vale do Côa 1. Canada do Inferno. Primeiras impressões. In JORGE, V. O., coord., *Dossier Côa*. Porto: SPAE (Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 35: 4), p. 349-422.

BAPTISTA, M.; GOMES, M. V. (1997) - Arte Rupestre. In ZILHÃO, J. – *Arte Rupestre e Pré-história do Vale do Côa*, Lisboa: Ministério da Cultura. p. 213-406.

GARCÍA DIEZ, M.; AUBRY, T. (2003) - Grafismo mueble en el Valle de Côa (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): la estación arqueológica de Fariseu. *Zephyrus*. Salamanca: Universidad de Salamanca. 55, p. 157-182.

MERCIER, N.; VALLADAS, H.; FROGET, L.; JORONS, J.-L.; REYSS, J.-L.; AUBRY, T. (2001) - Application de la méthode de la thermoluminescence à la datation des occupations paléolithiques de la vallée du Côa. In ZILHÃO, J. ; AUBRY, T. ; CARVALHO, A. F., eds. – *Les premiers hommes modernes de la Péninsule ibérique – Actes du Colloque de la Commission VIII de l'UISPP. Vila Nova de Foz Côa, 22 – 24 Octobre 1998*. Lisboa : Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 17), p. 275-280.

MERCIER, N.; VALLADAS, H.; AUBRY, T.; ZILHÃO, J.; JORONS, J.L. ; REYSS, J.L. ; SELLAMI, F. (2006) - Fariseu: first confirmed open-air palaeolithic parietal art site in the Côa Valley (Portugal) [em linha]. *Antiquity*. York. 80: 310. (consultado em 25 de Setembro de 2006). disponível em: <http://antiquity.ac.uk/ProjGall/mercier/index.htm>.

VALLADAS, H.; MERCIER, N.; FROGET, L.; JORONS, J.L.; REYSS, J.L.; AUBRY, T. (2001) - TL Dating of Upper Palaeolithic Sites in the Côa Valley (Portugal), *Quaternary Science Reviews*. Pergamon: Elseviere. 20: 5-9, p. 939-943.

Resumo

Neste trabalho é apresentado o estudo dos primeiros restos de fauna pleistocénicos conservados no Fariseu, um sítio com ocupação do Paleolítico superior da região do Côa. O resultado alcançado, com base nos restos analisados, não permite caracterizar o paleoambiente e os processos de exploração dos recursos animais, dando lugar a uma discussão sobre o significado ecológico do espectro faunístico representado, a distribuição anatómica dos restos, e os agentes responsáveis pela acumulação e alteração dos conjuntos de fauna recuperados. Este estudo apresenta um balanço das perspectivas sobre o conhecimento das modalidades de exploração dos recursos animais da região e enfatiza as limitações impostas por amostras de ossos pouco numerosas, muito fragmentadas, e alteradas.

palavras-chave: Paleolítico superior; Côa; Fauna

O trabalho apresenta o estudo dos restos faunísticos recuperados durante intervenção arqueológica levada a cabo entre Setembro e Outubro de 2005 no sítio do Fariseu, sito na margem esquerda do rio Côa, a cerca de 5Km da sua confluência com o Douro, a meia distância entre os conjuntos de gravuras de Piscos, a montante, e de Vale de Figueira a jusante (Aubry *et al.* 2002: 67; fig. 1).

Os restos aqui analisados constituem o primeiro conjunto de fauna Pleistocénica conservada em sítios de ocupação do Paleolítico superior da região, permitindo uma primeira identificação das espécies presumivelmente exploradas pelas comunidades humanas durante o fim do Tardiglacial /início do Holocénico da região.

Os restos recuperados provêm de duas Unidades estratigráficas (UE 4 e 7), e Limpeza de corte. Os sedimentos escavados nas camadas 4 (a/c) a 7, foram integralmente crivados a água com malha de 2mm. Esta estratégia terá certamente beneficiado a recuperação dos restos de fauna, como evidenciam os pequenos fragmentos de osso não determinado, e a recolha de pequenos ossos de coelho (dentes soltos). Os restos recuperados foram espacialmente referenciados por quadrado, unidade estratigráfica e unidade artificial de escavação (Aubry e Sampaio, no presente volume).

A identificação dos restos foi feita com a ajuda da colecção de referência do Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências (CIPA). Todos os restos de osso e/ou dente foram analisados e incluídos nas contagens. Os restos não determinados a nível específico foram agrupados nas categorias: mamífero de tamanho médio; mamíferos de pequeno tamanho; e indeterminados. Deste modo as proporções relativas da fracção não determinada podem ser comparadas com as das espécies identificadas, das quais possivelmente derivam, contribuindo desta forma para a compreensão de problemas tafonómicos relacionados com a fracturação. Os ossos registados nestas categorias incluem fragmentos de osso longo, dentes, costelas e vértebras, sempre que a identificação a nível específico não pode ser feita com certeza.

Embora não tendo sido objecto de identificação específica, os restos de malacofauna, peixes, aves e micromamíferos foram contados separadamente e incluídos no Número Total de Restos (Tabela 1).

O estado de fusão das epífises dos ossos longos foi registado como indicador ontogénico. As medidas tomadas (Tabela 2) seguem os critérios descritos por von den Driesch (1976).

acta 2

Fauna mamalógica do sítio do Fariseu

Sónia Marques Gabriel

(Unidad de Paleontología, Universidad Autónoma de Madrid, Campus de Cantoblanco. Boleseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IGESPAR I.P.)

Introdução

Material e métodos

tabela 1 Restos de dentes e ossos recuperados na Unidade 4 e Limpeza de corte. Percentagens calculadas apenas para os restos identificados.

	Ue 4			Ue 7			Ue 7		
	Nisp	(NMI)	%	Nisp	(NMI)	%	Nisp	(NMI)	%
<i>sus scrofa</i> (Linnaeus, 1758)	1	(1)	1.3	-	-	-	-	-	-
<i>cervus elaphus</i> (Linnaeus, 1758)	3	(1)	3.9	-	-	-	-	-	-
<i>rupicapra sp.</i> (Linnaeus, 1758)	1	(1)	1.3	-	-	-	-	-	-
<i>orytolagus cuniculus</i> (Linnaeus, 1758)	68	(2)	89.4	1	(1)	100	-	-	-
<i>sciurus vulgaris</i> (Linnaeus, 1758)	3	(1)	3.9	-	-	-	-	-	-
total identificado	76	(6)		1	(1)		-	-	-
mamífero de tamanho médio	249			2			-		
mamífero de pequeno tamanho	127			1			-		
indeterminados	218			-			2		
total não determinados	594			3			-		
outras categorias de fauna									
malacofauna	1			-			-		
peixes	3			-			-		
aves	1			-			-		
micromamíferos	6			-			-		
TOTAL	681			4			2		
NTR	687								

tabela 2 Medidas tomadas nos espécimes identificados no sítio do Fariseu, seguindo von den Driesch (1976).

	Nisp	Osso	Lado	U.E.	Quad.	Na	Medidas (mm)
<i>cervus elaphus</i>	1	AST	E	4	E81	3	GLI: 53.2
<i>orytolagus cuniculus</i>	1	ESC	D	4	F80	5	SLC: 4.29
	1	ESC	E	4	H81	3	LG: 8.91; BG: /,70
	1	RAD (diáfise)	D	4	E80	4	Bd: 5.57
	1	AST	E	4	E80	2	GB: 6.37; GLI: 11.41; Bd: 3.03

tabela 3 Distribuição esquelética de *Oryctolagus cuniculus* na Unidade 4. Os dentes foram excluídos do esqueleto cranial. S: Superior; I: Inferior

	Nisp	%	
Craniano	17	34.6	
Axial	1	2.0	
Membros anteriores	S	10	20.4
	I	2	4.0
Membros posteriores	S	15	30.6
	I	4	8.1

Resultados

Unidade 4 (a/c)

Foi analisado um Número Total de 687 restos, maioritariamente acumulados na área de 6 metros quadrados escavada no sector E/F-80 e E/H-81 (fig. 2). A amostra recuperada na Unidade 4 (a/c), totaliza 681 restos, dos quais cerca de 11% (76 restos), foi identificado taxonomicamente (Tabela 1). O coelho predomina sobre as restantes espécies identificadas, cujas contribuições apenas mostram a sua ocorrência.

A malacofauna consiste num resto de concha não identificada.

Os restos de peixes são 3 pequenas vértebras não identificadas, uma das quais fragmentada, um fragmento do complexo hypural, e uma vértebra caudal.

O resto de ave não identificado é um fragmento da diáfise de um tarso-metatarso e mostra sinais de fogo.

Os 6 restos de micromamíferos são 5 costelas e um fémur não identificados.

A fracção não determinada compreende pequenos fragmentos erodidos (71%), presumivelmente derivados das espécies identificadas. Parte destes (9%) mostra dissolução da superfície. Uma pequena percentagem (menos de 1%) são fragmentos de osso produzidos por percussão e/ou fractura intencional dos ossos (fig. 3). Outra (1.3%) mostra sinais de corte (fig. 4).

Javali

Sus scrofa (Linnaeus, 1758)

Foi identificada uma terceira falange, queimada (E81 - na1). Este é o único osso que atesta a presença da espécie. As marcas de fogo podem relacionar-se com a deposição antropogénica do depósito (Lyman, 1994).

Veado

Cervus elaphus (Linnaeus, 1758)

A amostra de veado integra três restos: um fragmento do osso piramidal esquerdo (U4c E81 (Na1), um astrágalo esquerdo (C4 E81 (Na3), e um fragmento distal de uma primeira falange (U4 F80 (Na5).

A superfície do osso piramidal encontra-se parcialmente queimada e fragmentada. Tanto o astrágalo (fig. 5), como o fragmento de falange exibem superfícies erodidas.

Camurça

Rupicapra rupicapra (Linnaeus, 1758)

Apenas foi identificado um dente incisivo da mandíbula esquerda, que corresponde a 1.3% dos restos determinados e representa, pelo menos, um indivíduo desta espécie (Tabela 1).

Coelho

Oryctolagus cuniculus (Linnaeus, 1758)

O coelho é a espécie predominante na amostra, tanto em número de espécimes identificados (68 Nisp, 89.4% do total identificado), como em número mínimo de indivíduos estimado (2 NMI- Tabela 1).

A distribuição esquelética dos restos mostra que estão representados esqueletos inteiros, com valores mais altos, possivelmente inflacionados pela fracturação, dos elementos cranianos (34.6%), e dos membros superiores (anterior: úmero, rádio, ulna (20.4%); e posterior (30.6%), i.e, Fémur, tibia. (Tabela 3).

Os ossos longos não aparecem completos. De um modo geral, as diáfises estão fragmentadas e separadas das epífises (fig. 6).

O estado de fusão das epífises analisadas indica que estão representados indivíduos adultos. Cerca de 12% dos ossos de coelho exibem erosão nas superfícies, e 13% mostram sinais de dissolução semelhantes às observadas na fracção não determinada. Este tipo de alterações pode ser provocada pela actividade química de tipo biológico (algas, bactérias, e outros), e/ou por processos químicos relacionados com a água, dos quais podem resultar superfícies com zonas de aspecto "picotado" ou "lixado", e dissolução do perióstio (Brugal, 1994). Uma parte menos importante dos restos (4%) mostra superfícies com raspados e/ou cortes, que devem ser consideradas com cautela, já que o atrito provocado com a matriz sedimentar pode provocar marcas semelhantes (Lyman, 1994).

Esquilo

Sciurus vulgaris (Linnaeus, 1758)

O esquilo está representado por 3 fragmentos (U4.F80 (Na 5): um incisivo e dois restos da mandíbula direita (1NMI. Tabela 1).

Na porção molar, observa-se o M1 ainda na cripta, indicando uma idade até às dez semanas (Faunalbérica.org, 2006).

É provável que a sua presença seja ocasional, e não seja de origem antrópica.

Unidade 7 e Limpeza de corte**Unidade 7**

A amostra recuperada na Unidade 7 é composta por apenas 4 restos, dos quais apenas um foi identificado (Tabela 1).

A porção não identificada é composta por dois fragmentos de osso de mamífero médio e um fragmento de osso de mamífero de pequeno tamanho (Tabela1).

Os três elementos não identificados apresentam erosão da superfície.

Coelho

Oryctolagus cuniculus (Linnaeus, 1758)

Representado apenas por um metatarsiano direito (U7. E81) que apresenta marcas de erosão.

Limpeza de corte

Apenas foram recuperados dois restos indetermináveis, cuja superfície se apresenta erodida.

Conclusão

A amostra determinada na Unidade 4 (a/c) é muito pequena, e não permite discutir a importância relativa das espécies representadas.

Além do coelho, cuja interpretação em contexto arqueológico se revela sempre problemática devido ao comportamento da própria espécie, e à acção dos predadores (Hockett, 2006), o javali, o veado, a camurça, e o esquilo seriam espécies existentes na região.

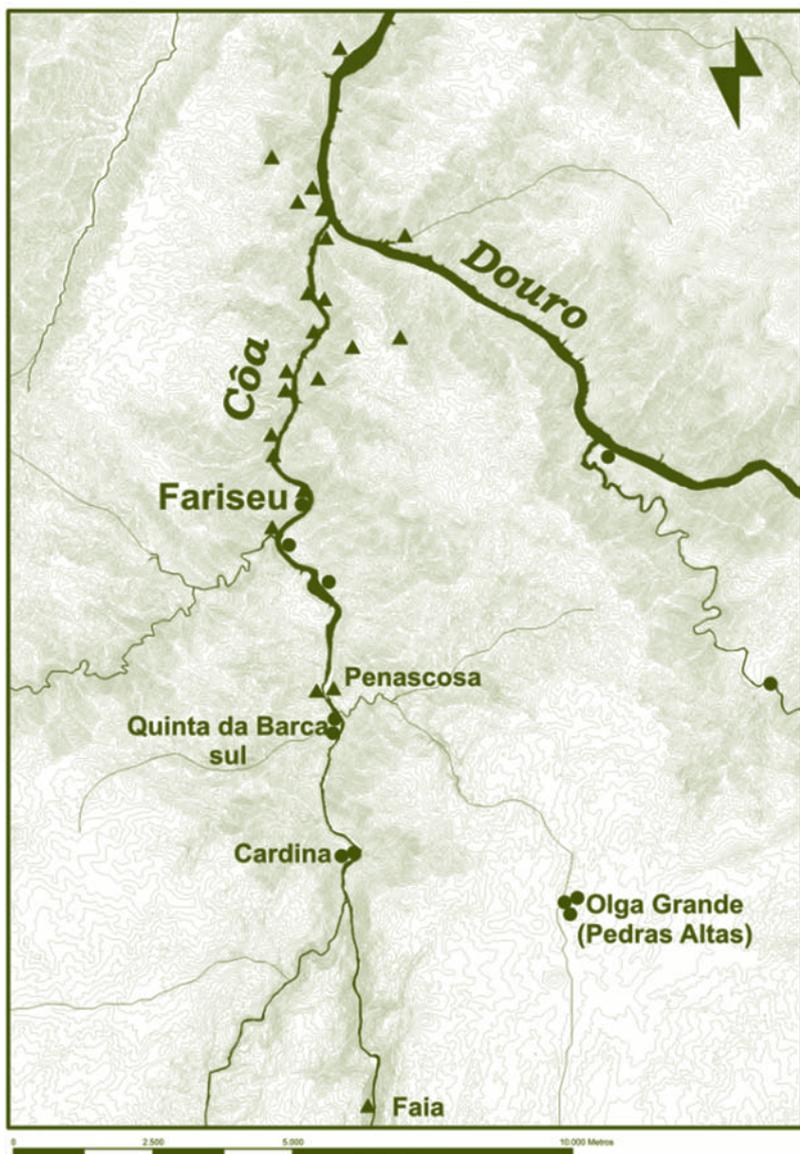
As marcas de fogo, os poucos cortes registados em algumas das superfícies ósseas observadas, e a evidência da acção humana na fractura dos restos, sugerem a manipulação antropogénica do javali, e do veado. Embora não existam evidências directas de manipulação, é legítimo considerar que a presença da camurça no sítio do Fariseu se deva à acção humana. As alterações tafonómicas, nomeadamente o nível de fractura e abrasão/erosão das superfícies ósseas deverão ser ponderado de modo a avaliar o peso das componentes aluviais, coluviais e antrópicas.

Agradecimentos

José Paulo Ruas (IPA-CIPA), a realização das fotografias apresentadas.

Marta Moreno Garcia (IPA-CIPA), a revisão do texto.

Thierry Aubry, o mapa apresentado na Figura 1.



figuras

fig. 1 Localização do sítio do Fariseu relativamente aos rios Côa e Douro.

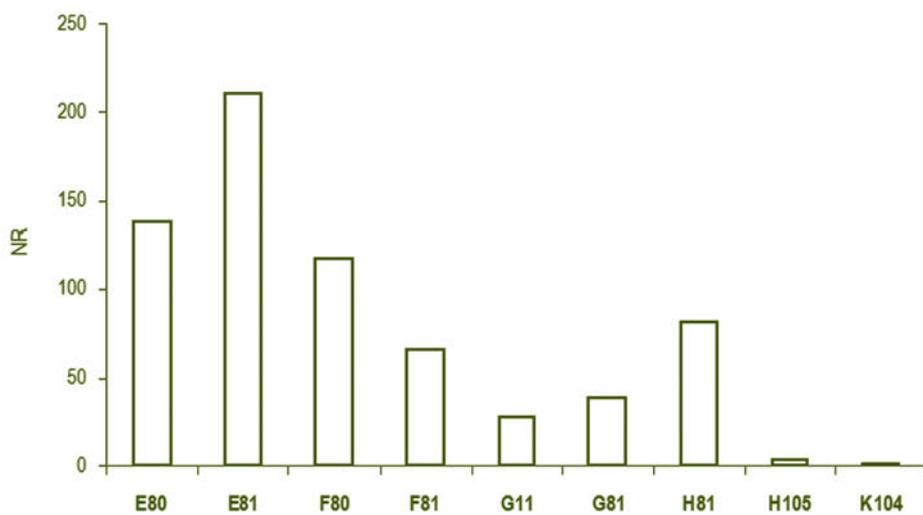


fig. 2 Unidade 4: Número de Restos (NR) recuperados nos sectores E/F-80, E/H-81, H105 e K104.

fig. 3 Esquírola de osso não determinado, produzida por percussão.



fig. 4 Fragmento de osso não determinado, queimado e com marca de corte.



fig. 5 Astrágalo esquerdo de *Cervus elaphus*, com erosão da superfície (em baixo).
Astrágalo esquerdo de *Cervus elaphus*, usado como referência (coleção de referência CIPA).



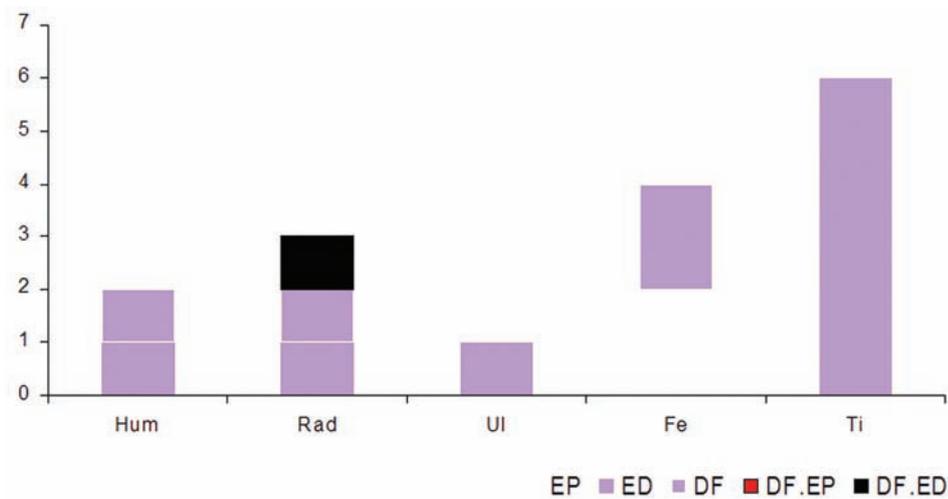


fig. 6 Padrão de Fractura dos Ossos longos de *Oryctolagus cuniculus*.

Ossos longos: Hum (Úmero); Rad (Rádio); UI (Ulna); Fe (Fémur); Ti (Tíbia).

Zonas registradas- EP (Epífise proximal); ED (Epífise distal); DF (Diáfise); DF.EP (Diáfise e epífise proximal: sem ocorrências); DF.ED (Diáfise e epífise distal).

AUBRY, T.; MANGADO, X. L.; SAMPAIO, J. D.; SELLAMI, F. (2002) - Open-air rock-art, territories and modes of exploitation during the Upper Palaeolithic in the Côa Valley (Portugal). *Antiquity*. York. 76, p. 62-76.

BRUGAL, J. P. (1994) - Action de l'eau sur les ossements et les assemblages fossiles. *Artefacts*. Treignes: Centre d'Études et de Documentation Archéologiques. 9, p. 121-12.

DRIESCH, A. von den (1976) - *A guide to measurement of animal bones from archaeological sites*. Harvard: Harvard University (Peabody Museum; 1).

FAUNAIBERICA.org (2006) - *Fauna Ibérica [em linha]*. [consultado em 10 de Setembro de 2006]. disponível em: <http://faunaiberica.org/>

HOCKETT, B. (2006) - Climate, dietary choice, and the Paleolithic hunting of rabbits in Portugal. In BICHO, N. F., ed. - *Animais na Pré-história e Arqueologia da Península Ibérica*. Faro: Universidade do Algarve (Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular), p.137-144.

LYMAN, R.L. (1994) - *Vertebrate Taphonomy*. Cambridge: Cambridge University Press.

bibliografia

acta 3

Estruturação simbólica da arte Gravetto-Solutrense em torno do monte do Fariseu (Vale do Côa)

António Martinho Baptista

André Tomás Santos

Dalíla Correia (Parque Arqueológico do Vale do Côa)

Resumo

O sopé do monte do Fariseu, na margem esquerda do Vale do Côa, é pontuado por três importantes estações com gravuras na sua generalidade da fase antiga da Arte do Côa e cuja cronologia poderá remontar ao período Gravettense e/ou Gravetto-Solutrense: Piscos, Fariseu e Vale Figueira. Os três sítios parecem relacionar-se de maneira diferenciada com o relevo envolvente cujo sopé bordejam e numa clara ligação à linha de água. O objectivo desta comunicação, dando continuidade à análise similar já desenvolvida para os sítios da Penascosa/Quinta da Barca (mais a montante e também no Vale do Côa) é tentar perceber de que forma este facto terá condicionado o ordenamento do repertório figurativo dos diferentes sítios, assim como a sua relevância social nos períodos supracitados.

palavras-chave: Arte paleolítica; Fenomenologia; Fariseu; Piscos; Vale de Figueira;

Introdução

Pretende-se neste trabalho prosseguir a análise da mais antiga manifestação artística (de tempos Gravetto-Solutrenses) do vale do Côa no âmbito de uma perspectiva fenomenológica e hermenêutica, análise essa que começou por ser apresentada precisamente no congresso anterior ao que estas actas se reportam. Nesse trabalho, entretanto traduzido para texto (Baptista, Santos e Correia, 2006), tomando como caso de estudo os sítios de Penascosa e Quinta da Barca, procurámos demonstrar a relação existente entre as rochas, entre estas e a paisagem circundante e entre tudo isto e os indivíduos que as percebiam. Procurámos, de igual maneira, demonstrar como estes aspectos influíam (e construíam) o discurso contido nestes painéis, cuja face mais visível corresponde aos temas (essencialmente animais) aí gravados. Deste modo, pedra de toque fundamental desse trabalho terá sido o estudo da variabilidade temática ao longo dos sítios referidos.

Este último aspecto da análise foi entretanto expandido para todo o Côa, tendo sido apresentado em reunião científica ocorrida em Salamanca em Junho de 2006 e cuja publicação das actas se aguarda. Nesse texto (Baptista, Santos e Correia, n. p.), contudo, devido à sua abrangência não foi possível aprofundar aspectos como os que fundamentariam uma determinada forma de caminhar ao longo do monte do Fariseu, aspecto esse que foi bastante trabalhado em relação à Penascosa e Quinta da Barca no artigo referido acima. Da mesma forma, no texto de Salamanca havíamos-nos referido à área do monte do Fariseu como um importante ponto nodal do “santuário” e, se bem que tal asserção tivesse sido fundamentada.

Não abordaremos aqui os aspectos relativos à definição dos pressupostos teórico-metodológicos que enformam este trabalho porquanto já o fizemos nos trabalhos acima referidos e para lá remetemos o leitor mais interessado. Quanto ao âmbito cronológico do trabalho, como pressupõe o título, focar-nos-emos sobre o período mais antigo das manifestações artísticas do Paleolítico do Côa, também elas já caracterizadas nos trabalhos citados.

A caracterização geo-arqueológica do vale do Côa está já bastante desenvolvida noutros trabalhos, mormente nos que acima referimos, pelo que passaremos imediatamente à descrição das estações que por ora nos debruçamos.

Para quem percorre o Vale do Côa de montante para jusante, o monte do Fariseu apresenta-se como um marco paisagístico de impressionante dramatismo. Esta elevação que se desenvolve a partir do planalto de Vila Nova de Foz Côa corresponde ao maior relevo actual da margem esquerda do Côa neste troço final do rio, sendo a sua imponência particularmente evidente quando nos encontramos no vale, sobretudo se dele nos aproximarmos por montante (Foto I). Este esporão geologicamente integrável na formação da Desejosa (Silva e Ribeiro, 1991: 14) tem uma cota máxima de 415 m, apresentando em toda a sua encosta desniveis bastante acentuados, mais perceptíveis ainda quando comparados com os das encostas a montante como é o caso dos terraços que constituem a maior parte da Quinta de Ervamoira, oferecendo estes um relevo manifestamente mais suavizado. Por outro lado, outra das características que tornam o monte do Fariseu tão impressionante (particularmente, e mais uma vez, para quem vem de montante) são os afloramentos existentes no seu terço superior; correspondem estes a painéis de xisto-metagrauwaques (Silva e Ribeiro, 1991: 14) de tom ferruginoso que contrastam com a coloração esverdeado fluorescente dos líquenes que parcialmente os cobrem. Esta particularidade faz com que o Fariseu não só se distinga pela sua altitude relativa como também pelo facto de ser coroado por tais afloramentos.

O monte é limitado por duas linhas de água que desembocam no Côa, formando estas a montante o Vale da Ribeira de Piscos e a jusante o Vale de Figueira. Uma terceira linha de água surge precisamente a meio do monte, nascendo perto do seu topo; apresenta uma trajectória tendencialmente rectilínea que cria um pequeno vale mais marcado no seu percurso terminal. O canado por ele formado como que parte o monte em dois, sendo tal situação particularmente evidente quando avistada da margem oposta. Na foz desta linha de água forma-se uma praia fluvial, só possível de detectar quando as águas da albufeira do Pocinho baixam a sua cota e o Côa retoma o seu caudal natural.

É na foz de cada uma das três linhas de água referidas acima que se encontram outros tantos conjuntos de rochas com figurações de possível cronologia Gravettense e/ou Solutrense (Figs. 1 e 2). A individualização destes três núcleos torna-se bastante clara quando se efectua o percurso entre as diferentes concentrações de painéis. Efectivamente a distância existente entre cada uma delas define naturalmente estas distintas unidades. Entre a rocha 15 de Piscos (a rocha desta estação situada mais a jusante) e a rocha 5 do núcleo do Fariseu (que corresponde neste sítio à que se localiza mais a montante) distam aproximadamente 830m; por sua vez, para a partir da rocha 1 deste sítio (a que se situa mais a jusante) acederemos à rocha 1 de Vale Figueira (a localizada mais a montante deste núcleo) temos de percorrer cerca 750m. Ora, estas distâncias excedem sempre as que mediam entre as rochas terminais de cada núcleo, sendo estas cerca de 280m na Ribeira de Piscos, 110m no Fariseu e 150m em Vale Figueira. Se ao mesmo tempo que as individualizamos as analisamos em conjunto é porque o monte do Fariseu em torno do qual se estruturam lhes confere uma certa unidade geográfica. Por outro lado, sabemos que o percurso entre as estações na Primavera (quando a vegetação é mais densa) demora menos de uma hora, isto em condições muito mais adversas que no Paleolítico, uma vez que fruto da cota de enchimento da barragem do Pocinho, somos forçados a efectuar-lo pela encosta (e não pela margem).

De fundamental importância para se compreender a importância do monte do Fariseu no contexto do santuário é a relação que este estabelece com o monte de São Gabriel, presença visual dominante em grande parte dos horizontes do Baixo Côa. O monte de São Gabriel corresponde ao ponto mais alto (654m) da região, elevando-se cerca 150m a partir da superfície da Meseta; tal relevo é consequência da sua natureza litológica conhecida na bibliografia como “Formação de S. Gabriel”¹, formação essa que tem origem no Ordovício e corresponde a uma transição gradual da Formação da Desejosa (metassedimentos de

O monte do Fariseu

¹ A formação deve o seu nome ao facto de ser precisamente sob a capela de S. Gabriel que ocorrem as suas rochas mais típicas (Silva e Ribeiro, 1991: 17).

natureza xistosa) para a Formação Quartzítica (Silva e Ribeiro, 1991: 17-18), sendo uma dobra sinclinal onde emergem quartzitos e bilobites, encontrando-se também xistos injectados de quartzo (Ferreira, 1978: 58). O facto do núcleo do Fariseu ser em termos físicos o mais próximo desta formação, sendo o Côa o único obstáculo que os separa transforma-o num local singular em relação às restantes estações. A recolha de dois picos no alto do monte de São Gabriel (informação gentilmente cedida por Thierry Aubry e Jorge Sampaio) idêntico aos exumados em níveis Gravettenses do sítio da Olga Grande 4 e que foram interpretados como materiais utilizados para a execução das gravuras (Aubry *et al.*, 2004: 46) reforça a ligação deste relevo ao santuário.

Se importa perceber a relação entre o monte do Fariseu e o relevo do S. Gabriel, será também de deixar bem claro, que em termos de localização no santuário Gravettense e/ou Solutrense, nos encontramos sensivelmente no centro do mesmo, entre a área Penascosa/Quinta da Barca (situadas a montante) e o grupo Canada do Inferno/Rêgo da Vide (localizado a jusante) (Fig. 1). Também este aspecto poderá ajudar a explicar algumas particularidades deste sector. De fundamental importância para a sua compreensão são, sobretudo, as estações que o compõem. Começamos então por percorrê-las começando pelo núcleo da Ribeira de Piscos. Esta estação deve o seu nome, como se referiu já, à ribeira epónima que a atravessa. Esta linha de água corresponde a um dos mais importantes afluentes da margem esquerda do troço final do Côa. Apresenta, desde que entra na superfície da Meseta, um vale relativamente encaixado e meandrizado [consequência de uma erosão regressiva a partir do Douro (Silva e Ribeiro, 1991: 8)] que lhe confere uma certa “personalidade” local. O sítio arqueológico que aqui importa pertence à freguesia de Muxagata, concelho de Vila Nova de Foz Côa, encontrando-se cartografado na Carta Militar de Portugal, escala 1: 25 000, folha 141; a rocha 1 (situada na margem esquerda da ribeira cerca de 200m da foz) apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 41° 01' 53,34" N; 07° 07' 01,68" O. As 28 rochas registadas neste núcleo possuem uma distribuição bastante heterogénea, sendo que a mais distante, já pertencente ao mundo da Pré-história Recente dista cerca de 700m da foz deste curso de água. Apenas cinco rochas se situam na margem do Côa a jusante da ribeira, sendo que a mais distante se situa a cerca de 200m daquela. Outras quatro localizam-se para montante da desembocadura afastando-se a mais longínqua cerca de 150m. A grande maioria das rochas deste núcleo, em número de 16 distribui-se pela margem esquerda da ribeira num pequeno relevo que surge como um contraforte do monte do Fariseu na sua encosta sul. Finalmente, encontramos outras duas na margem oposta da ribeira.

Para jusante deste núcleo encontra-se o próximo sítio sobre o qual nos debruçaremos – o Fariseu. Administrativamente, o sítio reparte-se por duas circunscrições: a margem direita da ribeira epónima integra-se na mesma freguesia do núcleo acima descrito; já a margem esquerda pertence à freguesia de Vila Nova de Foz Côa. O sítio encontra-se cartografado na mesma folha da Carta Militar de Portugal referida atrás. A rocha 2 (que ocupa uma posição central) possui as seguintes coordenadas geográficas: 41° 02' 19,60" N; 07° 06' 31,52" O; as cotas variam entre os 160m da rocha 15 e os 120m da rocha 1. As rochas com figurações paleolíticas encontram-se na sua maioria distribuída ao longo do terço inferior da vertente leste do monte epónimo; nove delas situam-se na margem do Côa para montante da linha de água que atravessa a estação, sendo que a mais afastada se situa a cerca de 140m; para norte da ribeira estão registados cinco painéis, encontrando-se o mais distante a cerca de 30 m para jusante; uma das rochas situa-se no “interior” de um canado escavado pela ribeira a que nos temos vindo a referir, mais precisamente na sua margem direita, a cerca de 30m da foz actual. Outras quatro rochas completam o inventário deste núcleo; são datadas da Idade do Ferro, localizando-se na margem esquerda da ribeira do Fariseu. Este núcleo adquire particular

relevância pelos trabalhos de escavação aqui realizados frente à rocha 1, painel profusamente decorado com cerca de 86 gravuras, muitas delas sobrepostas entre si; pese este “caos”, as gravuras denotavam uma grande coerência estilística e apresentavam uma patine bastante homogénea, dados que apontavam para a gravação de todo o repertório figurativo num curto espaço de tempo (Baptista, 2001: 240). Para além destes aspectos, já de si sumamente pertinentes, há ainda que ter em conta que o painel se encontrava coberto em cerca de dois terços por níveis arqueológicos intactos; Ora, da análise do material lítico contido na camada 4 desta estação e das datações absolutas sobre materiais provenientes daquelas e das camadas 5 e 6 (que também recobriam o painel) veio-se a verificar que grande parte das gravações da rocha 1 seriam pelo menos anteriores a cerca de 15 000 BP (Aubry, 2002: 35; Mercier et al., 2006; Aubry, 2006: 65)². De destacar ainda o aparecimento de cerca de 50 placas³ gravadas na camada 4 desta mesma estação, camada essa datada de um período situável entre 11 000 e os 10 000 BP (Mercier et al., 2006; Aubry, 2006: 70-71); dado que estas placas apresentam figurações em tudo comparáveis às gravuras do que consideramos corresponder à última fase de gravações paleolíticas do Côa, estas apresentam-se como um óptimo indicador cronológico; contudo, e dentro do contexto deste trabalho, será de reter que dada a exiguidade da área ainda escavada do Fariseu, muitas mais placas irão seguramente aparecer; ora, mais que tudo, este dado informa-nos que durante a fase final do Paleolítico o Fariseu desempenha ainda um importante papel na vida comunitária destas populações, denotando a quantidade de placas já exumadas na restrita área escavada a existência de acções que envolveriam a deposição e (re)utilização de possivelmente milhares de placas, o que só se explicará se pensarmos em actividades de amplo carácter colectivo.

Voltemo-nos agora para o núcleo que marca o limite setentrional do monte do Fariseu – Vale de Figueira. Ora, a primeira coisa a ter em conta é que, *stricto sensum*, as rochas que aqui nos interessam não se situam já no relevo que aqui nos importa; contudo, como dissemos atrás, a ribeira que dá nome ao sítio limita aquele relevo, e como se verá, é a partir daqui que se começa a desenvolver o núcleo; de certa maneira, se as rochas não se encontram já no monte do Fariseu, constituem, no entanto, uma sua extensão. O sítio está cartografado na mesma folha da Carta Militar dos sítios atrás referidos, integrando administrativamente a freguesia de Vila Nova de Foz Côa. A Rocha 1 que se situa precisamente no vértice da confluência da ribeira epónima (na sua margem esquerda) com o Côa apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 41° 02' 36,43" N e 07° 06' 55,63" O. A Rocha 5 possui a cota mais baixa da estação (120 m) sendo que a cota mais elevada corresponde aos 135 m da rocha 2. Estão inventariadas 6 rochas distribuídas junto à margem do Côa, sendo que quatro se situam para jusante da foz da ribeira, já no sopé do monte Texugo (ou monte do Texugo), encontrando-se a mais afastada a cerca de 300m da linha de água referida.

Observemos agora, estação a estação, as rochas sobre as quais iremos trabalhar.

Começemos por Piscos. Aqui, das 28 rochas existentes, vinte e três são datáveis do Paleolítico superior; destas apenas cinco possuem representações que estilisticamente se integram no período Gravetto-Solutrense e por isso serão as que serão tidas em conta neste ensaio. A rocha 1 é a única que se situa no interior da ribeira, na sua margem esquerda a cerca de 200m da sua foz encontrando-se orientada para o curso de água. As restantes estão todas na margem do Côa apresentando-se os painéis voltados para este. Duas estão a montante da foz da ribeira e as últimas para jusante daquele ponto. As primeiras correspondem às rochas 24 e 16, situadas respectivamente a 100 e 75 m aproximadamente da foz da linha de água. As rochas situadas a jusante são a 13 e a 15, sendo de destacar a primeira pelo painel seleccionado e pela dimensão dos motivos aí executados que ainda hoje são visíveis da margem do rio. Este painel situa-se a aproximadamente 25m do actual leito do Côa e a 125 m

² Trata-se de um *terminus ante quem*. A datação cronológica por nós proposta para este painel e para este tipo de gravuras é sustentada por outros dados por nós discriminados nomeadamente nos textos referidos no nosso ponto 0.

³ Duas destas placas encontram-se publicadas (Garcia e Aubry, 2003), encontrando-se fotografias de outras três em Aubry, 2006, 68-69.

da foz da ribeira. Já a Rocha 15 distancia-se um pouco mais do ponto atrás referido estando a cerca de 200 m para jusante. Todos os painéis se orientam para as linhas de água que os bordejam (a ribeira de Piscos no caso da rocha 1 e o Côa nos das restantes).

A estação do Fariseu possui um total de 19 rochas, sendo que 15 pertencem ao Paleolítico superior e apenas 6 destas serão atribuíveis estilisticamente ao período Gravetto-Solutrense. Todas as superfícies gravadas, e ao contrário do que habitualmente acontece, apresentam a superfície num plano perpendicular ao curso do Côa. Como já referimos a Rocha 2 situa-se a cerca de 30m da foz da ribeira na sua margem direita, sendo mais uma vez a única seleccionada para se situar no interior da linha de água e paralela a esta. Excepcional é também a sua orientação para norte contrastando com as restantes que se orientam para sul. Para montante da linha de água do Fariseu existem duas rochas: a 5 e a 3, que se distanciam da foz cerca de 75 e 40 m respectivamente. Mais próximas estão as demais rochas que correspondem à rocha 6, 1 e 19, formando um conjunto a apenas a 50 m para jusante da foz da ribeira.

O último sítio sobre o qual nos debruçamos (Vale Figueira) possui como já referimos um total de 6 rochas, sendo que 5 são atribuíveis ao Paleolítico superior. Destas, apenas 4 são integráveis neste estudo pelos motivos análogos aos referidos nos restantes núcleos. A Rocha 1, como já mencionámos, situa-se na margem esquerda da Ribeira de Vale de Figueira e precisamente junto da confluência com o Côa. Esta rocha possui dois painéis distintos, a saber – um que se orienta para a ribeira e outro já paralelo ao curso do Côa. As rochas 2, 6 e 5 situam-se na margem do Côa para jusante da ribeira que dá nome à estação, sendo a última a que delimita a estação, encontrando-se a cerca de 300 m da rocha 1. Os painéis das últimas três rochas encontram-se todos voltados para o Côa.

Percursos possíveis

Várias observações são pertinentes antes de passarmos à análise propriamente dita. Como verificámos em trabalho anterior, as indicações para correctamente caminharmos são-nos dadas, entre outros factores, pelas orientações dos animais presentes nos painéis (Baptista, Santos e Correia, 2006: 162). Nos casos presentes, partiremos do mesmo pressuposto. Contudo, como veremos, encontramos algumas excepções que poderão ser pertinentes, seja porque não se explicam facilmente, seja porque outros factores as poderão explicitar e consequentemente serem passíveis de se interpretarem como congruentes num todo que é o discurso que pretendemos compreender. Antes de continuarmos o raciocínio, observemos as estações uma a uma.

Começemos por Piscos. Aqui, a disposição dos painéis permite a sua visualização de norte para sul ou no sentido inverso com uma inflexão para o interior da ribeira de Piscos para se aceder à rocha 1. Observemos então a tabela seguinte:

Rocha	Eq.		Bov.		Bodes		Camurças		Veados		Quad.		Total parcelar		Total	
	e.	d.	e.	d.	e.	d.	e.	d.	e.	d.	e.	d.	e.	d.		
24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1
16	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	2
1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
13	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3
15	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	2	3
Total parcelar	1	1	1	2	0	1	1	1	1	1	1	1	0	5	6	
Total	2		3		1		2		2		1		11			

tab. 1 Distribuição dos temas e respectivas orientações pelas rochas gravetto-solutrenses da Ribeira de Piscos.

O primeiro dado que nos salta à vista é a exiguidade da amostra, em particular se comparada com as das estações apresentadas no ano anterior. Contudo, é esse o número que temos e é com esse que há que trabalhar. Mais relevante talvez, seja o facto de para montante da ribeira o somatório das figurações presentes nas duas rochas aí existentes [rochas 24 (Foto II) e 16 (Fig. 3)] nos remeter para montante (isto é, para a esquerda) enquanto na margem oposta da ribeira de Piscos [rochas 13 (Fig. 4) e 15 (Fig. 5)] a situação é claramente inversa. Verificamos ainda que aparentemente nada nos indica a inflexão para a ribeira de Piscos [rocha 1 (Fig. 6)] nem a saída da mesma. Dada a situação geográfica da estação no Côa e tendo em conta o que verificámos o ano anterior e o que vamos observar seguidamente, tendemos a admitir que nos faltam dados na zona a montante da foz de Piscos, e que originalmente, existiriam aí animais que nos remeteriam para jusante; na verdade, o topo da rocha 24 encontra-se bastante mutilado, não sendo mesmo possível verificar-se a espécie do animal aí picotado; já a forma como se acederia à rocha 1 corresponde a assunto que abordaremos mais adiante. No Fariseu, encontramos (actualmente, pelo menos) uma distribuição de rochas semelhante à de Piscos: duas rochas para montante da ribeira do Fariseu [rochas 5 (Fig. 7) e 3 (Fig. 8)], três (até ver) para jusante [rochas 19, 6 (Fig. 9) e 1 (Fig. 10)] e uma na própria ribeira [rocha 2 (Fig. 11)]. Aqui, a forma de se olhar para todas as rochas sequencialmente não tem que ver com a orientação dos animais mas com a própria geomorfologia da estação; como referimos já, os painéis do sítio encontram-se dispostos perpendicularmente ao rio, pelo que se percorridos de sul para norte, encontramos sempre uma relação de intervisibilidade entre eles, situação que, evidentemente não se observa se caminharmos a partir do sentido inverso. Deste modo, admitimos que no núcleo do Fariseu, as orientações dos animais a terem alguma importância será ao nível dos preceitos a cumprir “à saída” de cada rocha. Por exemplo, ao deixarmos a rocha 5 para nos aproximarmos da 3, deveríamos passar à direita da primeira (por onde nos reenvia o cavalo e veado aí representados). Ainda não dispomos de dados suficientes para valorizarmos com o rigor necessário este aspecto. Contudo, na Canada do Inferno encontramos uma situação do mesmo tipo (Baptista, Santos e Correia, n. p.). Também no Fariseu se coloca o problema da inflexão para o interior da ribeira; na verdade, a rocha aí existente não constrói nenhuma relação de intervisibilidade com qualquer uma das outras. Assim, podemos admitir uma de duas coisas: ou as rochas imediatamente precedentes em ambas as situações partilhariam características comuns ou de algum modo, se assume que a existência de rochas historiadas no interior das ribeiras era algo dado como garantido por quem em períodos coevos da execução das gravuras as experienciasse. Em abono da primeira hipótese, não podemos deixar passar em claro algo que, por mais duvidoso que se nos afigure, pode ser considerado relevante até determinado ponto, a saber – em Piscos, a rocha imediatamente anterior à ribeira é a 16. Por outro lado, no Fariseu, a que se encontra imediatamente antes da rocha 2 trata-se da 3. Aparentemente nada as une, mas se admitirmos que o sulco curvo existente no painel direito desta última corresponde a uma metonimização de um cavalo reduzido à sua cervice-dorsal, então em ambas as situações teríamos o mesmo número de figuras orientadas para a direita e para a esquerda. Se tivermos em conta que na Quinta da Barca a rocha 7, que apresenta essa mesma característica, foi interpretada como sinal da existência de dois caminhos alternativos, encontraríamos aqui a mesma situação, ou seja, tanto a rocha 16 de Piscos como a 3 do Fariseu indicariam a existência de uma alternativa em frente: a inflexão do rio e a continuação pela margem do Côa. Contudo, como atrás dissemos esta hipótese, se bem que tentadora, é duvidosa, na medida em que a potencial indicação semiótica de alternativa próxima em rochas com igual número de figurações viradas para a direita e para a esquerda não se verifica sempre. Assim o demonstra, entre outros exemplos, a rocha 1 de Piscos que na sua continuação não tem

qualquer alternativa. Deste modo, parece-nos mais provável a segunda hipótese interpretativa, ou seja, a existência de rochas no interior das ribeiras que cortam os núcleos poderia ser assumida de antemão. Na verdade, se algo em comum existe em todas as estações da margem esquerda do Côa esse algo é a existência de rochas nas ribeiras, sendo que para elas somos conduzidos tanto na Quinta da Barca (Baptista, Santos e Correia, 2006: 164-165) como na Canada do Inferno (Baptista, Santos e Correia, n. p.). Já uma vez escrevemos que determinados níveis de interpretação de um sítio poderão ser dependentes do conhecimento prévio de outros (*idem, ibidem*). Ora, isto poderá aplicar-se não só à interpretação em si mas também à forma de andar pelos sítios. Ou seja, o contínuo encaminhamento do caminhante para o interior das ribeiras poderá ser considerado redundante; neste sentido não deixa de ser relevante que esse encaminhamento só se dê nas estações terminais do santuário. Contudo, o conhecimento prévio de que existem rochas nas ribeiras ser dependente da experientiação de sítios onde para lá somos encaminhados levanta um outro problema, a saber – havendo um núcleo com várias rochas na ribeira (Quinta da Barca) e um outro onde apenas uma se encontra (Canada do Inferno) como saber então se nos casos que agora encontramos apenas existiria uma ou mais. Ora, uma possível explicação para este dilema encontra-se na premissa de que “In many cultures there is an art to movement in the landscape and the manner in which places should be encountered from the “right” or socially prescribed direction” (Tilley, 2004: 26). Ora, tendo-se este aspecto em conta e admitindo-se, como parece, que a direcção prescrita como correcta para se encontrar o sítio de Fariseu seria a partir de Piscos, aí encontramos algo que poderá neste contexto advertir-nos para a partir deste ponto apenas se encontrar uma rocha por ribeira – referimo-nos à rocha 1 desse sítio. Linhas atrás, a ela apontámos como exemplo de painel em que o mesmo número de figurações viradas para a direita e para a esquerda não implicaria em seguida a existência de duas opções de caminho; não só isso se verifica *ipso facto* como do ponto de vista da construção gráfica, nos encontramos perante uma composição única; na verdade, não só observamos o mesmo número de figurações viradas para ambos os lados, como essas pertencem ao mesmo tema (cavalos) e se cruzam nas cabeças (comportamento naturalista dos cavalos designado *grooming*)⁴; poderá o conjunto de todas estas características que torna esta rocha única levar a que esta seja encarada como indicador semiótico de fim? Precisamente porque a interpretação e a forma de andar ao longo das estações está dependente da informação colhida previamente, podemos aventar a hipótese de, assim como depois da Quinta da Barca se poder tornar redundante a indicação da existência de rochas nas ribeiras, a partir de Piscos da mesma forma se torna a indicação de que apenas existe uma. Claro que dito isto é legítimo perguntarmo-nos porque essa redundância se manifesta então na Canada do Inferno. Bom, se tivermos em conta que é precisamente aí que, após a ribeira de Piscos mais temos que caminhar desde a foz da ribeira (a Canada do Inferno, propriamente dita) até ao sítio onde se localiza a rocha no interior da mesma (cerca de 180 m, por oposição aos 35 m do Fariseu e aos cerca de 1,5 m de Vale de Figueira) não estranharemos tanto tal situação. Posto isto, deixemos a estação do Fariseu e a sua rocha 1 (último painel a ser visualizado) e continuemos a percorrer o monte até à linha de água que marca o seu limite setentrional. Corresponde esta ao último núcleo por nós abordado neste trabalho – Vale de Figueira. Aqui, as rochas historiadas de cronologia gravetto-solutrense não se distribuem pelos dois lados da ribeira epónima; pelo contrário, esta última marca o início da estação, sendo na sua margem direita que encontramos a rocha 1; esta, por sua vez não se encontra em absoluto no interior da ribeira; na verdade, nesta formação rochosa reconhecem-se dois painéis, um virado de facto para a linha de água subsidiária (Foto III) e outro adjacente que se orienta para o Côa. Como veremos posteriormente, este dado é sumamente significativo porquanto a variação

⁴ Encontramos uma outra situação de cruzamento ao nível das cabeças apenas na rocha 6 da Faia; aqui, contudo, essas cabeças pertencem a espécies distintas – cavalo e auroque – e verifica-se para além destes dois animais a existência de um terceiro de espécie indeterminada (Baptista, 1999: 156).

temática entre um lado e outro é bastante pertinente. Deixando por agora tal assunto e debruçando-nos de momento sobre o percurso que por aqui se faria e a sua relação com as figurações presentes nas rochas, observemos a tabela seguinte, onde se discriminam as rochas segundo a sua disposição de sul para norte:

Rocha	Eq.		Bov.		Veados		Quad.		Total parcelar		Total
	e.	d.	e.	d.	e.	d.	e.	d.	e.	d.	
1a	0	0	0	4	0	0	0	2	0	6	6
1b	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
6	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1
5	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
Total parcelar	0	1	0	5	0	1	0	3	0	10	
Total	1		5		1		3		10		

tab. 2 Distribuição dos temas e respectivas orientações pelas rochas gravetto-solutrenses de Vale de Figueira.

Como se pode verificar, quanto às orientações dos motivos presentes no núcleo estes não oferecem qualquer dúvida quanto à direcção para onde nos enviam: de montante para jusante. Contudo, se este facto nos isenta de nos alongar sobre essa problemática em particular, será no entanto de sublinhar uma característica subtil mas sumamente curiosa. Se compararmos a relação dos painéis gravetto-solutrenses do Côa ao longo das suas margens, verificamos que este é o único caso em que o painel situado na ribeira se situa mais perto do rio que os que se localizam nas margens do mesmo, como se por um momento as coisas de invertessem ou mudassem de sentido, ou talvez melhor expressando, fossem acrescidas de um outro sentido! Se tivermos em conta que a última vez que ocorreu a situação de as gravuras de um núcleo se começarem a distribuir a partir da foz da “sua ribeira” foi na Quinta da Barca e que esse é o sítio por excelência do acréscimo de sentido, da viragem da agulha, da mudança de margem... Bom, talvez não seja extemporâneo interpretarmos o núcleo de Vale de Figueira como o marco de final/início de etapa (interpretativa)!

Mas que etapa? E se fim, de que início? E também, se início, com que fim? Tratam-se de questões suficientemente pertinentes para que delas nos ocupemos. Contudo, algo ainda há a dizer, até para que com mais rigor sobre essas problemáticas nos debrucemos. Referimo-nos ao estudo da variabilidade temática ao longo destas estações, assunto que abordaremos seguidamente.

A este nível, o núcleo de Piscos é sumamente sugestivo (Gráfico 1), destacando-se pela presença de apenas um capríneo, gravado na rocha situada mais a jusante (rocha 15). E se dizemos que por esta razão o núcleo de Piscos se destaca é porque temos em conta a importância deste animal nos sítios da Penascosa, Quinta da Barca (Baptista, Santos e Correia, 2006: 166-173) e mesmo na Canada do Inferno (Baptista, Santos e Correia, n. p.). Em relação às outras espécies, o auroque é o animal mais representado (três exemplares representados na rocha 13); por outro lado, veados, cavalos e camurças apresentam-se gravados em mesmo número (2). Ao nível da variabilidade temática deste núcleo devem salientar-se ainda outros dados pertinentes: cavalos, camurças e auroques encontram-se em rochas monotemáticas (rochas 1, 16 e 13 respectivamente); por outro lado, é extremamente significativo que os veados apareçam junto de um caprídeo. É que, pese o facto de não podermos definir com rigor o sexo deste último animal, podemos aventar que a ausência de

Variabilidade temática

vestígios de corno que poderiam aparecer no sector central direito do painel podem apontar para que nos encontremos perante uma fêmea. Ora bem, a verificar-se tal situação não podemos deixar de nos lembrar da unidade simbólica da ribeira da Quinta da Barca (Baptista, Santos e Correia, 2006: 168). Na verdade, tanto aí como na rocha sobre a qual agora nos debruçamos os veados aparecem associados a cabras, encontrando-se os machos desta espécie ausentes. Contudo, e voltamos a frisar, infelizmente estamos perante uma mera hipótese de trabalho que será necessário averiguar com outros exemplos. Agora, não podemos é deixar de salientar que a rocha 15 de Piscos se trata da única superfície do núcleo não monotemática (mesmo a rocha 24, na medida em que só apresenta um animal, embora não identificado, também está nesta situação).

Embora sabendo que ainda há rochas por estudar no Fariseu (a rocha 19, por exemplo, cuja exiguidade da área escavada não permitiu o seu desenho) e provavelmente também por exumar, a verdade é que dispomos já de uma grande quantidade de motivos identificados que nos proporcionam alguma segurança estatística. Tendo estes aspectos em conta, observemos o gráfico 2. O elemento que mais nos salta à vista é o equilíbrio patente ao nível da frequência de equídeos (22%), bovídeos (21%) e capríneos (21%). Trata-se de uma situação que reflecte em certa medida a da Penascosa e sobretudo a da foz da ribeira da Quinta da Barca (Baptista, Santos e Correia, 2006: 166-167). Neste contexto é de toda a relevância lembrar os paralelismos passíveis de serem encontrados entre a rocha 1 da Quinta da Barca e a 1 do Fariseu. Referimo-nos, por um lado, às claras evidências formais – tratam-se das superfícies mais profusamente historiadas de todo o Vale do Côa, aparecendo-nos à primeira vista como amálgamas caóticas de linhas onde poucos animais são reconhecíveis. Por outro lado, e julgamos ser este facto de elevada pertinência, do ponto de vista temático correspondem estas rochas às únicas de todo o santuário onde se encontram representados auroques que são indubitavelmente do género masculino.

A variabilidade temática de Vale de Figueira é também bastante sugestiva e justifica perfeitamente que façamos alguns comentários sobre o assunto. O dado que mais se salienta quando observamos o gráfico 3 é o claro domínio dos auroques. De reter também será o facto de que dois dos quadrúpedes não identificados não o são intencionalmente; ou seja, na sua origem não foram acabados. É evidente que tal situação se poderia explicar se admitirmos que teriam sido completados, por exemplo, através da pintura (como é o caso de alguns pormenores anatómicos dos auroques da rocha 6 da Faia); contudo, julgamos que por uma questão de maior “eficácia interpretativa”⁵ será preferível inclinarmo-nos para a hipótese de que existiu, de facto, a intenção de não explicitar estes motivos. Por fim, será ainda de relevar outro aspecto que intensifica ainda mais a nossa ideia de que o núcleo de Vale de Figueira é, em muitos dos seus aspectos, um caso exótico no contexto do Côa – referimo-nos neste caso específico à ocorrência de uma fêmea de veado, única representação desta espécie no sítio, sabendo que entre estes cervídeos predomina no Côa deste período, a gravação dos machos. Para lá destes aspectos, um outro que é comum a todos os núcleos será de toda a relevância salientar, a saber – a ocorrência de uma rocha monotemática no interior de cada uma das ribeiras que os atravessam. Assim, em Piscos encontramos a rocha 1 e os seus magníficos cavalos (Baptista e Gomes, 1997: 318), no Fariseu a rocha 2 e o seu imponente veado e em Vale de Figueira no painel A da rocha 1 (o que se encontra virado para a ribeira) alguns dos auroques mais sugestivos do Côa. Esta rocha apresenta ainda a particularidade de nela se encontrar um interessante signo⁶ e de ser aí que se reconhecem também os quadrúpedes intencionalmente inacabados referidos acima. Tendo-nos referido a esta “regra” do monotematismo das rochas das ribeiras, podemos agora talvez explicar o porquê dos animais inacabados; na verdade, poderá o signo aqui presente conter a informação que completaria

⁵ Quanto ao conceito de “dispêndio interpretativo”, consultar Eco, 1990, 96-112.

⁶ Sem qualquer paralelo evidente, pode ser descrito globalmente como um rectângulo definido em cima por uma linha côncava, sendo os seus lados menores definidos por uma banda vertical segmentada por pequenos sulcos perpendiculares aos seus eixos maiores – a ter um apêndice superior poderia integrar o grupo definido pela chave IVb de Sauvet et al., Sauvet e Włodarczyk (1977: 546, tableau I).

aquela contida nos quadrúpedes? Até ao momento, estas não passam de perguntas a que dificilmente podemos responder com clareza. De relevar é outro facto sumamente interessante: os animais presentes em cada uma destas ribeiras correspondem àqueles que constituíam a maioria temática da ribeira da Quinta da Barca, continuando portanto ausentes os machos de *Capra pyrenaica* (Baptista, Santos e Correia, 2006: 168).

O primeiro aspecto a ter em conta prende-se com a questão do tema dominante; assim, verifica-se que os limites do monte (Piscos e Vale de Figueira) são dominados pelo auroque enquanto o centro do monte (núcleo de Fariseu) se caracteriza por um equilíbrio notável entre estes, cavalos e cabras; outro aspecto que será de ter em conta é que é também no centro do monte que a variabilidade temática é mais acentuada. Contudo, se é verdade que existem mais espécies representadas em Fariseu que em Piscos e Vale de Figueira, nenhuma existe que aí seja exclusiva. Na verdade, se não existem camurças e cabras em Vale de Figueira, estas foram gravadas em Piscos. Por outro lado, se tivermos em conta não apenas a espécie como também o sexo das representações, verificamos que também aí a variabilidade é bastante sugestiva. Assim, verificamos que tal como em relação às espécies, temos representações não exclusivas mas que só aqui aparecem em conjunto: cabras e bodes quando apenas um destes géneros aparece em Piscos (o animal da rocha 15) e veados machos e fêmeas (o macho aparece em Piscos na rocha 15 e a fêmea em Vale de Figueira na rocha 5). É também ao nível dos géneros que podemos discernir a única particularidade temática do Fariseu, a saber – a referida existência de auroques machos. Em resumo, o núcleo de Fariseu aparece-nos como uma estação que faz a síntese entre as estações que o ladeiam, acrescentando apenas, ao nível da informação o auroque macho. Outra forma de relevar de sobremaneira a importância do núcleo do Fariseu na semiótica microlocal (isto é, a nível do monte) é a comparação da quantidade de informação aí presente com a que se encontra nos sítios que o ladeiam. Assim, se observarmos o gráfico 4, reparamos que no Fariseu se encontra 79% da informação dispersa por todo o monte, percentagem essa que certamente aumentará assim que se puder continuar o estudo do painel 19 entretanto descoberto (rocha 19).

Obviamente que, com toda a pertinência, é legítimo o acto de nos interrogarmos sobre o porquê da concentração de todas essas características acima referidas naquele local em particular. Pois bem, o primeiro aspecto a ter em conta é o que se prende com a audiência; na verdade, é a antiga característica de praia fluvial que permitiria a este local o acesso a um maior número de pessoas que os sítios imediatamente a montante e jusante. Outro aspecto a ter ainda em conta é o da própria fisiografia do monte: como todos os núcleos a que nos temos vindo a referir, a distribuição das rochas é estruturada em função das linhas de água que desagüam no Côa; ora, esta em particular nasce no topo do monte fendendo-o de uma maneira que reforça ainda mais o dramatismo que a sua própria massa lhe confere. Será ainda de ter em conta a relação topográfica com outros elementos impressionantes da paisagem, em concreto o monte de S. Gabriel em frente do qual se encontra, mais precisamente da sua vertente oeste; ora, este *inselberg* corresponde ao maior relevo da região, marcando de sobejá maneira toda a paisagem perceptível desde os planaltos de Freixo de Numão até aos contrafortes da Marofa. Finalmente, será de ter também em conta a posição do sítio no contexto do santuário, ocupando uma centralidade que não terá sido seguramente descurada na altura de aí se gravar. Em suma, pensamos que a conjugação destes factores, a saber – a centralidade do sítio, a possibilidade de abrigar uma audiência razoável, a existência da ribeira supracitada e o afrontamento do monte de S. Gabriel – terá feito deste sítio uma enorme

Análise relacional

reserva de conotações analógicas e metafóricas que terão potenciado a sua manipulação por intermédio (pelo menos) da arte rupestre.

Uma análise a maior escala permite-nos tecer considerações sobre aspectos cuja análise local por si só não permitiria observar. Entre esses aspectos deve contar-se o reforço da ideia já transitada aquando da apresentação do trabalho sobre a Penascosa/Quinta da Barca e que consiste na ligação entre o tema bode e a possibilidade de grandes audiências; outro aspecto interessante tem que ver com facto de em nenhuma das ribeiras agora focadas aparecer qualquer representação daquele tema, situação que reflecte o que já se passava na ribeira da Quinta da Barca; também paralelizável com uma outra característica temática desta unidade simbólica é a ligação entre a cabra e o veado de cuja associação poderá ser exemplo a rocha 15 de Piscos. Finalmente, será de destacar a evidência de que aparentemente a representação de auroques machos está dependente da existência de uma concentração “anormal” de figurações numa área restrita e de um equilíbrio entre as três espécies mais representadas deste período no Vale do Côa; é este o caso dos únicos exemplos existentes no Côa onde tal tema se encontra representado: na unidade simbólica da foz da ribeira da Quinta da Barca e no Fariseu. A pergunta que agora se coloca é o porquê do paralelismo entre estes dois sítios; na verdade, este é um aspecto que não se pode encontrar nas características topográficas ou outros aspectos daí decorrentes como é o caso da possibilidade de grandes audiências que o primeiro dos casos acima referidos não permite. Inversamente, outros núcleos existem que possibilitam a ocorrência de um grande número de pessoas não se encontrando no entanto qualquer representação do macho do *Bos primigenius*. Não se descortinando explicação para o paralelismo a montante, devemos supor que aquela se encontra a jusante, ou seja, é provável que parte da mensagem contida em ambos os sítios seja passível de ser paralelizável. Pois bem, como o leitor estará lembrado, a foz da ribeira da Quinta da Barca foi encarada como um sítio de passagem, de transição entre um espaço amplo e aberto a grandes audiências (Penascosa) e outros mais restritos que não comportariam tantas pessoas (restantes unidades simbólicas da Quinta da Barca). Como o leitor se lembrará também, estes aspectos foram interpretados como tendo um correlato social. Deste modo, o que perguntamos é se o Fariseu também poderá corresponder a um sítio de passagem ou transição. Neste caso, de transição entre que dois aspectos do discurso contido no Côa? Para respondermos a esta pergunta, haverá, julgamos nós, que olhar para a situação topográfica do Fariseu no vale. Como se referiu atrás, em frente deste situa-se o monte de S. Gabriel, o maior relevo regional. Ora, poderia este relevo actuar como dispositivo mnemónico do discurso contido no vale no amplo território em volta? Sendo assim, tem toda a pertinência que mesmo em frente a esse monte se encontre um conjunto de características que contenha em si, pelo menos em parte, o valor semântico da transição, que neste caso seria entre o vale e o território em volta. A proximidade verificada entre o Fariseu e o monte de S. Gabriel faria com que o discurso contido no primeiro se tornasse presente por intermédio da percepção do segundo. Claro que podemos perguntar porque não se encontram rochas historiadas no monte de S. Gabriel. Julgamos que isso de alguma maneira infringiria parte das regras semióticas que sustentam o discurso gravetto-solutrense do santuário; na verdade, por alguma razão apenas a Penascosa se encontra na margem direita do rio⁷. Deste modo, a forma de dotar o monte de S. Gabriel de um conteúdo mnemónico específico teria que ser conseguido de uma forma indirecta, nomeadamente pela gravação de um repertório específico no local em frente, mas também provavelmente através de outros actos no próprio monte se S. Gabriel que terão deixado poucos ou nenhuns vestígios. Neste sentido, é de particular pertinência o já referido aparecimento neste sítio de dois picos semelhante aos da Olga 4.

⁷ Também em Siega Verde apenas se conhece uma rocha na margem direita do Águeda (Alcolea e Balbín, 2006: 180-181), o que não deixa de ser curioso.

O primeiro aspecto a relevar no final deste trabalho será o contributo do mesmo para a confirmação de uma estruturação da arte graveto-solutrense do Côa no que concerne à temática e à sua relação com a topografia. Mais uma vez se verifica que diferentes núcleos apresentam diferentes proporcionalidades de motivos. Estes núcleos, contudo, não devem ser encarados como independentes mas antes como autónomos, sendo possível o estabelecimento de relações não só entre os adjacentes entre si, mas também entre alguns que se distanciam entre si (por exemplo, Fariseu e a Foz da Ribeira da Quinta da Barca).

De fundamental importância na área que abordamos neste texto é o próprio relevo do Fariseu e o S. Gabriel que se situa mesmo em frente. Na verdade, a imponência destes relevos (em particular do segundo) na região, aliada à variabilidade temática bastante específica do Fariseu permite-nos pensar que o discurso contido no vale se estenderia para além dele através de processos mnemónicos onde o avistamento do S. Gabriel seria de fundamental importância. Trata-se este aspecto de algo que distancia fortemente o Côa das manifestações artísticas em gruta onde *links* deste tipo não seriam possíveis. Na verdade, do ponto de vista da relação entre estes santuários e o Mundo circundante, os existentes nas grutas implicariam um tipo de experiência com constrangimentos ainda maiores que os impostos pela arquitectura. Um de nós, a propósito de manifestações rupestres da Pré-história Recente, relevou já as maiores possibilidades de inculcação de um dado *modus vivendi* da arte de ar livre em relação às arquitecturas (Santos, 2007). Na verdade, a inexistência de fronteira clara entre a estação e o Mundo ou a ocorrência de percursos que não são definidos por constrangimentos físicos mas que se abrem frente ao acto perceptivo dos indivíduos, são alguns dos aspectos que concorrem para que os discursos contidos nas estações rupestres de ar livre se interiorizem de forma muito mais subtil mas também mais eficaz⁸ na cabeça de quem os percebe. Não queremos, ao afirmar que os constrangimentos das grutas são maiores que os das arquitecturas, assegurar que os discursos contidos nos santuários aí existentes não se repercutissem na vida quotidiana das pessoas. O que supomos é que os mecanismos que permitiam tal fenómeno seriam diferentes e possivelmente mais complexos.

Temos vindo a falar ao longo das últimas linhas em discurso contido no santuário. Na verdade, e tal como proposto em textos anteriores parece-nos que a existência de uma estrutura implica necessariamente um discurso. Em textos anteriores relacionámos esse discurso com formas de interiorização de dada organização social. Com este trabalho chegámos ainda mais longe no que toca à organização de tal discurso. Este não se esgotava no núcleo Penascosa/Quinta da Barca, estendendo-se pelo vale e mesmo para além dele (através do monte de S. Gabriel). Este aspecto, que seria de prever porquanto sabíamos que gravuras coevas das existentes naquele primeiro sector se espalhavam pelo vale acima, reveste-se ainda de maior pertinência na medida em que a lógica interna identificada na Penascosa/Quinta da Barca não é contrariada pela que inferimos no sector que nos leva a escrever estas linhas. Pelo contrário, o discurso complexifica-se sem existir qualquer dano ao nível da “continuidade narrativa”.

Como o leitor mais interessado poderá confirmar no texto publicado nas actas anteriores (Baptista, Santos e Correia, 2006), após um núcleo com predominância do bode (macho) passava-se por um núcleo com igual ocorrência de bodes, cavalos e auroques acabando-se noutros que, respectivamente, continham maiorias de bodes, cavalos e auroques; aqui, um núcleo com números semelhantes desses três animais é ladeado por dois onde o auroque é maioritário; diferentes sítios implicam diferentes situações temáticas; no entanto algo os une, a saber – os animais presentes na ribeira da Quinta da Barca são os que encontramos nas ribeiras dos núcleos em torno do Fariseu, desta vez em situação de não associação (Piscos: cavalos; Fariseu: veado; Vale de Figueira: auroques).

Reflexões finais

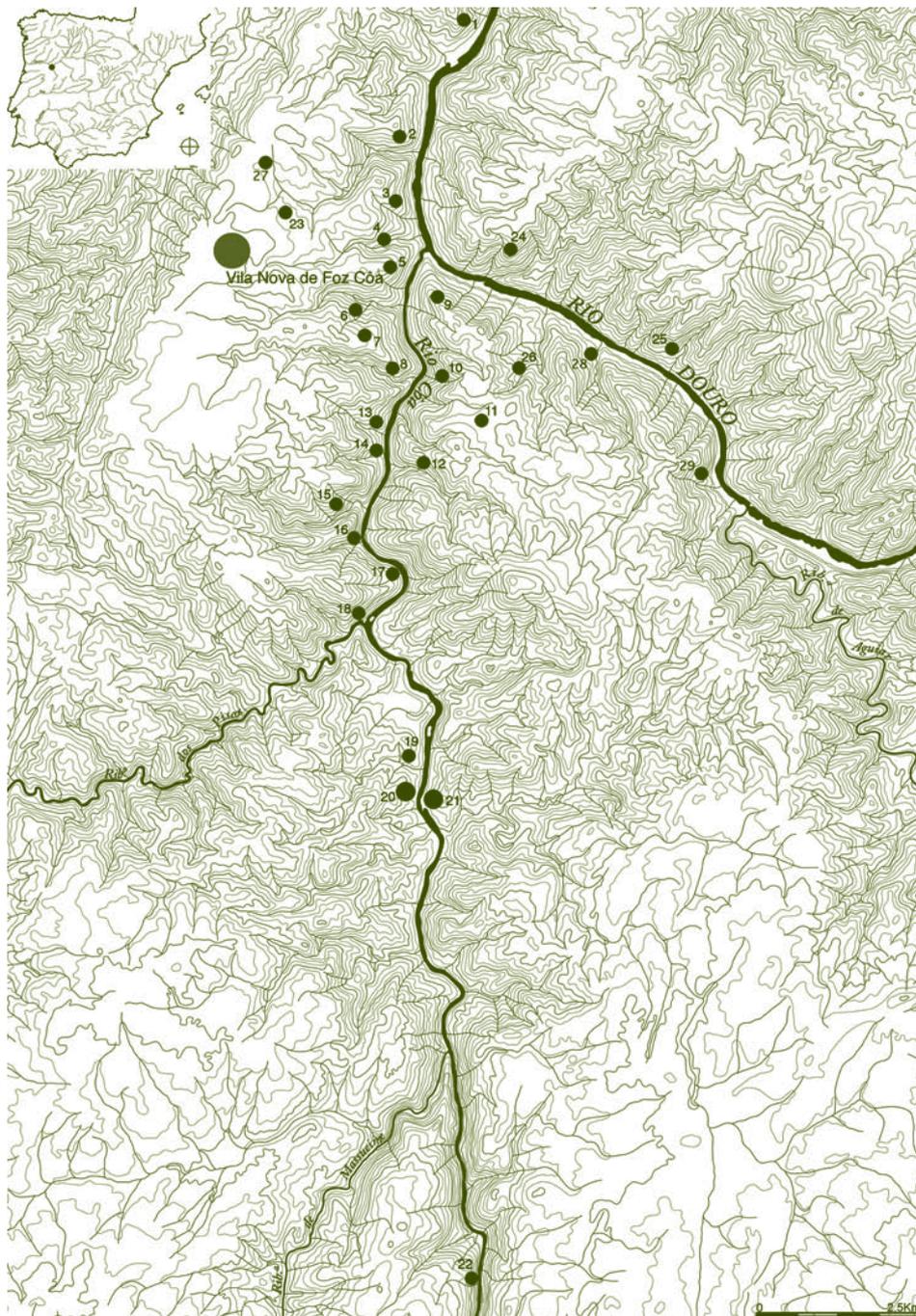
⁸ Mais uma vez, voltemos ao exemplo claríssimo da eficácia do binómio subtileza-eficácia – a casa dos Cabila (Bourdieu, 2002: 37-55).

A situação no vale, a fisiografia do monte onde se localiza, a sua relação com o S. Gabriel, a temática nele existente, a quantidade de informação aí depositada. Tudo isto são aspectos que concorrem para que consideremos o núcleo do Fariseu um sítio central no primeiro período de gravações do Côa, estatuto esse cujos dados provenientes das escavações aí realizadas nos permitem supor que não terá perdido no Magdalenense; mas isso é já outro Tempo, provavelmente um outro santuário e seguramente outro assunto para um outro texto.

Figuras

fig. 1 Distribuição das estações de arte rupestre paleolítica pela bacia do Baixo Côa (com base nas folhas 11C e 15A da Carta Corográfica de Portugal, escala 1: 50 000).

- 1 – Vale da Casa;
- 2 – Vale de Cabrões;
- 3 – Vermelhosa;
- 4 – Vale de José Esteves;
- 5 – Foz do Côa;
- 6 – Vale do Forno;
- 7 – Moinhos de Cima;
- 8 – Vale de Moinhos;
- 9 – Quinta das Tulhas;
- 10 – Broeira;
- 11 – Meijapão;
- 12 – Canada do Amendoal;
- 13 – Rego da Vide;
- 14 – Canada do Inferno;
- 15 – Vale de Videiro;
- 16 – Vale de Figueira;
- 17 – Fariseu;
- 18 – Ribeira de Piscos;
- 19 – Ribeira das Cortes;
- 20 – Quinta da Barca;
- 21 – Penascosa;
- 22 – Faia;
- 23 – Bulha;
- 24 – Ribeira de Urros;
- 25 – Vale de João Esquerdo;
- 26 – Canada da Moreira;
- 27 – Tudão;
- 28 – Ribeira da Cabreira;
- 29 – Canada do Arrobão;



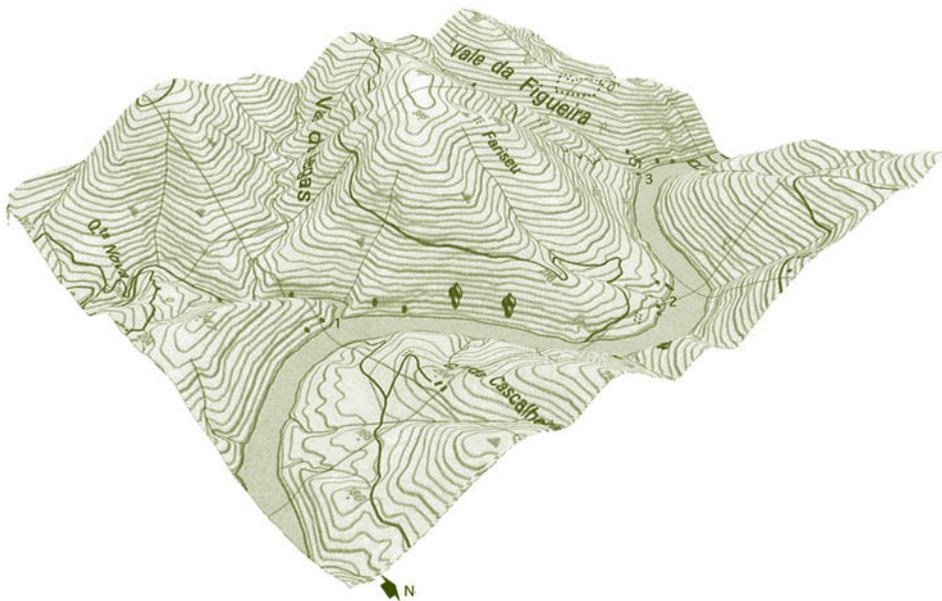


fig. 2 Representação ortogonal das estações de Ribeira de Piscos (1), Fariseu (2) e Vale de Figueira (3).



fig. 3 Rocha 16 da Ribeira de Piscos. Este e os desenhos seguintes são da autoria de António Fernando Barbosa.



fig. 4 Rocha 1 da Ribeira de Piscos.



fig. 5 Rocha 13 da Ribeira de Piscos.



fig. 6 Rocha 15 da Ribeira de Piscos.

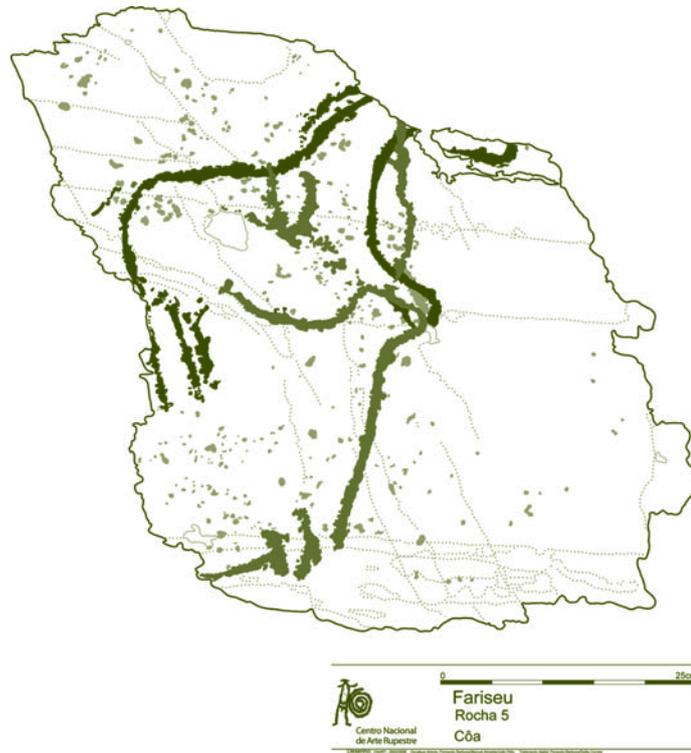


fig. 7 Rocha 5 do Fariseu.

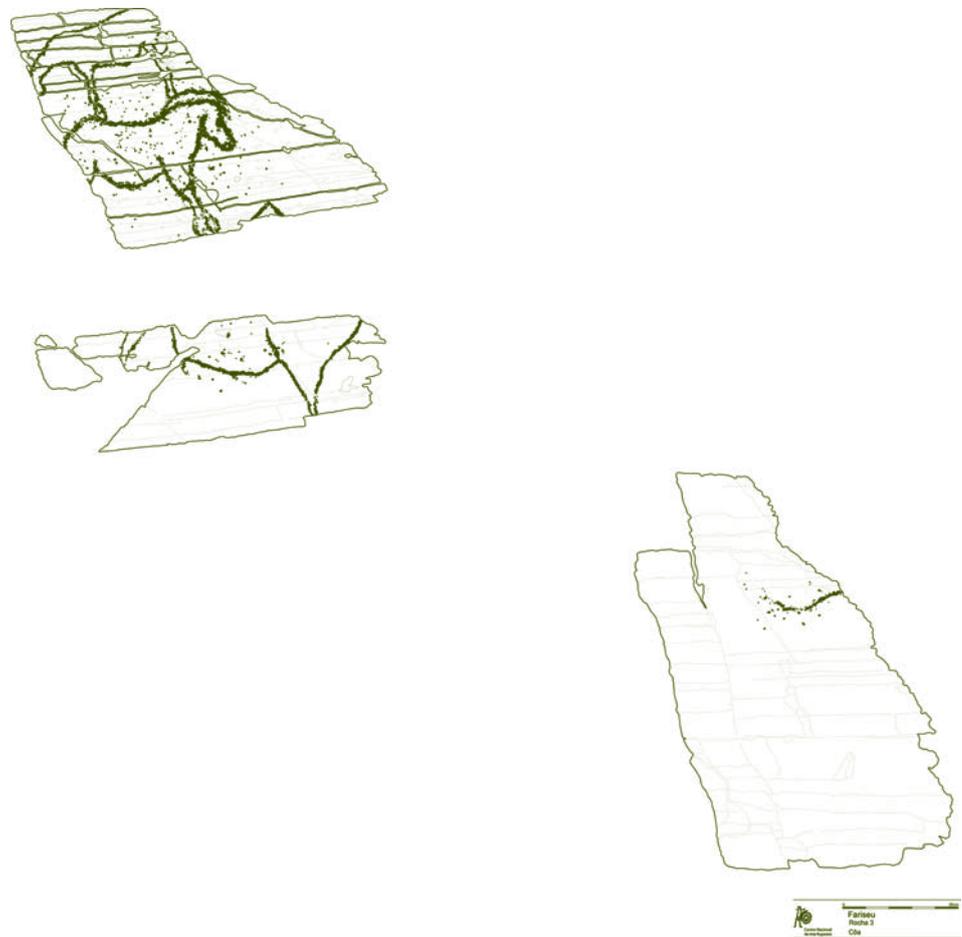


fig. 8 Rocha 3 do Fariseu.



fig. 9 Rocha 6 do Fariseu.



fig. 11 Rocha 2 do Fariseu.

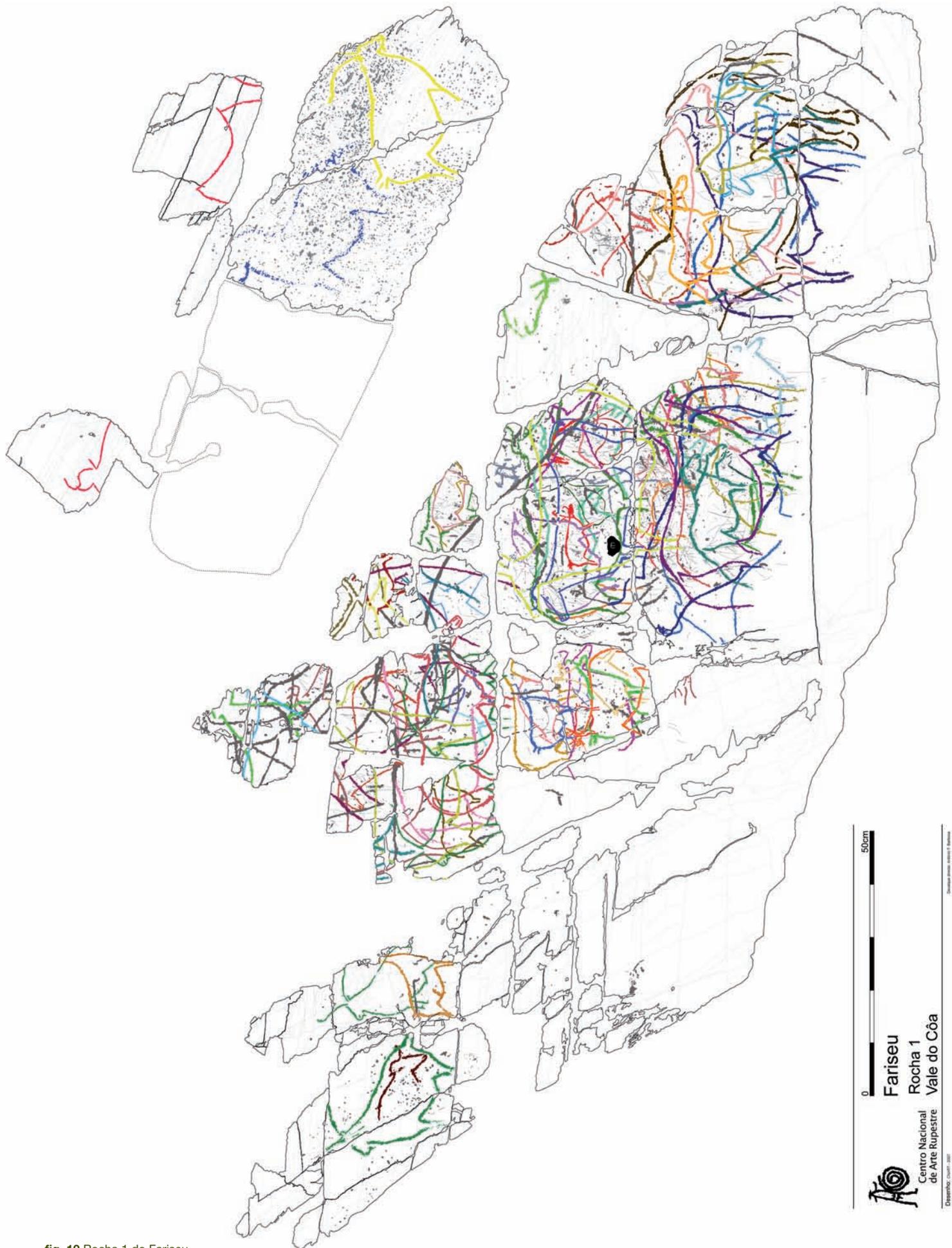


fig. 10 Rocha 1 do Fariseu.

foto 1 O monte do Fariseu visto de montante. Observa-se ainda a foz da ribeira de Piscos.



foto 2 Painel 23 da rocha 24 de Piscos onde se pode observar um animal incompleto de características gravetto-solutrenses. Foto de Manuel Almeida.



foto 3 Painel A da rocha 1 de Vale de Figueira. O signo referido no corpo de texto encontra-se no sector superior esquerdo da foto. Foto de Manuel Almeida.



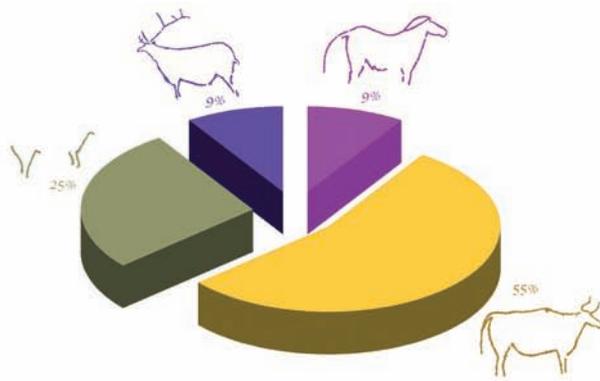


gráfico 1 Variabilidade temática da Ribeira de Piscos.

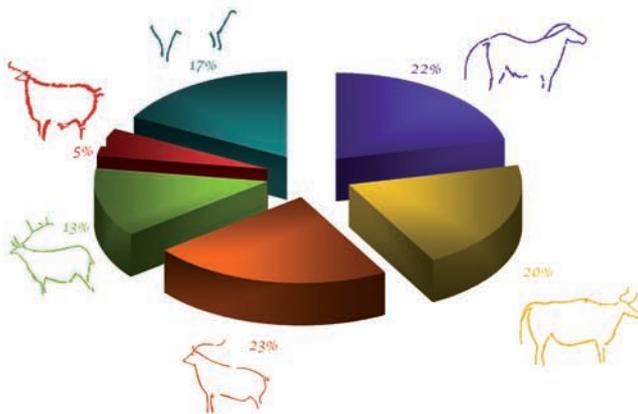


gráfico 2 Variabilidade temática do Fariseu.

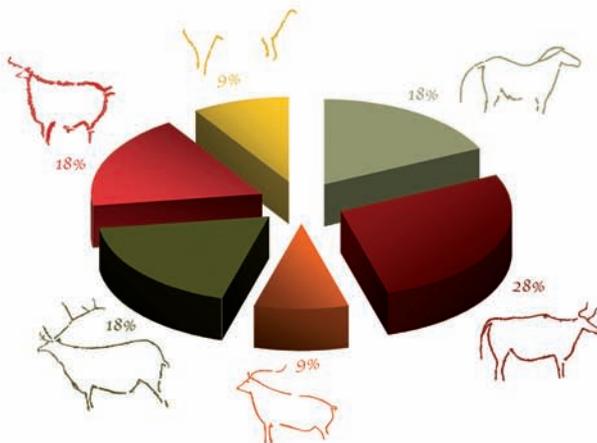


gráfico 3 Variabilidade temática de Vale de Figueira.

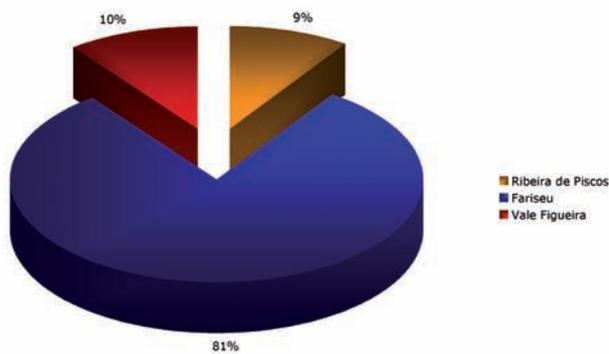


gráfico 4 Frequência de informação por núcleo do monte do Fariseu.

Bibliografia

ALCOLEA GONZÁLEZ, J. J.; BALBÍN BEHRMANN, R. de (2006) – *Arte paleolítico al aire libre. El yacimiento rupestre de Siega Verde, Salamanca*. Valladolid: Junta de Castilla y León (Memorias Arqueología en Castilla y León, 3).

AUBRY, T. (2002) – Le contexte archéologique de l'art paléolithique à l'air libre de la vallée du Côa (Portugal). In SACCHI, D., dir. – *L'art Paléolithique à l'air libre : le Paysage modifié par l'image (Tautavel – Campôme, 7 – 9 Octobre 1999)*, GAEP e GÉOPRÉ, p. 25-38.

AUBRY, T. (2006) – Vallée du Côa – un art préhistorique unique. *Archéologia*. Dijon : Éditions Faton. 436, p. 62-71.

AUBRY, T.; MANGADO, J.; FULLOLA, J. M.; ROSELL, L.; SAMPAIO, J. D. (2004) – The Raw material procurement at the Upper Palaeolithic settlements of the Côa Valley (Portugal): new data concerning modes of resource exploitation in Iberia. In SMYNTYNA, O. V. ed. – *The Use of Living Space in Prehistory: Papers from a session held at the European Association of Archaeologists. Sixth Annual Meeting in Lisbon 2000*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 1224), pp. 37-50.

BAPTISTA, A. M. (1999) – *No Tempo sem Tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa*. Vila Nova Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa/Centro Nacional de Arte Rupestre.

BAPTISTA, A. M. (2001) – The Quaternary Rock Art of the Côa Valley (Portugal). In ZILHÃO, J. ; AUBRY, T. ; CARVALHO, A. F., eds. - *Les premiers hommes modernes de la Péninsule ibérique – Actes du Colloque de la Comissão VIII de l'UISPP. Vila Nova de Foz Côa, 22 – 24 Octobre 1998*. Lisboa : Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia ; 17), p. 237-252.

BAPTISTA, M.; GOMES, M. V. (1997) – Arte Rupestre. In ZILHÃO, J. – *Arte Rupestre e Pré-história do Vale do Côa*, Lisboa: Ministério da Cultura. p. 213-406.

BAPTISTA, A. M.; SANTOS, A. T.; CORREIA, D. (2006) – Da ambiguidade das margens na Grande Arte de ar livre no Vale do Côa: Reflexões em torno da organização espacial do santuário Gravetto-Solutrense na estação da Penascosa/Quinta da Barca. *Actas do II Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de V. N. de Foz Côa (Coavisão, 8), p. 156-184.

BAPTISTA, A. M., SANTOS, A. T. e CORREIA, D. (n. p.) – O santuário arcaico do Vale do Côa: novas pistas para a compreensão da estruturação do bestiário gravettense e/ou gravetto-solutrense. In BALBÍN BEHRMANN, R.; BAPTISTA, A. M. eds. - *Actas do Curso de arte rupestre al aire libre*. Investigación, protección, conservación y difusión. Salamanca.

BOURDIEU, P. (2002) – *Esboço de uma teoria da prática – Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*. Oeiras: Celta Editora.

ECO, U. (1990) – *Os Limites da Interpretação*. Lisboa: Difel.

Ferreira, A. B. (1978) – *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos (Memórias do CEG, 4).

GARCÍA DIEZ, M.; AUBRY, T. (2003) - Grafismo mueble en el Valle de Côa (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): la estación arqueológica de Fariseu. *Zephyrus*. Salamanca: Universidad de Salamanca. 55, p. 157-182.

MERCIER, N.; VALLADAS, H.; AUBRY, T.; ZILHÃO, J.; JORONS, J.L. ; REYSS, J.L. ; SELLAMI, F. (2006) - Fariseu: first confirmed open-air palaeolithic parietal art site in the Côa Valley (Portugal). *Antiquity* (revista on line). York. 80: 310. (consultado em 25 de Setembro de 2006). disponível em [www:<URL: http://antiquity.ac.uk/ProjGall/mercier/index.htm>](http://antiquity.ac.uk/ProjGall/mercier/index.htm).

SANTOS, A. T. (2007), - A Fenomenologia da Pré-história e a arte rupestre ou “como o martelo só se revela no acto de martelar. In JORGE, S. O.; BETTENCOURT, A. M. S.; FIGUEIRAL, I., eds. - *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica*. Faro: ADECAP; Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 8), p. 131-144..

SAUVET, G.; SAUVET, S.; WLODARCZYK, A. (1977) – Essai de sémiologie préhistorique (Pour une théorie des premiers signes graphiques de l’homme). *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris: Société Préhistorique Française. 74: 2, p. 545-558.

SILVA, A. F.; RIBEIRO, M. L. (1991) – *Notícia explicativa da Folha 15-A (Vila Nova de Foz Côa) da Carta Geológica de Portugal, na escala 1/50000*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

TILLEY, C. (2004) – *The materiality of stone: Explorations in landscape phenomenology*, Oxford/ New York; Berg.

acta 4

Prospecção da Arte Rupestre na Foz do Côa. Da iconografia do Paleolítico superior à do nosso tempo, com passagem pela IIª Idade do Ferro.

António Martinho Baptista

Mário Reis (Parque Arqueológico do Vale do Côa)

Resumo

Nos inícios de 2005 o Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART) começou a prospecção sistemática da zona envolvente à Foz do Côa. Para além do seu óbvio interesse arqueológico, sabe-se que esta zona albergará o futuro Museu de Arte de Arqueologia do Vale do Côa e deveria, portanto, ser exaustivamente prospectada. Os resultados deste trabalho, que ainda prossegue, serão agora apresentados pela primeira vez, confirmando as principais ideias que desde há anos vimos defendendo relativamente à dispersão espacial e ordenamento cronológico da arte rupestre do Baixo Côa. Embora não se tenham ainda realizado os trabalhos de levantamento da arte rupestre entretanto detectada, pode afirmar-se desde já que a Foz do Côa constituiu-se como a maior aglomeração de rochas historiadas de todo o Baixo Côa, distribuídas fundamentalmente pelo período final do Paleolítico superior (fase Magdalenense) e pela Idade do Ferro.

palavras-chave: Prospecção; Arte rupestre; Paleolítico; Idade do Ferro

Introdução

A prospecção sistemática do núcleo de arte rupestre da Foz do Côa decorreu entre Janeiro e Setembro de 2005. O objectivo deste trabalho foi, uma vez definido geográfica e geomorfologicamente o que é o núcleo da Foz do Côa e quais os seus limites precisos, identificar e registar a totalidade das rochas com manifestações rupestres dentro da sua área. Nos últimos 10 anos tem sido levado a cabo pelas equipas do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) e do CNART um intenso trabalho de pesquisa arqueológica na área do Parque, e no início deste tarefa conheciam-se mais de três centenas de rochas historiadas de diversas cronologias, distribuídas por uma trintena de núcleos distintos, incluindo também o núcleo da Foz do Côa.

Este foi agora o primeiro escolhido para se fazer uma prospecção sistemática da arte rupestre em toda a sua área. Haveria boas razões científicas para esta escolha, quer pela boa qualidade de alguns dos painéis historiados que já aqui eram conhecidos, mas sobretudo pelo facto de se presumir que a foz do rio Côa seria um local fulcral na distribuição das rochas com gravuras nesta região, tanto paleolíticas como da Idade do Ferro, pela existência aqui de uma das mais amplas e visíveis concentrações de afloramentos com superfícies propícias à gravação, mas também porque a dispersão dos ciclos rupestres parece organizar-se e distribuir-se em função dos dois grandes rios da região, o Côa e o Douro, pelo que se intuiria que o ponto de junção dos dois poderia ser um local especial para os artistas de ambos os períodos. Para além de todos estes motivos, o facto do futuro Museu do Côa ir ser instalado na parte superior do sítio, tornava imprescindível conhecermos com todo o rigor a sua envolvente arqueológica, particularmente no respeitante à arte rupestre.

O núcleo da Foz do Côa

A expressão “Foz do Côa” designa, naturalmente, a zona onde este rio lança as suas águas no Douro, aplicando-se a ambas as margens do Côa e encostas adjacentes voltadas ao Douro, sem limites muito definidos. Para este núcleo adoptou-se esta designação, apesar da área ser mais restrita e se limitar à margem esquerda da embocadura do rio, até pela ausência de outros topónimos bem representativos de toda a área em causa.

A definição dos limites de um núcleo de gravuras é arbitrária, mas pode e deve tentar adoptar critérios lógicos e coerentes, adaptados à geomorfologia do local, facilitando a inventariação das rochas e o seu estudo. No essencial, e com poucas excepções, os diferentes núcleos de

gravuras aqui conhecidos dividem-se em dois tipos diferentes, sendo o primeiro os vales das linhas de água subsidiárias do Côa ou do Douro, e o segundo as encostas directamente voltadas ao Côa ou ao Douro. A Foz do Côa pertence ao segundo tipo, sendo a encosta sobre o Côa no seu troço final, e unicamente na margem esquerda (em frente, a margem direita do Côa considera-se um outro núcleo de gravuras, a Quinta das Tulhas), estando delimitado entre o Douro a jusante e o núcleo da ribeira do Vale do Forno a montante. Ou seja, definimos simplesmente o núcleo de arte rupestre da Foz do Côa como sendo a encosta na margem esquerda e de águas vertentes para o Côa, desde a foz até ao Vale do Forno, estendendo-se ao longo do Côa entre as duas pontes aqui existentes, a ferroviária sobre a própria foz e a ponte rodoviária a montante, numa extensão aproximada de 850 metros. A encosta tem uma variação de cotas entre os 361 metros e os 125 metros da actual linha de água (cerca de 20/25 metros superior à cota original antes da construção da barragem do Pocinho) tendo uma largura máxima de c. de 750 metros, que se reduz para 300 metros na zona intermédia, mais rochosa e arqueologicamente importante.

1. Características dos afloramentos da Foz do Côa

Os xistos ocupam grande parte da área de distribuição da Arte do Côa, integrando o grande complexo xisto-grauváquico das Beiras e Douro Português, e dividindo-se em diversos sub-tipos, que na área do PAVC são em número de três: a Formação de Rio Pinhão, a Formação do Pinhão (não confundir com a anterior), e a Formação da Desejosa (cf. Carta Geológica de Portugal, Folha 15-A - Vila Nova de Foz Côa). Esta última é a maior e mais importante, ocupa a maior parte da área do PAVC e abrange grande parte dos núcleos da Arte do Côa, incluindo a Foz do Côa.

Os afloramentos encontram-se em quase toda a encosta, com uma distribuição bastante irregular mas em que se distinguem genericamente duas tendências: o seu tamanho e a densidade no terreno tendem a aumentar de cima para baixo e de montante para jusante. A conjugação destes factores pareceria indicar que a maior concentração de afloramentos se encontraria precisamente na embocadura, mas esta é, na parte que se mantém visível, relativamente desprovida de rochas afloradas, e a zona de maior concentração rochosa na Foz do Côa é uma vasta mancha na zona central inferior da encosta, que se inicia a cerca de 100 metros da embocadura, com aproximadamente 500 metros de extensão e 200 metros de altura, com uma densa e quase contínua distribuição de superfícies rochosas.

De uma forma geral os afloramentos têm uma face vertical mais lisa voltada para Sudeste, afrontando o Côa, ou seja, a face principal dos afloramentos dispõe-se segundo as curvas de nível, paralelamente à orientação do Côa naquele ponto particular da encosta. As rochas podem assumir disposições caóticas umas em relação às outras, mas frequentemente distribuem-se em compridas bancadas, mais ou menos ordenadas e sucessivas, que por sua vez podem ser paralelas ou ligeiramente oblíquas em relação ao Côa. Quase todas as faces principais parecem ser rigorosamente verticais. Muitos afloramentos apresentam também faces laterais lisas, perpendiculares à principal e também elas orientadas verticalmente. A sua aparência e textura são sempre diferentes das faces principais, e normalmente de pior qualidade para a realização de gravuras. Devem mencionar-se ainda a presença de algumas superfícies horizontais ou sub-horizontais, na sua generalidade pouco aptas a eventuais gravações. Localizam-se geralmente junto à base das faces principais ou no topo dos afloramentos, surgindo por vezes isoladas ou no interior de abrigos.

As dimensões dos afloramentos, na perspectiva da face principal, têm uma grande variabilidade, desde os de grande tamanho, com vários metros de altura e atingindo até uma vintena de metros de comprimento, aos pequenos painéis com dimensões inferiores a meio

metro. Tendo em conta a grande quantidade de afloramentos existente por toda a encosta, todas as diversas categorias de tamanhos estão bem representadas. Pode dizer-se que o típico afloramento da Foz do Côa terá uma altura pouco inferior a 2 metros, e um comprimento entre os 3 e os 7 metros.

Finalmente, no respeitante às cores e texturas das superfícies, nomeadamente das faces principais, é notória a falta de uniformidade, não só entre os diferentes afloramentos mas também dentro de uma mesma superfície, que apresentam em regra numerosas variações cromáticas e gradações evidentes na textura superficial, que se reflectem na maior ou menor qualidade das superfícies para efeitos de gravação. O castanho, nos seus diversos matizes, domina largamente, havendo duas variantes desta cor com bastante importância na Foz do Côa: o castanho-vinhoso, relativamente raro, normalmente associado a excelentes superfícies, muito lisas e brilhantes; e o castanho-alaranjado ou castanho-avermelhado, numericamente importante, associado a texturas variadas, mas geralmente de boa qualidade, ainda que mais baças e rugosas que as anteriores. Outra tonalidade muito presente é o cinzento, também com algumas cambiantes, e em regra associado a boas ou excelentes superfícies, destacando-se a variante do cinzento-esverdeado, por vezes associada a manchas avermelhadas e também a umas raras manchas azuis. Dentro das outras cores que ainda aparecem, podemos mencionar o preto e o bege, frequentes sobretudo em pequenas manchas, mas por vezes dominantes, geralmente associadas a más texturas.

A prospecção

Os trabalhos de prospecção iniciaram-se a 19 de Janeiro de 2005 e terminaram a 2 de Setembro do mesmo ano, com frequentes descontinuidades de permeio. Foram necessários 73 dias de trabalho de campo para prospectar exaustivamente a totalidade da área, tendo o tempo seco e pouco chuvoso ajudado bastante. Como curiosidade, refira-se que a quantidade de rochas historiadas (incisas) no núcleo da Foz do Côa é tão grande que somente em 11 dos 73 dias não se encontraram novos painéis gravados.

1. Antecedentes

O primeiro reconhecimento do núcleo de gravuras da Foz do Côa remonta a 1982 quando, por ocasião dos trabalhos de emergência no sítio do Vale da Casa devido ao enchimento da barragem do Pocinho, se descobriram aqui as primeiras seis rochas, todas localizadas perto do pilar da ponte ferroviária e nas imediações de alguns moinhos (Baptista, 1983), apresentando exclusivamente motivos picotados de época moderna e contemporânea. Foram numeradas de 1 a 6 e encontram-se presentemente submersas nas águas alteadas da albufeira do Pocinho, pelo que a sua relocalização não foi agora possível. Posteriormente, onze novas rochas foram identificadas de forma esporádica entre 1995 e 2004 por João Félix e Manuel Almeida (do CNART), com motivos paleolíticos e proto-históricos, alguns de grande qualidade. Receberam os números de inventário do 7 ao 17 e registadas novamente neste trabalho de prospecção.

O conhecimento já em 2004 da existência destas dezassete rochas gravadas afirmava desde logo da importância do núcleo da Foz do Côa. Com o conhecimento prévio destas rochas e a mera observação à distância da imensa quantidade de afloramentos e superfícies verticais na encosta da margem esquerda da Foz do Côa, a probabilidade de uma prospecção sistemática vir a revelar novas gravuras afigurava-se desde o princípio como sendo muito elevada.

2. Objectivos

O principal objectivo deste trabalho era definir rigorosamente o núcleo da Foz do Côa e fazer um primeiro registo de todas as manifestações de arte rupestre aqui detectadas. Tendo isto em conta, foi possível entretanto definir um segundo objectivo, de acordo com o PAVC, e que era ampliar a orientação da prospecção para todas as restantes manifestações patrimoniais e arqueológicas que pudessem surgir. Ou seja, não nos limitarmos a uma prospecção orientada unicamente para a arte rupestre, mas aproveitar a ocasião de se estar a levar a cabo uma prospecção com grande detalhe e sistematização e registar todos os vestígios encontrados, não só os arqueológicos, mas também as diferentes construções e manifestações rurais e etnográficas de época moderna.

Pese embora todo o trabalho aqui realizado, há ainda uma série de limitações ao conhecimento exaustivo da arte rupestre da Foz do Côa, quer porque algumas rochas foram sendo destruídas ao longo dos tempos, outras se encontram ocultas sob sedimentos ou deslocamentos de terras e outras ainda estão permanentemente submersas. Noutro lugar apresentamos uma análise mais detalhada e aprofundada sobre estes diferentes motivos, procurando analisar os problemas específicos e as restrições à prospecção da arte rupestre no Côa (Baptista e Reis, no prelo). Neste caso, podemos dizer que a maior restrição com que nos defrontámos foi o facto dos últimos 20 ou 25 metros da encosta se encontrarem actualmente submersos, impossibilitando o acesso e conhecimento das rochas historiadas que aí possam existir, e que supomos serão bastantes. Por outro lado, o alteamento artificial do Côa e uma densa vegetação ribeirinha dificultam em muitos pontos o acesso aos afloramentos que se encontram mais perto da água.

3. Método

Tendo em conta que só há uma forma segura de saber se determinado afloramento é ou não historiado, e que é observá-lo directamente *in loco*, então a única maneira de descobrir todas as rochas com arte rupestre de um determinado local é observar directamente todos os afloramentos existentes à superfície, sem excepção. Neste caso, definir um método de observação passava em primeiro lugar por determinar a forma de percorrer o terreno sem deixar de observar qualquer afloramento. A distribuição particular dos afloramentos de xisto e das suas superfícies verticais, que se dispersam de forma relativamente ordenada no terreno e tem limites bem delimitáveis uns dos outros, faz com que o objectivo de os observar individualmente seja perfeitamente exequível, independentemente da sua quantidade, desde que se tenha tempo e paciência para o fazer.

Como numa normal prospecção arqueológica sistemática, o que se fez foi dividir e percorrer o terreno em “talhões”, ou manchas de prospecção, em que a mancha de um determinado dia se inicia exactamente onde a do dia anterior terminou. A dimensão destas manchas depende grandemente das condições do terreno e da maior ou menor quantidade de achados a registar, mas uma prospecção orientada especificamente para a arte rupestre produzirá em regra manchas de prospecção bastante pequenas, particularmente num sítio com as características e quantidade de afloramentos como a Foz do Côa.

Dentro de uma determinada mancha de prospecção, esta era geralmente percorrida por bandas paralelas, seguindo as curvas de nível. Muito raramente foi possível fazer bandas paralelas “perfeitas”, devido à irregularidade do terreno, e teve sempre que se ter muita atenção à existência de afloramentos e superfícies verticais nos espaços intermédios, frequentemente escondidos e de difícil acesso. Os limites de todas as manchas foram marcados com GPS, o que se revelou muito útil para evitar espaços vazios não prospectados, nomeadamente quando, como por várias vezes aconteceu, se retomou determinada área

após um intervalo temporal mais ou menos longo. Em regra foi possível adoptar marcadores naturais ou artificiais como limites de prospecção, mas a encosta não se revelou muito pródiga em elementos paisagísticos marcantes, nomeadamente nas zonas inferiores, onde os afloramentos são numerosos e todos semelhantes, pelo que as rochas com gravuras se revelaram frequentemente essenciais para não se perder o fio à meada, até por serem sempre numeradas a tinta vermelha, tornando-se assim de mais fácil relocalização.

Uma vez detectada uma nova rocha com gravuras ou relocalizada uma das já anteriormente conhecidas, procedíamos ao seu registo inicial e sumário. Isto passou por várias tarefas: tirar uma coordenada GPS, limpar a superfície gravada e o mato em frente, fotografar a rocha e os seus motivos, atribuir-lhe um número e pintá-lo na própria rocha com tinta vermelha (fazendo um número pequeno e discreto) e, naturalmente, preencher uma ficha com uma primeira descrição das características principais da rocha e dos seus motivos. Os restantes achados registados passaram por um procedimento de inventário semelhante.

4. Resultados

4.1 Outras ocorrências

Ao todo e para além da arte rupestre, registamos 21 sítios arqueológicos e patrimoniais, na sua grande maioria referentes a construções de carácter agrícola. Destacam-se os chamados “casebres agrícolas”, localmente designados por “casebre das alfaias”, que perfazem um total de 15 dos 21 sítios, e que são pequenas cabanas de xisto, geralmente rectangulares e de um só compartimento, disseminadas ao longo da encosta, com a função de servir de apoio à exploração agrícola.

Esta já foi em tempos intensa em toda a área do núcleo da Foz do Côa, incluindo nas zonas mais pedregosas e de maior inclinação, como o demonstram não só a própria quantidade destes casebres, mas também os socalcos e muros de propriedade que despontam por todo o lado, na sua maioria fora de uso. Actualmente a agricultura encontra-se restringida a pequenos terrenos parcelados na parte superior da encosta e também na parte Norte, junto ao Douro, e de todos os casebres que encontramos, apenas um se mantém ainda intacto e em uso (ou, pelo menos, com o telhado no sítio e a porta fechada à chave), associado a um terreno agrícola ainda em exploração. Aliás, um dos interesses no estudo e registo destas construções, na sua maioria patrimonialmente desinteressantes, reside no facto de reflectirem parcialmente a divisão das terras e o emparcelamento agrário na época moderna.

Por outro lado, é frequente os casebres aproveitarem os afloramentos de xisto e as suas superfícies verticais para neles se adossarem. Em alguns casos, essas superfícies podem estar gravadas, resultando no curioso facto de termos um modesto casebre com decoração pré ou proto-histórica interior, por vezes de luxo! Na Foz do Côa, três dos quinze casebres têm gravuras no interior, curiosamente um com um painel paleolítico, outro proto-histórico e outro de época moderna, a que podemos juntar ainda os dois casebres do chamado núcleo agrícola.

Este é um grupo de construções na zona da embocadura do Côa, composto por uma casa e três pequenos casebres. Escolhemos esta designação por não sabermos exactamente o que foi e para que serviu este conjunto de construções, embora nos pareça que terão integrado em tempos uma pequena quinta. Junto ao Douro e à entrada da ponte ferroviária fica a casa, em ruínas e parcialmente ocupada por um inestético barracão de cimento. É uma verdadeira casa, grande e compartimentada, com pequenos anexos exteriores. Nas suas imediações situam-se os três casebres agrícolas, que lhe deveriam estar subordinados. Quanto à funcionalidade deste conjunto, certamente não estaria alheada da exploração agrícola dos campos em volta. Mas é possível que pudesse acumular outras funções. Por um lado, é

sabido que existiam alguns moinhos na zona da embocadura do Côa (García Díez e Luís, 2003: 222), e esta casa poderia servir de apoio ou controlar essa exploração. Mas, talvez mais importante, o antigo caminho entre Vila Nova de Foz Côa e Castelo Melhor, de que existem ainda alguns troços de calçada (conhecido localmente como “Estrada Romana”, mas que deverá ser de época moderna, talvez remontando à Idade Média), passava literalmente à porta desta casa, embora na zona já não existam vestígios. Tanto quanto se sabe, nunca aqui existiu uma ponte antes da actual, e a passagem do Côa e também do Douro era aqui feita em barca. Assim, parece-nos provável que esta casa estivesse associada à estrada e às barcas de passagem, sendo possível que tivesse funcionado também como venda e/ou albergue, algo que talvez a documentação local possa elucidar.

Um outro motivo de interesse deste conjunto é a sua relação com a arte rupestre da Foz do Côa. Todos os três casebres se associam directamente a gravuras, um porque as pedras usadas na construção das suas paredes têm diversas gravuras, e os outros dois porque as paredes de fundo são superfícies verticais historiadas, uma com gravuras modernas pouco relevantes, mas a outra com excelentes gravuras paleolíticas. Por outro lado, é nas imediações destas construções que se encontra um grupo de rochas com motivos picotados de época moderna, as seis que se encontram submersas e uma outra que apareceu em prospecção, e parece-nos muito provável que a localização particular destas gravuras se deva à existência no local de um foco de actividade importante, documentado por todas estas estruturas. Podemos referir por fim outros dois achados, de natureza mais propriamente “arqueológica”, e que são um fragmento cerâmico do bordo de um pequeno recipiente semiesférico, de provável cronologia calcolítica, que poderá indiciar a existência de ocupação antiga na plataforma entre rochedos onde apareceu; e um pequeno abrigo (que corresponde também à Rocha 134 da Foz do Côa) em cujo canto mais interior apareceu um único fragmento de cerâmica de fabrico manual, de características algo indefinidas, que poderá ser da Idade do Ferro.

4.2 A Arte rupestre

Quanto à arte rupestre propriamente dita, este trabalho de prospecção superou bastante as já de si elevadas expectativas que tínhamos, tendo-se descoberto cento e sessenta e nove novas rochas gravadas, que se juntaram às dezassete já conhecidas, perfazendo um total de cento e oitenta e seis rochas com gravuras inventariadas no núcleo da Foz do Côa. Este é assim o núcleo da Arte do Côa com mais rochas registadas, a grande distância do seguinte, a Canada do Inferno, que conta com 43 rochas inventariadas. Considerando que a parte submersa do núcleo poderá ter ainda grande quantidade de gravuras por revelar, admitimos que o número total de rochas gravadas poderá superar as duas centenas.

Às rochas com motivos gravados temos que juntar mais dois achados fortuitos de arte rupestre, inventariados separadamente, uma vez que já não se trata propriamente de “rochas”, mas sim de pedras soltas com vestígios de gravuras, partidas e extraídas intencionalmente de afloramentos, e utilizadas para construção, estando assim deslocadas da sua posição original. Em ambos os casos, supomos que os afloramentos originais se situariam bastante próximo de onde foram encontradas. O primeiro destes achados consiste em duas pedras com gravuras filiformes paleolíticas, utilizadas na construção de um pequeno murete de suporte de uma oliveira. Uma das pedras tem uma figura incompleta de um equídeo inciso em traço simples, e a outra tem só alguns traços lineares, de motivos não identificáveis. O outro achado encontra-se nas paredes de um dos casebres do núcleo agrícola acima referido, e consiste em cerca de vinte pedras (fragmentos) com diversas gravuras em traço filiforme. Ao contrário do caso anterior, a cronologia destas gravuras não é inteiramente clara, até por não conseguirmos

identificar nenhum motivo definido, apenas associações mais ou menos caóticas de traços, aparentemente da Idade do Ferro.

As restantes rochas historiadas são todas gravadas e pertencem a três períodos cronológicos distintos: o Paleolítico superior, a Idade do Ferro e a Época Moderna/Contemporânea, com a notória ausência da Pré-História recente. As gravuras indeterminadas deverão todas inserir-se em algum destes 3 períodos. É esta a relação cronológica das rochas da Foz do Côa:

Indeterminadas – 32
 Paleolíticas – 55
 Idade do Ferro – 44
 Modernas – 21
 Paleolíticas + Idade do Ferro – 10
 Paleolíticas + Modernas – 12
 Idade do Ferro + Modernas – 6
 Paleolíticas + Idade do Ferro + Modernas – 6

Perfazendo os totais:

Paleolíticas – 83
 Idade do Ferro – 66
 Modernas – 45
 Indeterminadas – 32

Estes números devem ser considerados provisórios, uma vez que a atribuição cronológica se fez unicamente pela observação diurna e em prospecção das superfícies, que não foram totalmente limpas e se encontram repletas de líquenes. As gravuras são quase todas filiformes, geralmente muito patinadas e de difícil observação e interpretação, pelo que nenhuma delas foi observada em condições apropriadas para uma plena e cabal apreciação (as excepções são as Rochas 1 a 6, que foram definitivamente estudadas em 1982). Assim, o futuro estudo e levantamento destas rochas deverá, por um lado, ocasionar a redistribuição cronológica de pelo menos algumas das rochas consideradas indeterminadas e, por outro lado, originar a revisão de algumas das cronologias agora propostas, na maioria dos casos pela revelação da presença de motivos actualmente não detectados e, noutros casos, provocando uma possível reconsideração da presente cronologia.

Observações preliminares às gravuras da Foz do Côa

1. Técnicas de execução

Todos os motivos que detectámos na Foz do Côa são obtidos por gravação, não se tendo encontrado um único motivo pintado. Dentro das diversas técnicas de gravação existentes, quatro estão representadas na Foz do Côa: a picotagem e a abrasão, duas técnicas que formam motivos de traço largo e relativamente bem visível, muito comum em diversos períodos da Arte do Côa, a raspagem, uma técnica muito rara na região, e a incisão com traço fino ou filiforme, também uma técnica muito frequente na Arte do Côa, particularmente adaptável aos painéis xisto-grauváquicos. A distribuição destas quatro técnicas pelas 186 rochas é a seguinte:

Filiforme – 180 rochas

Picotagem – 9 rochas

Raspagem – 2 rochas

Abrasão – 1 rocha

A técnica filiforme domina esmagadoramente, estando apenas ausente nas Rochas 1 a 6, que apresentam exclusivamente motivos picotados, e todas as rochas actualmente emersas do núcleo da Foz do Côa e que foram observadas no decurso desta prospecção apresentam, sem uma única excepção, traços filiformes, sendo uma técnica utilizada em todos os períodos. Mesmo nos raros casos em que diferentes técnicas foram utilizadas no mesmo painel, a Filiforme é qualitativa e quantitativamente dominante, com excepção apenas das Rochas 97 e 98.

A raspagem encontra-se em apenas 2 motivos, um pequeno cervídeo paleolítico na Rocha 10, e uma figura antropomórfica moderna na Rocha 31, delineada a traço filiforme mas com o corpo preenchido por raspagem.

A abrasão encontra-se unicamente numa inscrição moderna da Rocha 97, associada a mais alguns traços filiformes pouco relevantes.

Para além das seis rochas já referidas, a picotagem encontra-se em mais outras três, sendo uma delas a Rocha 49, que apresenta a data picotada de 1762, e nas Rochas 21 e 98, ambas com manchas de pontos picotados de cronologia indeterminada, a primeira de pequenas dimensões mas a segunda ocupando quase todo o painel.

Cronologicamente, vemos que no Paleolítico superior a imensa maioria dos motivos são em traço filiforme, com a única excepção do cervídeo raspado da Rocha 10. A Idade do Ferro, à semelhança do que sucede nos restantes núcleos, apenas tem motivos filiformes, sem excepções, enquanto que a época moderna é, na Foz do Côa, o período tecnicamente mais variado, tendo motivos em todas as técnicas aqui inventariadas, com claro predomínio de motivos filiformes, mas com um importante conjunto de motivos picotados, sendo as restantes técnicas residuais.

2. Escolha das superfícies

No universo das cento e oitenta e seis rochas gravadas da Foz do Côa, pode fazer-se a seguinte relação relativamente à escolha da superfície:

Rochas gravadas na face principal – 182

Rochas gravadas numa das faces laterais – 4

Rochas gravadas numa superfície horizontal – 1

A escolha da face principal domina esmagadoramente, sendo esta estatística similar à dos restantes núcleos de gravuras da região. Tendo em conta o aspecto das superfícies, também as gravuras dos dois achados fortuitos deveriam integrar a face principal dos respectivos afloramentos. As quatro rochas gravadas nas faces laterais são as Rochas 43, 97, 133 e 134, e nenhuma tem motivos paleolíticos. A Rocha 97 tem uma inscrição moderna, as Rochas 43 e 133 têm ambas um único motivo da Idade do Ferro, enquanto que a Rocha 134 tem alguns traços de cronologia indeterminada, talvez também da Idade do Ferro. Curiosamente, estão todas voltadas para Nordeste em direcção ao Douro. A única rocha com uma superfície sub-horizontal historiada é também a Rocha 134, um pequeno bloco no interior de um abrigo.

3. Cores e texturas das superfícies

Tendo em conta a ampla variedade de escolha, é interessante notar que parecem existir algumas tendências diferentes na escolha das superfícies dentro dos diferentes períodos cronológicos.

Na época Moderna/Contemporânea não nos pareceu que houvesse algum critério definido na escolha das cores, parecendo haver apenas algum cuidado com a escolha de superfícies de textura minimamente regular. Já no período Paleolítico, o critério dominante, com poucas excepções, parece ser o da procura de superfícies de boa ou excelente qualidade, as quais, de uma forma geral, se associam às cores castanha e cinzenta, com relevo para matizes de castanho-vinhoso, que está normalmente associado às melhores superfícies em toda a área do núcleo, e que quase sempre ostentam gravuras paleolíticas, facto tanto mais relevante quanto são relativamente raras, e o cinzento-esverdeado, que caracteristicamente se associa a umas pequenas manchas avermelhadas ou, mais raramente, azuladas, e as quais os artistas paleolíticos parecem por vezes ter apreciado, como se vê no belo efeito cromático na cabeça de uma das fêmeas de cervídeo da Rocha 149.

Já na Idade do Ferro os critérios parecem ser mais heterogéneos, tendo menos a ver com a qualidade das superfícies e mais com a sua cor. Assim, encontram-se gravuras proto-históricas em quase todas as texturas disponíveis, incluindo algumas de muito má qualidade e, embora de forma geral se procurem texturas com alguma regularidade, não parece notar-se uma procura deliberada das melhores superfícies. Por outro lado, quase todo o espectro de cores existente nas superfícies da Foz do Côa é utilizado para a realização de gravuras deste período, com predomínio das superfícies de cor castanha e, particularmente, castanho-alaranjado ou castanho-avermelhado, sendo esta uma tendência que se nota também em outros núcleos do Vale do Côa, parecendo ser esta a cor preferida dos gravadores proto-históricos. Estas superfícies são normalmente bons painéis, de textura lisa e regular, mas ainda assim de qualidade inferior à de outras superfícies disponíveis, sendo mais duras, mais baças e ligeiramente mais rugosas e sendo, com algumas excepções, tendencialmente evitadas pelos artistas paleolíticos.

4. Tamanho dos painéis e localização das gravuras nas superfícies

De uma forma empírica, a relação da frequência dos afloramentos em função do tamanho da sua face principal (o que se aplica a todos os afloramentos existentes na encostas da Foz do Côa e não apenas aos que apresentam gravuras) parece ter uma variação inversamente linear, isto é, quanto maiores são menos gravuras existem e vice-versa. Relativamente às rochas historiadas, vemos que a relação é tendencialmente semelhante, ou seja, há um claro predomínio dos tamanhos intermédios e uma tendência para evitar os painéis maiores e os muito pequenos. Apenas neste último caso se parece fugir ao padrão natural, pois são bastante frequentes ao longo de toda a encosta e apenas um reduzidíssimo número foi aproveitado para fazer gravuras. Isto mostra que, em todos os períodos, se evitou tendencialmente aproveitar este tipo particular de painéis para a realização de gravuras, o que não é surpreendente, dado que as suas escassas dimensões e o facto de quase sempre se encontrarem junto ao solo os tornam pouco práticos para serem trabalhados e visualizados. À primeira vista, poderíamos dizer que o tamanho do painel não parece ter sido um critério muito importante, com excepção da época Moderna, em que há alguma tendência para a escolha dos painéis de maiores dimensões. No entanto, este panorama muda um pouco se introduzirmos o critério da maior ou menos importância das rochas historiadas e o relacionarmos com o tamanho dos respectivos painéis. Naturalmente, é arriscado utilizarmos estes critérios, dada a sua evidente subjectividade e a dificuldade de sabermos se os nossos

critérios de “importância” coincidem com os dos contemporâneos destas gravuras, mas considerando factores como a densidade de gravuras nos painéis, a sua qualidade, raridade, espectacularidade, etc., vemos que, particularmente no Paleolítico e na Idade do Ferro, parece haver uma clara intencionalidade na escolha das rochas de maiores dimensões para as composições mais relevantes, embora haja excepções.

Analisando agora rapidamente a questão da localização das gravuras dos diferentes períodos no espaço operativo dos painéis, e particularmente a questão da sua altura em relação ao solo, assinalamos também a existência de critérios e tendências diferentes para os diferentes períodos.

Na época Moderna o principal critério parece ter sido o da comodidade do gravador, pois todos os motivos modernos se encontram na parte intermédia dos painéis, na posição mais natural e conveniente, não se encontrando nenhum junto ao solo ou em zonas muito elevadas dos painéis. Pelo contrário, no Paleolítico e na Idade do Ferro existem tendências bastante claras que parecem indicar que a posição das gravuras nos painéis era um factor a ter também em conta na sua realização. Assim, na Idade do Ferro quase todos os motivos se situam na parte inferior dos painéis, com frequência junto ao próprio solo, numa posição altamente incómoda para o gravador. É certo que a maioria dos motivos poderia ser gravado sem grandes problemas tendo-se em atenção o estilo das representações, mas estão quase todos numa posição muito baixa, e isto mesmo nos numerosos painéis com espaço e condições suficientes para esses motivos serem realizados em posições superiores e mais cómodas. No Paleolítico, pelo contrário, evita-se de uma forma geral a posição mais inferior dos painéis, estando a grande maioria dos motivos em posições intermédias ou superiores. Isto poderá reflectir uma busca de comodidade por parte dos gravadores, mas as excepções a este critério são demasiado numerosas para que o possamos considerar como dominante. Assim e ao contrário da Idade do Ferro, em que as excepções à regra são poucas e de fraca relevância, no Paleolítico encontram-se motivos em todas as zonas possíveis dos painéis, desde as junto ao solo até às mais elevadas. É o caso dos motivos realizados em zonas muito elevadas dos painéis, como sucede, por exemplo, nas Rochas 14, 16 ou 143, que necessitaram imprescindivelmente de meios auxiliares para a sua concretização, e são hoje de muito difícil detecção e interpretação, formando no entanto conjuntos de gravuras de grande perfeição técnica e estética.

5. Distribuição das rochas

Como é evidente, uma análise sobre a distribuição das gravuras das diferentes épocas ao longo da encosta fica fortemente prejudicada pelo facto de não conhecermos as que se encontram na parte submersa. Mas analisando a distribuição das agora conhecidas, a primeira conclusão é que as rochas dos três períodos cronológicos bem identificados seguem lógicas de implantação similares, sem grandes diferenças entre elas.

Numa primeira apreciação, constatamos que existem rochas com gravuras um pouco por todo o lado, mas que a distribuição não é uniforme, com apreciáveis variações da densidade de rochas ao longo da área do núcleo. De uma forma geral e como seria de esperar, estas variações acompanham a distribuição dos afloramentos ao longo da encosta, mas com algumas excepções, havendo casos de áreas com ampla quantidade de afloramentos e superfícies aptas para a realização de gravuras, mas que não foram escolhidas, por razões ainda não totalmente compreensíveis. Assim, a parte superior encontra-se quase vazia, e as rochas começam a aparecer sensivelmente um pouco acima do meio da encosta, sendo a sua maior concentração na parte central inferior do núcleo. A zona da embocadura tem poucos afloramentos e, conseqüentemente, poucas rochas gravadas, mas é também a parte

proporcionalmente mais afectada pela subida das águas, uma vez que a altura da encosta é aqui mais baixa.

Há uma tendência para o aumento da densidade de rochas historiadas à medida que se desce na encosta, mas a máxima concentração não se verifica na zona mais inferior, mas numa faixa de terreno contida entre os 20 e os 50 metros acima da actual linha de água. Curiosamente, na faixa de terreno junto à linha de água, a concentração de rochas é bastante baixa em todos os períodos, e nem mesmo a deficiente prospecção aqui realizada (pelas razões já expostas) pode explicar este facto, que parece resultar de uma escolha intencional da não gravação das rochas desta zona.

Das quarenta e cinco rochas com gravuras modernas, vinte e quatro apresentavam já motivos de períodos anteriores, o que é uma apreciável percentagem. Tendo em conta a profusão de rochas com gravuras antigas, é normal que muitos motivos modernos se lhes pudessem juntar, e é bem provável que os gravadores modernos frequentemente não se apercebessem da sua existência, nomeadamente quando são poucas e muito patinadas. Nalguns casos particulares, como nas Rochas 14 e 16, com painéis de enormes dimensões e totalmente repletos de evidentes gravuras antigas, a colocação das gravuras modernas (em ambos os casos figuras cruciformes) em zonas laterais e escusas dos painéis parece indicar a consciência da existência das gravuras antigas e o desejo de evitar sobreposições. Mas estas duas rochas, a par de diversas outras de características similares, parecem indicar que um dos principais critérios para a escolha de superfícies para a realização de gravuras modernas terá sido as suas grandes dimensões e/ou maior visibilidade no terreno, sendo assim natural que se juntem a gravuras mais antigas, para as quais critérios semelhantes poderão ter também existido.

Assim, a distribuição das rochas de cronologia moderna segue um padrão semelhante ao das restantes, sendo a principal diferença que a sua densidade parece ser mais ou menos uniforme ao longo da encosta, sem grandes concentrações, o que deverá reflectir a dispersão das actividades agrícolas por toda a área do núcleo, de alto a baixo da encosta, actividades essas que se deverão ter generalizado precisamente na Época Moderna. A excepção a esta uniformidade vem do grupo de sete rochas com motivos picotados, concentradas numa área restrita nas imediações da embocadura, cuja existência pelo menos em parte está comprovadamente ligada à existência de moinhos nesta zona, como no caso já conhecido das gravuras do moleiro Alcino Tomé (García Díez e Luís, 2003), podendo estar de forma mais geral relacionadas com a existência de um importante foco de estruturas e actividades de época moderna, como já referimos.

Os artistas proto-históricos foram aparentemente criteriosos na escolha dos painéis, tendo evitado as rochas previamente gravadas no paleolítico, havendo sobreposição apenas em 16 das 66 rochas da Idade do Ferro, o que é tanto mais notável quanto estas rochas tem uma distribuição que segue de perto a das rochas paleolíticas, tendo em geral os mesmos picos de concentração. Isto parece implicar que na Idade do Ferro se tinha consciência da existência das gravuras paleolíticas, o que parece ser reforçado se considerarmos que naquelas 16 rochas raramente as gravuras mais recentes se sobrepõem às anteriores, estando regra geral em zonas distintas dos painéis. É certo que esta aparente intenção em evitar misturas por parte dos artistas da Idade do Ferro poderia resultar muito simplesmente da aplicação de critérios bem definidos e distintos para ambos os períodos na escolha das superfícies e das zonas dos painéis para gravar, e mesmo que tenha existido conhecimento da existência das gravuras paleolíticas, este parece ter tido uma influência mínima nas temáticas e composições da arte proto-histórica.

As rochas da Idade do Ferro localizam-se principalmente na zona mais central da encosta,

com reduzida dispersão para as periferias, podendo-se distinguir dois grandes grupos. O primeiro e o menor localiza-se numa zona ligeiramente superior e mais a montante. O segundo é maior e mais denso, ocupando toda a grande mancha de afloramentos no sector central e inferior da encosta. Como detalhes interessantes, podemos ver que não existe, pelo menos de momento, nenhuma rocha proto-histórica nas imediações da embocadura do rio, e que existem poucas junto à actual linha de água, havendo apenas a Rocha 7 ao lado do rio, e tendo a maioria das restantes, mesmo as que se encontram mais perto do rio, um acesso difícil à linha de água, devido à inclinação da encosta, estando assim na realidade relativamente distantes. Ou seja, a grande maioria das rochas com gravuras proto-históricas concentra-se na zona intermédia da encosta, no que poderemos chamar de sector médio/inferior, incluindo a quase totalidade das rochas mais importantes. Assim, a zona fulcral da encosta no respeitante à implantação destas rochas parece ser a central, com uma relativamente reduzida dispersão de rochas para as periferias. Naturalmente, a eventual existência de muitas rochas e gravuras importantes da Idade do Ferro na parte submersa da encosta alteraria consideravelmente esta conclusão mas, a ser assim, poderíamos dizer que as rochas importantes da Idade do Ferro se distribuiriam em altura por duas partes distintas da encosta, com um nítido intervalo a meio.

Olhando mais detalhadamente a distribuição das rochas e dos respectivos motivos para a Idade do Ferro, entrevemos a existência de um interessante padrão, que parece existir também noutros núcleos da Arte do Côa, e que consiste na tendência das rochas gravadas se agregarem em pequenos grupos, centrados em torno de uma rocha principal, na qual invariavelmente existem figuras antropomórficas. Isto é, de uma forma geral, e admitindo excepções, o padrão de distribuição a uma pequena escala parece centrar-se numa rocha, que poderemos chamar de rocha principal, que apresenta grande quantidade de motivos, geralmente de maior complexidade e importância, com frequentes sobreposições, incluindo por vezes cenas narrativas (de caça ou combate), e tendo sistematicamente figuras antropomórficas, que geralmente dominam as composições. Nas imediações desta rocha principal dispersam-se outras, que podem considerar-se como rochas secundárias, que têm geralmente um número reduzido de motivos, de menor complexidade e exuberância, apresentando no seu conjunto a panóplia habitual de motivos proto-históricos: quadrúpedes diversos, sobretudo cavalos e cães, armas, geométricos e, por vezes, mais uma ou outra figura antropomórfica. Dada a grande diversidade de estilos que podemos entrever dentro destes hipotéticos grupos, não parece provável que resultem de um único acto de criação, mas sim que a rocha principal poderá funcionar como factor de agregação para a gravação de outros motivos no espaço em redor, podendo-se assim dizer que será em grande medida a representação das figuras humanas a determinar a distribuição ao longo dos tempos dos motivos e composições da arte proto-histórica do Côa. Isto já se entrevia no primeiro dos núcleos conhecidos da Arte do Côa, o Vale da Casa, onde a conhecida Rocha 10 se localiza numa posição central e foi desde logo considerada a principal rocha do complexo, pela imensa complexidade e variedade dos seus motivos, congregando quase todas as figuras antropomórficas aqui conhecidas, e cujas múltiplas sobreposições permitiram afirmar que terá sido uma das primeiras a ser gravada do conjunto, integrando as figuras antropomórficas logo a primeira fase de gravação deste painel (Baptista, 1983: 66).

A distribuição das rochas proto-históricas e paleolíticas tem muitas semelhanças entre si, mas existem algumas diferenças assinaláveis. Enquanto que as da Idade do Ferro evitam a zona da embocadura do Côa e se prolongam para a área mais a montante, existe um muito importante conjunto de rochas paleolíticas nas imediações da embocadura, havendo até um pequeno grupo já sobranceiro ao Douro, enquanto que a zona mais a montante está quase vazia de

gravuras paleolíticas e as poucas que há são de reduzida importância. Outra diferença importante tem a ver com a distribuição ao longo da encosta, estando a maior concentração de rochas em ambos os períodos no sector médio/inferior da encosta, mas com uma ampla dispersão das rochas paleolíticas desde a parte mais alta da encosta até à margem do Côa, contrariamente à reduzida dispersão das rochas proto-históricas. As rochas situadas nas cotas mais elevadas são quase todas paleolíticas, incluindo a mais alta, a Rocha 18, e são relativamente abundantes as rochas paleolíticas junto à actual linha de água, tudo indicando que a tendência se mantenha na parte submersa da encosta.

No entanto, mesmo com esta relativamente ampla dispersão, há uma evidente maior concentração de rochas paleolíticas na parte média/inferior da encosta, numa faixa entre os 30 e os 50 metros acima da actual linha de água. É também nesta estreita faixa de terreno que se encontram a maioria das rochas mais interessantes, isto é, as que apresentam mais e melhores motivos, incluindo todas as escassas rochas do núcleo mais complexas, ou seja, que se caracterizam por apresentar densas sobreposições de motivos paleolíticos um pouco por todo o painel. Assim, a principal zona da encosta para a implantação das gravuras paleolíticas não é o mais perto possível de água, mas tem um pico de concentração numa determinada faixa intermédia, sendo essa concentração tanto em quantidade como em qualidade. Mas, mais uma vez, não conhecemos as rochas paleolíticas que possam existir na parte terminal e submersa da encosta, e se poderão ou não alterar substancialmente a ideia aqui transmitida.

A Arte Rupestre da Foz do Côa

1. Rochas de cronologia indeterminada

Na sua maioria, as trinta e duas rochas da Foz do Côa de cronologia indeterminada são bastante desinteressantes, embora por razões diversas. Algumas, ainda que inventariadas, apresentam apenas simples traços avulsos. No entanto, alguns destes traços poderão eventualmente formar motivos (mesmo antigos) o que só a limpeza das superfícies e o levantamento das gravuras poderá ou não confirmar. Noutros casos é possível reconhecer motivos, mas a sua atipicidade não permite uma classificação. De entre todas estas rochas, destacaríamos apenas uma, a Rocha 134, pelas suas características pouco habituais. Trata-se em primeiro lugar de um abrigo sob rocha, algo bastante raro em toda a Arte do Côa, e onde se encontrou um pequeno fragmento de cerâmica de fabrico manual, que poderá até talvez ser da Idade do Ferro, o que a confirmar-se seria um factor de interesse acrescido. Outra raridade é que apresenta dois painéis distintos com gravuras, ambos com disposições muito pouco frequentes, um painel lateral e outro horizontal. Infelizmente, as gravuras que ambos apresentam são pouco características e expressivas. No painel lateral surgem alguns traços talvez da Idade do Ferro, e no painel horizontal há um peculiar conjunto de traços que parecem ser pequenos caracteres cursivos, fortemente patinados, mas onde não reconhecemos qualquer sentido aparente.

2. A Época Moderna/Contemporânea

Identificaram-se quarenta e cinco rochas com gravuras modernas ou contemporâneas, incluindo alguns graffiti recentes, com uma tipologia pouco variada.

Exceptuando alguns graffiti, apenas registamos duas rochas com inscrições de época moderna na Foz do Côa. Uma é a da Rocha 97, datada de meados do século XX, obtida por abrasão, em que surgem alguns nomes de pessoas associadas às datas dos seus nascimentos. A outra encontra-se na Rocha 49, e tem tão só a data de 1762, obtida por picotagem e sobreposta a gravuras paleolíticas. O seu principal interesse é estar integrada no

que podemos chamar tecnicamente o “grupo das rochas picotadas”, que inclui as Rochas 1 a 6, presentemente submersas, e das quais podemos fazer resumidamente a seguinte descrição: a Rocha 1 apresenta uma grande custódia, associada à data de 1879 e a dois nomes, entre os quais o de Alcino Tomé. A Rocha 2 é a mais complexa do conjunto, apresentando num sector uma bela locomotiva, associada directamente à data de 1946, e alguns nomes e a data de 1928; no painel esquerdo está figurada uma casa de dois andares, ao lado do nome Alcino Tomé e da data 1944, tendo por baixo a figura de uma avioneta. Para a direita há ainda uma face humana associada à assinatura Tomé e à data 1947, tendo finalmente por cima uma bonita figura de uma sereia. A Rocha 3 apresenta numa grande cartela rectangular a assinatura “José do Nascimento Freixeiro”, tendo por baixo a figura de um homem num barco rabelo, sendo o conjunto ladeado pela inscrição “Vila Nova de F.”. A Rocha 4 tem uma pequena custódia e três cruces, associadas a duas datas de 1844. A Rocha 5 apresenta apenas a data de 1727, associada a um pequeno círculo e mais alguns pontos e traços sem nexos aparentes. Por fim, a Rocha 6 tem um cruciforme, associado a dois ou três pequenos círculos e alguns pontos e traços. Estas sete rochas apresentam pois um conjunto homogéneo de motivos, técnica e tematicamente, datável entre a primeira metade do século XVIII e meados do XX.

As figuras reticuladas modernas são relativamente frequentes na região e também na Foz do Côa, sendo prováveis jogos, diversas variantes do jogo do galo, ainda que com a peculiaridade de estarem em posição vertical. Quanto a representações zoomórficas, são poucas e de escasso interesse, destacando-se apenas duas figuras de pomba associadas a uma custódia na Rocha 16.

Um pequeno mas curioso conjunto de motivos representa diversos meios de transporte modernos, nos quais se incluem a locomotiva, a avioneta e o barco rabelo acima referidos. Para além destes, há várias representações de barcos, destacando-se o grande veleiro da Rocha 157, com quilha, mastro e até bandeira, e o conjunto de pequenas representações da Rocha 99. Realce-se também a ingénua e singela figura de foguetão na Rocha 19 e o automóvel da Rocha 100, um modelo dos anos 30 ou 40, desajeitadamente esboçado mas com grande detalhe.

Neste particular conjunto de motivos os directamente datáveis são todos do século XX. Os restantes são as figuras de barcos, incluindo o rabelo, cuja cronologia é mais indefinida. No entanto, tendo em conta que se trata essencialmente de barcos à vela, que não integram o lote de embarcações tradicionais da região, também estes poderão datar do século passado. Por outro lado, salienta-se a ausência de representações dos meios de transporte típicos e tradicionais da região, o carro de bois, o simples burro ou macho, ou os pequenos barcos a remos. Ou seja, estes motivos parecem um indicativo da lenta chegada da modernidade ao longo do século XX, e talvez traduzam também um certo desejo escapista das populações rurais do interior, desejo esse que irá resultar nas vagas de imigração da segunda metade do século, o que foi aliás concretizado por um dos gravadores da Foz do Côa, o aprendiz de moleiro Alcino Tomé (García Díez e Luís, 2003).

Foram registados trinta e um cruciformes na Foz do Côa em dez rochas, sendo o motivo mais abundante na época moderna. Para além da custódia picotada da Rocha 1, destaca-se uma outra na Rocha 16, associada à data de 1976 e a duas figuras de pomba, o grande conjunto de cruces simples da Rocha 14, as duas curiosas figuras da Rocha 174, talvez semelhantes aos pendões e estandartes utilizados em procissões, ou representações muito estilizadas do Calvário. Por fim, na Rocha 137, duas curiosas representações de Cristo crucificado, um de uma forma estilizada e o outro com uma figura humana mais explícita.

Quanto aos antropomorfos modernos, eles são em número reduzido. Entre os picotados

encontram-se na Rocha 2 uma figura de sereia e uma carantonha, que poderá ser um auto-retrato do gravador José Alcino Tomé, e na Rocha 3 a figura de um homem num barco rabelo, presumivelmente o próprio “José do Nascimento Freixeiro “ da assinatura associada. Relativamente aos filiformes, realce para uma figura na Rocha 31, com alguns detalhes incomuns, entre os quais o ter o corpo preenchido por raspagem, e também o facto de ter uma cabeça de pássaro, sendo assim uma figura híbrida. Por fim, os antropomorfos das Rochas 130 e 142, que deverão ser relativamente antigos, datáveis talvez de entre os séculos XVI-XVIII. Na Rocha 130 é uma figura humana vista de frente, aparentemente masculina, com o corpo e os traços faciais apenas esboçados, e a cabeça atravessada por um comprido traço horizontal na zona da testa, que sugere a existência de um chapéu de abas. Bastante interessante é o humano da Rocha 142, mais claramente uma figura masculina. O corpo é representado por um trapézio, mais largo nos ombros e estreitando para a cintura, na qual parece haver a representação de um cinto. No peito encontra-se uma pequena cruz, e a partir da cintura abre-se um novo trapézio, simétrico ao anterior, representando uma vestimenta tipo “saiote”. Na cabeça ostenta o que se poderá interpretar como um capacete ou elmo. O aspecto geral da figura, o seu vestuário e o possível capacete fazem lembrar uma personagem trajada à oriental, mas com uma quase certa origem ocidental, devido à cruz no peito, podendo talvez este motivo estar de alguma forma ligado à expansão portuguesa. Tem paralelos nas figuras da Rocha 17 da Ribeira de Piscos, estilisticamente muito diferentes mas que também representam personagens “orientalizantes” (Baptista, 1999: 182).

3. A Idade do Ferro

Foram identificadas sessenta e seis rochas com filiformes da Idade do Ferro na Foz do Côa. Numa primeira e muito incompleta contagem, os seus motivos superam largamente as duas centenas, integrando-se maioritariamente em quatro grandes grupos tipológicos: geométricos, armas, zoomorfos e antropomorfos, a que se podem acrescentar alguns escassos motivos isolados que não integram estas categorias tipológicas particulares. Esta é a distinção tipológica essencial que se repete em todos os conjuntos da Idade do Ferro do Vale do Côa, e que foi desde logo assinalada para o Vale da Casa (Baptista, 1983: 59), havendo neste caso ainda mais um tipo, o das gravuras alfabéticas, representada unicamente pela inscrição da Rocha 23 (Baptista, 1999: 180-181).

Como é evidente, os motivos da Idade do Ferro estão em geral muito menos patinados que os paleolíticos, tendo frequentemente um traço bastante fresco, normalmente pouco cuidado e preciso ainda que vigoroso. Os motivos distinguem-se bem uns dos outros, com poucas sobreposições e são em geral bem delineados.

Estes factores levam a que nesta fase preliminar se tenham identificado mais motivos proto-históricos do que paleolíticos, apesar de haver mais rochas paleolíticas e a quantidade de motivos paleolíticos por rocha ser tendencialmente superior à dos da Idade do Ferro. No entanto, esta maior facilidade na individualização dos diferentes motivos nem sempre se traduz em maior facilidade na sua correcta interpretação. A maioria dos motivos paleolíticos são desenhados com grande detalhe e um certo naturalismo, ao contrário do desenho muito esquematizado da generalidade dos temas proto-históricos. Assim, por vezes o esquematismo de alguns motivos da Idade do Ferro torna-os de difícil individualização e caracterização como é o caso de alguns quadrúpedes e até de armas, onde a falta de detalhe e rigor das representações torna quase impossível a sua atribuição tipológica precisa. Uma pequena mas importante classe de motivos na Idade do Ferro da Foz do Côa são os meandros serpentiformes, representados pelo menos por treze exemplares em dez rochas, sendo no âmbito da Arte do Côa quase exclusivos deste núcleo. O típico meandro

serpentiforme é formado por duas linhas curvilíneas em meandros paralelos, separadas por um pequeno intervalo, fechando nas extremidades de forma simples e ovalada. A impressão geral que fornecem é a de um longo corpo serpentiforme. O melhor conjunto destes meandros encontra-se na Rocha 80, onde há pelo menos três, bastante longos e perfeitos, entrelaçando-se uns nos outros. Mas há dois exemplares particularmente interessantes, que reforçam a hipótese de que estes motivos poderão objectivamente representar serpentes, integrando assim a classe dos motivos zoomórficos. O primeiro encontra-se na Rocha 93, sendo uma figura algo distinta das restantes, pois tem um longo corpo horizontal, mais largo na parte posterior e estreitando progressivamente para a cabeça. Esta, ao contrário das restantes, é representada explicitamente com uma rasgada boca ameaçadoramente aberta. Embora a figura seja pouco visível, não parece neste caso haver grandes dúvidas que se trata de uma figura de serpente. O segundo exemplar está na Rocha 139, à margem do mais importante conjunto de motivos deste painel, e parece ser um típico meandro serpentiforme, com a diferença de neste caso apresentar duas pequenas “orelhas”. Claro que as serpentes não têm orelhas, mas a víbora-cornuda (*Vipera latastei*), por exemplo, tem um pequeno “corno” no alto da cabeça e este é um dos poucos casos em que a terminação do meandro duplo forma explicitamente uma cabeça, a qual é semelhante à das serpentes e distinta das cabeças dos restantes animais que encontramos na Foz do Côa.

Os geométricos são a segunda categoria mais representada na Foz do Côa, logo a seguir aos equídeos, e superando estes na sua distribuição pelas diferentes rochas, estando presentes em pelo menos trinta e seis das sessenta e seis rochas da Idade do Ferro. No entanto, são poucas as rochas em que os motivos geométricos sejam exclusivos, e raramente merecem destaque na composição geral do painel, sendo frequentemente utilizados para enquadrar motivos ou composições mais importantes. Assim, a cena de caça da Rocha 177 está rodeada por diversos motivos geométricos, geralmente pequenos e pouco vistosos, o mesmo sucedendo na Rocha 44 onde perdem claramente na comparação com os motivos zoomórficos. O cavaleiro e restantes cavalos da Rocha 139 são ladeados por um pouco visível motivo geométrico, na periferia da composição, o mesmo sucedendo com a possível cena de combate da Rocha 153. A utilização destes motivos poderá dever-se aos seus simbolismos particulares, servindo para enquadrar e conferir significados às cenas e composições principais, podendo também ser adições mais tardias a estas composições, o que explicaria o seu enquadramento periférico e estaria de acordo com a cronologia tardia destes motivos no faseamento da Rocha 10 do Vale da Casa.

Dentro da categoria genérica de geométrico cabe uma ampla panóplia de motivos, havendo em geral um escasso número de exemplares dentro de cada tipo específico. Entre as tipologias mais conhecidas, destacam-se os reticulados, claramente os mais abundantes, alguns escalariformes, espirais e círculos raiados. Há também linhas em ziguezague, e diversos motivos de formas mais ou menos complexas mas baseadas em linhas geométricas simples, como o triângulo ou o trapézio.

Raramente se podem atribuir significados específicos a estes motivos, com uma possível excepção na Rocha 93. Trata-se um motivo de linhas geometricamente simples, em forma de cadeira (em toda a Arte do Côa há apenas um único paralelo para este motivo, na Rocha 5 dos Moinhos de Cima) e está neste caso directamente associado a uma impressionante figura de guerreiro, sendo possível que represente efectivamente uma cadeira, ou trono (?).

Um tipo importante de geométricos são os motivos escutiformes com decorações internas em bandas paralelas, com semelhanças em algumas decorações cerâmicas da Idade do Ferro. Encontram-se apenas três exemplares, nas Rochas 44, 161 e 181, sendo este último em particular paralelizável com um dos motivos escutiformes da Rocha 10 do Vale da Casa, que

se integra nas últimas fases de gravação desta rocha (Baptista, 1983: 67), e tendo também paralelos nas cerâmicas ibéricas pintadas (cf., por ex., Maestro Zaldivar, 1989: 188, 258, figs. 53-a, 91-a). As cronologias atribuídas a estas cerâmicas são tardias, na transição da Idade do Ferro para a romanização, sendo assim mais um factor para considerar uma datação tardia para este tipo de motivos no Côa.

Por vezes os geométricos são utilizados em conjugação com outros motivos, formando temas compostos e complexos, com vários e interessantes exemplos na Foz do Côa. Assim, na Rocha 53 uma pequena espiral ocupa o lugar do sexo de um dos cavalos deste painel. Na Rocha 139 há uma figura de cavaleiro tendo na garupa da montada um pequeno círculo raiado, com paralelos evidentes no magnífico cavalo da Rocha 6 do Vale do Forno. Na Rocha 152, uma elegante figura de cavalo aparece quase integralmente rodeada e encerrada dentro de uma linha com acentuados meandros. E na Rocha 161, um excelente exemplo da arte proto-histórica do Côa, uma figura humana funde-se com diferentes grupos geométricos numa composição de belo efeito estético.

De todas as rochas com geométricos da Foz do Côa, a mais importante é a 181, claramente diferente das restantes, com excelentes e variados temas geométricos e a única em que estes formam o conjunto mais relevante. Estilisticamente, tem afinidades com os motivos da Rocha 161, sendo provavelmente das fases tardias da Idade do Ferro deste núcleo.

As representações de armas proto-históricas na Foz do Côa são relativamente abundantes, tendo-se contabilizado pelo menos trinta e duas divididas por dezassete rochas, ainda que a interpretação de alguns destes motivos seja duvidosa. Identificam-se quatro categorias diferentes de armas: lanças, punhais, escudos e falcatas (ou facas afalcataadas), estando em vários casos associadas directamente a figuras de guerreiros ou cavaleiros, ainda que seja mais frequente aparecerem isoladamente.

De momento não consideramos a existência de capacetes ou outros elementos de armamento defensivo, embora haja um ou outro caso duvidoso. Por exemplo, o cavaleiro da Rocha 16 tem uma “excrecência” sobre a cabeça que poderia ser um capacete. Da mesma forma, a linha pontiaguda da cabeça de um dos guerreiros da Rocha 177 poderia ter o mesmo significado, mas a falta de detalhe de todas estas representações inviabiliza uma identificação segura. E apenas se identificam dois possíveis escudos na Rocha 177, que se encontram na mão das duas figuras de guerreiros que integram a cena de caça ao veado. No entanto, em ambos os casos esta interpretação não é muito clara.

Assinalam-se quatro figuras de punhais em duas rochas, ainda que duas destas figuras sejam de interpretação duvidosa. Mas os dois punhais da Rocha 150 são inequivocamente identificáveis como tal, sendo representados como se estivessem embainhados e com tal detalhe que lhes podemos apontar uma tipologia específica, algo extremamente raro nas armas do Côa. Pertencem à categoria dos punhais de duplo globular, ou biglobulares (Quesada Sanz, 1997: 282-284). É uma arma tipicamente mesetenha e celtibérica, com numerosos exemplares conhecidos na cultura material e de ampla distribuição na Península. O maior grupo de exemplares encontrados é de Numância, e dos castros da Meseta Oriental, no Alto Douro espanhol. Têm uma cronologia tardia, entre meados do século III e o século I a.C., e é considerada a arma mais característica e frequente do mundo celtibérico na altura das lutas contra os exércitos romanos (Quesada Sanz, 1997: 292-295, 302-305).

Quanto a falcatas, identificam-se pelo menos sete motivos que podem integrar esta categoria, mas poucos se enquadram na tipologia clássica da falcata, sendo em geral representações pouco detalhadas, razão pela qual fazemos a distinção entre falcata e arma afalcataada, sendo a última um tipo de representação laminar com algum tipo de curvatura ou ângulo na lâmina. Na Rocha 148 encontra-se a mais perfeita falcata da Foz do Côa, representada sem punho,

como a maioria das outras figuras, e aparentemente embainhada, de forma similar à da Rocha 6 do Vale da Casa (Baptista, 1983: 64). Na Rocha 145 encontra-se a única figura que, sem grandes dúvidas, se pode considerar uma faca afalcatada, associada a uma outra falcata mais clássica, com o punho figurado.

A cronologia das falcatas é balizada de uma forma geral entre os séculos V e I a.C., recuando talvez ao século VI e sobrevivendo ocasionalmente até princípios da era cristã. Mas torna-se particularmente significativa a sua distribuição geográfica de acordo com a sua cronologia. Assim, as falcatas cuja cronologia se situa entre 450 e 250 a.C. encontram-se na sua esmagadora maioria numa zona relativamente restrita da costa mediterrânica, abrangendo parte das costas levantina e andaluza, o que parece claramente ser a sua zona de origem dentro da Península Ibérica. Mas a distribuição das falcatas com cronologias entre 250 e 50 a.C. é totalmente diferente, mantendo-se a importância da pretensa zona original, mas expandindo-se agora pelo interior da Península, com relevo para a área lusitana, com exemplares em plena Meseta castelhana e na área celtibérica, já no Alto Douro espanhol (Quesada Sanz, 1997: 76-83). Esta distribuição particular, que assinala uma clara expansão das falcatas a partir de finais do século III a.C., é um bom argumento para considerar que as representações de falcatas no Côa serão tardias, já da fase final da II Idade do Ferro, o que está aliás de acordo com a estratigrafia figurativa da Rocha 10 do Vale da Casa, em que precisamente as quatro grandes falcatas do conjunto são gravadas na fase final da decoração do painel, sobrepondo-se a todos os restantes motivos (Baptista, 1983: 67-68; *idem*, 1999: 174-175).

Finalmente, quanto às lanças e/ou dardos, identificam-se doze rochas com dezanove destas armas, doze das quais se encontram directamente associadas a figuras de guerreiros ou cavaleiros. Não se faz aqui uma clara separação entre dardo e lança porque a sua distinção iconográfica é problemática, dada a simplificação e padronização das representações, sendo também muito difícil elaborar a tipologia das suas pontas. Isto seria interessante, porque há diferenças históricas, culturais e funcionais significativas entre a lança, entendida como uma arma comprida e pesada, criada para combate individual corpo a corpo, e o dardo, mais pequeno e leve, próprio para ser arremessado. A evolução da panóplia armamentista ibérica durante a II Idade do Ferro mostra-nos uma fase inicial, no século V a.C., em que os combates seriam dominados pelos confrontos individuais entre a elite guerreira, ao melhor estilo homérico, e em que a lança seria a arma de combate por excelência; a fase seguinte, do século IV ao final do século III a.C., assistiria ao domínio da luta em formações ordenadas, mantendo-se o domínio da lança sobre as restantes armas, mas com tendência para aligeirar o conjunto do armamento, e a fase final, a partir das guerras púnicas, veria o domínio das formações ligeiras, com o surgimento da cavalaria ligeira, o domínio dos dardos sobre as lanças, e a preponderância da falcata e armas similares (Quesada Sanz, 1997: 652-663). Observando as diversas lanças ou dardos da Foz do Côa, vemos que a grande maioria das pontas são largas e com nervura central, distinguindo-se formas ovais e em losango, mas as indefinições das representações não nos permitem ir muito mais além. Uma das excepções está na Rocha 11, parecendo tratar-se da representação de uma larga haste com uma pequena ponta com aletas ou barbelas, o que poderia corresponder a um *pilum*, um dardo pesado com pequena ponta, conhecidos na Península desde o século V a.C., sem que seja possível precisar melhor a sua cronologia dentro da II Idade do Ferro (Quesada Sanz, 1997: 325-326, 330).

A Rocha 44 guarda uma figura de guerreiro, visualizada de frente e segurando uma enorme lança, com uma postura semelhante à dos dois guerreiros da Rocha 93. Nestes casos, poderão ser representações de pesadas lanças de combate individual, talvez integráveis na

fase inicial da evolução da armaria ibérica. Nas Rochas 139 e 153 são empunhadas por cavaleiros, sendo provável que aqui sejam representações de dardos, talvez de cronologias mais tardias. A identificação como dardos parece mais segura para as várias armas de arremesso da Rocha 177, uma vez que integram uma inequívoca cena de caça ao veado. Na Rocha 163 há um caso interessante, não pela tipologia da lança, que não difere substancialmente das outras, mas por esta estar dobrada. O ângulo a meio da haste é demasiado pronunciado para resultar apenas da imperícia do gravador, pelo que deverá ser intencional. São conhecidos casos de inutilização ritual de armas em sepulturas de guerreiros, e encontraram-se lanças todas de ferro, as *soliferrea*, intencionalmente dobradas e inutilizadas, por vezes de forma similar à aqui registada (Quesada Sanz, 1997: 325). O potencial ar funerário desta cena é ainda reforçado pelo facto da lança estar ao lado de uma hipotética figura de punhal, que poderia assim completar um eventual espólio funerário de um qualquer guerreiro, talvez um dos cavaleiros representados logo por baixo destas duas figuras. As figuras zoomórficas dominam quantitativamente sobre todos os outros tipos de motivos, mas a variedade de espécies animais representadas não é grande. Não há figurações de peixes ou aves. Quanto aos quadrúpedes, dominam os equídeos e os cervídeos, com representações episódicas de canídeos e bóvidos, para além de algumas figuras estranhas e/ou indeterminadas.

As figuras de bóvidos da Idade do Ferro são muito raras na Arte do Côa e apenas assinalamos duas na Foz do Côa, em ambos os casos não inteiramente claras. A primeira encontra-se na Rocha 23, submersa num caos de traços sobrepostos, na periferia dos quais se parece distinguir uma grande cabeça de touro com dois cornos. A segunda encontra-se na Rocha 177, e poderia eventualmente tratar-se de um cavalo. No entanto, a forma particular da cabeça e o aspecto pesado e maciço do corpo, pouco habitual nas representações típicas dos equídeos da Idade do Ferro, faz-nos pensar que se tratará efectivamente de um bóvido, não sabemos se um boi doméstico ou um auroque selvagem.

Os canídeos são mais abundantes, mas também por vezes facilmente confundíveis com figuras de cavalos. Assim acontece com as duas representações da Rocha 112, e também com dois elegantes quadrúpedes da Rocha 93. Já na Rocha 88 surgem seis figuras zoomórficas, em que pelo menos três parecem nitidamente canídeos, concentrados num pequeno grupo coeso. Na Rocha 122 há uma outra figura que, pela forma da cabeça, parece um cão ou um lobo. Por fim, na Rocha 153 temos o que parece um canídeo, igualmente numa postura feroz, apropriadamente associado ao que interpretamos como uma cena de luta.

Os cervídeos da Idade do Ferro são raros mas importantes, sendo em geral bem reconhecíveis pela armação. O veado da Rocha 181 identifica-se unicamente pela armação, pois o corpo é quase indistinguível. Os veados das Rochas 7 e 145, apesar das diferentes tipologias, são esquematizados de forma semelhante, à maneira da maioria dos veados da Idade do Ferro do Côa, com corpo longo, estreito e rectangular, pequena cauda em coto, e uma armação bem visível. Já o veado da cena de caça da Rocha 177 é algo diferente, com um corpo curvilíneo muito semelhante ao dos cavalos, com uma cauda em pequeno coto e uma longa armação. Mais problemática é a caracterização de uma outra figura da mesma rocha, que em muitos dos seus detalhes parece um cavalo, mas que tem uma pequena cauda bem distinta das longas caudas típicas dos cavalos da Idade do Ferro, e tem também uma lança a atravessar-lhe o corpo. Poderia ser assim uma rara representação de fêmea de veado.

Os equídeos são claramente os motivos zoomórficos mais frequentes, tendo-se identificado pelo menos setenta e oito figuras, com mais oito a servir de montadas a cavaleiros, divididos por trinta e quatro rochas, mais de metade do total. Algumas destas figuras são duvidosas, podendo eventualmente vir a ser reclassificadas quando se fizerem os levantamentos deste

núcleo, mas muitos dos numerosos quadrúpedes indeterminados serão talvez figuras de cavalos, pelo que o seu número total deverá ainda crescer mais. Este grande número de motivos, junto com a sua diversidade tipológica e a variedade de situações em que surgem representados torna os cavalos um dos melhores meios para se estudar a evolução estilística e cronológica da arte da Idade do Ferro do Côa e da Foz do Côa em particular.

A maioria destas figuras são semelhantes às que se encontram um pouco por todo o Baixo Côa, com uma única excepção, uma peculiar tipologia de cavalo com terminação da cabeça em forma de tromba, que para já está restringida à Foz do Côa e de que apenas identificámos 4 exemplares, nas Rochas 92 e 67. São figuras facilmente reconhecíveis, com longas patas verticais, ventres em acentuada curvatura e sobretudo um peculiar focinho com terminação muito alongada. Destaque-se ainda a figura da Rocha 67 pelo seu ineditismo, pois é a representação de uma égua grávida, com a cria figurada no interior do ventre. O reduzido número de exemplares na Foz do Côa e a sua aparente ausência noutros núcleos parece indicar que esta terá sido uma variante tipológica que não fez escola, sendo possível que todos estes exemplares sejam obra de um mesmo autor.

A maioria dos equídeos da Foz do Côa tem uma concepção distinta das típicas figuras com a parte posterior em forma de ferradura do Vale da Casa (Baptista, 1983: 61), mas também ali se encontram alguns raros exemplos com este formalismo, embora em geral menos perfeitos, nomeadamente em algumas figuras das Rochas 95, 128 e 148. Outro aspecto interessante do Vale da Casa (em especial na Rocha 10) é o aparecimento de representações incompletas de cavalos, reduzidas em casos extremos à simples representação da linha cérico-dorsal (Baptista, 1983: 60-61), pertencentes já às fases mais tardias. Ainda que com características ligeiramente diferentes, existem também alguns destes exemplos na Foz do Côa, nomeadamente nas Rochas 20 e 104, com dois cavalos representados unicamente por uma longa e sinuosa linha da parte superior do corpo.

Há um número significativo de figuras antropomórficas na Foz do Côa, pelo menos vinte e uma em doze rochas, divididas em três grupos diferentes: guerreiros, cavaleiros e “orantes”. Existem também algumas figuras de categoria indeterminada, que no entanto (quando se proceder ao seu levantamento) poderão encaixar-se nas categorias definidas anteriormente, particularmente na dos guerreiros. A excepção será a figura da Rocha 161, que foge ao padrão habitual de representação destes motivos. Está posicionada de frente, não parece ter armas, tem o braço esquerdo levantado na horizontal e o direito arqueado para baixo, tocando a anca. O corpo é longo e estreito, alargando ligeiramente até à cintura, onde se abre subitamente com duas linhas oblíquas para cada lado, em forma de “V” invertido, estando decorado integralmente com linhas em reticulado. Ou seja, poderemos estar em presença de uma longa vestimenta, que cobre a personagem de alto a baixo. A reforçar esta impressão está o facto de não se representarem as pernas, mas apenas os pés, que saem da parte central da hipotética vestimenta. A aparência geral deste motivo lembra irresistivelmente uma figura feminina, pela vestimenta e a sua bela decoração, e também pela postura de mão na anca, inédita no Côa. No entanto, não existem outros atributos femininos evidentes e a representação feminina é muito rara na arte rupestre da Idade do Ferro. A postura de mão na anca tem paralelo numa figura de guerreiro na Rocha 3 de Mocissos, no Guadiana (monografia do sítio e das restantes estações de arte rupestre do Alqueva está em curso de publicação pela EDIA), sendo conhecidas nas cerâmicas pintadas ibéricas diversas personagens, tanto femininas como masculinas, envergando vestimentas semelhantes (cf., por exemplo, Maestro Zaldivar, 1989: figs. 18, 52).

Os orantes são uma categoria muito particular de representações antropomórficas da Idade do Ferro, designando-se assim as figuras colocadas em pé, sem armas, vistas de frente e com

os braços abertos ao alto, como que em oração ou em oferenda. Esta designação pode ser enganosa na atribuição de significados a estas figuras, pois a maioria dos guerreiros e cavaleiros do Côa assumem uma postura corporal semelhante, aparecendo também na iconografia das cerâmicas ibéricas pintadas (cf. Maestro Zaldivar, 1989), em contextos diversos, mas frequentemente de carácter guerreiro. Assim, uma interpretação possível para estas figuras, pelo menos em alguns casos, é que se trata simplesmente de guerreiros sem armas. Na Foz do Côa identificámos duas destas figuras, nas Rochas 104 e 42. A primeira está muito esquematizada, associada indirectamente a cavalos e uma possível lança. Na Rocha 42 surge um caso mais complexo e interessante. A figura está isolada no centro do painel, sem qualquer associação à habitual panóplia típica dos guerreiros. A cabeça é grande, figurada em perspectiva lateral, com uma pronunciada e habitual forma de bico de pássaro. O corpo está em visão frontal, é largo e espadaúdo, com o pescoço e os ombros bem marcados e os braços dispostos em “V”, os antebraços colocados na vertical junto ao corpo e os braços, bastante mais estreitos, abertos para cima e para os lados, terminando sem mãos. O corpo é recto, na vertical, mas junto à cintura inflecte para a direita, terminando numa fractura do painel. Esta lascagem da rocha já devia existir quando o motivo foi inciso, pelo que não foi propositadamente gravado da cintura para baixo, antes eventualmente figurado como um personagem que esteja a sair do interior da rocha.

Os cavaleiros são também em bom número. Na Rocha 163 há dois pequeníssimos cavaleiros, incisos de forma muito esquemática, um deles aparentemente sem armas e o outro segurando um objecto estranho (arma não identificada ?) quase tão grande quanto ele. Na Rocha 16 surge uma figura de cavaleiro com capacete (?), embora não pareça segurar outras armas, com a particularidade de estar voltado para a traseira do cavalo. Dos restantes quatro cavaleiros, dois encontram-se na Rocha 177, um na Rocha 139 e o último na Rocha 153. São figuras muito semelhantes, todas brandindo lanças ou dardos em posturas similares e integrando cenas narrativas.

São mais raras as figuras de guerreiros na Foz do Côa, tendo-se identificado dois na Rocha 177, onde integram a cena de caça ao veado. Na Rocha 44 está outro, rodeado de numerosos cavalos e motivos geométricos, figurado de frente, pernas arqueadas e braços abertos, segurando na mão direita e na vertical uma lança com uma ponta enorme. Na Rocha 93 encontram-se mais dois, com uma postura similar ao anterior, segurando compridas lanças. As duas figuras são estilisticamente semelhantes, tendo provavelmente sido desenhadas pela mesma mão. A inferior, ictifálica, segura duas lanças, uma em cada mão, e tem o corpo decorado internamente com múltiplas linhas, dando a impressão de ter algum tipo de vestimenta. Esta iconografia conduz-nos para a bem conhecida Rocha 3 da Vermelha, com a cena de combate entre dois guerreiros também ictifálicos (Baptista, 1999: 167). Aqui, as figuras estão igualmente em pé e a sua iconografia é tipicamente homérica e heróica. A cena está perspectivada, com o guerreiro maior em primeiro plano. Este tem o seu cavalo (símbolo de poder) preso à cintura e pode paralelizar-se com uma das esculturas do famoso conjunto de Porcuna, na Andaluzia, datável do século V a.C., em que uma imponente figura de guerreiro, segurando as rédeas do cavalo com uma das mãos, trespassa com a comprida e pesada lança um inimigo a seus pés (cf. Negueruela Martinez, 1990; Quesada Sanz, 1997: 410, 938). Por outro lado, três das quatro lanças representadas nesta cena apresentam uma segunda ponta, do lado da haste oposto ao sentido de arremessamento, de características similares à ponta principal, mas sempre mais pequena. Tudo indica que estas segundas pontas são a representação de contos, bem documentados no mundo ibérico e celtibérico, particularmente nas suas fases mais arcaicas, tendo origem no Bronze Final ou I Idade do Ferro, e prosseguindo até à fase inicial da II Idade do Ferro, estando ligado às grandes lanças

de combate individual. Os dardos de arremesso não têm esses contos, dado que são funcionalmente inúteis, e são sempre mais pequenos do que a ponta de lança original (Quesada Sanz, 1997: 427-431). Assim, há aqui vários aspectos que podem remeter-nos para uma cronologia mais antiga, provavelmente dos inícios da Idade do Ferro e, por analogia, pode apontar-se uma cronologia semelhante para os guerreiros da Rocha 93, e talvez também para o da Rocha 44.

Quanto à ordenação dos motivos proto-históricos nos painéis, se em muitas rochas é evidente a existência de várias fases de gravação, noutras há evidentes cenas ou composições de carácter narrativo, real ou mitológico. Realçaremos para já alguns dos casos mais interessantes.

Na Rocha 181 distinguem-se duas fases de gravação da Idade do Ferro, a primeira com traços muito ténues e indistintos, de difícil interpretação, sobrepostos por um notável conjunto de motivos, figurando alguns quadrúpedes e motivos geométricos, cujo estilo, tipo de traço, e distribuição ordenada no painel, sem sobreposições, aparentam ser uma composição. Das principais rochas da Foz do Côa é a única que não tem motivos antropomórficos.

A Rocha 139 tem um conjunto de motivos em aparente sentido compositivo, pois para além da sua ordenação e similitude estilística, estão todos encerrados numa cartela semicircular. A falta de um elemento evidente de acção leva-nos a considerar o conjunto como uma cena de provável carácter comemorativo. Vemos três cavalos e um ou outro motivo geométrico rodeando um cavaleiro, empunhando uma lança e tendo outra à cintura, segurando pelas rédeas o seu cavalo que apresenta um círculo raiado na garupa e tem a crina e o sexo representados, o que é raro nos equídeos.

A Rocha 177 guarda uma cena de caça ao veado, protagonizada por dois cavaleiros e dois guerreiros, todos brandindo dardos, perseguindo um veado e talvez também uma cerva, ambos já com dardos atravessados no corpo. Os caçadores estão em sequência, com um dos cavaleiros logo atrás do veado, tendo atrás e para cima os dois guerreiros, colocados lado a lado, e ainda mais para trás o segundo cavaleiro. Todo este conjunto é enquadrado por vários motivos geométricos. As duas figuras de guerreiros são estilisticamente diferentes das restantes, com um traço distinto e muito mais desgastado, sendo possível que já existissem quando as restantes figuras foram feitas, tendo sido então enquadradas na cena, o que poderia também explicar porque razão empunham escudos, cuja funcionalidade numa caçada é inexistente.

A Rocha 153 tem o que pode considerar-se uma hipotética cena de combate. A cena está enquadrada por outros motivos, entre os quais uma figura de canídeo em postura feroz. A cena de luta é encimada por um cavaleiro com cabeça de pássaro, vitorioso, segurando as rédeas numa mão e brandindo uma lança na outra, tendo por debaixo uma outra figura humana, deitada e desarmada, de braços para o alto, aparentemente em posição de vencido, talvez mesmo morto. Um paralelo para esta cena pode encontrar-se numa estela funerária de El Palao de Alcañiz, no Baixo Aragão, datável já dos princípios da romanização, com uma cena em tudo semelhante (Quesada Sanz, 1997: 412-413, 940). Recentemente identificou-se uma nova rocha sobre o Douro, a n.º 38 da Bulha, entre a Vermelha e Vale de Cabrões, com uma cena também semelhante, figurando cinco antropomorfos, três dos quais empunhando lanças e combatendo entre si, e os restantes dois jazendo mortos, representados desarmados e de cabeças para baixo.

Por fim, a Rocha 93, cujos guerreiros se associam na zona central do enorme painel a um conjunto de motivos, alguns de difícil visibilidade (a rocha não foi ainda limpa), mas onde se distinguem a figura em forma de serpente e de boca escancarada que já foi referida, uma figura de cavalo tombado, de pernas para o ar, associado ao primeiro dos guerreiros e o

geométrico em forma de cadeira, ao lado da segunda e mais impressionante figura de cavaleiro. A pose heróica dos dois guerreiros, o motivo em forma de cadeira ou trono, o estranho cavalo e a impressionante figura de serpente, a lembrar as criaturas monstruosas tão frequentes nas mitologias antigas, fazem-nos pensar que este conjunto de motivos não só formam uma composição mas também uma cena de evidente carácter mitológico.

4. O Paleolítico superior

Na Foz do Côa inventariámos 83 rochas com gravuras paleolíticas, até ao momento a maior concentração de rochas historiadas deste período no Vale do Côa, número que deverá ser aumentado com as rochas eventualmente gravadas que neste núcleo estarão ainda permanentemente submersas.

Nesta primeira observação dos painéis, antes ainda de qualquer levantamento em desenho e fotografia, individualizamos pouco mais que duas centenas de motivos, mas o elevado grau de desgaste dos traços, as deficientes e difíceis condições de observação, as muitas sobreposições e dificuldades próprias das incisões filiformes, asseguram-nos que existe uma ampla quantidade de motivos ainda por descodificar, devendo o seu número total ascender a várias centenas.

De uma maneira geral, os motivos paleolíticos deste núcleo inserem-se no panorama habitual da gramática figurativa típica do Vale do Côa: para além de poucos sinais, são essencialmente figuras de quadrúpedes, divididos pelas quatro grandes categorias reconhecidas no Côa, cervídeos, equídeos, capríneos e auroques, registando-se também algumas possíveis representações de pisciformes. Todos estes motivos são filiformes, com a única excepção do cervídeo raspado da Rocha 10, mas assume grande relevância a distinção das suas técnicas de execução, entre a representação por traço simples ou múltiplo. Deve realçar-se desde logo a ausência absoluta de gravuras obtidas por picotagem, o que é bastante significativo.

As representações de humanos são raras na arte paleolítica de ar livre, e na Foz do Côa não foram para já reconhecidas. Na Arte do Côa até ao momento foram apenas identificadas nas Rochas 2 e 24 de Piscos e na Rocha 8 do Fariseu. Há, no entanto, duas situações dúbias na Foz do Côa, em que os motivos em causa não sendo claramente figuras humanas, carregam porém uma certa ambiguidade, talvez intencional, lembrando em certa medida a silhueta humana, como acontece em alguns dos motivos da citada Rocha 24 de Piscos.

Um destes casos está na Rocha 170, com um pequeno motivo pisciforme, disposto quase na vertical, com um pequeno corpo ovalado, esguio e comprido, preenchido por diversos traços verticais. Da extremidade inferior saem dois longos traços rectilíneos, ligeiramente divergentes para o exterior, que poderiam corresponder a longas barbatanas caudais. Nada haveria de antropomórfico, não fosse a inclusão de um pequeno círculo na parte superior do corpo, a lembrar desde logo um tosco corpo humano, com cabeça, tronco e pernas. Este pequeno círculo é feito num traço algo diferente dos restantes e, até por não estar directamente conectado com o motivo, parece ter sido realizado numa altura diferente, muito provavelmente posterior, mas tecnicamente paleolítico. A ser assim, a sua inclusão poderá ser feita com a intenção de transformar um simples motivo pisciforme numa silhueta humana, até porque os círculos simples não existem na arte paleolítica do Côa, e a sua inclusão nesta localização tão particular dificilmente seria uma coincidência.

O outro caso encontra-se na Rocha 148. Trata-se de um conjunto de vários e pequenos meandros duplos, encadeados em sequência horizontal, formando o que parece uma série de silhuetas. São muito semelhantes a um tipo muito particular de motivos da arte paleolítica europeia, as representações em perfil de silhuetas femininas, cujo expoente máximo se encontra no sítio magdalenense de Gonnersdorf (Bosinski et al., 2001). Este tipo de figuras

são representações femininas em perfil, total ou levemente distorcido, bastante esquematizadas, por vezes com alguma especificação anatômica, seja a representação dos braços, seios, ventre ou nádegas, mais ocasionalmente dos pés ou da cabeça, sendo frequentemente salientadas as representações dos seios e parte traseira, esta quase sempre vista em perfil absoluto, com uma curvatura muito típica e inconfundível. Alguns dos melhores exemplos destes motivos são a famosa plaqueta 87 de Gonnersdorf (Bosinski et al., 2001: 87-91), as mulheres do Tecto dos Hieróglifos, na gruta de Pech-Merle (Duhard, 1993: 144-147), ou algumas das placas da gruta de Parpalló (Villaverde Bonilla, 1994: 213-214). Estes pequenos meandros da Rocha 148 obedecem a estes requisitos, nomeadamente a subtil mas sugestiva curvatura da parte posterior, mas a ausência de outros elementos anatómicos evidentes fazem-nos hesitar na sua classificação como figuras humanas, sendo talvez mais prudente, para já, considerá-las simples meandros. No entanto, existem diversos motivos deste género na arte paleolítica europeia aos quais também faltam os atributos anatómicos mais evidentes mas que, por analogia, foram também consideradas figuras humanas (cf., por exemplo, Bosinski et al., 2001: 194-197, 301-303; Duhard, 1993: 111-115, 148-149), pelo que a interpretação destes motivos se encontra em aberto.

Os fusiformes são os sinais mais abundantes e com maior dispersão dentro da área deste núcleo. São essencialmente feixes de linhas, tendencialmente paralelas, e com alguma heterogeneidade de formas, sendo difíceis de estabelecer como grupo tipológico bem definido. As figuras em meandro são raras mas expressivas, como as referidas da Rocha 148. De um tipo diferente são os longos e acentuados meandros de um só traço, que podem atingir até 50 cms, como os que se encontram na Rocha 69 e, particularmente, na Rocha 14, onde formam um importante conjunto de motivos, colocados em zonas altas e quase inacessíveis do painel. Nesta rocha, associado a este conjunto, está um sinal triangular, formado por diversos conjuntos de duas linhas, convergentes num vértice, formando pequenos triângulos abertos, metidos sucessivamente uns dentro dos outros. Semelhante a este, mas bastante mais simples e pequeno, há um outro sinal triangular na Rocha 172, directamente associado a uma cerva de traço múltiplo. Por fim, assinalou-se um escalariforme na Rocha 159 e um interessante conjunto na Rocha 8, tendo todos em comum o facto de estarem na vertical, com dois traços quase paralelos, ligeiramente convergentes de baixo para cima, com o interior preenchido por vários traços horizontais paralelos.

A distinção de pisciformes e fusiformes não é fácil de fazer, uma vez que aqui ambos são formados por feixes de linhas, tendencialmente paralelas. No entanto, os pisciformes têm uma forma ovalada mais definida, estando normalmente delimitados por uma linha que encerra as restantes. Em alguns casos, poderão interpretar-se estas figuras como efectivas representações de peixes, particularmente quando surgem apêndices caudais ou dorsais, eventuais barbatanas. No Côa, as figuras de peixes paleolíticos são raras, citando-se as das Rocha 5 da Penascosa e 36 da Canada do Inferno como exemplares picotados (este último talvez já pós-glaciar), ou os exemplares filiformes das Rochas 10 da Penascosa e 14 da Canada do Inferno (Baptista, 1999: 70-73; Baptista e Gomes, 1997: 235, 252, 342, 357). Na Foz do Côa conhecemos nove figuras pisciformes, em cinco rochas, todas distribuídas muito perto da actual linha de água, o que é significativo tendo em conta que se trata de presumíveis representações de peixes, podendo indicar que haverá mais figuras na área presentemente submersa. Nas Rochas 62 e 114 temos as maiores figuras pisciformes do núcleo, a primeira parecendo ter cauda e barbatanas dorsais, a segunda lembrando um cetáceo. A Rocha 178 tem um grupo destes motivos, um dos quais deverá mesmo representar um pequeno peixe, de corpo oval estreito e barbatana caudal bifurcada.

Os capríneos serão a espécie menos representada da fauna figurada na Foz do Côa, apenas

com cinco exemplares identificados até ao momento. Algumas das figuras indeterminadas poderão vir no futuro a aumentar este número e, por outro lado, dado que são animais cuja morfologia tem muitas semelhanças com os cervídeos, é também provável que alguns dos motivos agora preliminarmente classificados como cervídeos possam ser, com uma melhor observação a partir dos levantamentos, reclassificados como capríneos.

Na Rocha 92 há uma interessante figura de capríneo em traço simples, com um amplo corpo e uma minúscula cabeça, aparentemente em perspectiva distorcida, como se estivesse a afastar-se do observador, algo semelhante a uma ou duas das figuras de capríneos da Rocha 4 de Vale de Cabrões (Baptista, 1999: 134-135).

Na Rocha 70 aparecem mais duas figuras de capríneos. Na primeira, de traço simples, adivinha-se uma cabeça com um longo corno em “S”, com paralelos na conhecida figura da Rocha 5 de Vale de Cabrões (Baptista, 1999: 130-131). A segunda figura é um belo animal em traço múltiplo, muito patinado e de difícil visualização, com a cabeça e o corpo semelhantes aos cervídeos de traço múltiplo, mas identificando-se como capríneo pela presença de dois grandes cornos, de acentuada curvatura. Estes são vistos em perfil e perspectiva, e não têm terminação em “S”, como é normal nas representações de cabras no Côa, e que as identificam como cabras pirenaicas (*capra pyrenaica*), também conhecida como cabra montês ibérica. A representação dos cornos deste exemplar, curtos e em curva única, levanta duas hipóteses: poderá ser um juvenil de cabra pirenaica, em que os cornos não atingiram ainda a terminação em contracurva formando o característico “S”, ou poderá ser um exemplar da espécie *capra ibex*, ou cabra montês dos Alpes. Tem algumas semelhanças com o capríneo da Rocha 6 de Vale de Cabrões (Baptista, 1999: 132-133).

Os auroques são ligeiramente mais numerosos, com oito exemplares em seis rochas sendo, das espécies faunísticas da Foz do Côa, a única em que não assinalamos nenhum exemplar delineado a traço múltiplo. Na Rocha 148 há duas representações, muito diferentes uma da outra, sendo uma um pequeno prótomo, com uma cabeça longa e dois cornos projectados em perspectiva semi-frontal. O outro tem uma tipologia pouco comum no Côa, particularmente pela cabeça em perfil semi-torcido, mas com os cornos figurados em perfil frontal, com as pontas quase se tocando nas extremidades, formando um semicírculo. Nas Rochas 69 e 157 há mais duas figuras de auroques, ambos de grandes dimensões, podendo atingir 1 m de comprimento, tanto mais extraordinário quanto são delineadas em traço filiforme simples, o que as torna de muito difícil visualização. Em ambos os casos serão figuras completas. É no entanto pelas cabeças que melhor se identificam, nomeadamente pelos cornos, de grandes dimensões e projectados para a frente, ligados a uma grande cabeça, toscamente esboçada.

Na Rocha 103 surge uma outra figura, de corpo muito bem delineado e vincado, contrastando com uma cabeça pouco visível, talvez a olhar de frente, de forma semelhante aos auroques incisos da Rocha 24 de Piscos.

Tipologicamente, podemos considerar três grupos distintos de motivos. Por um lado, a figura da Rocha 148, única no Côa. Por outro, a figura da Rocha 103, que é muito similar aos auroques da Rocha 24 de Piscos, caracterizando-se pelo excelente desenho naturalista do corpo e pela cabeça em visão frontal, embora este último detalhe careça ainda de confirmação. As restantes figuras, com algumas diferenças de pormenor, caracterizam-se em geral pelo corno em perfil absoluto com a ponta revirada para cima, com vários paralelos no Côa, como por exemplo no auroque da Rocha 6 de Vale de Cabrões (Baptista, 1999: 136-137). Destaca-se também a ausência na Foz do Côa de representações de cornos em lira, tão característicos nas grandes figuras em picotado e abrasão típicas da fase antiga da Arte do Côa.

Os equídeos são enganadoramente abundantes na Foz do Côa, uma vez que identificamos pelo menos 16 motivos, mas surgem em apenas quatro rochas, e com uma concentração inusual de pelo menos nove motivos num só painel, na Rocha 103. A este número junta-se ainda a figura encontrada fortuitamente numa pedra de um murete, o resto de um grande cavalo de traço simples. A pequena figura de cavalo da Rocha 20 está isolada no painel, sem outros motivos paleolíticos em redor, e situa-se na zona mais alta do núcleo, sendo a figura zoomórfica situada à mais elevada cota na Foz do Côa. É um motivo incompleto, apenas com cabeça e dorso. As restantes figuras aparecem em grupos nas outras três rochas, constituindo em todos os casos as figuras dominantes dos respectivos painéis.

Na Rocha 147 há três cavalos, destacando-se um com a cabeça e o dorso delineado em traços múltiplos, com uma longa crina, também a traço múltiplo. A cabeça é pequena, desproporcionada em relação ao corpo e sobretudo em relação à crina. Os outros dois são em traço simples, destacando-se um, de cabeça bem marcada, com duas orelhas espetadas e a boca aberta.

Na Rocha 170 aparecem outros três cavalos, sobrepostos entre si, todos em traço múltiplo, infelizmente reduzidos à parte posterior, pois um lascamento antigo do painel fez desaparecer grande parte do corpo e da parte traseira das figuras. Destaca-se um grande cavalo, de farta crina, cabeça em forma de “bico de pato” e uma sequência de pequenos traços oblíquos por cima da linha do chanfro, semelhante ao que aparece num dos auroques da Rocha 6 de Vale de Cabrões (Baptista, 1999: 136-137).

Por fim, a Rocha 103, com grande concentração e sobreposição de motivos, identificando-se pelos menos nove equídeos, três dos quais em traço simples, com dorsos e ventres de acentuada curvatura, muito semelhantes entre si e de uma mesma fase. O mesmo se poderá dizer das restantes figuras em traço múltiplo, seguramente feitas num outro momento de gravação do painel, que se realçam pela grande elegância e naturalismo.

Os cervídeos são os motivos paleolíticos mais representados na Foz do Côa, com um número muito superior relativamente aos restantes zoomorfos. Identificámos pelo menos sessenta figuras em vinte e nove rochas, e este número deverá aumentar com uma melhor análise das figuras indeterminadas. Na falta de análises etológicas mais detalhadas, cremos que todas serão representações de *cervus elaphus*, à semelhança dos restantes núcleos da Arte do Côa. Distinguem-se bem as figuras de veados machos a partir da armação, num total de 13 motivos, das fêmeas ou figuras de sexo indeterminado. Quanto ao tipo de traço, é notoriamente o tipo de motivo em que a distinção entre o traço simples e múltiplo é mais vincada: das sessenta figuras identificadas, uma é feita por raspagem; onze apenas são delineadas em traço simples ou, em alguns casos, com o contorno feito com vários traços; e as restantes quarenta e oito figuras, incluindo oito veados, são em traço múltiplo, pelo que podemos considerar que o cervídeo de traço múltiplo é a figura paleolítica por excelência da Foz do Côa. Este notório predomínio, a par com a presença absoluta da técnica de execução filiforme, é um dos mais claros indicadores da cronologia tardia da arte paleolítica da Foz do Côa, que deverá ser atribuível quase toda ao Magdalenense e Magdalenense tardio, portanto, ao segundo grande período da Arte do Côa (Baptista, 1999: 30; *idem*, 2001: 249).

Há na Foz do Côa alguns painéis e figuras que merecem desde já um destaque, como a Rocha 50, onde se encontra uma cena com vários cervídeos associados. Aqui está uma representação de uma manada de cervídeos, entendendo-se por manada não apenas a presença simultânea de várias figuras da mesma espécie mas a efectiva figuração de um grupo familiar, com diversas figuras de tipologia e dimensão similares, com um macho dominante, várias fêmeas e talvez um segundo macho, estando duas das fêmeas acompanhadas de crias, de idêntica tipologia mas de pequenas dimensões, colocadas numa

posição naturalista em relação às presumíveis progenitoras, uma no meio das patas, a outra ligeiramente à frente, sendo a fêmea sobrejacente a única das figuras desta rocha que tem a cabeça orientada para baixo, como que cheirando ou lambendo o flanco da cria. O presumível veado dominante está na frente do grupo, olhando para trás e para cima. Poderá haver outros painéis com mais representações de grupos de cervídeos em manada, como os das Rochas 162 e 52, mas só após o seu levantamento e estudo se poderão entender melhor. Entre os veados merece destaque a bela figura da Rocha 148, com o traço de contorno mais carregado que o estriado interno, com uma armação em perspectiva distorcida semi-frontal, uma das hastes colocada na horizontal e a outra na vertical e com numerosos galhos. Outra figura singular é o veado da Rocha 69, uma das mais naturalistas da Foz do Côa, com um galho frontal em perfil absoluto e a armação em perspectiva distorcida, reduzida a uma única ramificação. Os veados das Rochas 16 e 157, tipologicamente bastante distintos, partilham entre si o facto de figurarem unicamente os galhos frontais, tratando-se provavelmente de indivíduos jovens, ainda sem armação desenvolvida. O primeiro tem a boca aberta e a cabeça levantada, na típica posição de brama. Por fim, os veados das Rochas 41, 73 e 103 todos em traço múltiplo, e com a cabeça e armação em perspectiva distorcida frontal, a cabeça em perfil e a armação em visão frontal. O da Rocha 73, tal como a cerva ao lado, é de muito difícil visualização, devido à patina acentuada dos seus traços finíssimos. Quanto ao veado da Rocha 41, é a maior figura de cervídeo da Foz do Côa, apenas inferior aos grandes auroques das Rochas 69 e 157, e tem a mais complexa de todas as armações dos veados deste núcleo rupestre.

Conclusões

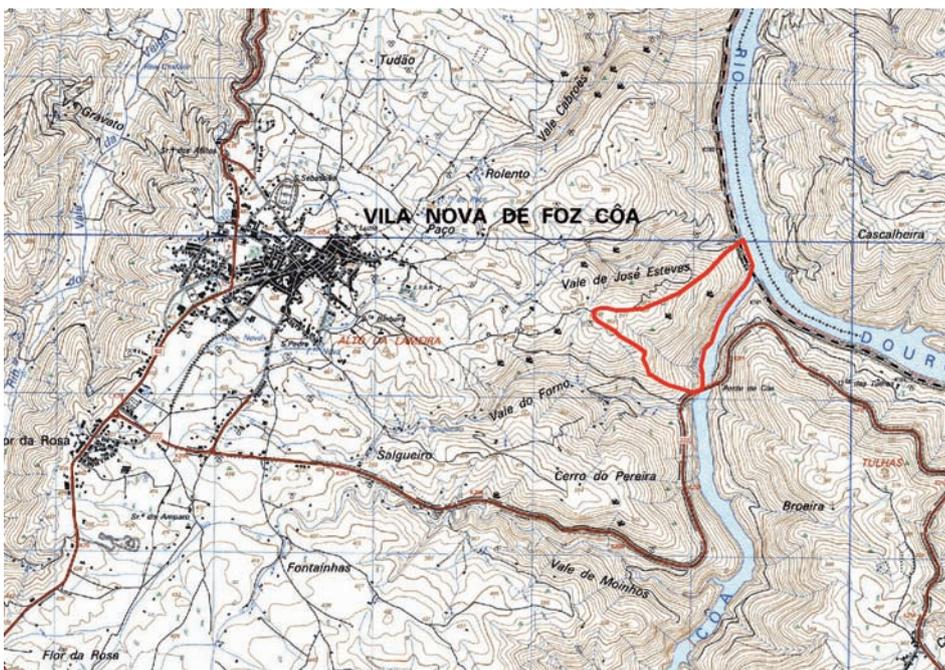
Pelas razões apontadas, a margem esquerda da Foz do Côa foi o primeiro sítio do Vale do Côa objecto de uma prospecção rupestre sistemática, com uma observação directa e exaustiva de todas as superfícies grauváquicas afloradas. Se se tiver em atenção o tipo de gravuras que aqui foram sendo detectadas e inventariadas, só assim poderíamos ter a certeza de que pouca coisa nos escaparia. Por vezes foi necessário regressar aos mesmos sítios, esperar pela melhor luz do dia e voltar a analisar as mesmas superfícies apaineladas. E ir cortando alguma vegetação, limpando musgos e alguns líquenes a fim de que as rochas nos fossem entregando os seus segredos rupestres. Isto permitiu-nos ampliar consideravelmente o número de rochas gravadas conhecidas nesta zona e compreender relativamente melhor a realidade rupestre da envolvente do futuro Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, que entretanto começou (finalmente!) a ser construído (Janeiro de 2007).

Para que isto fosse conseguido, foi fundamental a contratação pelo CNART de um elemento (MR) cujo trabalho foi quase inteiramente dedicado a esta tarefa. As impressões que aqui deixamos neste texto são fruto deste minucioso trabalho de inventário, prévio ao levantamento em desenho e fotografia que será a próxima etapa a desenvolver na Foz do Côa. Etapa seguramente ainda mais difícil e morosa, mas urgente, indispensável e... aliciante! Para que as impressões que aqui deixamos possam ser melhor confirmadas e aprofundadas, já que na Foz do Côa confluem alguns dos melhores exemplos dos dois principais ciclos rupestres que caracterizam a arte rupestre do Vale do Côa: a arte da época glacial e as incisões da IIª Idade do Ferro.

Quanto à arte paleolítica, hoje podemos afirmar com relativa segurança que se desdobra em pelo menos dois grandes e longos períodos, sendo o segundo o único aqui presente. Com efeito, temos reafirmado em vários textos que ao longo do Magdalenense, o chamado "santuário arcaico" (Gravetto-Solutrense) se vai deslocando para a região da foz do Côa e é caracterizado fundamentalmente pela presença quase exclusiva de gravuras incisivas, com

animais de menores dimensões e uma presença mais intensa de cervídeos, em particular da espécie *cervus elaphus*, embora continuem também a ser gravadas as mesmas espécies de clima temperado a frio típicas do Côa. Em apoio da análise estilística, tipológica e de distribuição espacial das rochas historiadas, a escavação do sítio da Rocha 1 do Fariseu veio fornecer elementos determinantes (com datações absolutas) para uma melhor compreensão arqueológica destas ideias, em particular os seus achados de arte móvel estratigrafada com vários animais incisos que correspondem também às etapas finais da arte paleolítica bem representada no núcleo da Foz do Côa. Ideias que desenvolveremos em futuros trabalhos! Quanto à arte da Idade do Ferro, já em 1982/3 ao estudarmos o sítio do Vale da Casa tínhamos atribuído (AMB) a maioria dos seus motivos à II Idade do Ferro, em particular pela presença de algumas armas (falcatas, lanças, espadas) que nos permitiam alguns paralelismos com elementos da cultura material melhor datados, até porque este tipo de gravuras era praticamente desconhecido em Portugal. Não suspeitávamos então que muito mais gravuras desta época havia ainda por descobrir nesta região duriense. O sítio da Foz do Côa fornece agora também um excelente lote de painéis com incisões deste período, algumas sobrepostas a motivos paleolíticos de que conhecemos já um significativo número de exemplos também na Vermelhosa, no Vale de José Esteves, em Vale de Cabrões...

Mas um dos aspectos mais interessantes da arte da II Idade do Ferro, para além da sua ligeireza estilística tão contrastante com o aparente naturalismo simbólico da arte paleolítica (ainda que também ele muito padronizado na sua estética), é porque através dela conhecemos hoje aspectos de uma sociedade guerreira que colonizou esta região nos alvares do cristianismo e deste povo não sabemos sequer o nome e praticamente nada conhecemos da sua cultura material (excepto no que é figurado na sua arte rupestre) pois não houve até hoje escavações em sítios de *habitat* da II Idade do Ferro. E também isso era urgente que fosse conseguido. Daríamos seguramente bastante mais espessura à análise que fazemos das superfícies historiadas deste período, ainda assim tão ricas de ensinamentos!



figuras

fig. 1 Implantação do núcleo de gravuras da Foz do Côa (CMP 141).

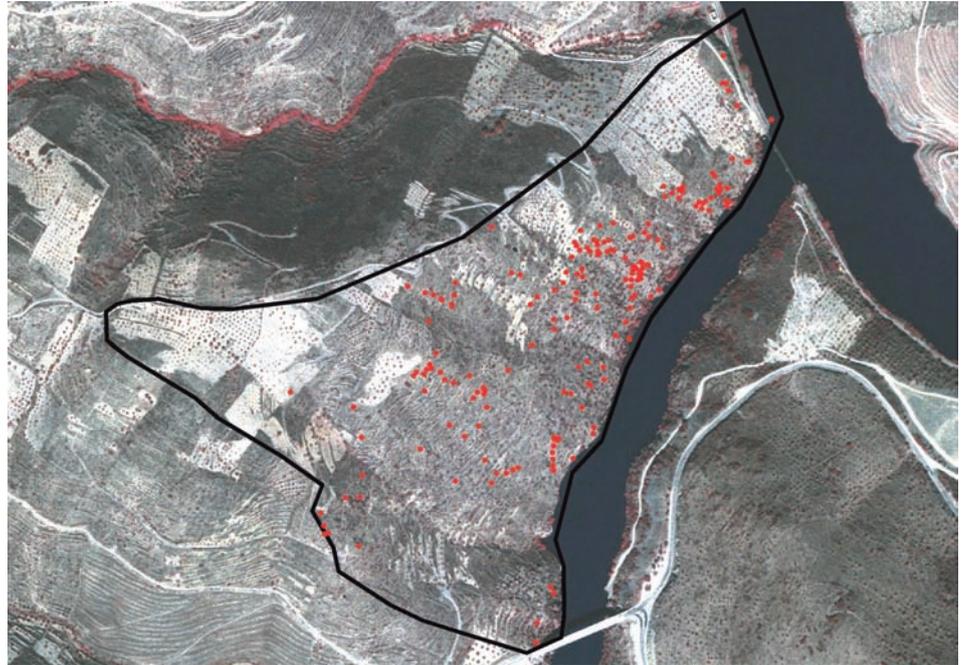


fig. 2 Distribuição em ortofotomapa das rochas historiadas da Foz do Côa.



fig. 3 Vista do núcleo da Foz do Côa, tirada da margem oposta do Douro.



fig. 4 Denso conjunto de afloramentos, que inclui vários painéis gravados, e que é um exemplo típico da distribuição das rochas e dos seus painéis verticais.

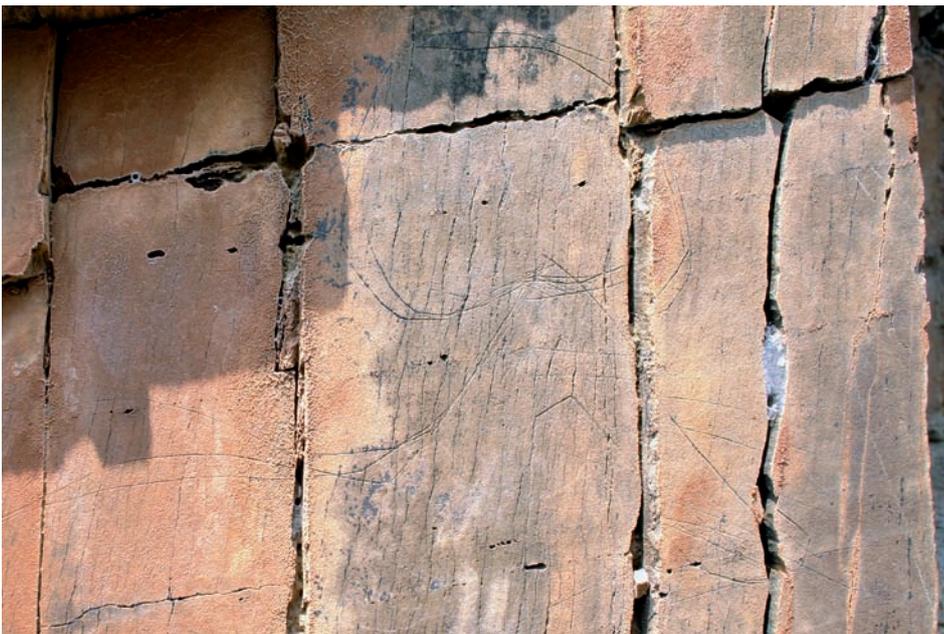


fig. 5 Rocha 148. Original figura de auroque paleolítico (Magdalenense final ?), com os cornos em perspectiva frontal. São evidentes os efeitos da intensa fracturação da superfície.

fig. 6 Rocha 148. Bela figura de veado paleolítico, com a armação bem desenvolvida, sobreposta por traços de outros motivos.



fig. 7 Rocha 149. Expressiva figura paleolítica de fêmea de cervídeo em traço múltiplo inciso. Este rico painel, para além de outros motivos paleolíticos, tem também figuras da Idade do Ferro.





fig. 8 Rocha 181. Figura geométrica da Idade do Ferro.

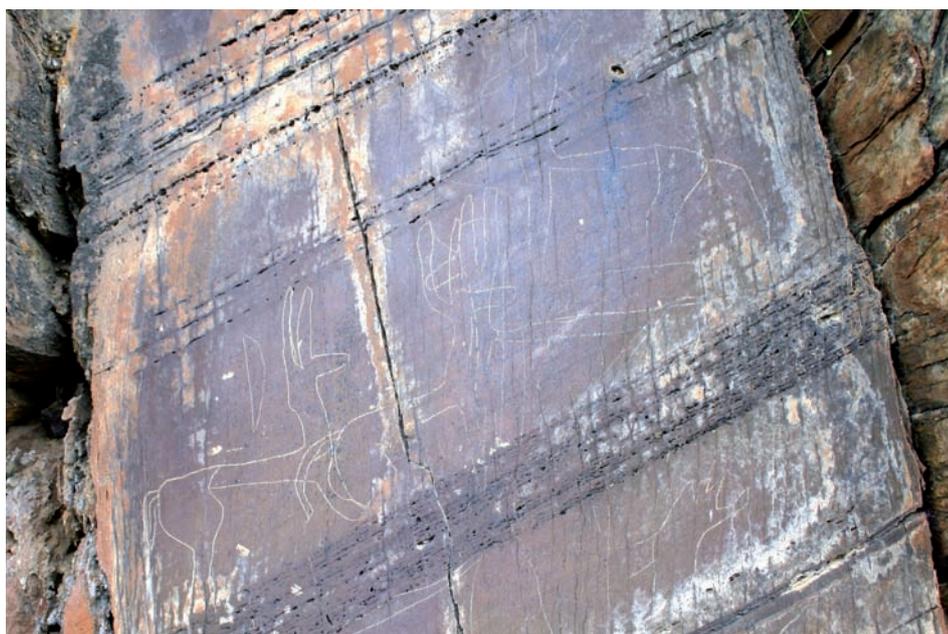


fig. 9 Rocha 195. Conjunto de cavalos da Idade do Ferro.

fig. 10 Rocha 139. Arte da IIª Idade do Ferro. Note-se o detalhe da representação do cavaleiro (ao alto) com duas lanças e segurando as rédeas do cavalo, este figurado com crina, sexo, e um motivo circular nos quartos traseiros.

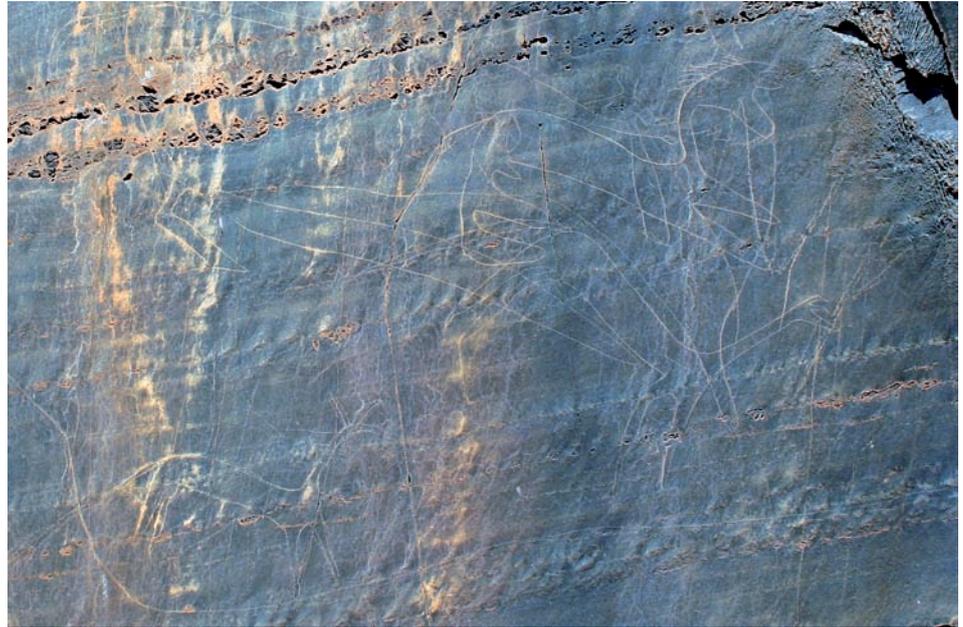


fig. 11 Rocha 49. Data picotada de 1762, sobreposta a alguns filiformes paleolíticos, que destruiu parcialmente.



fig. 12 Rocha 137. Ingénua figura de Cristo crucificado, provavelmente do século XIX ou mesmo XX. Note-se a clara diferença de pátina com o traço mais antigo sobreposto.



bibliografia

BAPTISTA, A. M. (1983) – O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa). *Arqueologia*, Porto: GEAP. 8, p. 57-69.

BAPTISTA, A. M. (1999a) – *No Tempo sem Tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa*. Vila Nova Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa/Centro Nacional de Arte Rupestre.

BAPTISTA, A. M. (2001) – The Quaternary Rock Art of the Côa Valley (Portugal). In ZILHÃO, J. ; AUBRY, T. ; CARVALHO, A. F., eds. - *Les premiers hommes modernes de la Péninsule ibérique – Actes du Colloque de la Commission VIII de l'UISPP. Vila Nova de Foz Côa, 22 – 24 Octobre 1998*. Lisboa : Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia ; 17), p. 237-252.

BAPTISTA, M.; GOMES, M. V. (1997) – Arte Rupestre. In ZILHÃO, J. – *Arte Rupestre e Pré-história do Vale do Côa*. Lisboa: Ministério da Cultura, p. 213-406.

BAPTISTA, A. M.; REIS, M. (no prelo) – *Prospecção de arte rupestre no Vale do Côa e Alto Douro português: ponto da situação*. In BALBÍN BEHRMANN, R.; BAPTISTA, A. M. eds. - *Actas do Curso de arte rupestre al aire libre*. Investigación, protección, conservación y difusión. Salamanca.

BOSINSKI, G.; D'ERRICO, F.; SCHILLER, P. (2001) - *Die gravierten frauendarstellungen von Gonnernsdorf, Der Magdalénien-Fundplatz Gonnernsdorf*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag GMBH. 8.

DUHARD, J. P. (1993) – *Réalisme de l'image féminine paléolithique*. Paris: CNRS Editions (Cahiers du Quaternaire, 19).

GARCÍA DIEZ, M.; LUÍS, L. (2002-2002-2003) – José Alcino Tomé e o último ciclo artístico rupestre do Vale do Côa: um caso de etnoarqueologia. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu: CEPBA, p. 199-223.

MAESTRO ZALDIVAR, E. M. (1989) – *Cerâmica ibérica decorada com figura humana*. Zaragoza: Departamento de Ciencias de la Antigüedad (Prehistoria) (Monografías Arqueológicas, 31).

NEGUERUELA MARTINEZ, I. (1990) – *Los Monumentos escultóricos ibéricos del Cerrillo Blanco de Porcuna (Jaén). Estudio sobre su estructura interna, agrupamientos e interpretación*. Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Dirección de los Museos Estatales.

QUESADA SANZ, F. (1997) – *El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a.C.)*. Montagnac: Éditions Monique Mergoill (Monographies Instrumentum, 3).

VILLAVARDE BONILLA, V. (1994) – *Arte paleolítico de la cova del Parpalló. Estudio de la colección de plaquetas y cantos grabados y pintados*. València: Diputació de València, Servei d'Investigació Prehistòrica.

acta 5

Indicadores paleoambientais e estratégias de subsistência no sítio pré-histórico do Prazo (Freixo de Numão – Vila Nova de Foz Côa – Norte de Portugal)

Sérgio Monteiro-Rodrigues

(Departamento de Ciências e Técnicas do Património – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, Porto 4150, Portugal. Membro do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP). s.m-rodrigues@oniduo.pt)

Isabel Figueiral

(Centre de Bio-Archéologie et d'Ecologie, CNRS/USTL/EPHE, Montpellier)

José António López Sáez (Laboratorio de Arqueobotánica, Departamento de Prehistoria, Instituto de Historia, CSIC, c/ Duque de Medinaceli 6, 28014 Madrid, Espanha. alopez@ih.csic.es)

Resumo:

Dados arqueológicos, paleopalinológicos, antracológicos, arqueozoológicos e malacológicos, obtidos no sítio do Prazo, permitiram confirmar a prática de estratégias de subsistência assentes na caça, na recollecção e possivelmente na pesca, durante o Mesolítico e o Neolítico Antigo. Neste último período a utilização de ovicaprídeos terá também ocorrido, embora em pequena escala. Não se identificou qualquer elemento polínico ou carpológico indicador de práticas agrícolas. Ao que tudo indica, as populações do Neolítico Antigo do Prazo corresponderão a sociedades de tipo caçadores-recolectores e não a sociedades com um modo de vida assente na economia de produção.

palavras-chave: Neolitização; Alto Douro Português; Caça-recollecção

Introdução

Salvo raras excepções (Jorge, 1999; Valera, 2002-2003), todos os discursos sobre o Processo de Neolitização no actual território português estabelecem, invariavelmente, uma relação directa entre *Neolítico Antigo* (leia-se presença de cerâmica, pedra polida e micrólitos geométricos) e *Agricultura* (Cardoso, 2002; Cardoso *et al.*, 1998; Carvalho, 1999; 2002; 2003; Diniz, 2003; Zilhão, 1992; 1993; 2000; 2003) quando, na realidade, parece não existir em nenhum sítio arqueológico desta época qualquer indicador que comprove de forma inequívoca a prática daquela actividade.

Mesmo no Buraco da Pala (Mirandela) – única estação onde até ao momento se exumaram sementes de trigo, de cevada e de leguminosas (Sanches, 1987; 1997; Ramil Rego e Aira Rodríguez, 1993) – não há garantias relativamente à idade das sementes (nunca foram datadas), nem tão pouco se sabe se foram ali efectivamente cultivadas (ausência de estudos paleopalinológicos) (López Sáez e Cruz, 2006; López Sáez *et al.*, 2006). Caso se comprovasse (ou se venha a comprovar) a sua idade neolítica antiga, continuariam a não existir provas de que a sua presença no Buraco da Pala estivesse ligada a um sistema tecno-económico assente no cultivo de espécies vegetais domésticas, pois a ocorrência destes elementos em qualquer contexto, arqueológico ou não, não implica necessariamente a sua produção local (Vicent García, 1997; Jorge, 1999; López Sáez *et al.*, 2006).

Assim, e tendo em conta dados paleopalinológicos, parece seguro afirmar que não existem, nas regiões Norte e Centro de Portugal, evidências da prática da agricultura (isto é, pólenes de cereal) anteriores a cerca de 4000 cal. BC (López Sáez e Cruz, 2006; López Sáez *et al.*, 2006). Por outro lado, é também verdade que os argumentos por vezes avançados para sustentar a manutenção da caça e da recollecção, ou de uma “economia mista de pendur recolector” (Valera, 2002-2003), durante o Neolítico Antigo, derivam “mais de uma ausência de dados do que de dados que documentem e comprovem ausências, pelo que também a sua validação se impõe à investigação futura” (*idem, ibidem*: 24). Ou seja, o modelo de caça-recollecção surge como consequência da não detecção de indicadores de práticas produtoras, e não pelo facto de ocorrerem provas objectivas de que tais práticas não seriam realmente desenvolvidas (*idem, ibidem*).

Ora, é no sentido de contrariar a tendência referida por Valera (*idem, ibidem*) que se enquadra o presente artigo. Efectivamente, estudos paleopalinológicos, antracológicos, arqueozoológicos e malacológicos, realizados a partir de ecofactos recolhidos em diversos trabalhos de campo levados a cabo no sítio arqueológico do Prazo, vieram reforçar hipóteses anteriormente avançadas relativamente ao carácter não produtor das populações que ali se

estabeleceram em tempos pré-históricos, fornecendo em simultâneo um quadro de subsistência alternativo baseado na caça, possivelmente na pesca e na recolheção. A criação de ovicaprídeos, como adiante se verá, terá tido um peso muito pouco expressivo no conjunto das estratégias de subsistência adoptadas.

Como foi referido (Monteiro-Rodrigues, 2000; 2002; 2003; Monteiro-Rodrigues e Angelucci, 2004), os vestígios arqueológicos do Prazo, pontualmente conjugados com informações ecofactuais, sugeriram desde sempre a presença naquele local de sociedades com um estilo de vida mais próximo do dos caçadores-recolectores (“*Nomadic Style*”, Lee e Devore, 1968; Binford, 1983; 1988) do que do das sociedades produtoras.

O sítio arqueológico do Prazo localiza-se no Nordeste de Portugal, na freguesia de Freixo de Numão, concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda, região do Alto Douro. As coordenadas geográficas do ponto central da estação são as seguintes: 41°04'20" N | 07°14'36" W (Greenwich) (Fig. 1).

Do ponto de vista geológico, o Prazo implanta-se sensivelmente no centro do *Maciço Granítico de Freixo de Numão*, pequeno corpo intrusivo de contorno subcircular com características litológicas relativamente homogéneas em toda a sua extensão. A superfície aplanada deste maciço é sulcada por vales de origem tectónica, com orientação dominante segundo o eixo NNE-SSW (Cabral, 1995; Ribeiro, 2001; Silva e Ribeiro, 1991). As linhas de água que os percorrem são afluentes e subafluentes do rio Douro, que corre no sentido E-W, a cerca de 10 Km a norte da estação.

Em termos geomorfológicos, o Prazo integra-se nos chamados Planaltos Centrais, região globalmente montanhosa, com pequenas superfícies de aplanamento posicionadas a diversas altitudes, datadas genericamente do Cenozóico. Os Planaltos Centrais localizam-se entre a Meseta Ibérica, a Leste – delimitada a Oeste pelo alinhamento tectónico de Bragança-Unhais da Serra – e as Montanhas Ocidentais, a Oeste (Ferreira, 1978).

No que respeita especificamente aos sectores arqueológicos escavados, estes distribuem-se por uma plataforma ligeiramente inclinada para NE, delimitada a E pelo vale da Ribeira de S. João, e posicionada a uma cota inferior (560 m anm) em relação à superfície de aplanamento cenozóica que abrange a área de Freixo de Numão –“superfície inferior, nível mais alto” (Ferreira, 1978) (Fig. 2). Tais características geomorfológicas da referida plataforma favoreceram a ocorrência de processos de sedimentação ligados à dinâmica das vertentes, os quais estiveram na base da morfogénese do sítio arqueológico (Monteiro-Rodrigues e Angelucci, 2004).

Trabalhos de campo realizados no Prazo, nos inícios dos anos 80, conduziram à descoberta de uma *villa* romana e vestígios de ocupações medievais (Coixão, 2000a; 2000b). Em 1996, durante a escavação de estruturas daquelas épocas, encontraram-se fragmentos de cerâmica com motivos decorativos atribuíveis ao Neolítico Antigo. Na sequência destes achados, realizaram-se, entre 1997 e 2001, diversas campanhas de escavação arqueológica¹ que permitiram identificar uma série de ocupações pré-históricas estratigraficamente sobrepostas. Tais ocupações datam do Paleolítico superior, do Epipaleolítico-Mesolítico, do Mesolítico e do Neolítico Antigo.

Com a excepção das ocupações do Paleolítico superior e da “última” ocupação do Neolítico Antigo, todas as restantes encontram-se datadas pelo ¹⁴C (Fig. 3) (Monteiro-Rodrigues, 2000; 2002; Monteiro-Rodrigues e Angelucci, 2004; López Sáez *et al.*, 2006). A “última” ocupação do

Enquadramento fisiográfico

Contextualização arqueológica

¹ Trabalhos da responsabilidade de Sérgio Monteiro-Rodrigues.

Neolítico Antigo (unidade U3), do ponto de vista estratigráfico, assenta sobre um outro nível igualmente do Neolítico Antigo (unidade U4) cuja datação ^{14}C mais recente é $5640 \pm 50 \text{ BP}$: $4560\text{-}4350 \text{ cal. BC } 2\sigma$ (*Oxcal*, v3.10). Tal facto, permite colocar a ocupação associada à unidade U3 num período cronológico necessariamente posterior àquela datação (último quartel do V milénio cal. BC?).

No que diz respeito às ocupações do Paleolítico superior, a reduzida quantidade de artefactos líticos exumados, bem como a sua atipicidade, não permitiram qualquer enquadramento cronológico-cultural preciso.

Em relação às ocupações do Epipaleolítico-Mesolítico (unidade U5a – finais do X milénio cal. BC a meados do IX milénio cal. BC) e do Mesolítico “antigo” (unidade U5 – meados/ segunda metade do VIII milénio cal. BC), também não foi possível caracterizá-las de forma pormenorizada, quer pela pouca expressão dos vestígios arqueológicos, quer pelo facto de não se conhecerem na região ocupações destes períodos com as quais se pudessem estabelecer paralelos. Como foi já referido (Monteiro-Rodrigues, 2000; 2002; Monteiro-Rodrigues e Angelucci, 2004), antes da escavação do Prazo nunca tinham sido identificados no interior de Portugal vestígios da presença humana datados do período compreendido entre os inícios do Holocénico e o Neolítico Antigo (Holocénico médio). Aparentemente, no Prazo, as ocupações das fases mais antigas deste intervalo temporal poderão ter tido um carácter *descontinuado* ou *intermitente*, uma vez que entre elas existem hiatos cronológicos significativamente alargados (Fig. 3).

Em termos arqueológicos, as ocupações do Epipaleolítico-Mesolítico e da fase mais antiga do Mesolítico estão testemunhadas quer por indústrias líticas – tendencialmente microlíticas sem geométricos – quer por diversas estruturas pétreas: lareiras, uma das quais em fossa, e empedrados diversos.

As ocupações do Mesolítico “recente” (unidade U4a – terceiro quartel do VII milénio cal. BC a meados do VI milénio cal. BC) e do Neolítico Antigo (unidades U4, U3-sector VII e U3 – finais do VI milénio cal. BC ao terceiro quartel/ finais? do V mil. cal. BC) apresentam algumas afinidades, nomeadamente no que diz respeito à indústria lítica: tratam-se de indústrias microlíticas com reduzida componente geométrica, bastante semelhantes ao nível das cadeias-operatórias de debitação. Tal facto, conjugado com outras observações entretanto realizadas, impede que se considere a hipótese de *descontinuidade cultural* entre estes dois momentos (Monteiro-Rodrigues, 2002; 2003; Monteiro-Rodrigues e Angelucci, 2004; López Sáez *et al.*, 2006).

Uma explicação para a inexistência de registos cronológicos (e arqueológicos?) no Prazo, numa estreita faixa temporal entre o Mesolítico “recente” e o Neolítico Antigo, (Fig. 3) foi já avançada noutras publicações (Monteiro-Rodrigues, 2003; Monteiro-Rodrigues e Angelucci, 2004; López Sáez *et al.*, 2006). Contudo, e de forma sintética, tal ausência de registos poderá relacionar-se com as dinâmicas sedimentares ocorridas no sítio arqueológico. Na unidade estratigráfica mesolítica U4a foi identificado um paleossolo orgânico – horizonte A – que se terá formado numa fase de bioestasia, o que pressupõe a estabilização da vertente e, conseqüentemente, a interrupção dos processos de sedimentação (Monteiro-Rodrigues e Angelucci, 2004). Deste modo, pode levantar-se a hipótese dos vestígios correspondentes aos “momentos finais” da ocupação mesolítica (na “transição” para o Neolítico Antigo) não terem sido incorporados em qualquer depósito uma vez que, como se referiu, não ocorriam então processos de sedimentação. Por outro lado, mesmo que esses vestígios se tivessem conservado, poderiam ter sido suprimidos *a posteriori*, no momento em que a sedimentação foi reactivada. Esse momento coincidiria com o início da deposição dos sedimentos que enterraram o paleossolo orgânico e que fossilizaram as ocupações neolíticas das unidades U4

e U3 (onde é visível um horizonte C). De facto, este tipo de processo, que conduz à formação de solos policíclicos, “suele conllevar la destrucción de parte, cuando no la totalidad, de las superficies primitivas, con la posibilidad de la pérdida total o la removilización del registro arqueológico y la existencia de hiatos entre cada ciclo de suelo” (Martínez Cortizas *et al.*, 1995, p 177).

Do ponto de vista paleoclimático, dados preliminares sugerem uma relação entre o denominado evento frio de 8,2 Ka cal. BP (“Bond event 5”) (v. g. Bond, *et al.*, 2001; Menocal *et al.*, 2000; Geel, *v.*, 1999) e os processos de sedimentação que estiveram na origem do enterramento da ocupação mesolítica da unidade U4a (7492-8456 cal. BP 2σ). Por sua vez, a fase de bioestasia – com desenvolvimento do paleossolo orgânico, estabilização das vertentes e ausência de sedimentação – ligar-se-ia à melhoria climática que coincidiu com o início do Ótimo Climático Médio-holocénico. A fase de instabilidade possivelmente responsável pelo início da deposição do material detrítico que conservou as ocupações do Neolítico Antigo (6279-7159 cal. BP 2σ)– e que presumivelmente teria remobilizado os vestígios “superiores” da ocupação mesolítica – poderá ter sido desencadeada pela fase fria correspondente à denominada *Pequena Idade do Gelo Neolítica* (c. 7100-7400 cal. BP) ou “Crise Flandriana” (Martínez Cortizas *et al.*, 1995; Magny *et al.*, 2003; Davis, *et al.*, 2003).

No que concerne à cerâmica neolítica, encontraram-se recipientes de reduzidas dimensões, predominantemente com formas sub-esféricas (Fig. 6). Os principais motivos decorativos correspondem a incisões e/ ou impressões, originado frequentemente motivos em “espinha” (Monteiro-Rodrigues, 2000; 2002; Monteiro-Rodrigues e Angelucci, 2004).

Nas ocupações do Mesolítico “recente” e do Neolítico Antigo detectaram-se diversas estruturas pétreas, sendo de destacar as de combustão. Numa das unidades estratigráficas do Neolítico Antigo (unidade U4) registou-se uma pequena “fossa” coberta por um empedrado. Do seu interior foram recolhidos alguns fragmentos carbonizados de medronho, o que sugere que esta se destinaria ao armazenamento de produtos alimentares (frutos silvestres?).

Os dados paleoambientais que seguidamente se apresentam resultam na sua maioria do estudo de amostras polínicas e antracológicas, recolhidas durante trabalhos de campo. Informações complementares foram fornecidas por especialistas das áreas da Arqueozoologia² e da Biologia/ Malacologia³, a quem agradecemos.

1. Os dados da Paleopalinologia

Em Dezembro de 2005 recolheram-se no Prazo seis amostras de sedimentos para serem sujeitas a análises paleopalinológicas (López Sáez *et al.*, 2006). Exceptuando a amostra datada do Paleolítico superior, que se revelou estéril, todas restantes forneceram uma quantidade significativa de pólenes pertencentes a diversos *taxa* (Fig. 4). O seu estudo e quantificação por unidade estratigráfica, permitiu esboçar um modelo de evolução da paleovegetação da área em torno da estação arqueológica, entre os finais do Boreal e os meados do Atlântico (meados do VIII milénio cal. BC ao terceiro/ último? quartel do V milénio cal. BC).

De acordo com os dados obtidos, durante o Mesolítico (meados do VIII milénio cal. BC a meados do VI milénio cal. BC) terá existido uma paisagem florestal importante (40% a 50% de árvores), onde se destacavam as quercíneas caducifólias (> 30%). O Amieiro (*Alnus*), a Avelaneira (*Corylus*), o Vidoeiro (*Betula*) e o Zimbro (*Juniperus* tipo) estariam igualmente presentes, embora fossem menos expressivos em termos quantitativos.

Indicadores paleoambientais

² Professor Doutor João Luís Cardoso, Universidade Aberta.

³ Professor Doutor Mike Weber, Instituto Abel Salazar, Universidade do Porto (Ciências do Meio Aquático), Director da Estação Litoral da Aguda (ELA). Dra. Maria José Cunha, Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Espécies como o Zambujeiro (ou Oliveira brava, *Olea europaea*) e a Cornalheira (*Pistacia*) ocorriam também com percentagens elevadas, indicando a existência de uma vegetação arbustiva xerotermófila, possivelmente associada a condições térmicas ou, pelo menos, a estações do ano com níveis de insolação elevados. Estas arbustivas sugerem igualmente solos limitados, quer do ponto de vista hídrico, quer do ponto de vista edáfico (pedregosos). Relativamente às herbáceas, terão predominado as gramíneas (*Poaceae*).

O tipo de vegetação identificado nas unidades mesolíticas do Prazo parece coincidir com o que se desenvolve noutras regiões peninsulares nos inícios do Holocénico, onde se observa um claro incremento do bosque relacionado com a progressiva recuperação climática pós-plistocénica (Ramil Rego, 1993; Ramil Rego *et al.*, 1998).

No que diz respeito a fenómenos de antropização da paisagem, não há, nesta fase, quaisquer evidências ou indicadores polínicos que a possam confirmar. De facto, a percentagem de palinómorfos do tipo *Chaetomium* sp. – espóra de fungo carbonícola normalmente relacionada com processos de incêndio de origem humana – revela-se reduzida (López Sáez *et al.*, 2006). De igual modo, a presença de *Rivularia* tipo (cianobactérias) indica uma interferência nula ou quase nula do Homem quer nas zonas húmidas quer nas próprias linhas de água, demonstrando meios húmidos muito pobres em nutrientes (*Rivularia* é um indicador de águas oligotróficas, isto é, águas limpas, sem nutrientes e sem contaminação humana) (López Sáez *et al.*, 1998; 2000).

No Neolítico Antigo (finais do VI milénio cal. BC ao terceiro quartel/ finais? do V milénio cal. BC), apesar da floresta manter uma importância elevada – as árvores correspondem a cerca de 40% a 50% do total da vegetação –, verificam-se os primeiros sinais de intervenção do Homem na paisagem. Tal facto é confirmado pela diminuição do *Quercus* caducifólio (< 20%), pelo aparecimento muito significativo das urzes (*Erica* tipo) – relacionadas com a primeira etapa de degradação do bosque –, pelo aumento de certos palinómorfos de herbáceas (*Cardueae* e *Cichorioideae*) e pelo aumento das gramíneas (*Poaceae*). O desenvolvimento do Videiro (*Betula*) poderia traduzir igualmente este retrocesso florestal na medida em que se trata de uma árvore de características heliófilas que encontra ambientes favoráveis nas clareiras dos bosques.

Nas amostras de sedimentos atribuídas ao Neolítico Antigo observou-se uma elevada percentagem de ascósporos de *Chaetomium* sp., pelo que, a partir desta fase, o fogo parece ter tido um papel fundamental na destruição da floresta (López Sáez *et al.*, 1998; López Sáez *et al.*, 2006).

Apesar deste quadro de antropização, é de referir que na análise polínica do Prazo não foram detectados pólenes nem microfósseis não polínicos indicadores da prática da agricultura ou do pastoreio. A ter havido pressão ambiental decorrente desta última actividade ter-se-iam identificado ascósporos fúngicos de espécies coprófilas, da família Sordariaceae, o que não foi o caso (López Sáez *et al.*, 2000; 2006).

2. Os dados da Antracologia/ Carpologia

A estação do Prazo revelou-se pobre em restos de plantas carbonizadas, tendo sido estudados pouco mais de 1200 fragmentos de carvão. Os taxa identificados no conjunto das unidades estratigráficas foram os seguintes (por ordem alfabética): *Arbutus unedo* (Medronheiro); *Cistaceae*; *Cistaceae/ Ericaceae*; cf. *Clematis* sp. (cf. Vide); cortiça, *Erica arborea* (Urze branca), *Erica* sp. (Urze), *Ericaceae*; *Fabaceae* (leguminosas do tipo Giesta/ Tojo); *Fraxinus* sp. (Freixo); Gimnospérmica indeterminada; *Pinus pinaster/ pinea* (Pinheiro bravo/ Pinheiro manso); *Pinus* sp.; *Prunus* tipo *amygdalus* (Amendoeira de amêndoa amarga); *Prunus* sp.; cf. *Prunus lusitanica* (Azereiro); *Quercus* de folha caduca (Carvalho); *Quercus* de folha

persistente (Azinheira/ Sobreiro); *Quercus suber* (Sobreiro); *Quercus* sp.; *Rhamnus/ Phillyrea* (Aderno/ Lentisco bastardo); *Rosaceae Maloideae* (Rosáceas do tipo Pilriteiro, Escambroeiro, Sorveira); *Ulmaceae* (Negrilho/ Lodão); *Vitis vinifera* (Vinha).

Esta lista florística mostra claramente dificuldades de reconhecimento taxonómico, por um lado relacionadas com as dimensões reduzidas e mau estado de conservação dos carvões, e por outro com problemas de identificação específica no seio das famílias vegetais em presença (diferentes espécies que apresentam características anatómicas idênticas).

Pode igualmente constatar-se que esta lista é relativamente reduzida. Tal situação poderá resultar de problemas tafonómicos, ou ainda relacionar-se com as modalidades de ocupação que aparentemente existiram no Prazo: ocupações de carácter temporário, possivelmente ligadas à prática de actividades sazonais no âmbito de estratégias de exploração territorial de “espectro alargado” (Monteiro-Rodrigues, 1999; 2000).

A escassez de elementos antracológicos em algumas das unidades estratigráficas, assim como o carácter pontual de muitas das amostras (carvões concentrados) obrigou a uma interpretação baseada sobretudo na presença/ ausência dos *taxa*. Apenas os dados da unidade U3-sector VII (Neolítico Antigo – terceiro quartel do V milénio cal. BC) permitiram um ensaio de quantificação.

As unidades U5 (Mesolítico “antigo” – meados/ segunda metade do VIII milénio cal. BC), U4a (Mesolítico “recente” – terceiro quartel do VII milénio cal. BC a meados do VI milénio cal. BC), U4 (Neolítico Antigo – finais do VI milénio cal. BC ao terceiro quartel do V milénio cal. BC) e U3 (Neolítico Antigo – < terceiro quartel do V milénio cal. BC) forneceram listas florísticas bem mais reduzidas e consequentemente amostragens mais limitadas, sobretudo a da unidade U3. Estas unidades incluíam também carvões concentrados, ilustrando recolhas de lenha ocasionais. Tais factos impossibilitaram que se tecessem considerações detalhadas sobre as transformações da flora durante o intervalo temporal que abrange genericamente o Boreal e o Atlântico.

Na unidade U5a (Epipaleolítico-Mesolítico – finais do X milénio cal. BC a meados do IX milénio cal. BC), o número exíguo de carvões vegetais recolhidos permitiu apenas constatar a existência do Pinheiro (*Pinus pinaster/ pinea*), do Carvalho (*Quercus* folha caduca) e do Freixo (cf. *Fraxinus* sp.) nas imediações do Prazo, num período que corresponde aos inícios do Holocénico (Pré-boreal).

Assim, a interpretação dos resultados tornou-se possível uma vez que se tratam de plantas comuns ao passado e ao presente, com exigências ecológicas estáveis ao longo dos últimos milénios.

Para o período compreendido entre os meados/ segunda metade do VIII milénio cal. BC e o terceiro quartel/ finais? do V milénio cal. BC (Gráfico 1), os dados obtidos revelam uma vegetação de carácter marcadamente mediterrânico, como aliás seria de esperar nesta região do Alto Douro. De destacar a importância de uma vegetação “sempre verde” que inclui *Quercus* de folha persistente, Azinheira e Sobreiro, pinheiros mediterrânicos (tratar-se-á sobretudo do Pinheiro bravo, *Pinus pinaster*, embora o Pinheiro manso, *Pinus pinea*, possa igualmente estar presente) e Medronheiro (*Arbutus unedo*).

As plantas colonizadoras de zonas desprovidas de árvores e de terrenos deixados ao abandono estão representadas pelas Urzes (*Erica*), pelas leguminosas *Fabaceae* (Giestas, Codeços, Carqueja) e pelas Cistáceas (diferentes espécies de Esteva – Arçã).

Três dos *taxa* identificados poderão estar directamente relacionados com a recolha de lenha em zonas húmidas, como por exemplo as margens de ribeiras de fundo de vale (provavelmente, o Vale de S. João). São eles: o Freixo (*Fraxinus*), o Negrilho e/ ou Lodão (*Ulmaceae*) e a Vinha (*Vitis*). Assinalados durante o Mesolítico “recente”, os fragmentos de

vinha pertencerão seguramente à espécie silvestre.

Às plantas desta fase poder-se-ia eventualmente juntar o Carvalho, identificado esporadicamente desde o Epipaleolítico-Mesolítico (finais do X milénio cal. BC a meados do IX milénio cal. BC).

Os resultados quantitativos da unidade U3-sector VII poderão fornecer algumas informações mais concretas (Gráfico 2). Os elementos heliófilos são muito abundantes – *Fabaceae* (18,8%), *Erica* (9,0%), *Cistaceae* (8,3%) –, acompanhando-os o Medronheiro (17%) e os *Querc* de folha perene (24,2%). Os pinheiros têm uma presença muito discreta (3,0%), enquanto que os carvalhos (*Querc* de folha caduca) são identificados apenas pontualmente (0,7%). Estes resultados parecem dar uma imagem de uma vegetação mediterrânica essencialmente aberta. A abundância de plantas heliófilas na unidade U3-sector VII poderia estar eventualmente ligada a um impacto antrópico relacionado com a prática de actividades produtoras, tais como a agricultura e/ ou o pastoreio. De facto, as urzes e as estevas desenvolvem-se sobretudo em zonas sujeitas a episódios de fogo repetidos. Contudo, e à semelhança do que foi demonstrado pelas análises paleopalínológicas, também os estudos antracológico/ carpológico não detectaram no Prazo qualquer elemento vegetal que pudesse confirmar a prática da agricultura.

A recolocção de frutos selvagens terá sido efectuada tal como demonstra a presença de medronhos carbonizados na unidade U3-sector VII e no interior da fossa da unidade U4 (Neolítico Antigo). Uma vez que o medronho, rico em sacarose e ácido málico, amadurece entre Outubro e Dezembro, é possível avançar a hipótese de algumas ocupações humanas terem ocorrido pelo menos durante o Outono.

A abundância de fragmentos de medronheiro, que não cresce actualmente nas imediações do Prazo, vem complementar dados obtidos noutras estações arqueológicas da região, que apontam para a importância desta espécie pelo menos até à Idade do Bronze (Figueiral, 1999 e em curso). Esta abundância poderia indicar a existência de condições ambientais propícias ao seu desenvolvimento, isto é, solos profundos, disponibilidade hídrica elevada e raras geadas. Refira-se que nesta região o Medronheiro se acantona actualmente numa única zona (área protegida do Sítio da Mela, Freixo de Numão), situada a mais baixa altitude, numa encosta virada a norte.

Na unidade U4a (Mesolítico “recente”) identificaram-se restos de Pilrito, os quais são comestíveis a partir dos meses de Setembro/ Outubro.

3. Os dados da Arqueozoologia

Durante os trabalhos de escavação realizados no Prazo recolheram-se centenas de peças ósseas, sobretudo nas unidades estratigráficas U4a (Mesolítico), U4, U3 e U3-sector VII (Neolítico Antigo). Na sua grande maioria, estas peças encontravam-se muito fragmentadas e desprovidas de elementos anatómicos de diagnóstico, o que dificultou os processos de determinação das espécies. Por isso, em muitos casos, tal determinação assentou na avaliação da dimensão/ robustez dos segmentos anatómicos, tendo como referência as características das peças originais (Cardoso, 1996).

Para além de fragmentadas, quase todas as peças osteológicas evidenciavam nítidas marcas de fogo, confirmadas quer pelo padrão de fracturação – estalamento devido a dissecação – quer pela coloração cinzento-esbranquiçada, no limite cinzento-azulada. Tal facto poderá corresponder à prática da projecção dos ossos para as estruturas de combustão, adjacentes aos locais de consumo, após descarnamento. A hipótese de marcas de fogo devido a churrasco é de rejeitar, uma vez que neste caso tais marcas seriam mais circunscritas e menos intensas (*idem*).

Outros tipos de informações normalmente obtidas pela Arqueozologia, tais como o sexo e a idade de abate dos animais, a determinação das partes anatómicas mais utilizadas, os modos de desmanche das carcaças, e mesmo aspectos de carácter tafonómico (*idem*) foram, obviamente, impossíveis de obter em função do elevado grau de destruição patente nas peças ósseas.

Assim, o estudo realizado possibilitou apenas o reconhecimento das espécies indicadas no quadro 1, sem que tenha sido possível proceder-se a qualquer tipo de quantificação.

Espécie	D/R	PEAD	Unidade estratiográfica
<i>Capra sp.</i>	P	--	U4 NA
<i>Ovis sp.</i>	P	--	U4 NA
<i>Ovis aries / Capra hircus</i>	--	M1 ou M2 superior esquerdo	U4a M 4440 ± 50 BP 3336-2924 cal. BC
<i>Sus sp.</i>	P	Germe dentário incompleto Pélvis e <i>acetabulum</i> de juvenil	U3 U4 NA U4a M
<i>Sus cf. scrofa</i>	--	M3 Superior	U4 NA
<i>Cervus elaphus</i>	--	Muralha dentária	U4 NA
<i>Cervus elaphus / Capreolus capreolus</i>	--	Fragmento de haste	U3 NA
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	P	Extremidade distal articular de tibia Fragmento de omoplata	U3 NA U3-SVII NA U4 NA U4a M

legenda: D/R – Determinados com base na dimensão/ robustez dos fragmentos ósseos; P – Presente; NA – Neolítico Antigo; M – Mesolítico; M# – Molares; U# - Unidade estratiográfica; PEAD – Presença de elementos anatómicos de diagnóstico.

quadro 1 Mamíferos identificados no sítio pré-histórico do Prazo

Muito embora as espécies selvagens assinaladas no quadro (*Cervus elaphus*, *Capreolus capreolus*, *Sus scrofa* e *Oryctolagus cuniculus*) sejam extremamente adaptáveis a diferentes ecossistemas (habitam desde o Norte de África até às mais diversas latitudes da Europa, Ásia e América do Norte), a sua presença nos níveis pré-históricos do Prazo não contraria os dados avançados pela Paleopalínologia e pela Antracologia no que diz respeito à existência, no passado, de uma paisagem florestal de tipo mediterrânico. De facto, estes mamíferos encontram nestes ambientes florestais condições favoráveis à sua sobrevivência, desde a abundância de alimentos a aspectos relacionados com a sua reprodução e segurança. Relativamente a esta última, o bosque proporciona protecção contra predadores através, por exemplo, de esquemas de mimetismo conseguidos em grande parte pelos padrões da pelagem, sobretudo durante a fase juvenil.

A presença do Veado pode ainda corroborar a existência de quercíneas (Carvalho, Sobreiro e Azinheira), do Freixo (*Fraxinus*), bem como de outras árvores e arbustos com fruto, como por exemplo o Zambujeiro (ou Oliveira brava, *Olea europaea*), já que todos eles integram o seu regime alimentar (com destaque para as folhas das quercíneas e da bolota, com alto valor nutritivo). O Veado alimenta-se também de pequenos rebentos, líquenes (frequentemente na casca das árvores), cogumelos e herbáceas que se encontram nas clareiras.

Por vezes, o Veado procura zonas de matagal, sobretudo durante o Verão, para se proteger do calor. Todavia, esses locais não poderão ter vegetação excessivamente densa por causa das suas hastes, que aí lhes dificultariam a mobilidade.

A ocorrência deste cervídeo em regiões de clima mediterrânico, marcadas por verões quentes e secos, implica uma cobertura arbórea importante, capaz de lhe assegurar alimento na época em que as herbáceas tendem a secar. Estas últimas, por seu turno, têm de existir forçosamente nos ecossistemas frequentados pelo Veado pois garantem o seu bom desenvolvimento físico, nomeadamente no que concerne ao peso, à corpulência e ao desenvolvimento de hastes de boa qualidade, com diversas pontas e amplos contra-estoques

(a qualidade das hastes tem reflexos na reprodução e, portanto, na sobrevivência da espécie). O Corço, tal como o Veado, também habita as florestas, e tem uma dieta variada. Contudo, revela uma certa apetência por biótopos com maior quantidade de espécies arbustivas, herbáceas e gramíneas.

A presença de um fragmento de haste de cervídeo (*Cervus elaphus* ou *Capreolus capreolus*) na unidade U3 (Neolítico Antigo) pode sugerir uma caçada realizada entre a Primavera e o Outono, pois fora deste período os cervídeos estão desprovidos de armações. Em todo o caso, há que ter em conta que a referida haste poderia ter sido simplesmente encontrada (após o desprendimento natural do crânio do animal), e levada para o acampamento numa outra qualquer época do ano.

O Javali, com os seus hábitos omnívoros, encontra igualmente uma grande diversidade de alimentos nas regiões florestadas. Os alimentos de origem vegetal são a base da sua dieta, que pode ser composta por plantas (no seu todo ou apenas partes, como as raízes), frutos (bolotas), insectos, pequenos mamíferos (ratos, esquilos e coelhos), aves, ovos e, por vezes, carne em decomposição. A componente animal é sempre menor que a vegetal, assumindo a primeira a função de complemento alimentar em virtude da componente proteica.

Dentro da floresta, o Javali procura com alguma frequência locais com matos mais densos para dormir, para se refugiar e, sobretudo, para ter as suas crias.

A fim de manter a sua pele livre de parasitas costuma tomar banhos de lama em charcos ou nas margens enlameadas dos ribeiros. Os vestígios no solo decorrentes deste comportamento são muito comuns ainda hoje no vale da ribeira de S. João que, como se referiu, delimita o lado E da área arqueológica do Prazo.

Apesar da sua ampla distribuição geográfica, o Coelho poderá constituir um bom indicador de ambientes térmicos ou, pelo menos, marcados por uma nítida sazonalidade. Para além de particularmente sensível ao frio e à humidade, o carácter altricial (relacionado com a vulnerabilidade das crias à nascença, nomeadamente com a ausência de pêlo) deste lagomorfo pressupõe períodos com temperaturas elevadas em que ocorrem a reprodução e os nascimentos. De facto, o ciclo reprodutor do Coelho encontra-se ligado às variações da temperatura e da precipitação e ao ciclo das plantas, estando a sua duração condicionada pela disponibilidade de alimento.

O *habitat* natural do Coelho possui uma cobertura arbórea importante que fornece protecção face ao ataque das rapináceas. Por outro lado, a existência de árvores possibilita tocas mais duráveis e seguras, uma vez que a estrutura radicular das raízes favorece a consolidação do solo nas suas imediações. O Coelho, no entanto, frequenta também zonas de matagal, zonas com vegetação rasteira e pastos. De um modo geral, evita deslocar-se em locais com herbáceas excessivamente altas, que não só o impedem de detectar a aproximação de predadores como de fugir rapidamente.

No que diz respeito à alimentação, este mamífero consome rebentos (e outras partes tenras das plantas), herbáceas, gramíneas, raízes e mesmo casca de árvore. A maior parte da água que assimila provém de vegetais muito ricos naquele mineral, o que pressupõe a existência de nichos com um elevado grau de humidade no solo (Confagri, 2006).

Quanto às espécies domésticas, estar-se-á, em princípio, perante restos de Ovelha (*Ovis aries*) e/ ou Cabra (*Capra hircus*), uma vez que as dimensões/ robustez de alguns dos fragmentos de osso assim o sugerem. Segundo J. L. Cardoso (inf. pess.), uma das peças dentárias estudadas (M1 ou M2 sup. esq.) é inquestionavelmente de um ovicaprídeo, embora não seja possível determinar com segurança a qual das espécies pertence. Em função do seu tamanho reduzido e fraca robustez poderá ser atribuída a Ovelha.

Datado pelo ^{14}C através do processo conhecido por *Dating of Cremated Bones* (Lanting *et al.*,

2001), este dente forneceu uma datação incompatível (4440 ± 50 BP: 3336-2924 cal. BC) com o contexto arqueológico a que terá estado ligado (Neolítico Antigo), o que provavelmente poderá decorrer do facto de se encontrar queimado e não calcinado (*idem*; Monteiro-Rodrigues e Angelucci, 2004). Recorde-se que o molar em questão foi detectado na unidade U4a (Mesolítico), posição que resultará de fenómenos pós-deposicionais.

Apesar de consumirem uma enormíssima diversidade de plantas – ao ponto de serem considerados destruidores de ecossistemas por sobre-exploração (e por pisamento) –, os ovicaprídeos têm preferência pelos pastos dominados por herbáceas e gramíneas. Por isso, a prática da queimada em regiões florestais, com o objectivo de gerar paisagens abertas, é uma actividade bem conhecida no quadro das sociedades que desenvolvem o pastoreio.

4. Os dados da Malacologia

As duas valvas encontradas no Prazo associam-se à unidade estratigráfica U4 (Neolítico Antigo). Têm como dimensão máxima 4mm e 5mm, respectivamente. Do ponto de vista taxonómico, pertencem ao género *Pisidium* (Sphaeriidae). Trata-se de um género comum que existe na maior parte dos habitats aquáticos de água doce, temporários ou permanentes, desde nascentes a rios, geralmente em águas pouco profundas. Ocorrem tanto em sistemas lênticos (água corrente) como em sistemas lóticos (águas paradas ou com pouca corrente). São abundantes em sedimentos compostos por gravilha, areia e matéria orgânica, e pouco tolerantes a baixos níveis de oxigénio. São moluscos escavadores e do tipo alimentar filtrador colector (detritos orgânicos finos e bactérias).

Até ao momento, não é possível explicar de forma inequívoca a presença destas valvas no seio dos depósitos arqueológicos. Hipoteticamente poderão ter ido no estômago de uma ave aquática, no estômago de um peixe (os hábitos alimentares do Barbo, *Barbus bocagei*, fazem dele um potencial candidato⁴) ou ainda agarradas, por casualidade, a qualquer produto ou objecto que tenha estado dentro de água (plantas aquáticas ou de borda de água, utensílios ligados à pesca, etc.). Para todos os efeitos, estas valvas sugerem a prática de uma qualquer actividade de subsistência desenvolvida em conexão com as linhas de água das proximidades do Prazo: pesca, caça de aves aquáticas, etc.

⁴ Refira-se a recolha de restos de Barbo no sítio de Castelo Velho de Freixo Numão (V. N. de Foz Côa) (Antunes, 1995). Embora surgindo num contexto genericamente datado do Calcolítico/ Idade do Bronze, a sua presença indica a prática da pesca fluvial na região em tempos pré-históricos.

5. Estratégias de subsistência no Prazo. Conclusões

De acordo com os dados da Paleopalínologia, entre os inícios do Holocénico e os meados/ finais do VI milénio cal. BC, terá existido na área do Prazo uma importante paisagem florestal, ao que tudo indica dominada pelo Carvalho, relacionada com as melhorias climáticas posteriores à última glaciação. Embora atribuídas a espécies de folha caduca, uma boa parte destas quercíneas deverão pertencer efectivamente a *Quercus suber*, segundo os resultados do estudo antracológico. Na realidade, a análise de pólenes não permite a diferenciação entre as quercíneas caducifólias (*Quercus pyrenaica*, *Quercus faginea*, *Quercus robur*, etc.) e o *Quercus suber* na medida em que de todos eles possuem o mesmo morfotipo polínico. A partir dos finais do VI milénio cal. BC, e pelo menos até ao terceiro quartel/ finais? do V milénio cal. BC, a antropização do território começa a fazer-se sentir, ocorrendo indícios de desflorestação provocada por queimadas. Os dados da Antracologia vão ao encontro desta hipótese uma vez que se observou num nível arqueológico datado desta fase (unidade U3-sector VII – terceiro quartel do V milénio cal. BC) uma abundância significativa de espécies arbustivas, tais como as urzes e as cistácias (Esteva/ Arçã), que se desenvolvem principalmente como consequência de fogos recorrentes.

Esta desflorestação, no entanto, não parece relacionar-se com a abertura de clareiras

destinadas à agricultura, pois não foram detectados quaisquer indicadores que comprovem tal actividade produtora. Poderá sim estar ligada à necessidade de se criarem zonas abertas a fim de favorecer o desenvolvimento de pastos.

A identificação de restos osteológicos de *Ovis/Capra* sugere que estes pastos poderiam destinar-se à prática do pastoreio. Possivelmente, estar-se-ia perante comunidades de “pastores” que utilizariam o fogo para abrir o bosque. De facto, esta técnica de desflorestação parece ter sido recorrente a partir de 6000 BP, de acordo com diversas sequências paleopalinológicas portuguesas (López Sáez *et al.*, 2006). Importa sublinhar, contudo, que a criação de ovicaprídeos parece não ter tido grande relevância no âmbito das estratégias de subsistência desenvolvidas pelas populações neolíticas, o que é sustentado pela ausência de fungos coprófilos nos sedimentos. Estes fungos ocorrem com muita frequência em contextos arqueológicos onde houve abundância de gado.

Assim, e em alternativa, pode levantar-se a hipótese dos pastos se destinarem a atrair herbívoros selvagens a fim destes serem caçados (Fábregas Valcarce *et al.*, 1997; Fábregas Valcarce e Suárez Otero, 1999). As clareiras não só proporcionam uma maior exposição do animal, facilitando o tiro com flecha (geralmente o caçador está escondido em pequenas “ilhas” de arbustos ou nos limites da floresta), como também favorecem a colocação de armadilhas (laços, redes, covas, etc.) e a caça por cerco. Além disso, em caso de fuga, é mais difícil à presa dissimular-se por entre árvores e arbustos.

A queimada poderia ainda visar, simplesmente, a desmatação das áreas a habitar, no sentido de as tornar mais abertas, mais luminosas e mais funcionais. Tal acção, no entanto, por mais localizada que fosse, poderia com facilidade transformar-se num fogo de proporções consideráveis, sobretudo em locais com abundância de vegetação seca, conduzindo a uma destruição florestal involuntária – e portanto, sem fins “económicos” (Dimbleby, 1978; Figueiral e Sanches, 2003).

Há que ter em conta também a possibilidade de não existir uma relação directa entre clareiras e antropização. Na realidade, as plantas usualmente indicadoras de paisagens abertas – por exemplo, as Fabaceae, as Ericaceae e as Cistaceae – surgem já em momentos em que supostamente o Homem não intervinha ainda de forma tão significativa na paisagem (Paleolítico superior, por exemplo) (Zilhão *et al.*, 1995). Assim, a floresta que se desenvolve após os finais do Plistocénico poderia pois cobrir uma parte muito significativa dos terrenos, existindo todavia zonas de clareira “naturais”, isto é, não originadas pelo Homem.

Perante este cenário em que a actividade produtora é praticamente inexistente, ter-se-á de concluir que as estratégias de subsistência desenvolvidas no Prazo assentaram sobretudo na recolha de produtos silvestres, na caça e possivelmente na pesca. No entanto, não existem dados suficientes – faunísticos, florísticos e mesmo arqueológicos – que permitam observar, na perspectiva diacrónica, variações dentro destas modalidades (que seguramente ocorreram).

Como acima se referiu, a primitiva floresta de quercíneas deu abrigo a uma série de mamíferos de médio e pequeno porte – pelo menos o Veado, o Corço, o Javali e o Coelho – os quais foram alvo das opções cinegéticas dos caçadores do Prazo. Para eles, estas espécies selvagens terão constituído, possivelmente, a principal fonte de proteínas.

A floresta terá fornecido igualmente um leque muito diversificado de vegetais com utilizações muitíssimo variadas. Seguindo as propostas apresentadas por Figueiral e Bettencourt (2004), algumas das plantas identificadas poderiam ter sido hipoteticamente usadas para os seguintes fins (Quadro 2):

Taxa	Lenha	Alimentação	MCL	Utens.	Corante	Medicinal
<i>Quercus (folha caduca)</i>	x	Bolota			x	Casca
<i>Quercus (folha perene)</i>	x	Bolota				
<i>Quercus suber</i>	x			Cortiça?		
<i>Corylus avellana</i>	x	Avelã	x	x		
<i>Prunus - tipo amygdalus</i>	x	Amêndoa amarga				Fruto
<i>Rosaceae Maloidea</i>	x	por ex. Pílrto		x		Fruto
<i>Arbutus unedo</i>	x	Medronho				
<i>Vitis vinifera</i>	x	Uva				
<i>Olea europaea</i>	x	Azeitona brava?				
<i>Fabaceae</i>	x		x	x	x	
<i>Erica</i>	x		x	x		Flor / Folha
<i>Cistaceae</i>	x		x			Seiva
<i>Alnus</i>	x				x	Casca
<i>Clematis</i>	x			x		
<i>Fraxinus</i>	x					Casca / Folha
<i>Betula</i>	x			Casca p/ recipientes		
<i>Pinus pinaster / Pinea</i>	x	Pinhão		Resina		

legenda: X – Utilizados como...; MCL – Material de construção leve; Utens. – Usados para fabrico de utensílios

quadro 2 Utilizações possíveis das principais espécies vegetais identificadas no Prazo.

Entre os frutos identificados, o Medronho ocorre com uma certa frequência. A sua presença nas unidades U4a, U4 e U3-Sector VII confirma que foi recolectado durante o Mesolítico “recente” e o Neolítico Antigo. Neste último período poderá ter sido “armazenado” uma vez que se recolheram restos carbonizados no interior da fossa da unidade U4. A Amêndoa amarga foi igualmente colhida. Para tornar o seu consumo mais agradável (e menos tóxico, por causa do cianeto) é possível que fosse alvo de alguma preparação, ou associada a outros produtos (mel?). A sua utilização continuada ao longo do tempo terá sido acompanhada de processos selectivos que acabaram por favorecer o desenvolvimento da espécie doméstica. Para além destes frutos, poderão ter sido consumidas diversas herbáceas (por exemplo, o cardo, Cardueae) e gramíneas, bem como diversas espécies de cogumelos.

A detecção de dois pequenos bivalves sugere a prática de actividades de subsistência junto dos nichos fluviais, muito embora não seja possível determinar exactamente quais dessas actividades seriam realizadas. Todavia, é provável que se trate da pesca ou da caça de aves aquáticas.

A forma como os alimentos eram confeccionados é praticamente desconhecida, pois os dados a este respeito são extremamente lacunares. No entanto, a detecção de duas placas de pedra termo-alteradas, adjacentes a duas lareiras (uma mesolítica e outra neolítica), sugere a sua utilização como “grelhadores” (Fig. 5). Esta mesma função pode ter sido desempenhada por seixos rolados de quartzite encontrados no local (Leesch, 1997, p 60). A presença de um padrão de fracturação de origem térmica (“microfissuras poligonais”) em alguns deles indica que foram usados para aquecer água, possivelmente, com o objectivo de cozinhar alimentos (*idem*; T. Aubry e J. Sampaio, inf. pess.⁵).

Outro indicador que permite relacionar as ocupações pré-históricas do Prazo com contextos sociais de tipo caçador-recolector, nómadas ou semi-nómadas, pode ser observado ao nível das características das estruturas pétreas exumadas (Monteiro-Rodrigues, 2000; 2002). Tanto as estruturas neolíticas como as mesolíticas indiciam ocupações de curta duração, em função do reduzido investimento de trabalho subjacente à sua elaboração. Neste sentido, tenha-se em conta, por exemplo, a pequena dimensão das pedras utilizadas, o que remete para acções construtivas de “baixo custo energético” e com “pouca visibilidade arqueológica” (Binford, 1983; 1988; Testart, 1982). A raridade dos buracos de poste poderá também ser indicador do carácter “efémero” das construções. Como refere Sahlins (1983, 48), “(...) se vuelve absurda la fabricación de casas de apariencia sólida si pronto deberán ser abandonadas”. Curiosamente, esta situação contrasta com o que se observa nas ocupações do Paleolítico superior, tanto do

⁵ Em Freixo de Numão (Maio de 2006), tivemos a oportunidade de observar actividades realizadas por Thierry Aubry no âmbito da Arqueologia experimental, algumas das quais relacionadas com estes aspectos.

Praço como do Vale do Côa, onde se descobriram estruturas líticas com dimensões significativamente maiores (Aubry, 2001; Aubry e Carvalho, 1998).

Na realidade, as únicas “estruturas” do Praço que se poderiam considerar duráveis são os afloramentos graníticos do local, que terão funcionado como “paredes” às quais eram encostadas as cabanas, possivelmente feitas com varas de madeira e cobertas com ramagens ou peles de animais (sobre esta questão ver Pollard, 2006).

Na opinião de alguns investigadores, a “precaridade” observada no Praço poderia resultar do facto de se estar perante um “acampamento secundário”, relacionado com uma estratégia de exploração territorial que implicaria esquemas de “mobilidade logística” (C. T. da Silva e J. Soares, inf. pess.). Todavia, o número exíguo de estações neolíticas conhecidas nesta área (2) não permite a criação de uma tipologia de sítios, pelo que não é possível tecer qualquer consideração relativamente a esta questão.

No que diz respeito à fossa da unidade U4, a sua capacidade é demasiado reduzida para que possa ser correlacionada com um sistema tecno-económico assente no armazenamento (Testart, 1982). Para além disso, e não obstante uma certa “sofisticação” na forma como foi elaborada, não evidencia qualquer vestígio de revestimento/ impermeabilização que permitisse conservar produtos (sobretudo cereais) por um período de tempo alargado. Pelo contrário, esta fossa parece ter tido como principal função proteger do sol alimentos de “consumo imediato”, tais como frutos e caça, mantendo-os numa temperatura fresca e humidade elevada. Não é de excluir a hipótese de ter sido usada também para conservar água fresca. A detecção de alguns fragmentos cerâmicos no interior da fossa sugere que os alimentos poderiam ter sido lá colocados dentro de pequenos vasos.

Relativamente à cerâmica, importa referir a sua pouca importância no contexto do Neolítico Antigo do Praço. De facto, dos cerca de 3350 fragmentos recolhidos, 64% têm dimensões inferiores a 3 cm e apenas 1% é superior a 6 cm, o que deixa antever um número muito reduzido de recipientes. Esta situação poderá resultar do facto de se estar perante populações com um elevado padrão de mobilidade, incompatível com a posse deste tipo de objectos (Sahlins, 1989; Testart, 1982).

A pequena dimensão dos referidos recipientes é um outro aspecto a ter em conta enquanto indicador paleoeconómico: tal característica afasta qualquer possibilidade de terem funcionado como vasos de armazenamento (Fig. 6). De um modo geral, os recipientes de grande capacidade ligados àquela prática, começam a surgir em contextos pré-históricos mais tardios (Calcolítico, Idade do Bronze), em que se verifica uma clara implantação do sistema agro-pastoril (v. g. Jorge, 1990; 1999; 2005). Assim, parece verosímil relacionar os recipientes cerâmicos do Praço com actividades culinárias e com consumo de alimentos. A indústria lítica desta estação aponta igualmente para um modo de vida em que a caça terá tido um papel importante. Em termos gerais, as operações de talhe visaram a produção de lascas, pequenas lamelas (ou “lascas alongadas”), esquírolas, triângulos e trapézios. Excluindo as lascas, por vezes com retoques marginais intencionais ou decorrentes do seu uso como “raspadeiras”, todos os restantes objectos poderão ter sido utilizados em flechas, quer como pontas, quer como barbelas. Alguns triângulos, com uma pequena trancatura muito côncava, assemelham-se aos de tipo Montclus (G.E.E.M., 1969), pelo que poderão ter sido usados como pontas de seta.

Pelo menos no Neolítico Antigo, a produção de “verdadeiras” pontas de seta também terá ocorrido uma vez que se detectou na unidade U4 uma ponta de dorso sobre lasca de quartzo leitoso. A amostragem reduzida deste tipo de artefactos relacionados com a actividade cinegética resultará, seguramente, do facto de eles terem sido utilizados/ perdidos fora do acampamento.

Em consonância com estes aspectos, refira-se a ocorrência frequente de pequenos seixos rolados de hematite, sobretudo nos níveis neolíticos, geralmente fracturados, debitados ou com vestígios de raspagem. Ao que tudo indica, o pó deste mineral (misturado com resina e cera de abelha) terá sido usado na fabricação de cola destinada a fixar os elementos líticos às flechas ou a outro qualquer suporte de madeira (Allain e Rigaud, 1989; T. Aubry e Jorge Sampaio, inf. pess.⁶). Poderá ter sido usado igualmente como corante (vermelho) para fins diversos.

A utensilagem lítica normalmente associada ao “universo produtor” – “crescentes”, lâminas, machados de pedra polida, moinhos manuais – pode considerar-se muito pouco significativa. Relativamente aos machados, sublinhe-se o seu carácter “mais simbólico que funcional”, uma vez que não evidenciam sinais de uso; um deles, para além de produzido num mineral frágil (silimanite/ fibrolite), tem dimensões demasiado pequenas para ter servido como utensílio de corte.

Os moinhos manuais têm também dimensões muito reduzidas, sobretudo se comparados com os que aparecem em Castelo Velho e Castanheiro do Vento, sítios calcolíticos nas proximidades do Prazo, relacionados com sociedades em que a produção cerealífera estaria já bem consolidada (Jorge, 1999; 2005; Jorge et al., 2002; Muralha, 1996). Possivelmente, os moinhos manuais do Prazo foram usados para a trituração/ esmagamento de frutos e plantas silvestres, da hematite, bem como de outros produtos diversos. As superfícies polidas de alguns “moventes” mostram sinais de percussão, e em certos casos, apresentam uma pequena “cavinha” no seu ponto central (uni ou bifacial) cuja funcionalidade se desconhece. Levantando a hipótese destes “moventes” terem funcionado como bigornas para o talhe, tais covinhas poderiam servir para facilitar a fixação de pequenos núcleos durante a debitação. É de salientar o facto do polimento não ser exclusivo dos níveis do Neolítico Antigo. Na unidade U4a (Mesolítico “recente”) foram encontrados objectos líticos com superfícies alisadas. Tendo em conta os trabalhos etno-arqueológicos de Valentine Roux (cit. in Muralha, 1996), tais objectos poderão ter estado ligados ao curtimento de peles de animais.

Quem foram então as populações que ocuparam o Prazo a partir dos finais do VI/ inícios do V milénio cal. BC? Segundo as “evidências arqueológicas” e os dados Paleoambientais, e de acordo com o enquadramento teórico de um dos autores (Monteiro-Rodrigues), terão sido sociedades de caçadores-recolectores cuja origem poderá remontar ao Paleolítico superior. Isto significa, portanto, que não se considera a hipótese da desocupação dos territórios do Alto Douro Português no período compreendido entre os finais do Plistocénico e o Holocénico médio (Carvalho, *op. cit.*; Zilhão, *op. cit.*).

Estes caçadores-recolectores, à semelhança do que acontece em qualquer sociedade, tiveram um complexo *processo histórico* que, ao longo do tempo, lhes foi conferindo especificidades, por vezes detectáveis no registo arqueológico. Algumas dessas especificidades, num momento particular, traduziram-se nos elementos ditos *neolitizantes*: a cerâmica, a pedra polida e os ovicaprídeos. Enveredando por linhas interpretativas tradicionais, marcadas pela lógica da presença/ ausência artefactual, estes elementos reflectiriam de forma inquestionável uma sociedade com um modo de vida produtor, de forte pendor agrícola. A título de exemplo, veja-se o seguinte excerto: “(...) such economies are present in Portugal from at least 5500-5250 BC, as is shown by the accelerator radiocarbon dating of sheep bones from Caldeirão, and probably as early as 5750-5500 BC, as suggested by the typology of some Cardial vessels recovered at other cave sites located in the limestone massifs of Portuguese Estremadura” (Zilhão, 2000, 170). Ora, como foi referido, as populações neolíticas do Prazo tinham ovicaprídeos e cerâmica e, no entanto, não há qualquer evidência que permita relacioná-las com sociedades agrárias.

⁶ Ver nota 5.

Assim, a posse dos referidos elementos deverá ser antes relacionada com o *processo histórico* das populações ou, na perspectiva de Vicent García (1997), com relações de *reciprocidade intergrupala*, pelo que a sua dimensão seria muito mais de cariz social que económico: “By accepting intergroup reciprocity as the vector for the transmission of neolithic traits, we assume that the transmission was social in nature, rather than specifically economic or generally techno-adaptative” (*idem, ibidem*, 9).

Nesta linha de raciocínio, haverá que ter em conta o carácter “*polissémico*” dos diversos elementos assimilados (Tilley, 1991). Como refere este autor, todos os objectos têm múltiplos sentidos, por vezes contraditórios, que podem variar de contexto para contexto. Deste modo, a presença num determinado local de elementos considerados como pertencentes ao “universo agrícola” não constitui, por si só, um indicador inequívoco da existência de um sistema social assente numa economia de produção. “One appropriate example is the safety-pin in contemporary Britain which, according to who wears it – an infant, a grandmother or a ‘punk’, changes its meaning” (*idem, ibidem*, 191, citando Hodder). Ou seja, *o trigo nem sempre será trigo...*

Portanto, os caçadores-recolectores do Prazo, por volta dos inícios do V milénio cal. BC, começam efectivamente a incorporar certas “novidades” no seu quotidiano, novidades essas que todavia não geraram rupturas face aos aspectos estruturantes que desde sempre melhor os caracterizaram.

figuras

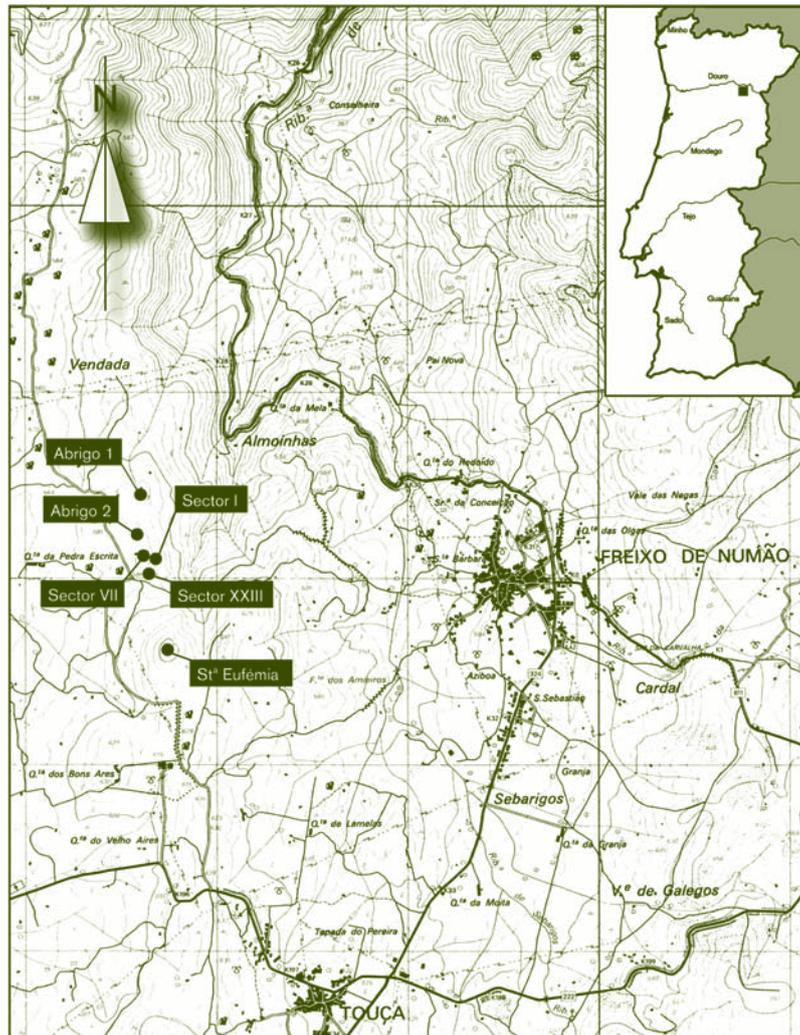


fig. 1 Localização do sítio pré-histórico do Prazo e posição das áreas escavadas na Carta Militar de Portugal, escala 1/25 000, n.º 140 - Touça. Coordenadas geográficas da zona central da estação: 41° 04' 20" latitude N | 07° 14' 36" longitude W (Greenwich). Altitude 560 anm.



fig. 2 Estação do Prazo vista de sul. A mancha sem vegetação, ao centro, corresponde ao Sector I. À sua esquerda fica o Sector VII e à direita o Vale de S. João. A fundo, no sopé das montanhas, corre o Rio Douro (aproximadamente a 10 km a Norte do Prazo).

Atmospheric data from Reimer et al (2004);OxCal v3.10 Bronk Ramsey (2005); cub r:5 sd:12 intr usp[chron]

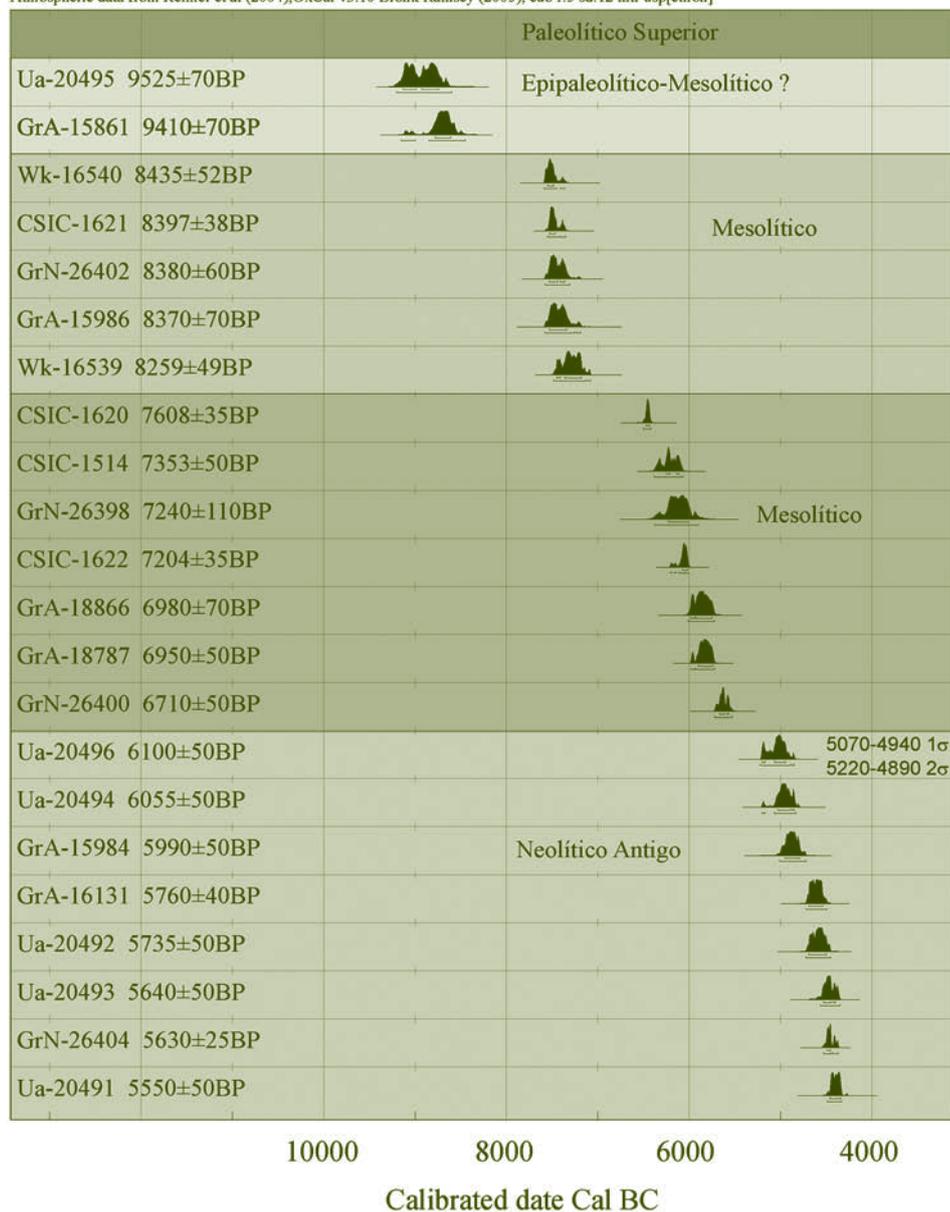
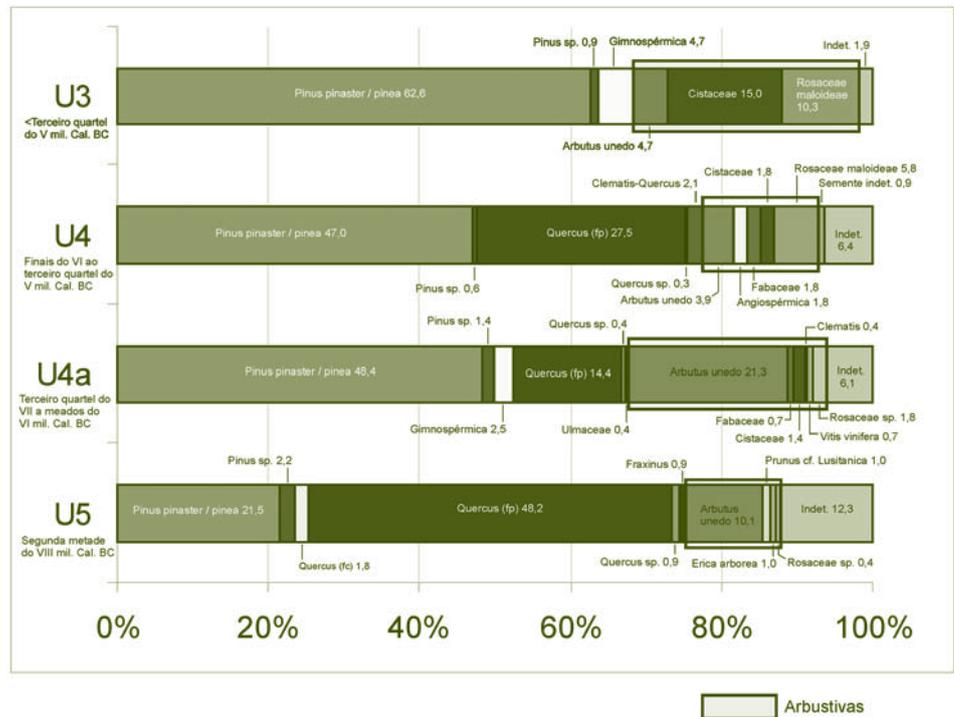


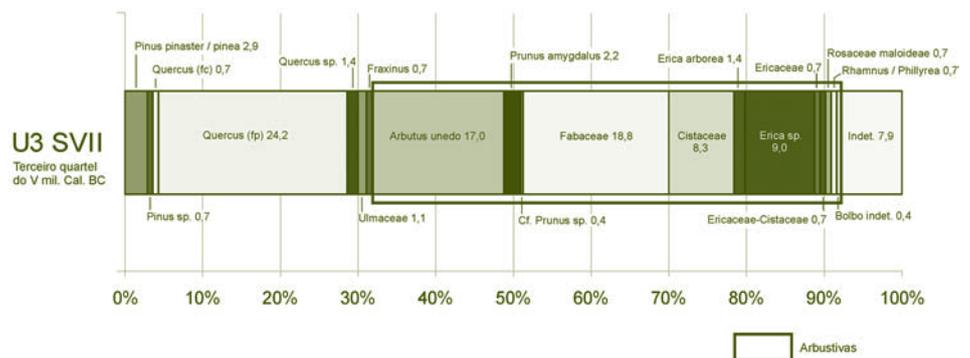
fig. 3 Datações 14C do sítio pré-histórico do Prazo (Datações calibradas com o programa Oxcal/ 3.10 a 2σ, 95,4% de probabilidade).

gráfico 1 Os carvões concentrados testemunham recolhas pontuais de lenha e fornecem sobretudo informações de cariz paleobotânico. A abundância de pinheiro nas unidades U5, U4a, U4 e U3 contrasta com as frequências relativas obtidas na unidade U3-sector VII.



legenda do gráfico: **Quercus (fp)** – Quercus de folha persistente; **Quercus (fc)** – Quercus de folha caduca; **Indet.** – Indetermináveis. **Nas quantificações:** Pinus sp. inclui fragmentos de pinha; Quercus de folha persistente inclui fragmentos de cortiça e Quercus suber; Rosaceae sp. inclui sementes e fragmentos de fruto (Pilrito); Quercus sp. inclui cúpula e fragmento de Bolota; Indetermináveis incluem casca de árvore.

gráfico 2 Unidade U3-sector VII. Informações paleoecológicas fidedignas são obtidas a partir do estudo de carvões dispersos, que testemunham uma recolha de lenha durante um período de tempo relativamente alargado.



legenda do gráfico: **Quercus (fp)** – Quercus de folha persistente; **Quercus (fc)** – Quercus de folha caduca; **Indet.** – Indetermináveis. **Nas quantificações:** Pinus sp. inclui fragmentos de pinha; Quercus de folha persistente inclui fragmentos de cortiça e Quercus suber; Rosaceae sp. inclui sementes e fragmentos de fruto (Pilrito); Quercus sp. inclui cúpula e fragmento de Bolota; Indetermináveis incluem casca de árvore.

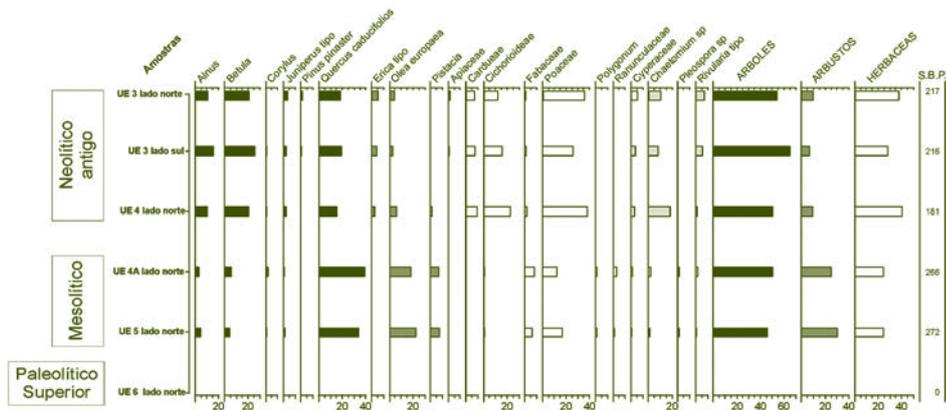


fig. 4 Diagrama paleopalinológico da estação pré-histórica do Prazo.

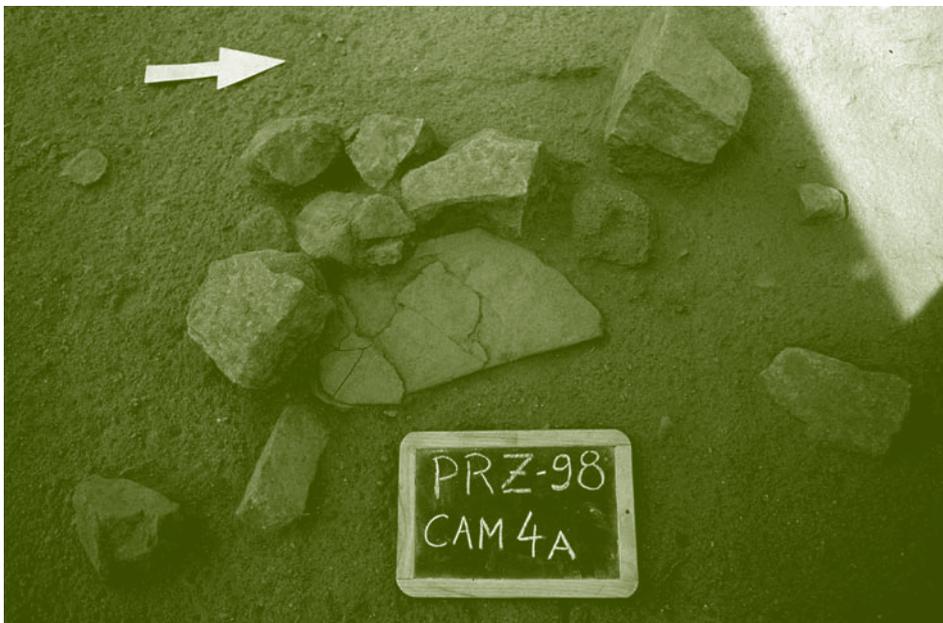


fig. 5 Unidade U4a (Mesolítico “recente”). Estrutura de tipo “grelhador” com placa em xisto. Observe-se a desagregação da placa pelos planos de xistosidade como consequência da termo-alteração. A área de fogo (com carvões que foram datados) coincide com o local onde está pousada a lousa. Escala: a largura da lousa é de cerca de 25 cm.



fig. 6 Unidade U3-sector VII (Neolítico Antigo – terceiro quartel do V milénio cal. BC). Recipiente cerâmico liso (restaurado). Este vaso dá uma ideia das dimensões médias dos recipientes cerâmicos do Prazo. Observe-se o seu aspecto irregular. A escala = 5cm.

bibliografia

ALLAIN, J.; RIGAUD, A. (1989) - Colles et mastics au Magdalénien. *L'Anthropologie*. Paris. 61: 5-6, p. 503-512.

ANTUNES, M. T. (1995) - Jazida de Castelo Velho (Freixo de Numão). Elementos Arqueozoológicos. *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: SPAE. 6 (Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 35: 2) p. 451-456.

AUBRY, T. (2001) - L'occupation de la basse vallée du Côa pendant le Paléolithique supérieur. In ZILHÃO, J. ; AUBRY, T. ; CARVALHO, A. F., eds. - *Les premiers hommes modernes de la Péninsule ibérique – Actes du Colloque de la Commission VIII de l'UISPP. Vila Nova de Foz Côa, 22 – 24 Octobre 1998*. Lisboa : Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 17), p. 253-273.

AUBRY, T.; CARVALHO, A. F. (1998) - O povoamento pré-histórico no Vale do Côa - Síntese dos trabalhos do P.A.V.C. (1995 - 1997). *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de V. N. de Foz Côa. 0, p. 23-34.

BINFORD, L. R. (1983) - Willow Smoke and dogs' Tails: Hunter-Gatherer Settlement Systems and Archaeological Site Formation. In Binford, L. R. – *Working at Archaeology*. New York: Academic Press, p. 337-356.

BINFORD, L. R. (1988) - En Busca del Pasado. *Descifrando el Registro Arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica.

BOND, G.; KROMER, B.; BEER, J.; MUSCHELER, R.; EVENS, M.; SHOWERS, W.; HOFFMANN, S.; LOTTI-BOND, R.; HAJDAS, I.; BONANI, G. (2001) - Persistent solar influence on North Atlantic Climate during the Holocene. *Science*. Washington: American Association for the Advancement of Science. 294, p. 2130-2136.

CABRAL, J. (1995) - *Neotectónica em Portugal Continental*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro (Memórias do IGM, 31).

CARDOSO, J. L. (1996) - Objectivos e Princípios Metodológicos da Arqueozologia: Estado da questão em Portugal. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 2ª série: 1, p. 78-88.

CARDOSO, J. L. (2002) - *Pré-história de Portugal*, Lisboa: Editorial Verbo.

CARDOSO, J. L.; CARVALHO, A. F.; NORTON, J. (1998) - A Estação do Neolítico Antigo de Cabranosa (Sagres, Vila do Bispo): estudo dos materiais e integração cronológico-cultural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 4ª série, 16, p. 55-96.

CARVALHO, A. F. (1999) - Os sítios de Quebradas e de Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa) e o Neolítico Antigo do Baixo Côa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA, 2: 1, p. 39-70.

CARVALHO, A. F. (2002) – Current perspectives on the transition from the Mesolithic to the Neolithic in Portugal. In BADAL, E.; BARNABEU, J.; MARTÍ, B., Eds. - *El paisaje en el Neolítico mediterráneo*. Valência: Universitat de València (Saguntum extra, 5) p. 235-250.

CARVALHO, A. F. (2003) – A emergência do Neolítico no actual território português: pressupostos teóricos, modelos interpretativos e a evidência empírica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 4ª série, 21, p. 65-150.

COIXÃO, A. N. SÁ (2000a2) – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

COIXÃO, A. N. SÁ (2000b) – *A Romanização do aro de Freixo de Numão*. In JORGE, V. O., Coord. – *Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica*. Porto: ADECAP (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, 6), p. 422-440.

CONFAGRI (2006) *Confederação Nacional de Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL, CONFAGRI/ Caça* (revista on line). Portugal. (consultado em 25 de Setembro de 2006).

Disponível em [www:<URL http://www.confagri.pt](http://www.confagri.pt).

DAVIS, B. A. S.; BREWER, S.; STEVENSON, A. C.; GUIOT, J. et Data Contributors (2003) - The temperature of Europe during the Holocene reconstructed from pollen data. *Quaternary Science Reviews*. Pergamon: Elseviere. 22, p. 1701-1716.

DIMBLEBY, G. (1978) - *Plants and Archaeology. The archaeology of the soil*. Granada/ London: Paladin.

DINIZ, M. (2003) - *O Sítio da Valada do Mato (Évora). Aspectos da Neolitização no Interior Sul de Portugal*. Lisboa: Universidade de Lisboa (Dissertação de Doutoramento, policopiado).

FÁBREGAS VALCARCE, R.; FERNANDÉZ RODRIGUÉS, C.; RAMIL REGO, P. (1997) - La adopción de la Economía Productora en el Noroeste Ibérico In RODRÍGUEZ CASAL, ed. - *O Neolítico Atlántico e as Orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 463-484.

FÁBREGAS VALCARCE, R.; SUÁREZ OTERO, J. (1999) - El proceso de neolitización en Galicia. *II Congrès del Neolític a la Península Ibérica*. Valência: Universitat de València (Sagvntvm-Plav Extra, 2), p. 541-548.

FERREIRA, A. B. (1978) – *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos (Memórias do CEG, 4).

FIGUEIRAL, I. (1999) – Castelo Velho (Freixo de Numão, Portugal). The charcoalfied plant remains and their significance. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto: ADECAP. 1, p. 259-267.

FIGUEIRAL, I.; SANCHES, M. J. (2003) - Eastern Trás-os-Montes (NE Portugal) from the Late Prehistory to the Iron Age: the land and the people. In FOUACHE, E., ed. – *The Mediterranean World Environment and History*. Pergamon: Elsevier (Col. "Environment"), p. 315-329.

FIGUEIRAL, I.; BETTENCOURT, A. (2004) - Middle/ Late Bronze Age plant communities and their exploitation in the Cávado Basin (NW Portugal) as shown by charcoal analysis: the significance and co-occurrence of *Quercus* (deciduous) - Fabaceae. *Vegetation History and Archaeobotany*. Springer/Berlin/Heidelberg: International Work Group for Palaeoethnobotany. 13, p. 219-232.

GEEL, B. VAN; RASPOPOV O. M.; RENSSSEN, H.; PLICHT, J. VAN DER; DERGACHEV, V.A.; MEIJER, H. A. J. (1999) - The role of solar forcing upon climate change. *Quaternary Science Reviews*. Pergamon: Elseviere. 18, p. 331-338.

G.E.E.M (1969) - *Epipaléolithique-Mésolithique. Les microlithes géométriques*, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Société Préhistorique Française. 66, p. 355-366.

JORGE, S. O. (1990) - *A Consolidação do Sistema Agro-pastoril/ Desenvolvimento da Hierarquização Social e da Metalurgia*. In ALARCÃO, J. de, coord., SERRÃO, J. MARQUES, A. H. de, dir. - *Portugal, das Origens à Romanização*. Lisboa: Ed. Presença (Nova História de Portugal, 1), p. 102-212.

JORGE, S. O. (1999) - *Domesticar a Terra. As Primeiras Comunidades Agrárias em Território Português*. Lisboa: Gradiva (col. Trajectos, 45).

JORGE, S. O. (2005) - *O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*. Porto: Afrontamento.

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; COIXÃO, A. S.; PEREIRA, L. S. (2002) - Castanheiro do Vento and the significance of monumental Copper and Bronze Age sites in northern Portugal. In SCARRE, C. ed, *Monuments and Landscape in Atlantic Europe: Perception and Society during the Neolithic and Early Bronze Age*. London: Routledge, p. 36-50.

LANTING, J.N.; AERTS-BIJMA, A.T.; VAN DER PLICHT, J. (2001) - *Dating of cremated bones*. In CARMI, I.; BOARETTO, E. eds. - *Proceedings of the 17th International 14C Conference*. Tucson: University of Arizona (Radiocarbon, 43: 2A), p. 249-254.

LEE, R. B.; DEVORE, I., eds. (1968) - *Man the Hunter*, New York: Aldine De Gruyter.

LEESCH, D. (1997) - *Hauterive-Champréveyres, 10. Un campement magdalénien au bord du lac de Neuchâtel: cadre chronologique et culturel, mobilier et structure, analyse spatiale*. Secteur 1. Neuchâtel: Musée cantonal d'archéologie. (Archéologie euchâteloise, 19).

LÓPEZ SÁEZ, J. A., VAN GEEL, B., FARBOS-TEXIER, S.; DIOT, M. F. (1998) - Remarques paléocologiques à propos de quelques palynomorphes non-polliniques provenant de sédiments quaternaires en France. *Revue de Paléobiologie*. Genève: Muséum d'Histoire Naturelle. 17: 2, p. 445-459.

LÓPEZ SÁEZ, J. A.; VAN GEEL, B.; MARTÍN SÁNCHEZ, M. (2000) - Aplicación de los microfósiles no polínicos en Palinología Arqueológica. In JORGE, V. O. coord. - *Contributos das Ciências e das Tecnologias para a Arqueologia da Península Ibérica*. Porto: ADECAP (Actas 3º Congresso de Arqueologia, 9), p. 11-20.

LÓPEZ SÁEZ, J. A.; CRUZ, D. J. (2006) - Agricultura y antropización del paisaje en Portugal desde una perspectiva palinológica. *Actas do II Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de V. N. de Foz Côa (Coavisão, 8), p. 41-49.

LÓPEZ SÁEZ, J. A.; MONTEIRO-RODRIGUES, S.; LÓPEZ MERINO, L., (2006) - La transición Mesolítico-Neolítico desde una perspectiva paleoambiental: Análisis palinológico del sitio de Prazo (Freixo de Numão, Portugal). *Portugália*. Porto: DCTP-Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova Série, 27, (no prelo).

MAGNY, M.; BÉGEOT, C.; GUIOT, J.; PEYRON, O. (2003) - Contrasting patterns of hydrological changes in Europe in response to Holocene climate cooling phases. *Quaternary Science Reviews*. Pergamon: Elsevier. 22, p. 1589-1596.

MARTÍNEZ CORTIZAS, A.; MOARES DOMÍNGUEZ, C. (1995) - *Edafología y Arqueología. Estudio de yacimientos arqueológicos al aire libre en Galicia*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

MENOCAL, P. DE; ORTIZ, J.; GUILDERSON, T.; SARNTHEIN, M. (2000) - *Coherent high- and low-latitude climate variability during the Holocene warm period*. Science. Washington: American Association for the Advancement of Science. 288, p. 2198-2202.

MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2000) - A estação neolítica do Prazo (Freixo de Numão - Norte de Portugal) no contexto do Neolítico antigo do noroeste peninsular: Algumas considerações preliminares. In JORGE, V. O. coord. - *Neolitização E Megalitismo da Península Ibérica*. Porto: ADECAP (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, 3), p. 149-168.

MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2002) - Estação Pré-histórica do Prazo - Freixo de Numão: estado actual dos conhecimentos. *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de V. N. de Foz Côa. 4, p. 113-126.

MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2003) - Comentário ao artigo: "A emergência do Neolítico no actual território português: pressupostos teóricos, modelos interpretativos e a evidência empírica" de Carvalho, A. F. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia (4ª série, 21), p. 118-125.

MONTEIRO-RODRIGUES, S.; ANGELUCCI, D. (2004) - New data on the stratigraphy and chronology of the prehistoric site of Prazo (Freixo de Numão), *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA. 7: 1, p. 39-60.

MURALHA, J. (1996) - *Materiais Líticos e Cerâmicos de Castelo Velho de Freixo de Numão. Continuidades e discontinuidades: uma proposta de abordagem estatística*. Porto: Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado, policopiado).

POLLARD, J. (2006) - Solid Nature and Ephemeral Architecture? Understanding the Architecture of Earlier Neolithic Occupation in Southern Britain from a Dwelling Perspective. In JORGE, V. O. ed. - *Approaching "Prehistoric and Protohistoric Architectures" of Europe from a "Dwelling Perspective"*, *Proceedings of the TAG Session, Sheffield, 2005*. Porto: ADECAP (Journal of Iberian Archaeology, 8), pp. 41-51.

RAMIL REGO, P. (1993) - Evolución climática e historia de la vegetación durante el Pleistoceno Superior y el Holoceno en las regiones montañosas del Noroeste Ibérico. In PÉREZ ALBERTI, A.; GUITIÁN RIVERA, L.; RAMIL REGO, P. eds. - *La evolución del paisaje en las montañas del entorno de los Caminos Jacobeos*. A Coruña: Xunta de Galicia, p. 25-60.

RAMIL REGO, P.; AIRA RODRÍGUEZ, M. J. (1993) – A palaeocarpological study of Neolithic and Bronze Age levels of the Buraco da Pala rock-shelter (Bragança, Portugal), *Vegetation History and Archaeobotany*. Springer/Berlin/Heidelberg: International Work Group for Palaeoethnobotany. 2, p. 163-172.

RAMIL REGO, P.; MUÑOZ SOBRINO, C.; RODRÍGUEZ GUITIÁN, M.; GÓMEZ ORELLANA, L. (1998) - Differences in the vegetation of the North Iberian Peninsula during the last 16,000 years. *Plant Ecology*. Springer Netherlands. 138, p. 41-62.

RIBEIRO, M. L. (2001) – *Notícia explicativa da Carta Geológica simplificada do Parque Arqueológico do Vale do Côa*. Vila Nova de Foz Côa: PAVC.

SAHLINS, M. (1983) – *Economía de la Edad de la Piedra*. Madrid: Akal Editor.

SANCHES, M. J. (1987) – O Buraco da Pala. Um abrigo pré-histórico no concelho de Mirandela. *Notícia Preliminar das Escavações de 1987*. *Arqueologia*. Porto: GEAP. 16, p. 58-77.

SANCHES, M. J. (1997) – *Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro. O Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no contexto regional*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

SILVA, A. F.; RIBEIRO, M. L. (1991) – *Notícia explicativa da Folha 15-A (Vila Nova de Foz Côa) da Carta Geológica de Portugal, na escala 1/50000*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

TESTART, A. (1982) – *Les Chasseurs-Cueilleurs ou l'Origine des Inégalités*. Paris: Société d'Ethnographie/Université Paris X/Nanterre (Mémoires de la Société d'Ethnographie, 26).

TILLEY, C. (1991) - Interpreting material culture. In HODDER, I. ed. – *The Meaning of Things. Material Culture and Symbolic Expression*. Harper Collins Academic (One World Archaeology, 6) p. 185-194.

VALERA, A. C. (2002-2003) – A Neolitização da Bacia Interior do Mondego: A Quinta da Assentada, Fornos de Algodres. *Estudos Pré-históricos*. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta. 10-11, p. 5-29.

VICENT GARCÍA, J. M. (1997) – The Island Filter Model Revisited. In BALMUTH, M. S.; GILMAN, A.; PRADOS-TORREIRA, L., eds. – *Encounters and Transformations. The Archaeology of Iberia in Transition*. Sheffield: Sheffield Academic Press, p. 1-13.

ZILHÃO, J. (1992) - *A Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Lisboa: IPPAR (Trabalhos de Arqueologia, 6).

ZILHÃO, J. (1993) – The Spread of Agro-Pastoral Economies across Mediterranean: A View from the Far West. *Journal of Mediterranean Archaeology*. Glasgow: University of Glasgow. 6:1, p.5-63.

ZILHÃO, J. (2000) – From the Mesolithic to the Neolithic in the Iberian Peninsula. In PRICE, T. D. ed. – *Europe's First Farmers*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 144-182.

ZILHÃO, J. (2003) – The Neolithic Transition in Portugal and the Role of Demic Diffusion in the Spread of Agriculture across West Mediterranean Europe. In AMMERMAN, A. J.; BIAGI, P., eds. – *The Widening Harvest. The Neolithic Transition in Europe: Looking Back, Looking Forward*. Boston: Archaeological Institute Of America, p. 207-223.

ZILHÃO, J.; MARKS, A. E.; FERRING, C. R.; BICHO, N. F.; FIGUEIRAL, I. (1995) – The Upper Paleolithic of the Rio Maior Basin (Portugal). Preliminary results of a 1987-1993 Portuguese-American research project, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 35: 4, p. 69-82.

acta 6

Uma história de dois vizinhos, ao longo de 17 anos: Castelo Velho e Castanheiro do Vento (1989-2006)

Lídia Baptista (arqueóloga)

Sérgio Gomes (Doutorando FLUP. Bolseiro FCT)

Susana Oliveira Jorge (Docente, DCTP/FLUP)

Vítor Oliveira Jorge (Docente DCTP/FLUP)

João Muralha (Doutorando FLUP. Bolseiro FCT)

Lurdes Oliveira (arqueóloga)

Leonor Sousa Pereira (IGESPAR I.P.)

Ana Margarida Vale (Doutoranda FLUP. Bolseira FCT)

Gonçalo Leite Velho (Docente IPT. Doutorando FLUP)

Alexandra Vieira (Docente IPB. Doutoranda FLUP)

palavras-chave: 3º milénio; Recintos murados; Deposições.

introdução

As estações arqueológicas de Castelo Velho de Freixo de Numão e de Castanheiro do Vento localizam-se no concelho de Foz Côa (Nordeste de Portugal) e distam, em linha recta, 11 km. Tratam-se genericamente de colinas monumentalizadas datadas do III/ 1ª metade do II, milénios a.C. (Jorge, 2003; 2005; Jorge *et al.*, 2003a; 2003b; 2003c; 2006a).

Os trabalhos de escavação em Castelo Velho iniciaram-se em 1989¹ e, entre 2001 e 2003, o sítio foi alvo de um projecto de musealização (por iniciativa do então IPPAR), o que possibilitou uma escavação intensiva durante seis meses.

Actualmente, quando o público chega a Castelo Velho de Freixo de Numão, é-lhe pedido que circule num passadiço, onde ele poderá apreender um “edifício” que comporta uma visão de síntese acerca dos principais elementos arquitectónicos decorrente da pesquisa até agora realizada. Tal “edifício” é constituído por um recinto superior definido a Norte, Este e Oeste por um murete e a Sul por uma rampa que termina numa plataforma suportada por outra rampa que se desenvolve *grosso modo* de Sul para Sudoeste. Tal visão é particularmente percebida na zona mais a Sul do referido passadiço.

À medida que esta leitura é realizada, ao visitante é-lhe enfatizado determinados aspectos destes elementos, nomeadamente, as múltiplas passagens do murete bem como a presença de estruturas subcirculares. A este propósito, refira-se que no interior do recinto superior, o visitante depara-se também com uma “torre central” de planta subcircular e uma série de pequenas estruturas.

Quando encaminhados para Este vê também um murete que se desenvolve de noroeste para sudeste interrompido por duas passagens que se desenvolvem entre dois afloramentos xistosos.

O sítio de Castanheiro do Vento começou a ser intervencionado em 1998², e obteve campanhas regulares de escavação, anuais, durante os meses de Verão (encontram-se em preparação os trabalhos a desenvolver em Julho de 2007).

Castanheiro do Vento aparece-nos hoje como um sítio definido por três linhas de murete, interceptadas por unidades sub ou semicirculares (designadas de “bastiões”) e passagens. É constituído por um Recinto Principal que comporta uma estrutura circular maciça (Torre Principal) no seu interior. Foram também detectadas estruturas circulares e estruturas circulares geminadas, formadas por lajes de xisto fincadas (Jorge *et al.*, 2002a; 2003d; 2006b; 2006c; 2006d).

Contudo, estes dois sítios foram alvo de intervenções de diferentes escalas. Castelo Velho de Freixo de Numão encontra-se em processo de valorização. Em contrapartida, Castanheiro do Vento apenas sofreu uma decapagem superficial (remoção de antigos solos agrícolas), já que o objectivo principal das campanhas de escavação já realizadas consistia na tentativa de apreensão da planta do sítio (entenda-se planta como um palimpsesto resultante de elaborações e transformações constantes ao longo da tempo). Apenas alguns contextos específicos foram alvo de uma escavação em profundidade, como é o caso do “Bastião A” (de que falaremos adiante).

O estudo das duas estações arqueológicas beneficiou de uma estreita ligação entre os investigadores intervenientes, como é exemplo: a publicação de alguns artigos que se preocuparam em “olhar” os dois sítios arqueológicos (Jorge *et al.*, 2004e); a tentativa de se construir esquemas de análise comum (criação de um quadro tipológico que pudesse ser manuseado por ambos os sítios, estabelecimento de critérios de estudo da componente artefactual comum...) durante a elaboração de dissertações de mestrado (AV, LB, LO, SG) apresentadas na FLUP em 2004; a mobilidade de alguns investigadores, como João Muralha Cardoso e Leonor Sousa Pereira que elaboraram as suas teses de mestrado acerca do sítio de

¹ Coordenados por Susana Oliveira Jorge

² Sob a orientação de Vítor Oliveira Jorge, João Muralha Cardoso e António Sá Coixão, aos quais se juntou Leonor Sousa Pereira (em 2000) e posteriormente Ana Margarida Vale (2004) e Gonçalo Leite Velho (2006).

Castelo Velho, respectivamente em 1996 (Muralha, 2006) e 2000 (Pereira, 2000) e encontram-se hoje ligados ao estudo de Castanheiro do Vento.

Desta forma, um conjunto de experiências partilhadas está na base deste artigo, em que se pretende apenas colocar no papel um conjunto de observações que vêm sendo discutidas por toda a equipa.

... sobre a pesquisa em Castelo Velho e Castanheiro do Vento

Em 1994, Susana Oliveira Jorge, analisou 69 sítios da Península Ibérica, designados de “povoados fortificados”, normalmente interpretados como recintos domésticos delimitados por estruturas pétreas de carácter militar.

Este trabalho veio desconstruir a pretensa homogeneidade deste tipo de sítios e marcar a inconsistência das interpretações sugeridas para estes locais, que em 1994, Susana Jorge prefere chamar de “lugares monumentalizados”.

A análise de 69 sítios arqueológicos da Península Ibérica apontou para uma pluralidade de soluções arquitectónicas de durações distintas, registados em diferentes localizações topográficas (ainda que a maioria em sítios elevados) e integrados em ecossistemas variados; aparentemente deteriam funções diversas e não possuíam condições bem vincadas de defesa (apesar da autora realçar que poderiam ter defendido pessoas e bens em dados momentos esporádicos de conflito).

A partir de 1994, Susana Oliveira Jorge começa a considerar estes sítios como centros de agregação de pessoas e bens, como unidades de comunicação privilegiadas, pontos nevralgicos de trajectos comunitários, elementos participantes na (re)negociação contínua de coesão social e identidades colectivas.

Os trabalhos seguintes, desenvolvidos com base em Castelo Velho assim como em Castanheiro do Vento, acentuaram esta última perspectiva e propuseram a problematização de conceitos e ideias feitas (que vinham sendo mantidas pelos anos e cimentadas em sítios arqueológicos da Pré-história Recente) e a elaboração de outras propostas interpretativas. De forma muito esquemática podemos apresentar em 5 pontos as principais linhas com que se tem sublinhado a interpretação destes dois sítios:

1. Os sítios não correspondem à estação propriamente dita mas abarca toda o morro onde se implantam as estruturas arquitectónicas escavadas. Neste sentido, adoptou-se o termo “colina monumentalizada” para expressar a importância de toda a elevação como unidade significativa;

2. Acentuou-se o estudo dos modos de fazer: o trabalho da pedra, da terra, da argila, de elementos perecíveis. Destacou-se a importância das estruturas de contrafortagem³, de rampas ou taludes pétreos⁴, e do diálogo das unidades arquitectónicas com afloramentos xistosos⁵. Também se deu prioridade à reflexão sobre hipóteses de construção em altura. A tese mais plausível é a utilização da terra crua na elaboração das paredes assim como no revestimento dos embasamentos pétreos e da utilização como ligante (à base de argila) na construção dos mesmos. O recurso à terra crua possibilitaria uma maior plasticidade construtiva, assim como maior diversidade de expressões plásticas (quando comparado com construções unicamente em pedra), mas obriga a questionar os próprios períodos de construção, (nem todas as condições climáticas são favoráveis à elaboração de estruturas em terra crua). Contudo, estes sítios incorporam a terra, a pedra, a madeira, a água, numa mescla que continuamente recria percursos e trajectos (Jorge, V. *et al.*, 2005);

³ Sendo a mais comum a utilização de lajes de xisto fincadas dispostas de forma transversal à face externa do embasamento pétreo, seguido de várias lajes colocadas de forma perpendicular e/ou paralelas entre si.

⁴ Conjunto de lajes de xisto colocadas de forma perpendicular e paralela entre si de forma a criar um jogo de forças num plano inclinado; para a sua realização são elaborados alinhamentos curvos ou rectilíneos, paralelos entre si e a diferentes cotas, a partir das quais se desenvolvem rampas pétreas.

⁵ Os embasamentos pétreos podem encaixar-se em depressões da “rocha base”, desenvolver-se em redor de “penedos”, ou os afloramentos mais proeminentes inserem-se na delineação de estruturas.

3. Outras leituras do chamado “registo arqueológico”. Durante a escavação de Castelo Velho e Castanheiro do Vento foram detectados conjuntos de materialidades que se interpretaram como deposições e condenações (ao nível basal das estruturas), que mais à frente passaremos a analisar;

4. O estudo da arquitectura não como um elemento construído mas como uma teia de acções. Não se entende a planta de Castanheiro do Vento e de Castelo Velho, como um projecto pré-definido, construído e depois ocupado, mas como um palimpsesto de actividades continuadas, em rede com um espaço mais amplo e com diversas materialidades;

5. Plataforma para múltiplas formas de pensar (Jorge e Thomas, 2006/2007).

... sobre a paisagem

“...the landscape is the world as it is known to those who dwell therein, who inhabit its places and journey along the paths connecting them.” (Ingold, 2000: 193)

“I asked my 13-year-old son what he thought “landscape” meant. He replied, “A scene in the country”. I then asked him, “When you go for a walk in the countryside, do you see that whole area as “the landscape”, or do you see, as you walk several “landscapes” in that area?”
“Several”, was the reply; and after a pause, “It’s weird, isn’t it?” (Andrews, 1999: 4/5).

Castanheiro do Vento situa-se no topo de um morro de planta sub-circular a uma altitude absoluta de cerca de 730m, face ao vale da Ribeira da Teja.

Castelo Velho localiza-se num remate de esporão, a cerca de 681m de altitude absoluta, virado ao rio Vale da Vila.

Ambos os sítios parecem estar conectados com a paisagem que se abre para leste e dominam visualmente dois vales associados a tributários da margem esquerda do rio Douro. Castanheiro do Vento detém um amplo ângulo de visão que se espraia para leste sem grandes constrangimentos físicos, abarcando todo o vale da Ribeira da Teja. Este vale é delimitado a este por planaltos onde se situam as localidades de Fonte Longa, Touça e Freixo de Numão. Para Nordeste destaca-se o Castelo de Numão (localizado a 700m de altitude absoluta) e a Norte a Senhora do Viso (a 800m). Do sítio de Castanheiro do Vento para Noroeste o olhar esbarra com elevações que se desenvolvem a cotas superiores (entre cerca de 743 e 766m). Para Oeste e Sudoeste a morfologia do terreno é bastante irregular, com áreas relativamente elevadas (entre cerca de 600 e 700m) por de trás das quais se rasga o vale do Rio Torto, bastante encaixado, com o qual Castanheiro do Vento não estabelece contacto visual. De Castanheiro do Vento é possível apreender múltiplas “paisagens”, diversas imagens, e do território circundante (percorrendo caminhos e estradas actuais) a colina de Castanheiro do Vento desdobra-se também em várias perspectivas: de Este o morro surge como uma grande fachada (sub-trapezoidal), de Nordeste (do Castelo de Numão) integra-se numa paisagem de relevo acidentado, amparado pelas elevações de maior altitude que se desenvolvem para oeste do sítio. De Norte, surge como uma elevação aparentemente isolada, de aspecto cónico e de certos locais a Oeste é por vezes quase imperceptível.

Castelo Velho domina visualmente uma ampla paisagem para leste, onde se multiplicam os horizontes: o rio do Vale da Vila, o “plateau” de Foz Côa, o encaixe do rio Côa, elevações várias na margem direita do rio Côa, como o Monte de São Gabriel, e para sudeste, a Serra da Marofa (também perceptível de Castanheiro do Vento, para SE). O ângulo de visão encontra-se delimitado a sudeste pelo Monte do Facho e a Norte e Nordeste por elevações próximas (de maior altitude).

Do sítio de Castelo Velho o olhar parece ser direccionado para leste, onde se destaca a monte de São Gabriel (a 652m de altitude absoluta), “tornando-se, devido à topografia envolvente, no elemento polarizador desta cenografia natural” (Jorge, 2005: 144).

Quando situados nestes múltiplos elementos da paisagem que se vê do Castelo Velho, este sítio emerge de distintas formas. Do planalto de Foz Côa, o Castelo Velho é visto em associação a um conjunto de elevações, sendo que, num contacto meramente visual o que se salienta é precisamente a sua dissimulação nesse conjunto; encontrando-se o esporão de Castelo Velho circunscrito por vales declivosos a Sul e Nordeste onde se desenvolvem o leito de ribeiras afluentes do Rio do Vale da Vila, quando a aproximação se faz da base destas encostas, destacam-se os inúmeros afloramentos xistosos que precedem e se confundem com o conjunto de taludes e plataformas que compõem o Castelo Velho; quando o acesso se faz de Norte, o sítio emerge em conexão imediata com todos elementos da paisagem referidos nos parágrafos anteriores.

Estes exercícios têm sido efectuados para ambas as estações arqueológicas (ver por exemplo Jorge, 2003d: 177-195; Jorge, 2005: 142-145). Insere-se em tentativas de estabelecer conexões entre os sítios escavados e o espaço onde se enquadram. Espaço esse que se pode apelar de território, mas um território de estudo, já que o reconhecimento de fronteiras advém de um “saber experimental”. Independentemente de existirem territórios mais ou menos definidos durante o III milénio, balizados por materialidades ou não, só poderiam ser reconhecidos por quem os vivenciou. Neste sentido, as áreas de estudo definidas pelos arqueólogos, normalmente coincidentes com acidentes geomorfológicos acentuados e com cursos de água, não podem ser transportados para territórios da Pré-história Recente.

O estabelecimento de redes visuais pretende coser os locais de Castanheiro do Vento e de Castelo Velho a um espaço mais amplo. E essas redes têm implícitas linhas de percursos, de trajectos possíveis de acesso aos sítios, mas este estudo privilegia a visão como recurso primeiro na obtenção de hipóteses de análise⁶.

Como trabalha o arqueólogo a paisagem? Será o arqueólogo um consumidor de imagens (estetizadas), ou intervém na criação de paisagens?

Não estará o conceito de paisagem em Arqueologia demasiado ligado a uma visão romântica, veiculada pela literatura do séc. XIX, colada ao pitoresco e à pintura? (Thomas, 2001)

Poderá o estudo da paisagem sobreviver apenas com cartografias, fotografias, zooms digitais e linhas traçadas em mapas?

Não existe uma dicotomia entre sítio e paisagem. Estes elementos, cuja formulação decorre de uma atitude analítica de decompor o objecto de estudo, estão inseridos numa rede fluída de significações que fazem deles um contínuo. O “olhar” numa atitude contemplativa interrompe o fluir dessas ligações, torna estática uma experiência que se caracteriza pela interacção.

A(s) paisagem(s) são a mescla de experiências e caminhos (na esteira de Tim Ingold), espaços de vivência permanentemente trilhados. O andar permite o estabelecer de conexões entre pessoas e sítios, continuamente em reformulação, num movimento que implica descoberta e (re)criação. É a paisagem enquanto “estória(s)”.

...sobre a arquitectura

Castanheiro do Vento e Castelo Velho são fundamentalmente caracterizados, em termos arquitectónicos, pela existência de um (ou vários) murete(s) de tendência curvilínea que perfaz um recinto genericamente de planta subelíptica. Em ambos os sítios, no interior desse recinto, ergue-se uma estrutura circular, maciça, a qual se apelidou de Torre.

Paralelamente, as duas estações arqueológicas apresentam também um conjunto de

⁶ No entanto João Muralha Cardoso encontra-se neste momento a finalizar um trabalho que tentará complementar esta abordagem.

estruturas que tipologicamente se assemelham, como bastiões, estruturas circulares, interrupções no(s) murete(s) ou passagens, estruturas em rampa/talude...

Numa escala ampla de análise, Castanheiro do Vento e Castelo Velho apresentam a mesma morfologia construtiva e integram-se num mesmo tipo de sítios. Contudo, ao estudar as características (apenas dos embasamentos das estruturas) cada sítio emerge na sua especificidade.

Castanheiro do Vento apresenta três linhas de muretes, os quais desenham um grande Recinto Principal e um Recinto Secundário. Genericamente a NW da estação, no interior do Recinto Principal, identificou-se uma grande estrutura de contorno circular a que se chamou de Torre Principal. As linhas de murete encontram-se interceptadas por passagens (num total de 13) e por 21 unidades subcirculares, designadas de “bastiões”. Dispersas por toda a área escavada detectaram-se também 24 estruturas circulares, cujos limites são definidos por lajes de xisto colocadas de forma oblíqua ou vertical, e possivelmente seriam as bases de construções feitas com ramos entrançados, revestidos a terra.

Mais uma vez se sublinha que se está apenas perante os embasamentos pétreos (ou o que resta deles) de estruturas que se ergueriam em terra crua. As três linhas de murete (chamadas de “muralhas” nos estudos que encaram estes sítios como “povoados fortificados”) que se detectam hoje nos trabalhos de campo corresponderiam às estruturas de base de espessas paredes elaboradas em terra e materiais perecíveis, rasgadas por “entradas” e que poderiam ou não comportar “janelas”, que acentuariam possíveis ligações com o espaço envolvente. Os embasamentos destes muretes são moldados recorrendo sobretudo ao xisto como matéria-prima (a estação localiza-se geologicamente no complexo xisto-grauváquico), com inclusões ocasionais de granito e quartzo. A largura destas estruturas é variável: o M1 apresenta uma largura aproximada de 1,20 e recorre sobretudo a lajes de xisto de pequenas e médias dimensões, enquanto que o M2 e o M3 têm uma largura média de 2,00m e incorporam grandes blocos de xisto na sua elaboração. No M3 foram ainda registados diversos nódulos de quartzo branco de pequenas dimensões.

Até ao estado actual das investigações, o M1, em conjunto com o Recinto Secundário integra 6 estruturas subcirculares (ou bastiões) e 5 passagens ou entradas, o M2 11 unidades tipo bastião e 6 passagens, e o M3 incorpora 4 bastiões e 2 entradas.

Relembra-se que a utilização da palavra “bastião” pretende apenas referir-se a uma estrutura subcircular integrada num murete. Apesar de não se relacionar com qualquer função militarista neste texto, o seu uso persiste por se encontrar demasiado enraizado no “léxico arqueológico” e por estar conectado com um tipo específico de estruturas. Se a palavra se alterasse (por exemplo, estruturas subcirculares, existiria o risco de introduzir ruído e provocar uma leitura confusa).

Os “bastiões” detectados em Castanheiro do Vento apresentam uma planta em “D”, ou seja, perfazem um semi-círculo (excepto os bastiões A e B, que se caracterizam por um contorno sub-circular e pela existência de uma estreita passagem para o interior). Não é possível fazer neste momento um estudo comparado destas unidades já que nem todas sofreram uma escavação em profundidade. Contudo é de notar que em algumas foram registadas pequenas estruturas de tendência circular (grande parte conseguidas com o recurso a elementos de moinhos manuais – dormentes). Os “bastiões” escavados revelaram ainda estruturas de fecho/condenação, ou seja, foram em determinados momentos, ao seu nível basal, encerrados com pedras depositadas de forma intencional e organizada.

As “passagens” são, aparentemente, a única forma de se aceder ao Recinto Principal e condicionam os trajectos possíveis em Castanheiro do Vento. Genericamente são estreitas, e algumas encontravam-se fechadas (entre outras formas de fecho, uma importante, faz-se pela

dissimulação da antiga abertura elaborando novas faces, interna e externa, do murete por deposições de lajes de xisto e outras materialidades de forma estruturada).

Durante a campanha de 2006 foi escavado parte do Talude Norte, estrutura elaborada por lajes de xisto dispostas de forma paralela e perpendicular entre si, adossadas a alinhamentos de tendência curvilínea, que se desenvolvem num plano inclinado. Esta estrutura deverá estender-se para oeste da estação arqueológica e deveria ser revestido com terra, tal como em Castelo Velho.

Castelo Velho, como foi assinalado, encontra-se já musealizado, o que implicou a conservação de grande parte das estruturas detectadas durante as campanhas de escavação e o restauro do Talude, que se encontra hoje revestido por argila.

Este sítio é constituído por um murete, interceptado por 7 entradas, que delimita um recinto, e a sul, por uma área designada de “avançado”. Inclui ainda a sul, sudoeste e noroeste uma plataforma intermédia, rodeada pelo talude anteriormente referido.

No interior do recinto encontra-se uma estrutura circular, maciça, a que se chamou Torre, e encontram-se-lhe possivelmente associadas 4 pequenas estruturas subcirculares. Junto à face interna do murete detectaram-se 7 estruturas subcirculares e, no topo e base do “avançado” outras 3. Junto à entrada sul escavou-se o Torreão 1, e perto da passagem mais larga do recinto 8 (W1) foi identificada uma estrutura de planta subquadrangular. A escavação desta última estrutura permitiu registar uma deposição intacta, de sementes e fragmentos cerâmicos (falaremos de tal deposição adiante).

Na plataforma intermédia foi identificado um possível “átrio”, delimitado por um alinhamento pétreo. Para este foi registada uma estrutura pétreo de tipo bastião que continha uma deposição de ossos humanos e um Torreão, ao qual estão associadas duas pequenas estruturas semicirculares. A área da plataforma intermédia é confinada pelo talude.

A leste (no exterior do recinto) desenvolve-se um murete/talude, que é interrompido por duas passagens.

Na encosta a sul foi escavado um conjunto de estruturas sub e semicirculares, interpretadas como fundos de cabana.

Susana Oliveira Jorge ensaiou um faseamento cronológico para a construção das diversas estruturas, que arrancava por volta de 3000 a.C., com a construção do Torreão a sul e finalizava por volta de 1300 a.C. com a petrificação ou o fecho intencional do sítio de Castelo Velho, que a partir deste momento funcionaria como uma memória.

Contudo, a continuação da investigação levou a mesma autora a substituir a nomenclatura de “fase” para “momento” e a questionar a validade das interpretações baseadas em fases construtivas e cronológicas para estes sítios.

Castelo Velho e Castanheiro do Vento atestam a impossibilidades de reduzir estes sítios a fases construtivas. O exercício de sistematizar as intervenções arquitectónicas, embora apoiado em datas de ^{14}C , elementos estratigráficos e análise de materiais, deve procurar “ritmos” de apropriação espacial.

As estruturas, ou os embasamentos pétreos, registadas em ambas as estações arqueológicas denunciam um carácter relacional. Independentemente da sua contemporaneidade, as construções eram elaboradas integradas numa teia de materialidades. E é este entrançado de coisas assim como a própria acção de elaboração das materialidades que se entende como Arquitectura. A arquitectura não pode ser entendida na Pré-história Recente como um conjunto de projectos e execuções, de construções humanas sobre um mundo inerte, da feitura de edifícios para depois serem ocupados e providos de sentidos e significados por quem os vivência. Desta forma estar-se-ia a plasmar na interpretação do “passado” formas de entender e de estar no mundo moderno, ocidental.

Castelo Velho e Castanheiro do Vento devem ser considerados como espaços permanentemente transformados, o que se pode materializar no chamado “registo arqueológico” pela adição de estruturas ou pela reformulação de outras (menos frequente), pelo contínuo construtivo, já que estes sítios eram continuamente habitados⁷ (na esteira de Tim Ingold). E têm também de ser encarados como toda a colina, pois os elementos arquitectónicos estão em eminente associação com elementos pré-existentes (afloramentos, declives...).

O estudo dos elementos arquitectónicos em ambos os sítios só pode ser válido se o integrar numa mescla de coisas e pessoas. Numa teia de materialidades, numa rede de biografias.

... sobre as deposições

Quando nos referimos a deposições estamos a falar de um universo cuja heterogeneidade põe em causa a terminologia adoptada. Com efeito, queremos-nos referir a um conjunto de contextos cuja identificação, escavação, registo e interpretação nos remete para uma inteligibilidade onde apenas é apreensível uma “intenção” de colocar determinada materialidade num local específico e em conexão com uma série de elementos presentes a distintas escalas.

Na tentativa de esclarecer a ideia presente no parágrafo anterior procedemos à apresentação de seis deposições cujas categorias de artefactos envolvidas, distribuição altimétrica e planimétrica dos distintos elementos que a compõem e as relações que estabelecem com os elementos arquitectónicos permitem uma clarificação quanto à heterogeneidade do que se designa por deposições.

Por uma questão de síntese, não se apresenta pormenorizadamente todos os aspectos dessas deposições, tenta-se apenas enfatizar os pontos de contacto entre elas bem como as suas diferenças, considerando-se também o questionário acerca do cenário que cada uma delas sugere.

⁷ Por “habitar” entenda-se, na linha de Martin Heidegger e de Tim Ingold, como a maneira pela qual o Ser Humano está no mundo.

Condenação de uma das Entradas do Recinto Superior do Castelo Velho

A escavação deste contexto, localizado no segmento noroeste do recinto superior, levanta uma série de questões acerca das possíveis conexões que se podem realizar entre os diversos elementos arquitectónicos que compõem Castelo Velho. Porém, não é objectivo deste texto problematizar tais aspectos, tendo-se optado apenas por enfatizar os “momentos” que a sua escavação permitiu identificar e as questões que tais momentos permitem colocar (Jorge, 2005; Oliveira, 2003).

Assim, admite-se a existência de uma passagem, da qual apenas foi identificada uma face, que posteriormente seria objecto de condenação que culminaria no seu “disfarce” enquanto segmento do Murete do Recinto Superior. Neste processo foi possível identificar/sistematizar 3 momentos:

1º Momento: associado a este primeiro momento foram identificadas duas lareiras localizadas na zona da passagem do lado interior do recinto associadas a um conjunto artefactual composto por fragmentos cerâmicos e elementos líticos;

2º Momento: na área da passagem e na zona contígua é identificado um nível de deposição onde ocorrem lajes de xisto azul associadas a um depósito escuro associado às lareiras no qual são também identificados inúmeros fragmentos cerâmicos, pesos de tear e elementos líticos, sendo também identificadas as mesmas categorias artefactuais ao nível de um sedimento amarelo planimetricamente contíguo;

3º Momento: na zona da passagem é construído um murete em continuidade com os segmentos contíguos resultando num “disfarce total” da antiga passagem.

Perante esta sucessão de momentos existem alguns pontos de devem ser retidos:

- a condenação da entrada apresenta uma grande complexidade de acções onde participam de forma seleccionada diferentes categorias de materiais;
- é identificado um “nível de deposição” que decorre entre o momento em que são realizadas as lareiras e o início da construção do segmento do murete;
- a condenação da passagem pressupõe uma reconfiguração das possibilidades de trajectos;
- assim, a deposição insere-se numa teia de conexões onde se pode considerar a alteração de um dispositivo arquitectónico e subsequente reconfiguração de trajectos de bens e pessoas.

Encostada ao murete delimitador do Recinto Superior junto da Passagem Oeste 1 foi identificada uma estrutura de planta sub-rectangular onde foi identificado um enchimento selado constituído fundamentalmente por sementes de cereal e fragmentos de vasos cerâmicos. A escavação e sistematização do seu enchimento permitiram a identificação dos seguintes momentos (Jorge, 2005; Baptista, 2003):

1º Momento: nível basal constituído por barro de revestimento associado a pequenas pedras e a sedimentos argilosos;

2º Momento: depósito com sementes e fragmentos cerâmicos;

3º Momento: 2 nichos sub-circulares com sementes e fragmentos cerâmicos;

4º Momento: quatro nichos sub-circulares com sementes associados a fragmentos cerâmicos;

5º Momento: depósito castanho com pequenas pedras associadas a fragmentos cerâmicos;

6º Momento: sedimento pulverulento acinzentado com cascalho e pedra miúda e um grande número de fragmentos cerâmicos;

Quando se procede à comparação desta deposição e da anterior existem alguns aspectos a realçar:

- ao contrário da anterior, que decorre numa passagem, esta deposição ocorre no interior de uma estrutura;
- no que respeita às materialidades identificadas é de realçar que ao contrário da zona da passagem, onde as categoria de materiais aparentemente não apresentam entre si uma conexão que permita a sua associação a uma determinada actividade, neste caso a presença de sementes e fragmentos cerâmicos no interior de uma estrutura pode remeter para um cenário de armazenagem;
- porém, é de realçar que as relações que os vários elementos estabelecem entre si não corroboram este ponto de vista funcionalista do contexto em causa, com efeito, o que se denota é uma (con) fusão deliberada de fragmentos cerâmicos transformados em unidades de deposição e concentrações de sementes carbonizadas;
- embora as materialidades invoquem o armazenamento de bens, as relações que estabelecem entre si inviabilizam a sua interpretação enquanto silo.

Estrutura das Sementes – interior do Recinto Superior do Castelo Velho

Outro dos aspectos a reter no âmbito desta deposição prende-se com os trajectos de bens e pessoas referidos a propósito da condenação da entrada. Se anteriormente referíamos que a ocultação da entrada estaria associada a uma reconfiguração de trajectos, quando questionamos a materialidade identificada na estrutura das sementes nesse sentido emerge uma teia de relações que deve ser considerada.

Com efeito, apesar do carácter circunscrito/fechado desta deposição, os elementos do seu enchimento obrigam-nos a equacionar um role de cenários em que esta estrutura se associa a outros elementos. Pensemos por exemplo que as sementes se encontravam carbonizadas, sendo que no interior da estrutura não foi identificado qualquer elemento que remetesse para a presença de uma área de combustão. Por outro lado, os elementos cerâmicos exumados tratam-se de fragmentos e não de vasos inteiros, mesmo admitindo o seu estatuto de artefacto, é de questionar acerca do resto do vaso.

Com estas questões, apenas queremos enfatizar que, apesar do carácter selado e circunscrito desta deposição, a análise dos elementos que a constituem remetem para uma rede de conexões que, embora os trabalhos de escavação e de análise de materiais não consigam aferir, deve ser colocada de forma a problematizar adequadamente a sua ocorrência neste sítio.

Estrutura com ossos humanos – Plataforma Oeste do Castelo Velho

O inquérito anteriormente apresentado acerca da estrutura das sementes é igualmente pertinente quando se aborda o enchimento selado de uma estrutura semicircular localizada na Plataforma Oeste de Castelo Velho, no seu interior foram identificados partes de esqueletos humanos associados a outras categorias de materiais distribuídos segundo regras estritas de colocação e associação (Jorge, 2005). A sua análise permitiu a identificação de cinco níveis de deposição sistematizados em três momentos:

1º Momento: sobre uma base de terra argilosa são depositados, no lado norte da estrutura, 3 pesos de tear, fauna, fragmentos do esqueleto humano (axial e apendicular) e alguns fragmentos de vasos.

2º Momento A: é construído um nicho onde são depositados fragmentos do esqueleto axial e apendicular humano (alguns deles em conexão anatómica), fauna, 5 fragmentos de vasos e dois pesos de tear. Fora do nicho foram depositados fragmentos do esqueleto apendicular, uma conta de colar verde, sete pesos de tear e mais de cem fragmentos de vasos;

2º Momento B: na área exterior ao nicho são depositadas lajes alongadas de xisto azul que ocultam as pedras delimitadoras do nicho sem sobrepor a esta área; no nicho foram encontrados, em conexão anatómica, fragmentos do esqueleto humano (axial e apendicular), fauna, dois pesos de tear e o fragmento de um terceiro, um pequeno vaso liso e cerca de vinte fragmentos de vasos; ao nível, ou sobre as lajes de xisto azul, foram identificados quatro pesos de tear;

3º Momento A: corresponde ao início do “fecho” da estrutura através da colocação de pedras alinhadas de sul; na área nuclear de deposição de ossos humanos foram depositados fragmentos do esqueleto apendicular associados a fauna; para oeste foram identificados outros fragmentos do esqueleto apendicular e ainda quatro dentes humanos. Em toda a área foram registados cerca de oitenta fragmentos cerâmicos. Na área exterior à estrutura em articulação com este momento é identificada uma estrutura (z) que continha abundante fauna

carbonizada (cabra, boi, raposa, porco, coelho e doninha) inserindo-se numa área de concentração de ossos de animais.

3º Momento B: a estrutura é ocultada através da colocação de pedras de pequenas e médias dimensões.

Antes de se proceder à problematização destes múltiplos níveis/momentos de deposição é de salientar que a análise dos fragmentos ósseos remete para a presença de partes de esqueletos de 8 a 10 indivíduos (uma criança, vários adolescentes e jovens adultos). Entre as compatibilidades possíveis, emerge a que sugere a correlação de partes do esqueleto axial e apendicular de um indivíduo de sexo feminino, entre 18 e 20 anos, débil, com uma estatura de cerca de 1,58 m.

Os aspectos da análise dos fragmentos ósseos salientados no parágrafo anterior permite-nos complexificar o inquérito às deposições. Com efeito, apesar de se continuar a considerar que as materialidades são manipuladas enquanto unidades de deposição, independentemente de terem pertencido a dado momento da sua “biografia” a uma unidade maior, a “desfragmentação” dessas unidades pode comportar distintos ritmos temporais que podem condicionar a temporalidade de uma deposição. Considerando-se os múltiplos paralelismos etnográficos de manuseamento de ossos humanos, a deposição encontrada nesta estrutura obriga-nos a considerar que a presença de distintas materialidades pode implicar distintos ciclos temporais.

Deste modo, este inquérito que se faz às deposições obriga-nos a pensá-las não apenas como unidades espaciais onde ocorrem associações de materialidades que, por sua vez, remetem para relações com outras unidades espaciais, mas também para a presença de múltiplos ritmos temporais. Uma deposição não encerra em si uma interpretação, é um conceito operacional, é o ponto de partida para um questionamento.

A análise do enchimento do “Bastião A”, uma estrutura semicircular idêntica à que contém a deposição de ossos humanos de Castelo Velho, situada no Murete 1 de Castanheiro do Vento, permitiu a identificação de três momentos de deposição de distintas categorias de materiais (Vale, 2003):

“Bastião A” – Murete 1 de Castanheiro do Vento

1º Momento: sobre um depósito argiloso foi construído, no extremo sudeste do “Bastião”, um nicho de fragmentos de dormentes e lajes de xisto azul, que perfazem uma pequena estrutura sub-circular, no interior do qual são depositados inúmeros fragmentos cerâmicos. Na área exterior ao nicho, foram também identificados inúmeros fragmentos cerâmicos (dos quais não resultou qualquer colagem), um elemento em pedra polida (enxó), 4 pesos de tear, 1 placa de xisto sub-circular afeiçãoada, 2 percutores, 2 lascas em quartzo e um percutor em quartzo.

2º Momento: este momento caracteriza-se por um início de fecho da estrutura, formado por um conjunto de lajes de xisto e fragmentos de dormentes em granito. Neste nível arqueológico foi possível identificar várias concentrações de fragmentos cerâmicos, destacando-se o extremo sudoeste, com fragmentos cerâmicos pertencentes a recipientes de grandes dimensões, maioritariamente lisos. Foi possível realizar diversas colagens entre fragmentos cerâmicos que se encontravam em concentrações diferentes.

Registaram-se ainda 2 pesos de tear, 10 percutores em quartzo, 3 elementos de dormente em granito, 1 seixo rolado, 2 lascas e 12 fragmentos de talhe inclassificáveis em quartzo. É de realçar que o conjunto lítico se situa preferencialmente na área central do interior do “Bastião”,

formando um “corredor” na zona mesial.

3º Momento: este momento relaciona-se com o final da estrutura de fecho do Bastião A e caracteriza-se pela colocação de grandes lajes de xisto azul, que cobriam grande parte da área, revelando um conjunto de lajes dispostas de forma circular.

As materialidades identificadas no 1º momento não podem ser entendidas à luz de qualquer explicação funcionalista e remetem para deposições intencionais de objectos no interior do “Bastião A”. Este momento poderá estar relacionado com os seguintes e integrar-se nas acções de fecho/colmatação da estrutura.

Os primeiros dois momentos (arqueológicos) parecem reportar para a manipulação de fragmentos cerâmicos, já que não foi possível efectuar colagens no primeiro nível e no segundo as colagens efectuadas não permitiram a obtenção de um único vaso (e sublinhamos que os níveis antes descritos foram interpretadas como unidades seladas).

No caso do “Bastião A” (tal como na Entrada de Castelo Velho) não podemos separar as acções de deposição de materialidades com as de fecho da estrutura, pelo contrário, o estudo desta estrutura permitiu identificar um contínuo de actividades, que no final, criam um interdito efectivo de possíveis movimentos no seu interior (McFadyen, 2006).

Concentração de “pesos de tear” – interior do Recinto Superior do Castelo Velho

Até agora temos referido deposições onde ocorrem inúmeras categorias materiais, porém, na zona oeste do recinto superior de Castelo Velho foi identificada uma concentração de “pesos de tear” e um “disco de xisto” distribuídos caoticamente numa zona intencionalmente escavada no substrato (Jorge, 2005; Gomes, 2003). A presença deste conjunto de pesos de tear remete, numa perspectiva funcionalista, para a presença de um tear vertical que, articulado com os inúmeros “pesos de tear” identificados nesta área do recinto, conferiria a esta área uma forte vinculação à tecelagem.

Questionemos a operacionalidade desta interpretação. Perante uma dada materialidade foi-lhe atribuída uma determinada codificação recorrendo a paralelos etnográficos e a um exercício de inferência. Note-se que esta interpretação decorre de um exercício de articulação desta materialidade com cenários em que se pressupõe o seu manuseamento.

Tentemos agora a articulação destas materialidades invocando as associações que estas categorias materiais apresentam com as deposições até agora apresentadas, nomeadamente na estrutura com ossos humanos; o que se verifica é que a, dado momento, cada “peso de tear” é entendido enquanto unidade de deposição. Deste modo, o conjunto de “pesos de tear” que nos possibilitaria a inferência de um tear vertical deixa de fazer sentido, não se negando a possibilidade de, a dado momento, este conjunto ter funcionado como série de pesos de um tear vertical, este conjunto deve ser tomado como uma deposição de “pesos de tear”.

Nesta ordem de ideias, a vinculação desta materialidade à tecelagem, apesar de apresentar uma ordem formal que atesta esta associação, pode ocultar um manuseamento onde a tecelagem é invocada mas segundo uma codificação diferente da perspectiva funcional.

Saliente-se que esta perspectiva é enfatizada quando consideramos que, na estrutura das sementes se identificam um conjunto de materialidades que separadamente remetem para um cenário de armazenamento, sendo que as relações que estabelecem entre si inviabilizam tal interpretação.

Um vaso incompleto no Nicho da Entrada Norte/ Bastião de Castelo Velho

No decorrer dos trabalhos de remoção do antigo restauro no “bastião” Norte foi detectada uma intersecção no murete delimitador de Castelo Velho, que corresponde à entrada do respectivo “bastião”, do seu interior para o recinto. Durante o processo de escavação da

entrada foi identificado um nicho, dissimulado num momento posterior à sua deposição por grandes pedras.

Este nicho corresponde a uma estrutura sub-rectangular delimitada por pedras facetadas do murete, no qual se exumou um vaso incompleto (mais de metade do vaso, fragmentado mas em conexão) depositado sobre um nível de pequenas lajes de xisto azul. Trata-se de um vaso de grandes dimensões de forma fechada ovóide, decorado com impressão penteada e com mamilos.

Ao contrário das outras deposições, onde se regista a presença de múltiplas materialidades que estabelecem entre si diferentes conexões, neste caso apenas se regista a intenção de depositar um vaso quase completo no interior de um nicho.

O manuseamento das distintas materialidades remete para distintas codificações, sendo que tais codificações pressupõem distintas sociabilidades cuja dinâmica espacial e temporal nos escapa. As deposições são um momento desse manuseamento, sendo que o carácter “fragmentário” das materialidades obriga ao seu posicionamento numa rede de trajectos. Nessa rede de trajectos, que não são apenas percursos mas também processos de produção, a representação que se faz das materialidades transfigura-se consoante as ligações presentes em dado momento desse trajecto. É de salientar que materialidade, representação, manuseamento e sociabilidade são elementos que interagem, sendo que, a sua interacção concorre também com Tempo e Espaço em que ocorrem.

O Tempo e o Espaço são elementos de experimentação, sem prescindir do seu ponto de vista enquanto categorias absolutas, que nos permitem fixar uma materialidade num mapa e numa barra cronológica, devem também ser questionados enquanto categorias antropológicas. No âmbito desse inquérito as questões colocadas ao Tempo e ao Espaço deixam de ser puramente métricas. Questiona-se fundamentalmente a sua experimentação em termos de “ritmos” e “trajectos”, sendo que tais dimensões dessa experiência implicam problematizar os limites e as possibilidades de acção dos distintos actores.

Os limites e as possibilidades de acção comportam sempre representações do Tempo e do Espaço. Nessas representações o carácter absoluto destas dimensões é substituído pela sua experimentação/vivência permitindo a equação de distintas temporalidades e espacialidades.

...sobre a vizinhança

Há o real, verificável, transaccionável. E há o transreal desse real, que é ainda esse real, mas no inesperado do seu mistério de ser. (Ferreira, 1983: 14)

Acerca da vizinhança... havia muito para dizer! A equipa que tem trabalhado nestes dois sítios tem promovido o diálogo, a comparação, o contraste... entre as materialidades de cada um deles. Ensaiam-se escalas de análise, programas de trabalho, estratégias de intervenção e outras tantas tarefas que permitam multiplicar os pontos de vista sobre os sítios.

Falar da nossa vizinhança é falar das tarefas que partilhamos e dos projectos que temos, porém é também uma tentativa de falar de vizinhança destes sítios algures no IIIº a.C..

Diríamos apenas que nestes sítios viveram comunidades que ao longo do tempo foram de tarefa em tarefa (re)construindo as suas identidades e que, enquanto vizinhos, tal como nós em relação aos nossos, viviam numa tensão de “aparições” tentando criar plataformas de entendimento. É de salientar que nesta invocação das comunidades do IIIº milénio a.C. estamos a torná-las tão nossas vizinhas como as pessoas com quem partilhamos distintos aspectos do nosso quotidiano.

Aliás, “pode-se argumentar que esta orientação da disciplina para a profundidade, o encobrimento, o mistério e a revelação é muito obstrutiva, pois reforça a ideia de que o passado está separado do presente: está noutra lugar e só é acessível de uma forma

particular. (...) Da mesma forma, é inútil pensar que o passado é uma substância que está reconditamente num local escuro à espera de ser recuperado. Os restos do passado estão à nossa volta e nós habitamos o passado de formas muito importantes” (Thomas, 2004: 170).

Conclusão

Durante o texto tentámos comparar as múltiplas experiências que a vivência destes dois possibilita. E falando uns com os outros... vamos descobrindo fissuras, perplexidades, vamos preenchendo... ousadas argumentativas. Nada mais saboroso!!... Mas falta dar um “nó” que conclua tudo isto! Já agora, esta ligeira hiperbolização do discurso não é estilo... é dificuldade! Comparar o Castelo Velho e o Castanheiro do Vento é uma experiência limite. Falámos de aspectos relacionados com a pesquisa desenvolvida em cada um dos sítios, abordámos questões que se prendem com as relações destes sítios com as paisagens em que se inserem, demos ênfase a determinados aspectos das arquitecturas, problematizámos as deposições e falámos sobre a vizinhança destes sítios.

Em todas estas problemáticas há uma questão que se coloca: a da escala de análise. Comparar é sempre um exercício de selecção de questionários que, por sua vez, remetem para uma escala de análise que possibilita ou inviabiliza essa comparação. Assim, a uma ampla escala de análise estamos perante sítios que corresponderiam a lugares de congregação de pessoas, lugares de memória, palcos de reactualização de ligações entre essas pessoas e os seus territórios... dispositivos identitários.

Porém, quando descemos a escala de análise e nos questionamos acerca de aspectos mais particulares, como é o caso da relação destes sítios com a paisagem ou das arquitecturas que cada um deles pode comportar, a pertinência destas questões é correlativa do grau de dificuldade em lhes dar resposta. Não é apenas o estado da pesquisa de cada um dos sítios, é também o reconhecimento da sua singularidade enquanto lugar e do perigo de estar a usar um questionário que não enfatize devidamente essa dimensão. Descendo a escala de análise, questiona-se os moldes em que cada um dos sítios terá funcionado como dispositivo identitário, problematizam-se as tensões que cada um deles terá gerado na reactualização das redes em que se inserem... a igualdade nas suas diferenças.

É neste sentido que se entende esta comparação enquanto experiência limite, enquanto ousadia e como cantaria o Caetano: “Navegar é preciso”.

figuras

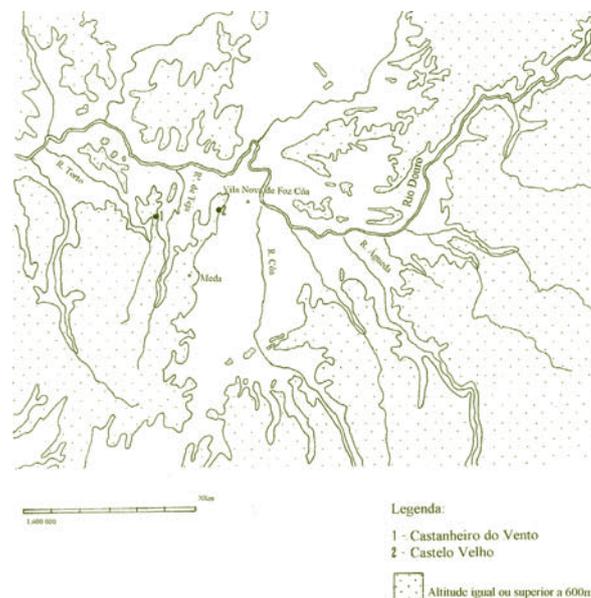


fig.1 Localização dos sítios



fig. 2 Encosta Sul de Castelo Velho



fig. 3 Castanheiro do Vento

ANDREWS, M. (1999) - *Landscape and Western Art (Oxford History of Art)*. Oxford: Oxford University Press.

BAPTISTA, L. (2003) - *A Cerâmica do Interior do Recinto do Castelo Velho de Freixo de Numão. Contributos para a Interpretação de contextos de Uso*. Porto: FLUP [dissertação de mestrado, policopiada].

FERREIRA, V. (1983) - *Pensar*. Lisboa: Bertrand.

GOMES, S. (2003) - *Contributos para o estudo dos "pesos de tear" de castelo Velho de Freixo de Numão. Exercício de Interpretação do Registo Arqueológico*. Porto: FLUP [dissertação de mestrado, policopiada].

INGOLD, T. (2000) - *The Perception of the Environment. Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. London: Routledge.

JORGE, S.O., coord. (2003) - *Recintos Murados da Pré-história Recente*. Porto/Coimbra: FLUP/DCTP e CEAUCP/FCT.

JORGE, S. O. (2005) - *O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*. Porto: Edições Afrontamento.

JORGE, S. O.; JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. S.; COIXÃO, A. S. (2004) - Reflexões preliminares a propósito de formas de organização do espaço e de técnicas de construção em sítios pré-históricos recentes (Calcolítico/Idade do Bronze) do tipo de Castelo Velho e de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) – semelhanças e diferenças em relação às construções megalíticas e afins. *Sinais de Pedra – 1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre na Europa Atlântica*. Évora. Janeiro de 2003, edição electrónica.

bibliografia

JORGE, V. O. (2003) - A Irrequietude das Pedras. *Reflexões e Experiências de um Arqueólogo*. Porto: Edições Afrontamento.

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. S.; COIXÃO, A. S. (2002a) - Castanheiro do Vento, um sítio monumental pré-histórico do Concelho de Vila Nova de Foz Côa (Horta do Douro). *Coavisão*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. 4, p. 73-93

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. S.; COIXÃO, A. S. (2002b) - Castanheiro do Vento and the significance of monumental Copper/Bronze age sites in northern Portugal. In SCARRE, C., ed. - *Monuments and Landscapes in Atlantic Europe*. Londres: Routledge, p. 36-50.

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. S.; COIXÃO, A. S. (2003a) - O Recinto Pré-histórico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): balanço sucinto das pesquisas realizadas de 1998 a 2003. *Portugália*. Porto: DCTP/FLUP. Nova Série, 24, p. 5-24.

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. S.; COIXÃO, A. S. (2003b) - Campanha de escavações arqueológicas no ano de 2002 no sítio de Castanheiro do Vento, Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa. *Coavisão*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. 5, p. 143-167

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. S.; COIXÃO, A. S. (2003c) - Castanheiro do Vento, a late prehistoric monumental enclosure in the Foz Côa region, Portugal – recent research (1998 – 2002). *Journal of Iberian Archaeology*. Porto: ADECAP. 5, p. 137-162.

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. S.; COIXÃO, A. S. (2003d) - A propósito do recinto monumental de Castanheiro do Vento (Vª Nª de Foz Côa). In JORGE, V. O., coord. - *Recintos Murados da Pré-história Recente*. Porto/Coimbra: DCTP, FLUP/CEAUP, FCT, p.79-114.

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. S.; COIXÃO, A. S.; VALE, A. M. (2004) - O recinto monumental pré-histórico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vª Nª de Foz Côa), após os trabalhos de 2003. Breve relatório. *Coavisão*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. 6, p. 97-139

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. S.; COIXÃO, A. S. (2005) - Morfologia Construtiva do Recinto Pré-Histórico de Castanheiro do Vento, (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): o exemplo das convencionalmente designadas de “estruturas de condenação”. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. segunda série, 13, p. 25-35.

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; VALE, A. M.; VELHO, G. L.; PEREIRA, L. S. (2006a) - Copper Age “monumentalized hills” of Ibéria: the shift from ideas to interpretative ones. New perspectives on old techniques place and space as results of a research experience in the NE of Portugal. In JORGE, V. O. ed. - *Approaching “prehistoric and protohistoric architectures” of Europe from a “Dwelling Perspective”*. Porto: ADECAP (Journal of Iberian Archaeology, 8), p. 203-264.

JORGE, V.O., CARDOSO, J.M., PEREIRA, L.S., COIXÃO, A.S., VALE, A.M., VELHO, G.L. (2006b) - Relatório das escavações arqueológicas do ano de 2005. Sítio de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa). *Actas do II Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa (Côavisão, 8), p. 185-204.

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; VALE, A. M.; PEREIRA, L. S.; VELHO, G. L. (2006c) - Problemática suscitada pelas escavações do sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), sobretudo após a campanha de 2006. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto: FLUP. 6.

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; VALE, A. M.; PEREIRA, L. S.; VELHO, G. L. (2006d) - Sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa): principais conclusões das escavações de 2005. *Portugália*. Porto: DCTP/FLUP. Nova série. 29.

JORGE, V. O.; THOMAS, J., eds. (2006/2007) - *Overcoming the Modern Invention of Material Culture*. Porto: ADECAP (Journal of Iberian Archaeology; 9/10).

McFAYDEN, L. (2006) - Material culture as architecture. In JORGE, V. O. ed. - *Approaching «Prehistoric and Protohistoric Architectures» of Europe from a «Dwelling Perspective»*. Porto: ADECAP (Journal of Iberian Archaeology; 8), p. 91-102.

MURALHA, J. (1996) - *Materiais líticos e cerâmicos de Castelo Velho de Freixo de Numão. Continuidades e descontinuidades: uma proposta de abordagem estatística*. Porto: FLUP (dissertação de mestrado, policopiada).

OLIVEIRA, L. (2003) - *Primeiras Intervenções Arquitectónicas no Castelo Velho de Freixo de Numão (V.N. de Foz Côa)*. Porto: FLUP (dissertação de mestrado, policopiada).

PEREIRA, L. S. (2000) - "Cerâmicas "Cogeces" de Castelo Velho de Freixo de Numão, (Vila Nova de Foz Côa). *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. 2, p.53-64.

THOMAS, J. (2001) - Archaeologies of Place and Landscape. In HODDER, I., ed. - *Archaeological Theory Today*. Cambridge: Polity Press, p.165-186.

THOMAS, J. (2004) - *Archaeology and Modernity*. London: Routledge.

THOMAS, J. (2006) - From dwelling to building. In JORGE V.O. ed. - *Approaching «Prehistoric and Protohistoric Architectures» of Europe from a «Dwelling Perspective»*. Porto: ADECAP (Journal of Iberian Archaeology, 8), p. 349-359.

VALE, A.M. (2003) - *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vª Nª de Foz Côa). Contributo para o Estudo dos Resultados das Primeiras Campanhas de Trabalhos (1998-2000)*. Porto: FLUP (dissertação de mestrado, policopiada).

acta 7

A Quinta das Rosas (Fornos de Algodres): expressão de matrizes prévias do povoamento da Pré-História Recente durante o Bronze Final.

António Carlos Valera

Resumo

Dando a conhecer o contexto inédito da Quinta das Rosas, discute-se como a rede de povoamento que se estrutura durante a Pré-História Recente na área de Fornos de Algodres se mantém simbolicamente activa no Final da Idade do Bronze e de como, no contexto de uma abordagem continuada da evolução do povoamento num território de escala local, dados dispersos e desvalorizados vão ganhando novos sentidos.

introdução

A investigação continuada de uma rede local de povoamento da Pré-História Recente no concelho de Fornos de Algodres permitiu estabelecer a dinâmica ocupacional de um território restrito desde o Neolítico Inicial (primeira metade do 5º milénio AC) até ao início da Idade do Bronze (inícios do 2º milénio AC), assim como caracterizar as relações que se foram estabelecendo entre o espaço e as comunidades, na construção de uma paisagem e de uma identidade local ao longo do 3º milénio AC (Valera, 2006).

Dos vários sítios intervencionados alguns revelaram ocupações de diferentes períodos sem continuidade sequencial entre si (casos da Quinta da Assentada e da Quinta as Rosas) enquanto outros forneciam dados escassos e frágeis sobre possíveis “visitas” em períodos posteriores ao abandono (casos da Fraga da Pena, Castro de Santiago e também da Quinta da Assentada). Estes dados tomados isoladamente tenderiam a ser desvalorizados (como o foram em publicações anteriores), mas, enquadrados no conjunto da rede de povoamento estudada e das interpretações relativas à organização simbólica do espaço local, ganham um outro relevo, nomeadamente no que respeita às questões do prolongamento da acção que sítios abandonados exercem na vivência e na organização das paisagens, mesmo em quadros culturais e sociais já muito distintos.

Assim, esta problemática será abordada procurando sublinhar a forma como o povoamento que se estruturou entre o 5º e o final do 3º milénio AC se mantém interventivo na vivência deste território no Final da Idade do Bronze. Parte-se do caso exemplar da Quinta das Rosas, com ocupações do Neolítico Inicial, Calcolítico Final e Bronze Final, para depois se integrar esses dados no conjunto mais alargado de evidências locais que permitem sustentar a ideia de que vários destes sítios abandonados e as redes de circulação que criaram se mantêm condicionantes e activos na organização e categorização do espaço no final do 2º milénio AC.

O sítio da Quinta das Rosas

A Quinta das Rosas localiza-se administrativamente na freguesia de Maceira, concelho de Fornos de Algodres, distrito da Guarda. Apresenta as seguintes coordenadas: 255.560 / 412.950 GAUSS, C.M.P., 1:25000, fl. 180, a 709 m de altitude.

O sítio localiza-se numa ligeira e suave elevação a sudoeste da povoação de Maceira, encaixada entre o início do vale da Ribeira dos Telhais imediatamente a oeste e a vertente escarpada do vale da Ribeira da Muxagata, que se inicia cerca de 500m a leste. O vale da Ribeira de Telhais, que percorre todo o lado oeste do sítio arqueológico, apresenta-se neste troço com um perfil suave, sendo o encaixe da ribeira pouco acentuado, o que confere ao local um relevo suave, com terrenos relativamente férteis. A ribeira corre para sul e a cerca de 800m do povoado inicia o seu processo de encaixe, que rapidamente se torna muito acentuado, aumentando até à sua confluência com a Ribeira de Cortiçô.

Em função da topografia, do sítio tem-se um domínio alargado sobre a paisagem longínqua para sul, sendo visível o relevo da Serra da Estrela e de parte da plataforma do Mondego. Contudo, quanto ao espaço envolvente, a visibilidade é limitada pelo relevo local ao vale da

Ribeira de Telhais a oeste e sudoeste e à área aplanada que se estende até ao rebordo da vertente escarpada do vale da Ribeira da Muxagata a leste.

O contexto localiza-se, assim, junto ao rebordo do vale da Muxagata, no início da área aplanada balanceada a oeste. Esta implantação, como se tem vindo a evidenciar nos últimos anos, é a que por sistema apresenta os povoados pré-históricos nesta zona, precisamente no contacto entre as duas principais unidades geomorfológicas que constituem o concelho de Fornos de Algodres: a linha de topografia mais alta que marca a transição entre os vales de fractura muito encaixados da Ribeira da Muxagata e Cortiçô a este e uma plataforma da superfície fundamental dos planaltos da Nave.

O local apresenta inúmeras zonas de afloramento rochoso e grandes penedos, formando desde Tors a abrigos ou a pequenos recintos naturalmente definidos, ligados por muros que formam pequenos socialcos. Hoje o sítio apresenta-se coberto por uma densa mata de carvalhos, castanheiros e pinheiros, mas já foi plantado com vinha que abrangia a maioria dos espaços aplanados entre os penedos.

Entre 2003 e 2006, e com o sentido de diagnosticar o potencial arqueológico e o grau de conservação dos eventuais contextos arqueológicos, foram intervencionados vários sectores, pelos quais se distribuiu um número variável de sondagens.

sector	nº de sondagens	área de sondagem
2	sondagem 1	6 m ²
3	sondagem 1 sondagem 2	1 m ² 1 m ²
4	sondagem 1	17 m ²
5	sondagem 1 sondagem 2 acerto de escorrência 1 acerto de escorrência 2	2 m ² 25 m ²
6	sondagem 1 sondagem 2	3 m ² 1 m ²
7	sondagem 1	2 m ²
total	14	58 m²

quadro 1 Áreas sondadas na Quinta das Rosas.

Embora em todos os sectores se tenha registado a presença de materiais arqueológicos, apenas nos Sectores 4, 5 e 7 foram até ao momento identificados contextos preservados sob depósitos revolvidos por trabalhos agrícolas.

O Sector 4 corresponde a uma zona de abrigo, formado por um grande penedo inclinado e encostado a outro, junto ao grande Tor localizado do lado Oeste da plataforma de topo (fig. 5). A estratigrafia revelou-se muito revolvida na maior parte da área, misturando materiais de diferentes épocas (Pré-História, Proto-História e Medieval/Moderno). No que respeita à Pré-História, surgiram fragmentos de recipientes cerâmicos tipologicamente atribuíveis ao Neolítico Inicial, um deles com vários fragmentos que remontam, revelando um recipiente de fundo cónico espessado (fig. 2: A). Ocorrem ainda cerâmicas com decoração penteada atribuíveis ao final do Calcolítico regional, cerâmicas do final da Idade do Bronze, cerâmicas a torno e fragmentos de telha. Contudo, na extremidade norte, já bem ao fundo do abrigo, um depósito (UE4001) não apresentava sinais de remeximento e era cortado por uma grande depressão, revestida do lado sul por umas lajes de granito colocadas na diagonal e preenchida por um outro depósito, mais solto e escuro (UE4007). Este último apresentava no topo alguns fragmentos de telha e pequenos fragmentos de cerâmica a torno, mas no seu

desenvolvimento em profundidade forneceu exclusivamente fragmentos de cerâmica manual com morfologias atribuíveis ao final da Idade do Bronze.

Já no substrato rochoso identificou-se uma fossa circular escavada no granito, com cerca de 1,10 m de diâmetro e 0,5 m de profundidade, na qual terminava um pequeno canal também escavado no granito de base vindo de Noroeste. Esta fossa era preenchida por quatro depósitos sucessivos. No topo um depósito compacto, composto por sedimentos de areão amarelado envolvendo pedras de granito de médias dimensões, sem materiais arqueológicos. Seguiu-se um nível de terras arenosas amareladas, saibrosas e com inúmeras lascas de granito alterado, tendo fornecido um seixo rolado fracturado e alguns fragmentos de quartzo, entre os quais uma lasca. Assentava sobre um depósito mais arenoso e já sem o cascalho de granito, arqueologicamente estéril. Finalmente, na base da sequência de enchimento da fossa, foi definido um fino depósito de sedimentos arenosos de coloração acinzentada também sem materiais arqueológicos.

Face à quase total ausência de materiais é difícil determinar exactamente a cronologia da fossa. A ausência de materiais modernos, a compactação dos sedimentos e a presença de alguns, escassos, elementos líticos incaracterísticos, poderá sugerir a sua associação às ocupações pré-históricas (note-se, ainda, que os materiais do Bronze Final se concentram no depósito que preenche a depressão aberta na UE 4001, na extremidade norte do Abrigo). Contudo não é possível determinar se corresponderá à ocupação mais antiga ou às mais recentes. Recorde-se que os materiais atribuíveis ao Neolítico Inicial foram recolhidos nos níveis revolvidos mais superficiais. Quanto à funcionalidade, o seu enchimento até metade por sedimentos arenosos finos aponta para um regime de colmatação diferente da metade superior, onde os depósitos apresentam cascalho e pedras de médias dimensões de granito. As características finas e homogéneas sugerem uma sedimentação por acção de água, o que é igualmente sustentado pela presença do canal que escoava directamente para a fossa.

Poderia, pois, tratar-se de uma estrutura de captação e armazenamento de água.

O Sector 5 localiza-se na mesma plataforma do Sector 4, mas na extremidade este, a cerca de 45m daquele. Corresponde a uma área onde a plataforma é definida por alguns grandes penedos graníticos e por muros de socalco que se desenvolvem entre eles. A sequência estratigráfica inicia-se com dois depósitos muito revolvidos pela agricultura, contidos por penedos e por muretes de socalco, misturando materiais atribuíveis ao Calcolítico, ao Bronze Final e materiais modernos.

Sob estes primeiros depósitos revolvidos surgiu um nível não afectado na sua totalidade (UE5204), correspondente à ocupação do Bronze Final. Do lado norte da área sondada, envolvia uma estrutura de calhaus de quartzo e fragmentos cerâmicos, a qual poderá corresponder a restos de uma estrutura de combustão. Na base, assentava no substrato rochoso e cobria duas fossas. Uma delas (Fossa 2) colmatada com dois níveis de sedimentos (o da base arqueologicamente estéril e o do topo com recipientes cerâmicos quebrados em conexão) e uma outra (Fossa 1), circular e mais pequena, utilizada como lareira e preenchida por restos de madeira carbonizada, que permitiram obter uma datação de radiocarbono. Na metade sul da sondagem o depósito UE5204 cobria a UE5205, depósito igualmente atribuível à ocupação do Bronze Final. Foi registada a presença de três estruturas tipo fossa (depressões pouco profundas, não cortando depósitos inferiores) que se desenvolviam desde o topo desta camada. Estas fossas, abertas no depósito UE5205, eram preenchidas por sedimentos de compactação e coloração equivalente aos daquela unidade, mas distinguindo-se pela elevada concentração de pedras de reduzida ou média dimensão e pela elevada concentração de fragmentos cerâmicos, nomeadamente de recipientes de grandes dimensões (fig. 3).

O depósito UE5205 em que as fossas estavam escavadas correspondia, como já se afirmou, a um primeiro solo de ocupação do Bronze Final, tendo fornecido cerâmicas dispersas, com fragmentos de menores dimensões. Na extremidade sul, na sua base, integrava uma estrutura de lareira, composta por um paramento de pedra e uma “chapa” de argila cozida, já muito fragmentada.

Nesta mesma metade sul do Sector 5 foi ainda possível identificar um fino depósito de terras amareladas imediatamente sob o depósito do Bronze Final e assente no areão alterado do granito de base. Este fino depósito forneceu alguma cerâmica manual, entre a qual se destaca a presença de fragmentos com decoração penteada, configurando-se como o resto de uma ocupação do Calcolítico Final regional. De facto, algumas cerâmicas penteadas foram aparecendo pontualmente entre os depósitos de ocupação do Bronze Final e até nos depósitos revolidos mais superficiais e em escorrências existentes entre os penedos graníticos que delimitam a plataforma (onde se recolheram fragmentos remontáveis de um grande globular com decoração penteada abrangente, metopada e “barroca”), revelando a existência de uma ocupação mais antiga daquele espaço (fig. 2 B), a qual terá sido em boa parte afectada durante o final da Idade do Bronze. A preponderância de cerâmicas penteadas e o barroquismo que alguns fragmentos parecem assumir apontam para uma ocupação tardia dentro do 3º milénio AC, possivelmente na transição para ou já dentro do seu último quartel, cronologicamente próxima ou contemporânea da Fraga da Pena, a qual se situa a cerca de 3Km a Norte da Quinta das Rosas. Sublinhe-se a expressão que as cerâmicas penteadas têm naquele sítio, tanto no interior dos recinto, como sobretudo no sector exterior, onde são também quase que exclusivas em termos da decoração cerâmica (Valera, 2006).

No que respeita aos materiais relativos à ocupação do Bronze Final, o conjunto é maioritariamente composto por cerâmicas, que ocorrem em abundância, embora alguns materiais líticos também tenham sido registados.

A cerâmica apresenta-se genericamente muito fragmentada, mas, por vezes, proporciona remontagens significativas. Na Fossa 2 foram registadas deposições de grandes fragmentos e de um recipiente quase inteiro (fragmentado in situ), enquanto que nas fossas 3 e 5 se recolheram, entre abundante cerâmica, fragmentos que permitiram a remontagem de parte de um grande contentor. Numa escorrência entre penedos chegou mesmo a recolher-se uma taça carenada inteira.

As morfologias são características dos contextos do Bronze Final da região. Grandes contentores de colo estrangulado e asas de fita que arrancam do bordo, potes de base plana e colo estrangulado, com ou sem asa a partir do bordo, pequenas taças de carena média, baixa ou alta, por vezes com fundo em omphalos. Registe-se a presença de um fragmento de dois recipientes geminados. Aparecem acabamentos brunidos e “cepillados” e alguns fragmentos decorados. Entre as decorações estão presentes os bordos denteados, a decoração digitada, a decoração pós-cozedura (motivos triangulares) e a decoração com ornatos brunidos e com pintura a vermelho sobre os traços brunidos (fig. 3).

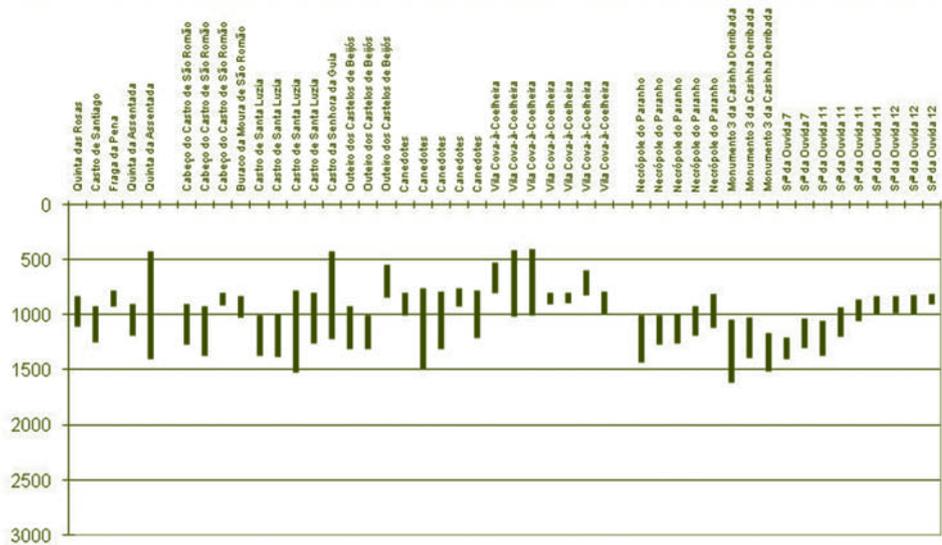
A indústria lítica é rara e constituída por restos de talhe em quartzo, algumas lascas de quartzo e sílex, sendo esta última matéria-prima relativamente rara.

Com base nos carvões recolhidos na Fossa 1 obteve-se uma datação de radiocarbono que forneceu o seguinte resultado:

SAC 1964 - 2810±40 BP – 1002-907 Cal AC a 1σ / 1107-834 Cal AC a 2σ.

Esta datação enquadra-se perfeitamente nas cronologias absolutas conhecidas regionalmente para o final da Idade do Bronze, referenciando a ocupação deste sítio nesta fase na transição do 2º para o 1º milénio AC (Quadro 2).

quadro 2 Datações para o Bronze Final da Beira Alta, calibradas a 2 sigma (Valera, 2006; Senna-Martinez, 2000; Cruz, 1997; Cruz e Vilaça, 1999; López Sáez *et al.*, 2000; López Sáez, Valinho e Loureiro, 2002-3)



Finalmente, nas sondagens dos Sectores 6 e 7, localizadas numa zona mais a Norte e afastada cerca de 80 / 100 metros do Sector 5, já só se registaram materiais atribuíveis ao Calcolítico Final, revelando que durante o final da Idade do Bronze aquela zona não terá sido ocupada. No Sector 7 foi mesmo identificado um nível de ocupação preservado, composto por sedimentos amarelados semelhantes ao fino depósito da base do Sector 5 e que forneceu igualmente cerâmica penteada.

Sintetizando, as intervenções realizadas na Quinta das Rosas possibilitaram a identificação de três grandes momentos de ocupação. Um primeiro, atribuível ao Neolítico Inicial, reconhecível pela presença de algumas cerâmicas incisas e impressas, onde se destaca um vaso de fundo cónico, asa tubular no bordo e decoração incisa e impressa. Estas cerâmicas ocorrem em níveis revolvidos do Sector 4, no abrigo aí identificado, embora um fragmento cerâmico decorado com impressões proveniente dos níveis do Bronze Final do Sector 5 possa igualmente ser atribuível a esta fase mais antiga.

Está depois documentada uma ocupação datável da 2ª metade do 3º milénio AC, essencialmente caracterizada pela presença de cerâmicas com decoração penteada. Estas cerâmicas aparecem em quase todos os sectores escavados, seja em depósitos revolvidos, seja integrando os solos de ocupação do final da Idade do Bronze. Apenas se identificaram depósitos conservados desta fase na base da estratigrafia do Sector 5 (nível muito afectado pelas ocupações mais tardias) e no Sector 7.

A fase que se apresenta até ao momento com evidências mais bem preservadas e mais largamente intervencionadas é a do final da Idade do Bronze no Sector 5 (embora também apareça registada no interior do abrigo do Sector 4).

As problemáticas do abandono na rede de povoamento da Pré-História Recente de Fornos de Algodres

As problemáticas relativas ao abandono de povoados da Pré-História Recente do Ocidente Peninsular foram por mim abordadas há algum tempo (Valera, 2003). Na altura sublinhei que a investigação se centrava tradicionalmente nas questões da origem e evolução dos sítios, prestando pouca atenção aos problemas inerentes ao abandono e à teoria que este momento da vida dos sítios deve envolver. Procurava chamar a atenção para a complexidade hermenêutica dos fenómenos de abandono e para a importância da sua compreensão no âmbito dos estudos das dinâmicas de povoamento, da organização espacial das comunidades e da constituição de territórios e paisagens.

Os tradicionais discursos desenvolvidos sobre a Pré-História Recente Peninsular, com a sua propensão generalista e mais ou menos normativa, sempre assumiram o abandono como “fim”, normalmente no âmbito de processos de evolução estrutural e de significado invariavelmente relacionado com fenómenos de colapso ou inadaptação de sistemas sociais, esgotamento de recursos ou, quando muito, como resultado de catástrofes de origem natural ou humana. Foi neste âmbito que se enquadrou a sugestão de Senna-Martinez para o Castro de Santiago, ao considerar que “... a sua utilização durante um período não muito longo e abandono posterior, podem ser indicadores no sentido de falência de um modelo de implantação no espaço que (...) não terá aqui encontrado suporte económico adequado à sua manutenção.” (Senna-Martinez, 1994: 185).

Contrariando este normativismo e monolitismo interpretativo, que reduzia os abandonos a processos homogêneos de significado único, reclamei a necessidade de considerar, pensar e teorizar situações diversificadas e estratégicas nas dinâmicas dos sistemas de povoamento. Por isso, tal como vinha sendo feito há algum tempo para as questões da origem e do significado da natureza de muitos destes contextos, defendia-se o “abandono” dos discursos homogeneizantes e redutores dessa diversidade, sublinhando-se que as “(...) razões que conduziram ao abandono (...) foram múltiplas e funcionaram a diferentes escalas, não sendo mecanicamente transportáveis de um caso para outro, nem redutíveis a indicadores de uma mesma realidade e processo.” (Valera, 2003).

Teoricamente, poderemos considerar três situações genéricas de abandono: o abandono final (entendido como a desocupação definitiva de um local), o abandono temporário e o abandono parcial (que poderá ele próprio ser temporário ou definitivo). Aquela que interessa aqui desenvolver é, naturalmente, a do abandono final.

O abandono final tem sido, como já afirmei, associado ao colapso de sistemas sociais, ao esgotamento de recursos ou a catástrofes. Na primeira situação, resulta da rápida ou gradual alteração das condições que geraram a ocupação e da dinâmica e equilíbrio que presidiram ao seu desenvolvimento. Essa alteração poderá resultar de circunstâncias exógenas ou endógenas, entre as quais se podem contar as pressões externas, contradições da organização social ou mudanças significativas nas condições da vida social. A segunda possibilidade relacionar-se-á sobretudo com situações em que recursos estratégicos se esgotam ou a sua circulação é desviada. Finalmente, a terceira, resultará de fenómenos naturais catastróficos (como epidemias, secas, incêndios de larga escala) ou acções sociais destrutivas, como guerras. Haverá, contudo, que considerar uma quarta variante: a do abandono pensado como provisório, mas que, por uma qualquer razão, se tornou definitivo. Contudo, a Arqueologia nem sempre realiza que as modalidades de abandono podem estar vinculadas à mobilidade, a qual, mesmo nas sociedades que se sedentizam, mantém um potencial estratégico considerável. A consciência desta situação obriga a considerar as questões do abandono no âmbito estratégico do movimento e da estabilidade, onde pode representar “estabilidade de ocupação locacional” (Horne, 1996). É neste sentido, por exemplo, que interpretei o abandono do Castro de Santiago (Valera, 2006). Não um abandono como colapso, resultado de inadequação ou esgotamento de recursos; menos ainda como resultado de um abandono do território local ou regional. Não significou abandono do vale nem falência de um modelo económico e social, que não é particularmente distinto do que pode ser perspectivado a partir dos povoados da Malhada ou da Quinta dos Telhais, os quais evidenciam que o vale continua ocupado de forma estável e dinâmica. Antes, o seu abandono pode ser enquadrado e explicado no contexto de uma dinâmica local de povoamento e do seu sucesso (e não colapso). Em sociedades segmentárias, o movimento regular é condição estruturante do sistema. O povoamento, a territorialidade, a percepção do espaço e as leituras

da paisagem fundam-se nessa mobilidade. Sendo a mobilidade facilitada pela segmentação comunitária e por um controlo social ainda incipiente, num contexto de economias pouco especializadas, o temporário e o sedentário convivem nas estratégias ocupacionais, sem que, numa perspectiva de conjunto, um qualquer abandono possa ser visto como falência. O abandono do Castro de Santiago foi, assim, entendido com um sintoma de consolidação de um modelo de gestão e controlo de um território mais circunscrito e onde se geram particulares sentimentos de identificação. O seu papel inicial como centro polarizador dessa dinâmica mantém-se após o abandono, mas ao nível da memória e dos normativos que eventualmente lhe foram associados. O sítio não desapareceu do conhecimento das populações que viviam naquele território. Pelo contrário, enquanto lugar, terá mantido sentidos e simbolismos próprios, os quais se relacionariam com a tradição local que ajudou a construir e com as memórias que foi incorporando, passando, também ele, a ser um factor de ligação ao passado, um factor legitimador. O seu abandono terá sido acompanhado por um “prolongamento simbólico”, no âmbito do qual terá continuado a ser um local de referência e organizador do território, das paisagens locais e da circulação. De facto, o abandono de um sítio, nomeadamente de sítios “monumentais” que desempenharam papéis sociais particularmente activos, não significa necessariamente o fim desse desempenho activo que, enquanto “Lugar”, se pode manter muito para além da desocupação, neste caso residencial. Esse prolongamento da actividade pode ser de natureza diversa e múltipla.

O simbolismo que rodeia determinados contextos pode conduzir à sua interdição ou à limitação de acessibilidades (quer a pessoas, quer a épocas do ano), no âmbito da negociação política, da gestão e legitimação do poder sobre um dado território ou da afirmação de identidade e tradição. Estes normativos sociais podem perdurar muito no tempo e serem responsáveis por evitar reocupações enquanto se mantiverem socialmente activos. Podem igualmente evitar que muitos locais abandonados, investidos de um significado simbólico particular, sejam sujeitos a acções de curação intensas (o que resulta numa menor perturbação dos contextos abandonados). Um sítio residencial abandonado pode ver-se transformado em área de exploração de recursos pelos seus antigos habitantes e pelos seus sucessores (Tomka, 1996). A pedra das estruturas, artefactos líticos, metálicos e alguma cerâmica poderão ali ser recuperados. Os que são elaborados em matérias-primas exógenas serão mesmo mais apetecidos, pelo que a sua ausência num dado contexto arqueológico nem sempre corresponderá à sua efectiva inexistência no sítio quando “vivo”. O sítio abandonado continua, assim, operacional enquanto local de visita regular para abastecimento e os seus contextos continuam a ser “recriados” ao longo do tempo. O simbolismo do sítio pode, contudo, evitar ou atenuar estas actividades de curação ou, pelo contrário, gerá-las, se as mesmas forem enquadradas dentro de práticas ritualizadas, por exemplo de relação com os antepassados e de identificação com a tradição.

Estas situações são, contudo, muito difíceis de identificar pela Arqueologia. Ou porque não deixam vestígios materiais ou porque os que deixam não são destrincháveis dos que já lá estavam ou ainda porque não podemos saber o que eventualmente levaram. Só quando materialidades que estabelecem claras rupturas em termos cronológicos e culturais são encontradas, estas questões poderão encontrar algum suporte empírico. Nada, porém, impede que as mesmas populações que abandonaram um contexto (ou os seus descendentes) a ele voltem com maior ou menor regularidade, sem que isso fique materializado nos contextos arqueológicos, pelos menos de forma que seja perceptível para a Arqueologia.

Por outras palavras, os sítios abandonados pura e simplesmente não desaparecem das

paisagens e o seu processo de ocultação física pode mesmo ser bem mais rápido que o seu desaparecimento total das memórias colectivas e do conjunto de codificações que organizam o tempo, as paisagens e orientam a circulação no espaço.

Neste sentido ganha particular interesse a circunstância de os dois únicos contextos conhecidos nesta área datáveis do Neolítico Inicial terem sido reocupados na segunda metade do 3º milénio AC. O tempo que mediou foi certamente superior a 2000 anos, pelo que dificilmente se poderá, neste caso, propor o prolongamento de simbolismos muito activos durante tanto tempo. Contudo, a coincidência das reocupações não será fruto de acasos. Certamente que as condições dos locais poderiam ser atractivas em diferentes épocas, mas as evidências de ocupações anteriores não deveriam escapar a quem circulava naquele território, a quem o conhecia e com ele se identificava. Um fragmento de machado, um fragmento de mó, um lítico talhado, são vestígios ténues hoje e só reconhecíveis por especialistas. Não seria esse o caso há 5000 anos. O conhecimento e reconhecimento dos diferentes elementos da paisagem seriam certamente outros, sendo pouco crível que os vestígios das ocupações do Neolítico escapassem aos olhos dos habitantes deste território no 3º milénio. É pois natural que estes espaços se tenham mantido ao longo do tempo como “lugares”, isto é, como espaço não indiferenciado, mas com sentidos, onde evidências de um qualquer outro tempo se encontravam. E sendo “lugares”, continuariam a participar das organizações da paisagem e dos circuitos de trânsito nessa paisagem, mesmo que estivessem sujeitos a profundas reformulações de significado.

Esta situação é particularmente evidente na Fraga da Pena, o que não pode deixar de ser relacionado com a sua monumentalidade natural e vestígios de estruturas pétreas derrubadas. O tratamento das questões do seu abandono, contudo, sofre com o desconhecimento do que, localmente, se lhe segue, na medida em que se desconhece a ocupação desta área durante o que poderemos considerar uma fase plena da Idade do Bronze, na 1ª metade do 2º milénio AC, problema que é extensível a quase toda a região da bacia interior do Mondego.

Dada a natureza deste contexto e a interpretação que lhe atribuo como gestor de um processo de mudança em curso nos finais do 3º / inícios do 2º milénio AC (Valera 2006), o seu abandono final estará associado ao aprofundamento da integração desta área num espaço identitário mais vasto de relações entre as elites regionais, num momento em que se encontrava consolidada a formação social e cosmológica que se desenvolvera localmente a partir do início do 3º milénio (idem). Ou seja, o seu abandono terá estado ligado ao fim do seu papel social na transição de uma situação autárquica de base social ainda predominantemente igualitária, para uma situação de afirmação de elites emergentes num contexto de integração cultural regional. O abandono terá sido relativamente rápido, embora possam ser observados sinais de algum gradualismo na ruína das estruturas amuralhadas dos recintos para o interior, na fase final de ocupação. Note-se que os derrubes e as carapaças pétreas que se formaram no interior ou exterior praticamente não tinham materiais neles integrados, o mesmo acontecendo com os depósitos de cobertura que se formaram posteriormente sobre eles, pelo que este recobrimento, dificultou acções posteriores de curação.

O sítio, contudo, continuou a ser um lugar de sentido na paisagem local, marcando-a, não só pela imponência do Tor, mas também pela perceptível massa pétrea que a ele se anexava. E esta situação, com outros sentidos e simbolismos, prolongou-se até ao presente. O topónimo Pena, designação para castelos roqueiros medievais, resultará da percepção de uma estrutura fortificada arruinada num local de grande controlo visual sobre o vale. Por outro lado, o sítio foi utilizado como marco de divisão administrativa, apresentando ainda hoje as cruzes que estabelecem a divisão entre o concelho de Fornos de Algodres e o de Trancoso e, no primeiro, a fronteira entre as freguesias do Sobral Pichorro e Queiriz. O local terá, assim, continuado a

marcar a paisagem local ao longo da história, apesar de não voltar a ter sido ocupado de forma mais ou menos permanente e de maneira a deixar evidências materiais. Em suma, o abandono não pode ser tratado de forma independente da relação que existe entre os diferentes sítios e das dinâmicas de ocupação de um dado território e, sobretudo, não pode ser assumido como sinónimo de que um dado sítio deixa de ser activo na organização das paisagens e nos processos identitários. A grande maioria dos sítios ditos abandonados manteria por longo tempo articulações com os sistemas de povoamento e sistemas sociais, fazendo parte integrante da forma como aqueles se desenvolviam no espaço e no tempo. A sua lógica não pode ser reduzida à lógica do “fim”. Antes, terá que ter em conta sobretudo a lógica do “desempenho social” (certamente com reformulações de sentido) nas estratégias que as comunidades, ao longo do tempo, vão adoptando na sua relação com a paisagem. E será nessa lógica, que se enraíza sob forma de tradição, que poderemos procurar entender os “sinais” ténues que existem relativamente à ocupação deste território durante o final da Idade do Bronze e de como o povoamento do 3º milénio continuaria “presente” e activo na organização do espaço e dos seus circuitos.

Expressões de um povoamento prévio no final da Idade do Bronze

“A mudança estrutural que a rede de povoamento do Bronze Final implica em relação a momentos anteriores...”

(Senna-Martinez, 2000)

Esta afirmação parece, de facto, não gerar grande polémica para esta região. O povoamento do final da Idade do Bronze revela estratégias de territorialização não reconhecíveis anteriormente. Contudo, afirmar a mudança não significa que essa mesma nova organização e percepção do espaço não se articule com as paisagens enraizadas nas tradições regionais e locais. É precisamente isso que um conjunto de “pequenas” evidências proporcionadas pelos contextos do 3º milénio / inícios do 2º parecem sugerir em Fornos de Algodres.

Como vimos, o único contexto atribuível ao Bronze Final nesta área é o da Quinta das Rosas, onde um sítio ocupado no Neolítico Inicial e no final do Calcolítico volta a ser habitado. A datação de radiocarbono coloca essa reocupação na transição do 2º para o 1º milénio AC. Tal como argumentei para as reocupações calcolíticas dos dois sítios neolíticos, creio que esta nova escolha da Quinta das Rosas não é totalmente indiferente à presença de evidências de ocupações mais antigas e aos sentidos que conferiam àquele espaço nestes tempos mais recentes.

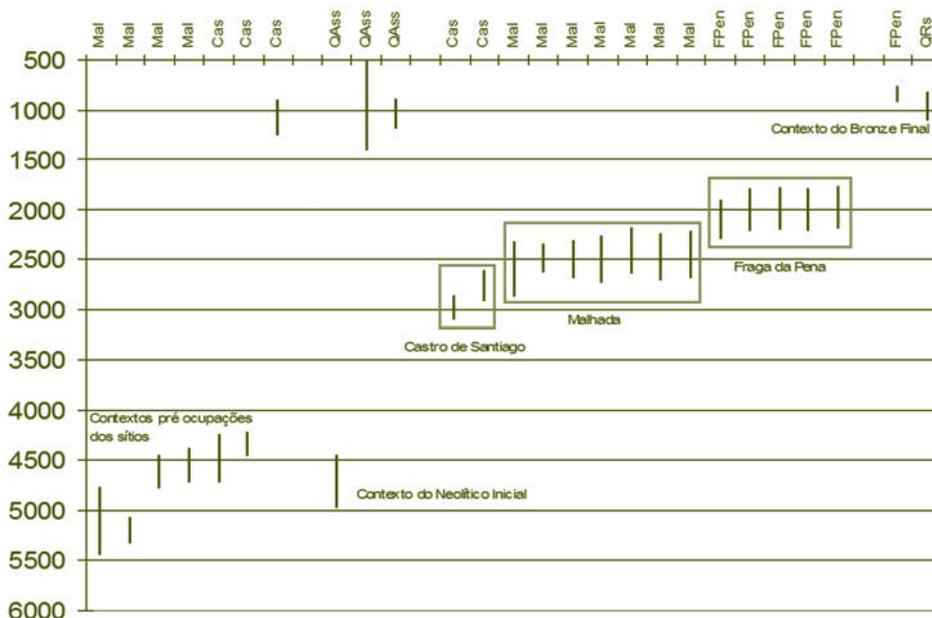
Mas entre os contextos da rede local de povoamento do 3º milénio AC, se a Quinta das Rosas foi o único a ser reocupado, não terá sido o único a ser conhecido. Trata-se, antes de mais, da interpretação dar a um conjunto de datações de diferentes contextos que remetem para o Bronze Final, abrangendo precisamente o final do 2º / inícios do 1º milénio (Quadro 3): uma datação obtida sobre amostra recolhida no depósito de ocupação do recinto superior da Fraga da Pena (CSIC 1077); outras duas obtidas sobre amostras recolhidas na Quinta da Assentada (Sac 1705 e Sac 1918); outra obtida no Castro de Santiago (ICEN 599).

As amostras foram, nas várias situações contextuais, recolhidas em depósitos de ocupações que, na globalidade, correspondem estratigraficamente ao final das mesmas, no seu topo ou na sua interface de contacto com derrubes ou depósitos superiores. A primeira explicação para esta situação, a mais fácil e recorrentemente utilizada, seria a de contaminação das amostras, o que poderia ser reforçado pela ausência, pelo menos na Fraga da Pena e na Quinta da Assentada, de materiais atribuíveis ao Bronze Final. Foi assim que primeiro as interpretei.

Todavia, a possibilidade de uma “contaminação tafonómica” através da percolação de carvões

a partir de cima é também uma hipótese que merece ser colocada, nomeadamente quando as amostras são recolhidas sob derrubes de estruturas pétreas (casos da Fraga da Pena e Castro de Santiago). Na situação de uma das amostras da Quinta da Assentada, a madeira carbonizada datada poderia mesmo corresponder a um poste cravado na terra num momento mais tardio. O depósito da segunda fase de ocupação (cuja parte superior foi já afectada pelo revolvimento provocado pela lavoura) foi cortado por sequências de estruturas negativas rectangulares. Devido à afectação agrícola, não foi possível identificar estratigraficamente o início destas estruturas negativas e a quase total ausência de materiais nos depósitos do seu interior não permite a sua referenciação cronológica, sabendo-se apenas que são posteriores ao pacote da estratigrafia conservada e não afectada pela agricultura recente. No caso de uma das amostras, os carvões foram recolhidos nos restos do que foi interpretado como um buraco de poste que ardeu. Devido à afectação do topo do depósito, era impossível determinar onde se iniciava estratigraficamente o buraco, podendo este estar relacionado com a ocupação Calcolítica ou ser posterior. A datação parece indicar que esta estrutura terá sido construída durante o final da Idade do Bronze, apesar de, como se disse, não existirem outras evidências que documentem uma ocupação do local nesta época. Já no Castro de Santiago, a amostra em questão é proveniente da Fase 2 de ocupação e foi recolhida entre o que foi interpretado como um primeiro momento de derrube de pedras da muralha. Cobrindo esta realidade encontrava-se todo o derrube posterior e entre ele, mas já próximo da superfície, foram recolhidos fragmentos cerâmicos compatíveis com cronologias do final da Idade do Bronze (Valera, 2006).

Como afirmei, a saída mais fácil, no sentido de mais pacífica, seria a de optar por explicações do tipo contaminação, que nos defenderiam face à fragilidade dos dados para avançar com qualquer outra solução. Contudo, deveremos pensar noutras possibilidades, por mais frágeis que sejam. No Castro de Santiago, no topo dos derrubes das estruturas de fortificação do recinto interior e do exterior, sensivelmente sobre as zonas de passagem que, até ao presente, se estabeleceram sobre esses mesmos derrubes, foram recolhidos fragmentos de recipientes cerâmicos manuais de colo estrangulado, base plana e, num caso, com bordo denteado, passíveis de serem atribuídos ao Final da Idade do Bronze¹. Estes materiais documentarão uma situação em que um sítio abandonado há vários séculos (possivelmente mais de um



quadro 3 Datações para os contextos de povoamento da Pré-História Recente e Proto-História de Fornos de Algodres (Valera, 2006). Entre rectângulos as ocupações do Calcolítico / transição para a Idade do Bronze (datas calibradas a 2 sigma).

milénio), mas muito provavelmente conhecido, com nome e marcante dos sucessivos quadros de leitura das paisagens locais, foi “visitado” num momento referenciável algures nos finais do 2º / 1º milénio AC. Por outro lado, a Quinta das Rosas, onde se identificou uma ocupação efectiva do Bronze Final, situa-se a escassos 3 km da Fraga da Pena e é muito pouco provável que o gigantesco tor e os visíveis derrubes das potentes muralhas que lhe estavam associados fossem do desconhecimento dos habitantes que reocuparam aquele primeiro sítio. Como já se referiu, a Fraga da Pena terá sido sempre um marco das sucessivas paisagens locais e, portanto, do conhecimento das comunidades que, antes da construção do recintos e depois do seu abandono, residiram nestes territórios.

De facto, neste conjunto de sítios intervencionado foram registadas situações de reocupações com intervalos significativos de permeio. Estas situações demonstram-nos que estes locais, mesmo os que aparentemente poderiam passar mais despercebidos, porque menos monumentais, se mantinham como locais de circulação após o seu abandono e que outros se implantaram em espaços que há muito seriam percorridos no âmbito da vivência de um território no qual que se constituíam como pré-existências. No contexto de uma análise de conjunto, os vários indícios, por mais frágeis que sejam, ganham outras possibilidades de sentido que devem ser exploradas. Assume-se, pois, a hipótese de algumas das datações acima discutidas, mais que corresponderem a problemas de simples contaminação ou decorrentes de processos que nada tem a ver com o Homem, se relacionem com a complexa dinâmica de ocupação e circulação humana neste espaço ao longo de um tempo que transcende claramente, em anterioridade e posteridade, os contextos das ocupações do 3º milénio AC. Trata-se de uma via mais sugestiva e realça o papel que as pré-existências têm nas dinâmicas de povoamento, na organização e percepção das paisagens e na estruturação do trânsito.

Procura-se, assim, sublinhar o papel socialmente activo que estes sítios, tomados não isoladamente, mas como rede de povoamento, terão mantido muito para além do fim do contexto histórico que os gerou e onde funcionaram, através do prolongamento do seu conhecimento pelas populações dos finais do 2º / inícios do 1º milénio AC. A reocupação ou simplesmente a circulação por estes sítios durante esse período tardio, revela que os mesmos continuariam conhecidos e reconhecíveis na paisagem local, que se manteriam socialmente activos, que continuam a ser lugares, ainda que com eventuais novos enquadramentos simbólicos (de sentido). Sem dúvida que a partir de certa altura, os sítios abandonados são sujeitos a reinterpretaciones, tal como o próprio espaço físico em que se inserem sofre reorganizações cognitivas e metafóricas. Os seus novos significados escapam-nos, mas poderemos pensar que essas reocupações ou simples visitas se podem enquadrar no âmbito de estratégias de curação ou, talvez com mais propriedade, no âmbito de uma articulação com um território onde os vestígios do passado, presentificados nos seus sentidos, inscrevem simbolismos na paisagem e são parte activa na construção de novas cosmologias e das novas “Histórias” que as enquadram.

Como se disse acima, isoladamente os dados tenderão a suscitar dúvidas e reservas sobre a sua validade e utilidade. Contudo, a imagem de conjunto que se foi formando, no quadro de uma teoria do abandono não constrangida à noção de “fim”, permitem pensar que o povoamento local do 3º milénio se constituiu como tradição local e se manteve activo na paisagem e nos seus trajectos de circulação até bastante tarde. E se assim foi, a imagem de ruptura estrutural nas formas de ocupação do território observada no Bronze Final terá que ser mais ponderada, pois a ocupação de um território não se traduz apenas nos locais de implantação de povoados, mas também nas formas de circulação e nos diferentes “lugares” de sentido que permitem organizar as paisagens, muitos dos quais estarão enraizados na

¹ Os fragmentos destes recipientes recuperados no topo dos derrubes da muralha do recinto interior foram inicialmente atribuídos, como hipótese, a um momento mais tardio, correlativo da ténue ocupação medieval registada no Castro de Santiago (Valera, 1997, Est. XLVII). Contudo, a sua tipologia sempre levantou algumas dúvidas relativamente a esta atribuição cronológica. A recuperação de fragmentos cerâmicos possivelmente de um destes recipientes integrados na UE303, que corresponde ao segundo momento de derrube da estrutura murada do recinto exterior, onde não se registaram materiais medievais, os quais apenas ocorrem (e apenas muito pontualmente) no depósito de cobertura UE300, leva a que reequacione a cronologia proposta para estas cerâmicas, a qual deverá corresponder ao final da Idade do Bronze (Valera, 2006).

tradição (no sentido de Gadamer). Será, pois, necessário procurar perceber de que forma as pré-existências se articulam com as novas estratégias de implantação no espaço e que papéis desempenhariam na construção de “sucessivas paisagens”.

figuras

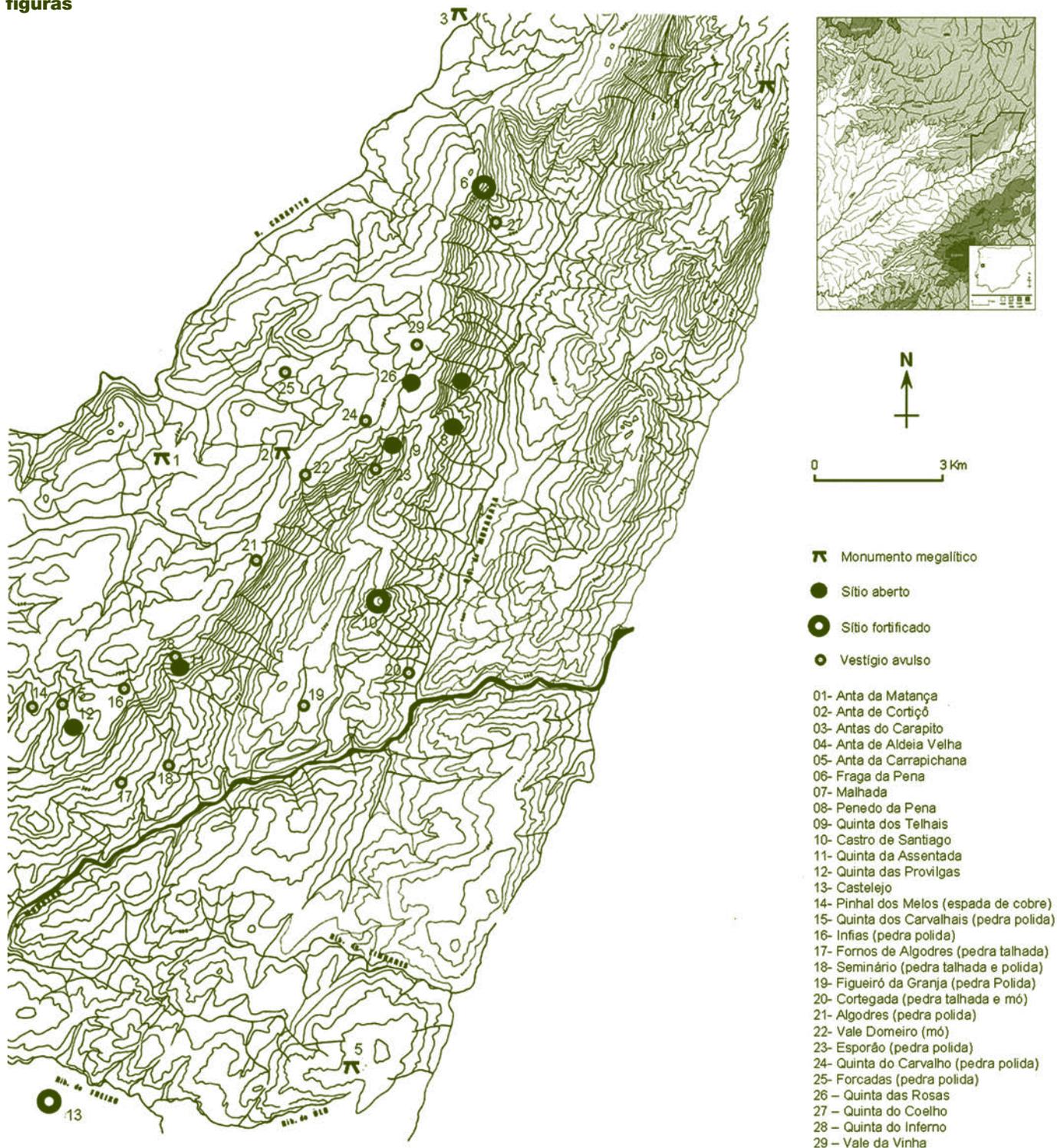


fig. 1 Localização da Quinta das Rosas no contexto da rede de povoamento da Pré-História Recente do concelho de Fornos de Algodres.

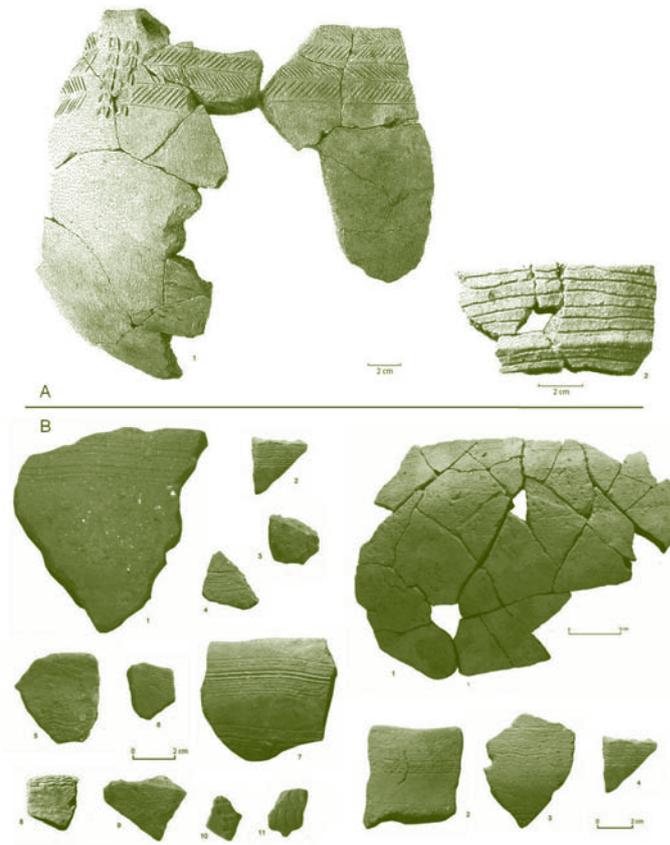


fig. 2 A. Materiais do Neolítico Inicial recolhidos no Sector 4; B. Cerâmicas penteadas da ocupação do Calcolítico Final (recolhidas nos Sectores 4 e 5).



fig. 3 Materiais da Ocupação do Final da Idade do Bronze (12 têm decoração com ornatos brunidos sobrepostos com pintura a vermelho).

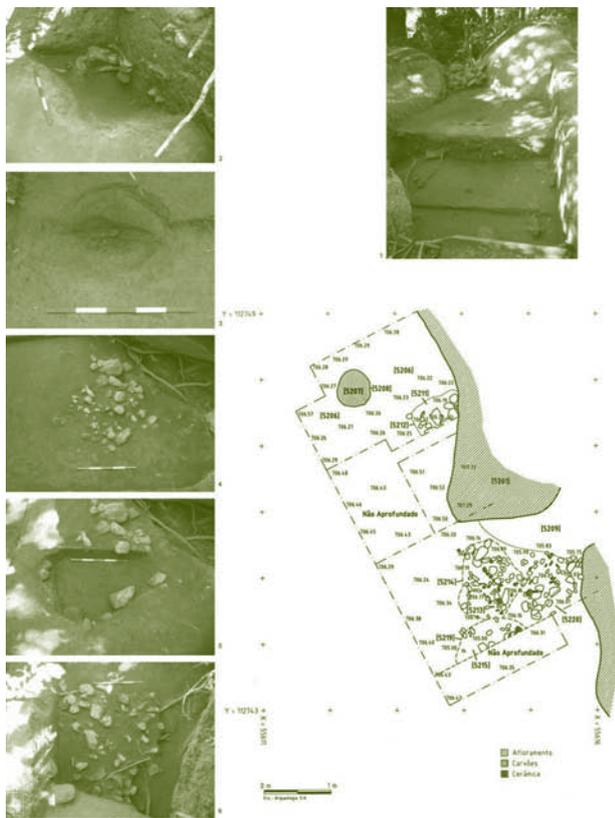


fig. 4 Estruturas do Bronze Final do Sector 5. Em 1 é visível o fino nível preservado da ocupação calcolítica (a) sob os depósitos do Bronze Final.

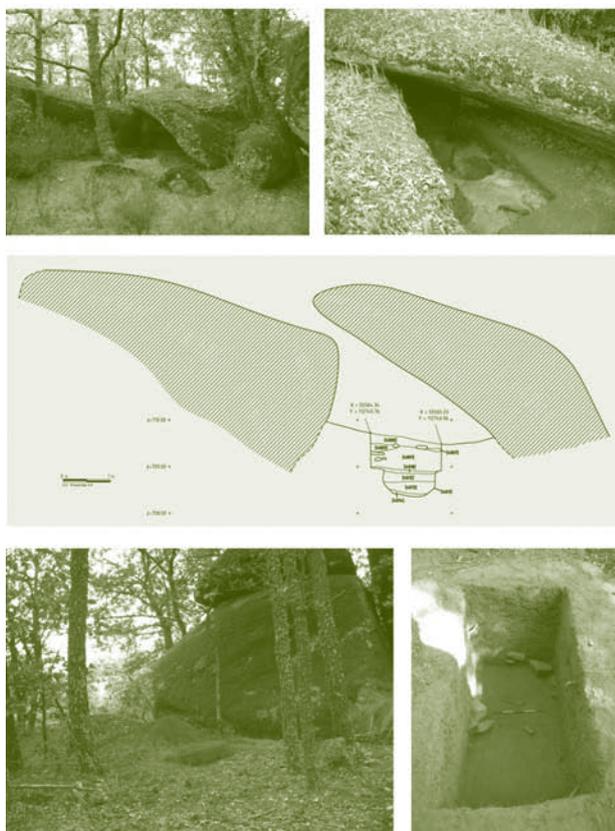


fig. 5 Abrigo do Sector 4 e sondagem do Sector 7, onde se preserva um depósito calcolítico na base da estratigrafia.

Bibliografia

- CRUZ, D.J. (1997) - A necrópole do Bronze Final do Paranho (Molelos, Tondela, Viseu). *Estudos Pré-Históricos*. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, 5, p.85-109.
- CRUZ, D.J.; VILAÇA, R. (1999) - O grupo de tumuli da “Senhora da Ouvida” (Monteiras / Moura Morta, Castro Daire, Viseu). Resultados dos Trabalhos Arqueológicos. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu: CEPBA, 7, p.129-161.
- HORNE, L. (1996) - Occupational and locational instability in arid land settlement. In CAMERON, C.M.; TOMKA, S. A., eds. – *Abandonment of settlements and regions: Ethnoarchaeological and archaeological approaches*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 43-53.
- LÓPEZ SÁEZ, J. A.; LÓPEZ GARCÍA, P. CRUZ, D.J.; CANHA, A.J. (2000) - Paleovegetação e impacto humano durante a Pré-História Recente na Região do Alto Paiva: Palinologia do povoado do Bronze Final de Canedotes (Vila Nova de Paiva, Viseu). *Estudos Pré-Históricos*. Viseu: CEPBA. 8, p.161-185.
- LÓPEZ SÁEZ, J. A.; VALINHO, A; LOUREIRO, S. (2002-2003) - Paleovegetação na transição Bronze Final / Idade do Ferro no Alto Paiva: palinologia do Castro de Vila Cova-à-Coelheira (Vila Nova de Paiva, Viseu). *Estudos Pré-Históricos*. Viseu: CEPBA. 10-11, p.157-173.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994) - Notas para o estudo da génese da Idade do Bronze na Beira Alta: o fenómeno campaniforme. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa: Colibri. 2, p.173-200.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2000) - O Grupo Baiões / Santa Luzia no quadro do Bronze Final do Centro de Portugal. In SENNA-MARTINEZ, J. C.; PEDRO, I., eds. – *Por Terras de Viriato: Arqueologia da Região de Viseu*, Viseu: MNA, p.119-131.
- TOMKA, S., (1996) - Site abandonment behavior among transhumant agro-pastoralists: the effects of delayed curation on assemblage composition. In CAMERON, C.M.; TOMKA, S. A., eds. – *Abandonment of settlements and regions: Ethnoarchaeological and archaeological approaches*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 11-24.
- VALERA, A. C. (1997) - *O Castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda). Aspectos da calcolitização da bacia do alto Mondego*. Lisboa: Câmara Municipal de Fornos de Algodres (Textos Monográficos; 1).
- VALERA, A. C. (2003) - O abandono de povoados fortificados calcolíticos no Ocidente Peninsular. *ERA Arqueologia*. Lisboa: Colibri; ERA Arqueologia S.A. 5, p.126-148.
- VALERA, A. C. (2006) - *Calcolítico e transição para a Idade do Bronze na bacia do alto Mondego: estruturação e dinâmica de uma rede local de povoamento*. Porto: Universidade do Porto (Dissertação de doutoramento, policopiada).

Resumo

Nos anos de 2005 e 2006 foram descobertas duas novas estações de arte rupestre esquemática, na Bacia do Baixo Paiva: Deilão e Telhe. O levantamento destas gravuras ao ar livre foi efectuado recorrendo à fotografia digital, com o auxílio de luzes de *flash* e posterior tratamento digital. Os resultados apontam para que a rocha de Deilão se insira no grupo três, designado de gravuras filiformes e outras, dos Petroglifos Galaico-Portugueses e a rocha de Telhe se integre no grupo II. Ambas as ocorrências vêm acrescentar novos dados à interpretação da arte esquemática em Portugal, evidenciando-se a importância na sistematização deste tipo de estudos.

palavras-chave: Gravuras pós-paleolíticas; Rio Paiva; Registo; Sistematização de arte rupestre.

O trabalho que se segue assume-se como nota de descoberta de duas estações de arte rupestre localizadas na bacia do Baixo Paiva: a Fraga Marcada (Deilão) e a Fraga da Ferradura (Telhe). Apesar da sua proximidade geográfica e de se inserirem ambas na arte rupestre pós-glaciária ibérica, estas duas rochas ao ar livre apresentam acentuadas características heterogéneas. Ao apresentarmos estas duas estações num mesmo artigo, torna-se imperativa uma análise à apelidada arte esquemática e à sistematização até agora sobre ela realizada em Portugal. Os estudos de arte rupestre carecem de uma uniformização de definições, sobretudo na arte pós paleolítica. Tal facto leva, em muitos casos, à desorientação de quem a estuda. No nosso país, falta ainda eco de estudos dinâmicos dedicados à arte rupestre que nos permitam abordar o problema de forma profunda. De facto, até à descoberta do complexo artístico do vale do Tejo, nos anos setenta, o marasmo da investigação nesta área foi apenas contrariado por contribuições pontuais de Santos Júnior, Castro Nunes, Domingos de Pinho Brandão e poucos mais (Baptista, 1986: 46). A partir de então foram importantes os contributos, tanto ao nível do método bem como ao nível da interpretação e sistematização, do investigador E. Anati (1968). Mas é no início dos anos oitenta que António Martinho Baptista dá um novo e importante impulso para o desenvolvimento dos estudos de arte rupestre em Portugal, sobretudo com os dois artigos: “Arte rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva” (1983-1984) e “Arte rupestre pós-glaciária. Esquematismo e abstracção” (1986). Nos anos que se seguem, são de especial relevância para o Norte do país, não só os trabalhos deste investigador como os desenvolvidos por Maria de Jesus Sanches, pelos pressupostos científico em que se apoiam. Se a partir de então a arte rupestre foi abordada de forma mais sistemática e séria, a comunicação dos achados extraordinários em Foz Côa, no decorrer do ano de 1995, veio dar novo rumo à investigação. De facto, este acontecimento marcou um ponto de viragem importante na história da arqueologia em Portugal. Em relação à temática que nos importa, teremos de referir que, depois do primeiro contributo sério para a classificação da arte rupestre no nosso país no princípio dos anos 80, passados mais de vinte anos e apesar da enorme quantidade de descobertas entretanto feitas, não foi publicado mais nenhum trabalho que voltasse a arriscar nesse sentido. O que foi válido para Jorge em 1986, quando dizia ser “cedo para avançar mais nesta problemática, enquanto se não realizarem os exaustivos levantamentos que exigem tempo e especialistas”, é igualmente válido para nós hoje. Mas, tal como o mesmo autor refere nesse texto, “convém estarmos abertos a todas as possibilidades interpretativas, não nos confinando, hoje, a dois «grupos», como antes nos não deveríamos ter confinado a apenas um” (1986: 45). O estudo destas duas manifestações artísticas, ainda que preliminar, pretende contribuir com um pequeno passo para a investigação da arte rupestre em Portugal, tocando três esferas

acta 8

Novos contributos para o estudo da arte rupestre na bacia do Baixo Paiva

Sofia Figueiredo

(Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho)

Manuel Valério Soares de Figueiredo

Introdução

distintas: a primeira prende-se unicamente com a descrição e divulgação deste património; a segunda verifica-se ao nível da metodologia aplicada no registo rápido, económico e eficaz de arte rupestre; a última procura acrescentar novos dados e problemáticas relacionadas com a investigação dedicada à presente área, arriscando uma nova sistematização e modelos interpretativos.

Localização

A Fraga Marcada situa-se na freguesia de Covas do Rio, concelho de S. Pedro do Sul, distrito de Viseu. A Fraga da Ferradura localiza-se na freguesia da Janarde, concelho de Arouca, distrito de Aveiro. Apesar de pertencerem a freguesias, concelhos e distritos diferentes, geograficamente estão muito próximas, situando-se ambas na margem esquerda do rio Paiva. Distinguem-se uma da outra cerca de 7 Km (fig. 1).

O rio Paiva nasce no planalto da Nave e desagua na margem Sul do rio Douro. Faz por isso parte da rica e variada rede hidrográfica do Douro. Da nascente à foz percorre cerca de 85 Km por entre serras. Em termos geológicos, a bacia do Paiva situa-se na parte ocidental da grande ossatura da Península Ibérica na zona Centro-Ibérica do chamado Maciço Ibérico (Silva, 1999: 12). De acordo com Carta Geológica de Portugal, escala 1:50000, folha 14 C (Castro Daire), nesta região percorrida pelo rio Paiva predominam as formações do designado complexo xisto grauváquico.

A Fraga Marcada situa-se num local que, sobretudo no Inverno, privilegia a circulação de água, com numerosas ribeiras de carácter sazonal. O principal curso de água que atravessa o local é a ribeira de Deilão que vai desaguar na margem esquerda do rio Paiva. Situa-se a cerca de 456 metros de altitude, num cume de baixa altitude, o que faz com que as boas condições de visibilidade sejam uma das suas características topográficas mais importantes.

A Fraga da Ferradura situa-se a nascente do lugar de Telhe, nas águas vertentes com a freguesia de Janarde à qual pertence. Situa-se a cerca de 440 metros de altitude, tendo como panorama a norte o rio Paiva e a serra de Montemuro, a sul o Maciço da Gralheira, a nascente corre o Ribeiro de Silveiras e a poente o rio Paivô, afluente da margem esquerda do Rio Paiva.

Materiais e método

No decorrer dos anos de 2005 e 2006, um dos autores deste trabalho (Manuel Valério Soares de Figueiredo), descobriu pela primeira vez a Fraga Marcada (S. Pedro do Sul) e a Fraga da Ferradura (Arouca). Desde então, ambos os achados foram de imediato comunicados ao IPA e, foram efectuadas duas deslocações aos locais. A primeira realizou-se no último trimestre de 2005, com a intenção de avaliar o potencial dos achados arqueológicos. A segunda realizou-se em Fevereiro de 2006, com a finalidade de registar as principais características das estações.

A história dos estudos em arte rupestre tem sido acompanhada de uma busca contínua de técnicas de registo fiáveis e precisas (Clogg *et al.*, 2000: 837). Actualmente, o método mais efectivo é o levantamento realizado através do decalque directo, à noite, recorrendo a luz artificial. Posteriormente, no gabinete, os desenhos são tratados para serem arquivados num suporte digital. Deste modo, as gravuras são representadas com as formas exactas das originais (Baptista e Gomes, 1997: 218). Dá-se também especial relevância à fotografia, como podemos ler no capítulo a ela dedicado do livro “No Tempo Sem Tempo” de António Martinho Baptista (1999a).

No entanto, tanto a nível de logística como de recursos humanos, este método é demorado e financeiramente exigente. O desenvolvimento de um método simples e efectivo, de custos mais reduzidos, para um bom registo de arte rupestre torna-se assim promissor. Vão nesse

sentido vários trabalhos que procuram, através de novos instrumentos oferecidos pela era digital e informática de relativo baixo custo, facilitar este registo. De entre estes destacam-se os de P. Clogg *et al.* (2000) e os de J. L. Lerma (2001) no que toca ao registo de pinturas e, os de J. H. Chandler e J. G. Freyer (2005) tanto para o registo de pinturas como de gravuras. No que se refere ao registo das gravuras aqui tratadas, e face à carência de meios humanos e logísticos por nós sentidos, optamos por desenvolver um método totalmente apoiado na imagem digital. Futuros aperfeiçoamentos, que esperamos ter a oportunidade de desenvolver, poderão vir a revelar um método bastante eficaz para registos de ordem rápida e mais económica de gravuras rupestres.

Para o levantamento das gravuras da Fraga Marcada e da Fraga da Ferradura foi utilizada uma câmara fotográfica digital, uma luz de *flash* de alta potência, sincronizada, sem fios e um tripé. Deste modo foi possível minimizar a componente da luz ambiente em relação à luz artificial. Já no gabinete, recorrendo ao software Adobe Photoshop CS2, as fotografias foram tratadas. Sendo que o relevo da rocha se traduz, em termos de análise de imagem, em frequências normalmente distintas das correspondentes ao detalhe da gravura, foi possível fazer a selecção de uma determinada gama de frequências correspondentes à gama de detalhe pretendido, neste caso a gravura (fig. 2).

Este método foi apenas um teste que, apesar de ter dado bons resultados, terá de ser aperfeiçoado. Em trabalhos por nós realizados posteriormente, verificamos que a eficácia é ainda maior se utilizarem duas luzes de *flash* externas sincronizados por sistemas sem fios, em vez de um *flash* apenas.

Para além destes, não foram por nós efectuados quaisquer trabalhos arqueológicos no local, que não uma limpeza muito superficial para remover terra e folhas soltas.

A Fraga Marcada encontra-se implantada entre formações rochosas pertencentes ao denominado complexo xisto-grauváquico.

A Fraga Marcada¹

A técnica utilizada para insculpir as diversas figuras que integram os três painéis registados foi a abrasão. Existe uma grande diversidade de traços que vão desde os 2mm de espessura até aos 1,3 cm. Os traços são, no geral, mais largos a meio do que nas extremidades.

Enquadram-se nos designados «polidores», também presentes no Vale da Casa, na Pedra Escrita de Ridevides e nas Fragas do Diabo, entre outras (Baptista, 1986: 54). Santos Júnior apelidou este tipo de gravura de *litotriptica*, sendo formadas por “sulcos fusiformes, isto é, grossos no meio e aguçados nas pontas, mais fundos na parte média e subindo em rampa para as extremidade...” (Júnior, 1963: 117).

A Fraga Marcada conta com três painéis distintos (fig. 3):

O painel 1 é uma superfície horizontal, com cerca de 2,80 metros de comprimento por 3,30 metros de largura e uma inclinação no sentido Este/Oeste de cerca de 15°. É o maior painel e, muito provavelmente, o que tinha maior importância devido ao grande número de motivos que nele encontramos.

Dentro dos tipos de elementos que se apresentam gravados encontram-se as composições reticuladas, surgindo quadrados e rectângulos segmentados no seu interior, apresentando por vezes cantos e linhas arredondadas. Em grande número também, aparecem as figurações cruciformes cujas linhas arrancam, por vezes, de covinhas. Surgem muitos traços que apresentam pequenas zonas de concentração, distribuindo-se de forma paralela, perpendicular ou em ambas as direcções. Encontra-se também representado um arco e uma

¹ Esta descrição sumária resume o artigo intitulado “Novos Achados Arqueológicos no Vale do Paiva, As Gravuras rupestres de Deilão (S. Pedro do Sul)” publicado no jornal local *Defesa de Arouca* (Figueiredo e Figueiredo, 2006b).

flecha, ou o que, visto de outra perspectiva, poderá ser um antropomorfo. Para além destes motivos, encontramos ainda formas triangulares, geralmente segmentadas no interior (fig. 4). Pelo menos um destes triângulos, e por analogia com o painel 5 de Molelinhos e com as gravuras galaico-portuguesas, parece-nos ser um punhal.

O painel 2 encontra-se encostado ao anteriormente descrito. Também ele é horizontal, mas de dimensões consideravelmente menores. Mede 89 cm de comprimento por 62 cm de largura e apresenta uma inclinação de 20° no sentido Norte/Sul. Por conseguinte o número de motivos que apresenta é reduzido cingindo-se a dois reticulados, alguns traços soltos e cerca de oito cruciformes que arrancam quase todos de covinhas (fig. 5).

Na base do painel 1, no sentido Oeste, destacam-se ainda alguns cruciformes gravados num pequeno painel vertical, cuja altura é de cerca de 57 cm.

Na base do painel 1, no sentido Oeste, encontra-se o painel 3. É um painel vertical e é o menor de todo o conjunto, a sua altura é de cerca de 57 cm. As gravuras que apresenta, cinco cruciformes que arrancam de covinhas, parecem ser mais recentes que as dos painéis anteriormente descritos.

A Fraga da Ferradura²

A Fraga da Ferradura é constituída por três planos, separados por pequenos degraus cuja altura máxima é de cerca de 35 cm. A superfície da rocha encontra-se bastante danificada pela erosão apresentando diversas fissuras naturais do próprio xisto. O comprimento das plataformas varia entre os 270 cm e os 420 cm, encontrando-se a largura entre os 60 cm e os 150 cm. Os diferentes painéis, ainda que horizontais, conhecem uma inclinação que vai desde os 8° aos 11° (fig. 6).

Identificam-se na rocha diferentes técnicas de gravação como a incisão filiforme, a abrasão e a picotagem, sendo esta última a mais representativa.

Analisando os vários motivos gravados, bem como a sua pátina e as fracturas posteriores à execução das gravuras, rapidamente se verifica que resultam de diferentes épocas. Ao analisarmos a segunda plataforma da rocha, onde se encontram a maioria dos motivos, percebemos, pelo menos, dois grupos distintos. O primeiro grupo é nitidamente mais visível, logo, mais recente. Nele encontramos representados artefactos ligados à mineração, como por exemplo uma marreta e um pico de mineiro e, caracteres alfabéticos de época medieval, moderna ou posterior.

O segundo grupo é de difícil visualização devido à forte pátina dos sulcos gravados. Encontramos covas ou covinhas, círculos com e sem covinha central, ferraduras, pelo menos uma figura cruciforme, duas figuras antropomórficas e alguns traços filiformes, quase imperceptíveis, sobrepostos pelos motivos do primeiro grupo (fig. 7).

² Tal como a descrição anterior, esta também resume um texto, publicado com o título “Novos Achados Arqueológicos no Vale do Paiva, As gravuras rupestres de Telhe, Janarde” no jornal local *Defesa de Arouca* (Figueiredo e Figueiredo, 2006a).

As novas descobertas no contexto da arte rupestre portuguesa

Como já foi referido, este estudo pretende apenas expor e destacar os aspectos mais relevantes destas duas estações, estando ambos os autores conscientes do levantamento que no futuro deverá ser feito para que qualquer resultado se possa comprovar cientificamente. De qualquer modo, gostaríamos de arriscar na exposição dos pontos que se seguem algumas interpretações e ideias.

De acordo com António Martinho Baptista (1986), dentro da arte pós-paleolítica portuguesa, podemos individualizar três grupos principais: a pintura esquemática (individualizada por questões metodológicas que se prendem com a técnica de execução), a arte do vale do Tejo

e, os Petróglifos Galaico-Portugueses que por sua vez se dividem em outros três grupos (grupo I, grupo II e um terceiro apelidado de filiformes e outros). Mas, tal como o autor nos alerta, “os grupos não são estanques, mas sim dinâmicos”, acrescentando ainda que, pelo facto de determinados grupos serem mal conhecidos (grupo II dos Petróglifos Galaico-Portugueses) e/ou estarem mal caracterizados, poderão vir a revelar novos dados que obriguem à sua revisão (1986: 53). De acordo com o mesmo autor, o nosso território conserva ainda exemplos de gravações rupestres que só dificilmente poderão integrar qualquer um dos três grupos (1986: 53). Tal é o caso do abrigo da Solhapa, que foi abordado num artigo com o título “O Abrigo Gravado Com Arte Esquemática Da Solhapa (Duas Igrejas-Miranda do Douro)” (Sanches e Lebre, 1986: 129), caindo assim numa denominação mais ambígua. À luz desta sistematização tanto a Fraga Marcada como a Fraga da Ferradura integram o terceiro grupo; mas e dentro deste?

A Fraga Marcada apresenta semelhanças evidentes com o grupo dos filiformes e outros. Geograficamente, este grupo abrange a mancha oriental da Beira e de Trás-os-Montes, tendo uma cronologia ampla desde a Idade do Bronze até à Idade do Ferro. Apresenta uma tipologia variada entre os quais se destacam armas (desde modelos líticos a modelos da Idade do Bronze e do Ferro), motivos antropomórficos, zoomorfos, escalariformes, escutiformes e uma simbólica geometrante muito variada (Baptista, 1986: 52). A sua característica tipológica mais importante é a quantidade de armas que tem gravadas (*idem, ibidem*). Estas gravuras são obtidas pela incisão de um traço contínuo, aparecendo só em xistos. As principais estações que representam este grupo são: o núcleo do Vale da Casa (Foz Côa), a Pedra Escrita de Ridevides (Alfândega da Fé), a Pedra Letreira (Góis) e Molelinhos (Tondela). Face às novas e importantes descobertas realizadas posteriormente à caracterização deste grupo, temos hoje, ao contrário de então, “elementos mais que suficientes para que ele possa ser considerado um grupo autónomo e individualizado” (Baptista, 1983: 66). Mais: para além de acreditarmos que este grupo se encontra totalmente à margem dos dois grupos clássicos da arte Galaico-Portuguesa, impressão essa já manifestada por Baptista (*idem, ibidem*), pensamos poder individualizar, dentro deste grupo, dois ciclos artísticos distintos. Deste modo, pretendemos desconstruir este grupo nos pontos que se seguem.

Para além do contributo que a Fraga Marcada veio trazer, mais importante ainda, terá sido a descoberta da arte do Vale do Côa. Mais associada às esplêndidas gravuras paleolíticas que conserva, Foz Côa encerra um conjunto assombroso de gravuras Proto-históricas ainda mal conhecidas quando comparadas com as do Paleolítico. De facto, “a arte sidérica constitui o segundo momento artístico mais relevante da arte rupestre do Vale do Côa, e foi identificada em 18 núcleos distintos” (Luís, 2005: 45). O primeiro núcleo a ser descoberto foi o de Vale da Casa que foi nessa altura inserido no sub-grupo dos filiformes e outros.

Hoje em dia, pensamos que tal inserção não seja mais possível. Se até então, sobretudo “as suas gravuras antropomórficas eram de um tipo totalmente desconhecido no NW e mesmo na Península” (Baptista, 1983: 59), actualmente, dando sequência a esta primeira descoberta, foram identificados outras gravuras em idênticas condições (Baptista, 1999b: 198).

Posteriormente, o mesmo tipo de gravuras foi identificado em ambas as margens do Guadiana (Baptista, 2002; Collado, 2002), razão pela qual pensamos que corresponde este a um grupo de clara disseminação pela zona fronteiriça luso-espanhola. As principais figuras que ilustram e caracterizam este conjunto são os motivos antropomorfos, zoomorfos (sobretudo as espécies domesticadas, como o cavalo e o cão), e as armas. Estes motivos surgem muitas vezes associados formando verdadeiras cenas. Assim, podemos definir a sociedade que

A Fraga Marcada versus os “Filiformes e Outros”

produziu estas representações como sendo simbolicamente complexas e de tipo guerreiro (Luís, 2005: 45).

Se compararmos os achados de Foz Côa e Guadiana com Ridevides, Molelinhos, a Pedra Letreira e a Fraga Marcada, vemos que os primeiros nada têm que ver com estes segundos. O primeiro factor que sustenta a nossa ideia prende-se desde logo com a técnica de execução das gravuras.

Quando iniciamos a redacção deste trabalho, e tendo como base os artigos de outros autores por nós estudados, surgiram-nos logo dúvidas, quanto às diferentes formas empregues na descrição das técnicas responsáveis pela execução das gravuras. No artigo que nos dá a notícia da descoberta do Vale da Casa, Baptista diferencia três técnicas: a primeira consiste num traço fino e contínuo, obtido por fricção, cuja largura se encontra entre 1/4 de mm e 3 mm, designados de traços filiformes; a segunda é igualmente obtida por fricção, mas com um traço mais grosso a meio e muito afunilado nas extremidades; a última é obtida por picotagem (1983: 58). Neste mesmo artigo, desta feita a propósito de Ridevides, Baptista refere que esta estação apresenta “gravuras filiformes sobrepostas por picotagem” (1983: 65). Em relação à mesma estação, Santos Júnior escreveu:

“Abundam os traços rectilíneos ou ligeiramente ondulados, formados por sulcos fusiformes, isto é, grossos no meio e aguçados nas pontas [...] devem ter sido feitos por fricção [...] num repetido movimento de vaivém [...] a este tipo de gravuras...chamei litotríptica, para contrapor a outro tipo de gravuras obtidas picando a rocha [...] Para as gravuras deste segundo tipo [...] criou-se o termo litostícticas [...] Na «Pedra Escrita de Ridevides» há também [...] gravuras deste tipo [...] algumas sobrepostas a litótribos que foram em parte danificados [...] Há ainda alguns sinais, pequenos e finamente riscados. Somos levados a crer que o seu desenho haja sido feito sem demorado, nem intenso, movimento de vaivém do bem aguçado instrumento gravador” (Júnior, 1963: 117-118).

Então, Baptista define três técnicas distintas, sendo que a primeira origina os filiformes (entre 1/4 de mm e 3 mm); depois refere que Ridevides apresenta “gravuras filiformes sobrepostas por picotagem”. Santos Júnior também distingue três técnicas distintas, sendo que, na nossa opinião, os tais “sinais, pequenos e finamente riscados” correspondem aos filiformes de Baptista. Deste modo, as “gravuras filiformes sobrepostas por picotagem” às quais Baptista se refere, correspondem aos “sulcos fusiformes” (litotrípticas) de Santos Júnior. Outros artigos de outros autores (Nunes *et al.*, 1959; Lemos e Marcos, 1984; Cunha, 1995) também não são explícitos quanto a esta questão.

Em suma, pensamos ser importante a definição de diferentes nomes para os diferentes tipos de gravura que, apesar de recorrerem à mesma técnica de execução (fricção de uma superfície), apresentam aspectos tão distintos. Assim, aproveitando os trabalhos dos autores anteriores, propomos que se designem de fusiformes e não filiformes, as gravuras que, recorrendo à técnica da abrasão sejam mais largas no meio que na extremidade e que, no geral, apresentem uma largura igual ou superior a 2 mm. A diferença entre filiformes e fusiformes está na quantidade de desgaste da rocha que lhe serve de suporte que, para além de depender da quantidade de movimento vaivém empregue pelo artista, também depende da dureza do material com o qual se grava e das variações de dureza do próprio xisto. Deste modo, salvaguardando, no entanto, as devidas excepções na arte presente no Vale da Casa e nas novas estações recentemente descobertas em Foz Côa, estão sobretudo presentes os filiformes enquanto que, em Ridevides, Molelinhos, Fraga do Diabo, Pedra Letreira e Fraga Marcada se distinguem os fusiformes.

Com base nas nossas investigações, para além das novas descobertas e das diferenças técnicas acima assinaladas, existem outras que vale a pena referir, ainda que de forma menos

extensa. Assim, a nível temático, estes dois grupos são muito diferentes: em Foz Côa observamos ricos e variados antropomorfos, zoomorfos e armas, de tendência mais naturalista, que, se associados, compõem verdadeiras cenas; nas estações com gravuras fusiformes tal não se observa. Para além de não ser identificada, até hoje, nenhuma cena, os motivos antropomorfos são altamente estilizados, não há registo de zoomorfos³ (a não ser que estes também se encontrem de forma tão estilizada que nos seja difícil identificá-los) sendo que, o único motivo que apresentam em comum com os motivos de Foz Côa, como de resto já foi assinalado, sejam as armas. Por outro lado, enquanto que em Foz Côa as gravuras de tipo filiforme sejam de tendência mais naturalista, as gravuras fusiformes apresentam um carácter geometrizar muito acentuado.

O principal contributo que a Fraga Marcada veio trazer a este novo panorama verifica-se a nível geográfico, puxando a fronteira de tais gravuras mais para Ocidente. Assim, ela situa-se na parte mais Ocidental da Beira Central, integrando a sub-região de Lafões (Oliveira, 2000: 407), que de acordo com Amorim Girão “constitui uma região encravada na bacia hidrográfica do Vouga, onde representa a zona mais acidentada” (1921: 2).

O denominado grupo Galaico-Português, encontra-se dividido em dois grupos artísticos. Apresentam características diferentes a nível de dispersão geográfica, implantação topográfica, cronologia, técnica, tipologia e arquitectura do espaço gravado (Baptista, 1986). O grupo I é designado de antigo ou clássico, sendo considerado o mais típico. Conhece uma distribuição mais costeira localizando-se o seu maior núcleo em Pontevedra (*idem, ibidem*). Em Portugal, são várias as estações deste grupo, de entre as quais destacamos, pelos estudos a que tivemos acesso, o complexo de gravuras da Bouça do Colado (Baptista, 1981), a Chã da Rapada (Martins, 2006), entre outros.

Este grupo surge em amplas superfícies graníticas, a meia encosta ou em cumes de baixa altitude, perto do oceano ou de cursos fluviais (Baptista, 1986: 47). Os motivos de maior originalidade neste grupo são os círculos simples, concêntricos, combinações circulares, quase sempre todos com covinhas no interior. Apresenta também gravados meandros, linhas rectas e curvas, zoomorfos, espirais, labirintos, armas, idoliformes e antropomorfos. A realização destes motivos é feita através da percussão. A sua cronologia remonta ao Calcolítico estendendo-se até ao Bronze Final/Ferro Inicial (*idem, ibidem*).

O grupo II, geograficamente, conhece uma dispersão mais continental, abrangendo em Portugal grande parte do Minho e todo o território transmontano, estendendo-se às Beiras. Dentro deste grupo destacam-se as estações do Gião (Baptista, 1981), as estações do Tripe e do Outeiro Machado (Baptista, 1984; Sanches *et al.*, 1998), entre outras.

Os principais motivos que este grupo contempla são: antropomorfos (sobretudo em *fi* grego e cruciformes), círculos simples segmentados no interior, quadrados e rectângulos segmentados no interior, ferraduras com ou sem covinha central, podomorfos humanos, paletes, esteliformes, entre outros de menor incidência. A técnica empregue na realização destes motivos foi a picotagem, sendo estes sulcos posteriormente friccionados, ou não (Baptista, 1986: 50). Raramente se identificam cenas e há um menor ordenamento no espaço da gravação que no Grupo I. Não se detecta uma evolução nestas figuras a partir do grupo I, sendo mais influenciadas pela pintura esquemática (*idem, ibidem*). Este grupo insere-se na Idade do Bronze, podendo mesmo ser mais antigo. Num artigo publicado por Bradley e Fábregas em 1998, a divisão que Baptista faz entre grupo I e II, surge sob a forma de “grupo galego” (grupo I) e “grupo esquemático” (grupo II) (1998: 288). Sendo o grupo galego relativo só a gravuras e a arte esquemática relativa a pinturas e a gravuras e, estando ambos, de uma

³ O painel 4 de Molelinhos tem representado um animal com uma foice encabada por trás e uma lança encabada, à frente, sobreposta ao corpo do animal. De acordo com Cunha (1995: 255), esta é uma gravura muito recente, do séc. XX, facto confirmado pela população e por António Martinho Baptista. Deste modo não será aqui considerada.

A Fraga da Ferradura versus as gravuras Galaico-Portuguesas

forma geral bem caracterizados, pensamos que o grupo II de Baptista poderá corresponder ao interface destes dois.

Na Fraga da Ferradura, dentro do dispositivo iconográfico mais antigo que nela observamos, encontram-se os círculos que, dadas as suas características, se podem enquadrar no grupo I, enquanto que os outros motivos caem no grupo II. De facto, a maioria dos motivos parece influenciada pela pintura esquemática. Tal é verdade, particularmente para dois motivos: um antropomorfo que parece estar provido de toucado sobre a cabeça (fig. 8), e outra gravura muito simples constituída apenas por linhas largas, que fazem lembrar os dedos de uma mão (fig. 9). Ambos os motivos nos remetem para as pinturas do abrigo de Penas Róias, em Mogadouro (Mourinho e Almeida, 1981).

Por agora, e porque contrariamente ao grupo dos fusiformes, não dispomos neste momento de toda a informação adequada, não queremos adiantar novas propostas para este grupo.

Notas finais

Temos duas rochas, que distam uma da outra cerca de 7 Km. A Fraga Marcada que integra um novo grupo por nós sugerido, o grupo dos fusiformes, que está à margem e bem individualizado dos gravados galaico-portugueses. Do outro lado, a Fraga da Ferradura, cuja primeira fase de gravação se enquadra no grupo II dos gravados galaico-portugueses (por sua vez influenciados pela pintura esquemática) apesar de alguns dos seus motivos parecerem estar ligados ao grupo I. Encontramos ainda na Fraga da Ferradura motivos mais recentes ligados à exploração de minério. O que fazer com tudo isto? Quais as semelhanças e as diferenças partilhadas por ambas?

Uma vez que quase todas as diferenças entre elas foram já enumeradas, analisaremos brevemente as semelhanças

O primeiro ponto que apresentam em comum é o meio físico em que se inserem. Hoje em dia, não nos é possível estudar a arte rupestre sem recorrer à arqueologia da paisagem. Deste modo, procura-se compreender a relação entre a arte rupestre e a paisagem, ultrapassando a mera comparação tipológica. Escolher um espaço na paisagem e torná-lo num sítio, gravando certas figuras em determinadas superfícies rochosas e utilizando esse lugar durante várias gerações, pede e reforça uma afinidade com a paisagem (Nash e Chippindale, 2002: 2). De acordo com Bradley, a arte rupestre pode ser entendida como uma forma especializada de cultura material, o seu carácter pode ter mudado em relação a diferentes práticas e diferentes maneiras de entender e usar a paisagem (1998: 287).

Poderemos então compreender estas diferentes rochas como marcos territoriais que procuraram fixar uma identidade comum? Tal já foi, aliás, sugerido por diversos autores para regiões tão distintas como a Escandinávia ou o Chile (v. g. Sognnes, 2002: 195; Ibáñez, 2005: 37). Estas duas rochas apresentam de facto características muito diferentes que não foram de modo algum ditadas pela paisagem. No entanto, a falta de investigações ao nível dos respectivos contextos culturais e cronológicos, não nos deixaram prosseguir no sentido de alcançar respostas mais claras para tais questões.

O segundo ponto prende-se precisamente com o único contexto que poderia constituir uma característica comum entre a Fraga marcada e a Fraga da Ferradura. No entanto, devido à falta de cronologias para estes dados, não poderemos aprofundar muito a questão, não deixando de qualquer forma de a referenciar pelo interesse que nos suscita. A Fraga Marcada foi descoberta quando Manuel Figueiredo procurava vestígios de antigas explorações de minério nesta zona. De facto, a uns escassos metros abaixo da Fraga Marcada existem vestígios de explorações antigas que não conseguimos datar. Na Fraga da Ferradura surgem gravuras de uma marreta e de um pico de mineiro. Apesar de se poder atribuir uma cronologia

recente aos modelos gravados na Fraga, sabemos que estes eram já conhecidos e usados no período romano (figs. 10 e 11) (Healy, 1978).

O terceiro e último ponto que estas duas rochas partilham é o suporte em que as suas gravuras foram executadas, sendo este o xisto que predomina em toda a região.

Em jeito de conclusão, e por tudo o que foi aqui exposto, esperamos, num futuro próximo, rever e aclarar as possibilidades aqui apresentadas tentando contribuir de forma efectiva para o estudo da arte rupestre num país tão rico neste tipo de manifestações. «A Beira Alta e, em particular, o distrito de Viseu, pode ser efectivamente, como afirma V. Oliveira Jorge, «uma das áreas-chave para o estudo da arte rupestre portuguesa»» (1986: 54).

Este trabalho não teria sido possível sem a preciosa ajuda de Pedro Guimarães (OlhoNegro Collective), a quem se agradece todo o trabalho de registo fotográfico e a paciência no seu posterior tratamento. Foram também muito importantes os contributos de Elin Figueiredo (ITN) e Pedro Tarroso (FC-UP). A primeira autora gratifica a bolsa individual concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Por fim, os autores agradecem ao Dr. António Martinho Baptista (CNART) a possibilidade da apresentação deste trabalho.

Agradecimentos



Figuras

fig. 1 Mapa com a localização da Fraga Marcada (à direita, Deilão) e da Fraga da Ferradura (à esquerda, Telhe). Carta Militar Portuguesa, escala 1-25000, folhas 144, 146, 155 e 156.



fig. 2 Resultado do tratamento fotográfico do painel 1 da Fraga Marcada, com o software Adobe Photoshop CS2.

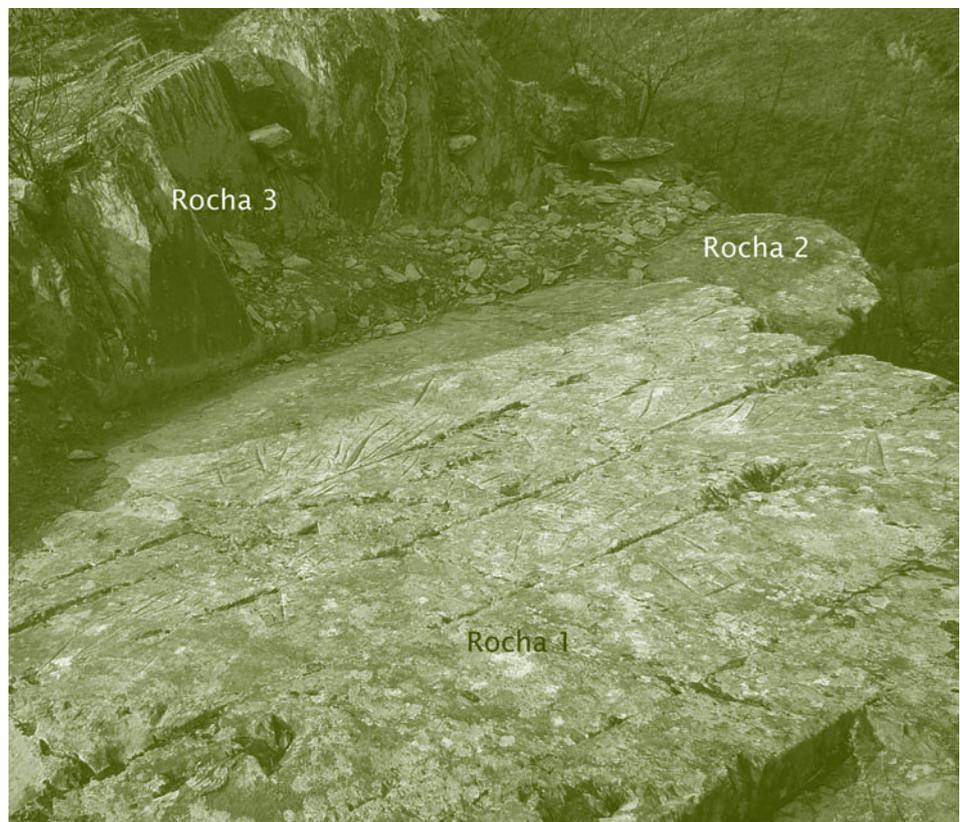


fig. 3 Vista geral sobre a Fraga Marcada, Rocha 1, Rocha2 e Rocha 3 (vertical).

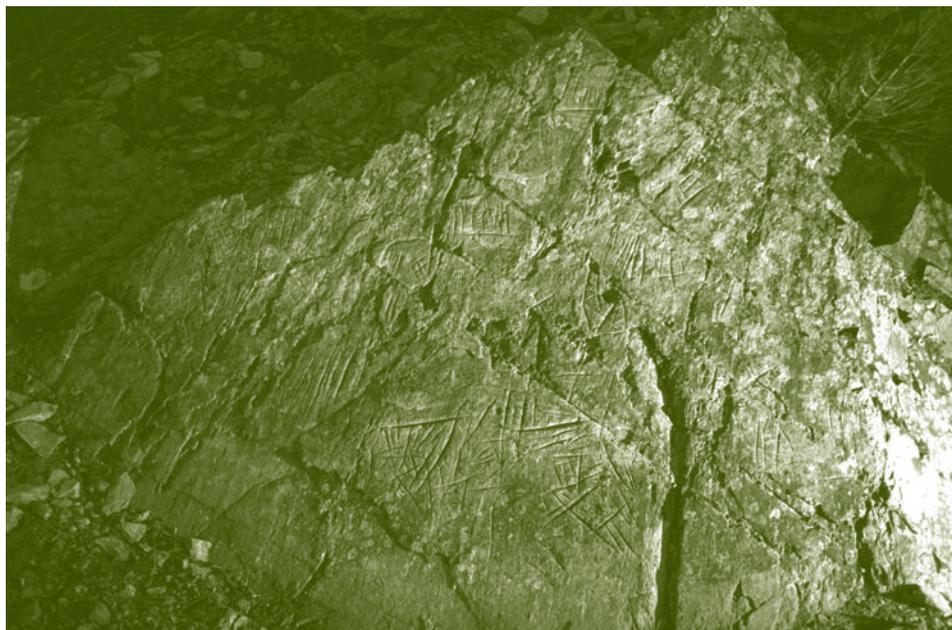


fig. 4 Painei 1 da Fraga Marcada, perspectiva de Oeste.



fig. 5 Painei 2 da Fraga Marcada, perspectiva de Sul.

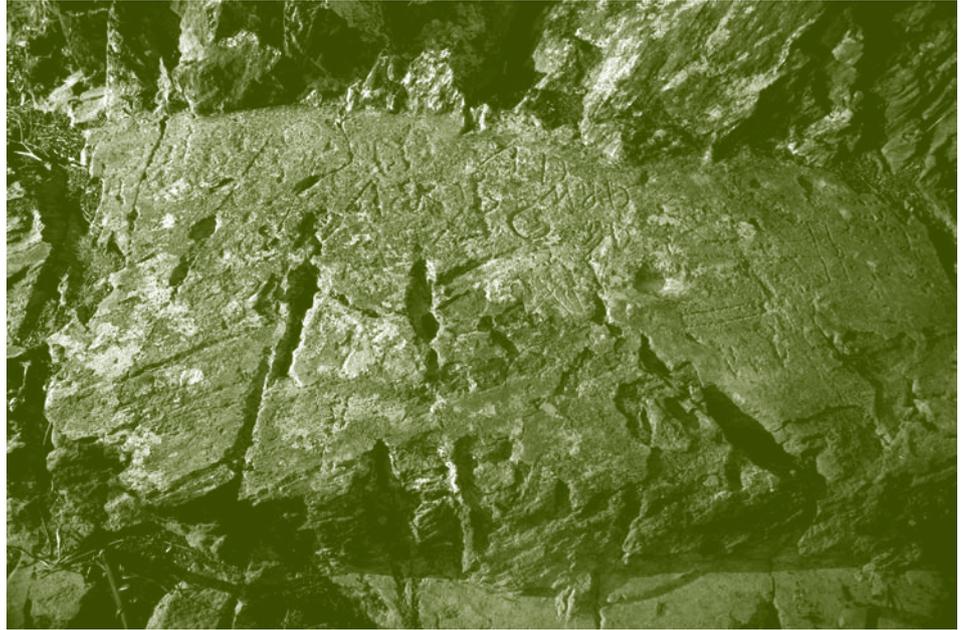


fig. 6 Fraga da Ferradura, painel central.

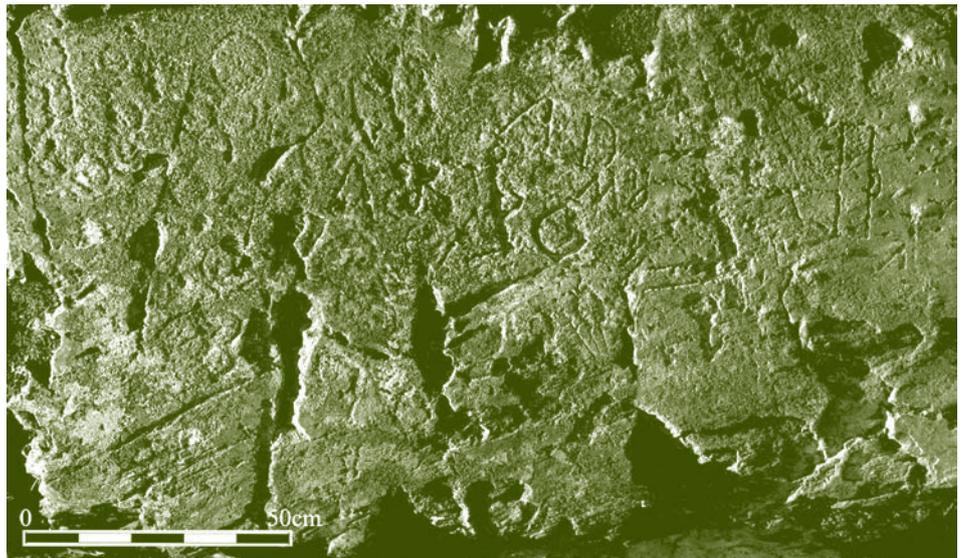


fig. 7 Plataforma central da Fraga da Ferradura. Os motivos mais antigos encontram-se no canto superior esquerdo, os mais recentes ao centro e à direita.

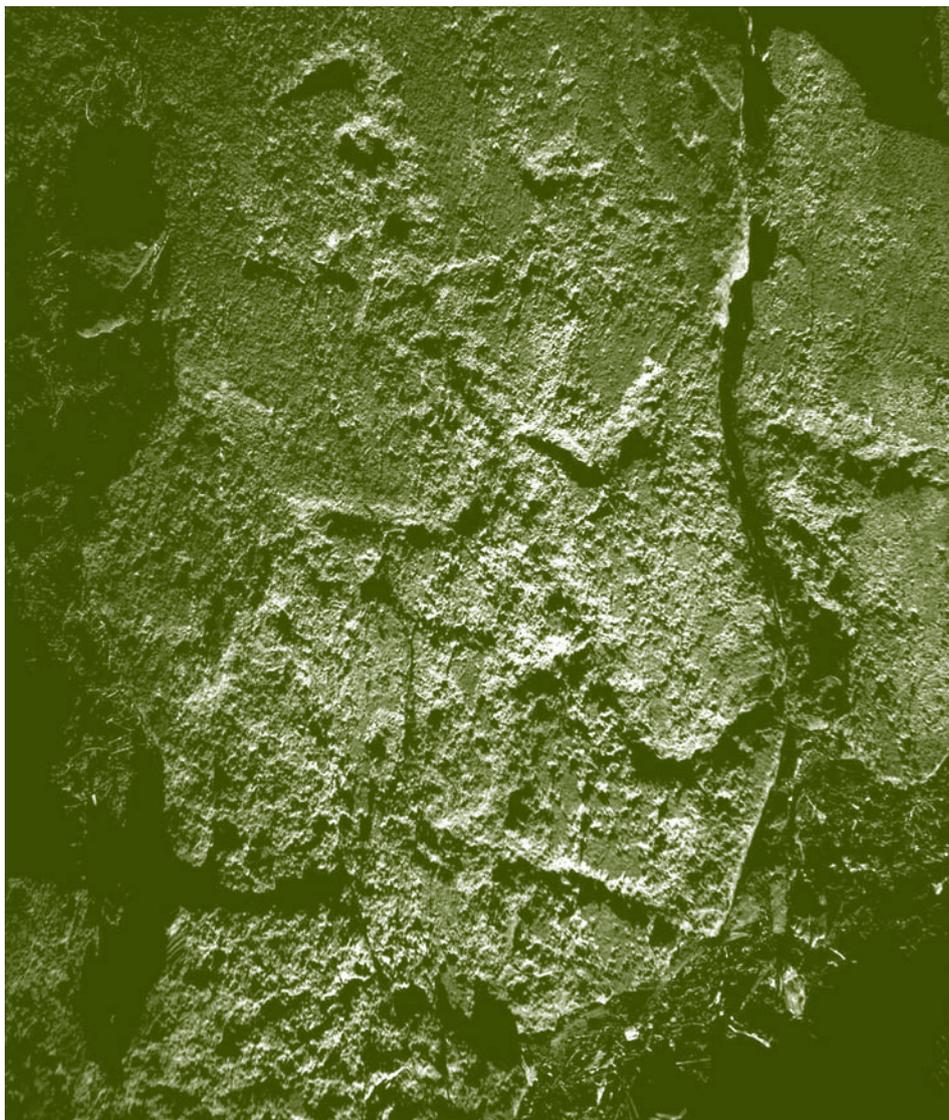


fig. 8 Possível antropomorfo com toucado, Fraga da Ferradura.

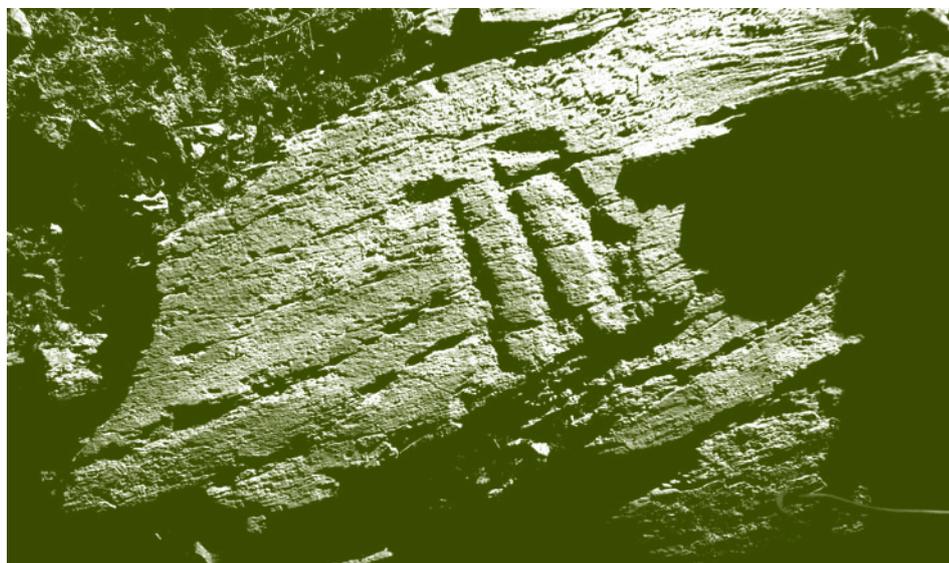


fig. 9 Pormenor da plataforma superior da Fraga da Pegada.

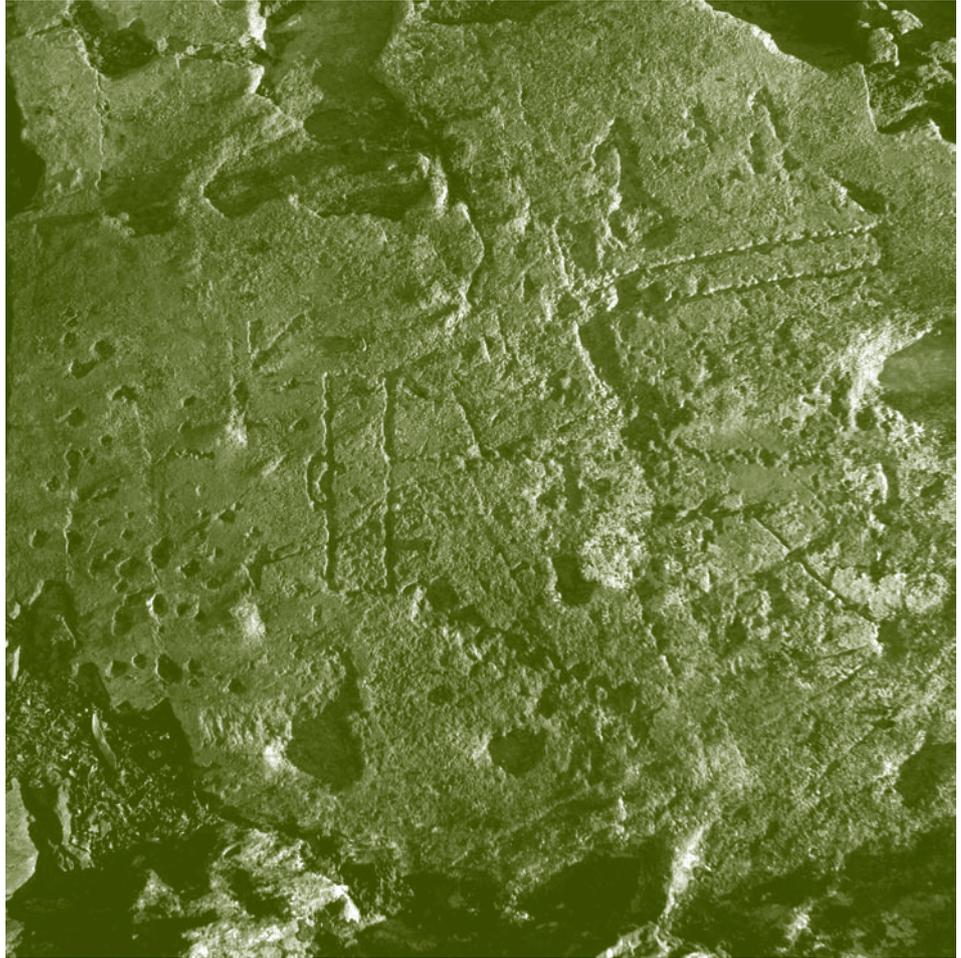


fig. 10 Pormenor da marreta e do pico de mineiro gravados na Fraga da Ferradura.



fig. 11 Marreta e pico de mineiro do período romano (Healy, 1978).

Bibliografia

ANATI, E. (1968) - *Arte rupestre nelle Regioni occidentali della Penisola Ibérica*. Capo di Ponte: Ed. Del Centro.

BAPTISTA, A. M. (1981) - O complexo de gravuras rupestres da Bouça do Colado (Parada-Lindoso). *Giesta*. Braga. 1: 4, p.6-16.

BAPTISTA, A. M. (1981) - A Arte do Gião. *Arqueologia*. Porto: GEAP. 3, p. 56-66.

BAPTISTA, A. M. (1983) - O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa. *Arqueologia*. Porto: GEAP. 8, p. 57-69.

BAPTISTA, A. M. (1983-1984) - Arte rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva. *Portugália*. Porto: Universidade do Porto. 4-5, p. 71-88.

BAPTISTA, A. M. (1986) - Arte rupestre pós-glaciária: Esquematismo e abstracção. In ALARCÃO, J., coord. - *História da Arte em Portugal, vol. I – Do Paleolítico à Arte Visigótica*. Lisboa: Alfa, p. 31-55.

BAPTISTA, A. M. (1999a) - *No Tempo sem Tempo: A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa*. Vila Nova Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.

BAPTISTA, A. M. (1999b) - O ciclo quaternário do Vale do Côa: Com algumas considerações do método sobre estilos, valoração estética e crono-estratigrafia figurativa. In CRUZ, A. R.; OOSTERBEEK, L. eds. - *1º Curso Intensivo de Arte Pré-Histórica Europeia*. Tomar: CEIPHAR (Arkeos 6: 2), p. 197-277.

BAPTISTA, A. M. (2002) - Arte Rupestre na área de influência do Alqueva em Portugal. *Al-Madan*. Almada. 2ª série. 11, p. 158-164.

BAPTISTA, M.; GOMES, M. V. (1997) - Arte Rupestre. In ZILHÃO, J. – *Arte Rupestre e Pré-história do Vale do Côa*. Lisboa: Ministério da Cultura, p. 213-406.

BRADLEY, R.; FÁBREGAS, R. (1998) - Crossing the border: contrasting styles of rock art in the prehistory of north-west Iberia. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 17, p. 287-308.

CHANDLER, J. H.; FRYER, J. G. (2005) – *Recording aboriginal rock art using cheap digital cameras and digital photogrammetry [em linha]*. In CIPA 2005 xx International Symposium, 26 September-01 October, 2005, Torino, Italy. Torino: Proceedings of the CIPA. [consultado em 15 de Dezembro de 2006].

disponível em: <http://cipa.icomos.org/fileadmin/papers/Torino2005/193.pdf>

CLOGG, P.; DÍAZ-ANDREU, M. (2000) - Digital image processing and the recording of rock art. *Journal of Archaeological Science*. Pergamon: Elsevier. 27, p. 837-843.

COLLADO GIRALDO, H. (2002) - *Arte rupestre en la Presa de Alqueva*. *Al-Madan*. Almada. 2ª série. 11, p. 196-201.

CUNHA, A. L. da (1991) - Estação de arte rupestre de Molelinhos: Notícia preliminar. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas: 17, 18 e 19 de Maio de 1990*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 253-265.

FIGUEIREDO, M. V. S. de; FIGUEIREDO, S. (2006a) - Novos achados arqueológicos no Vale do Paiva. As gravuras rupestres de Telhe, Janarde. *Defesa de Arouca*. Arouca: Gráfica Arouquense, Lda. (10 de Fevereiro de 2006b), p. 2-3.

FIGUEIREDO, S.; FIGUEIREDO, M. V. S. de (2006) - Novos achados arqueológicos no Vale do Paiva. As gravuras rupestres de Deilão (S. Pedro do Sul). *Defesa de Arouca*. Arouca: Gráfica Arouquense, Lda. (17 de Fevereiro de 2006), p.2-4.

GIRÃO, A. A. (1921) - *Antiguidades Pré-Históricas de Lafões*. Coimbra: Publicações do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra (Memórias e Notícias; 2).

HEALY, J. F. (1978) - *Mining and the Metallurgy in the Greek and Roman World*. London: Thames and Hudson.

IBÁÑEZ, F. G. (2005) - Arte Rupestre: contenido cultural de la forma e ideología durante el formativo temprano en el río Salado (Desierto de Atacama, Chile). In ESTÉVEZ, M. S.; MELÉNDEZ, A. T., coord. - *Traballos de Arqueoloxia e Património, Reflexiones sobre Arte Rupestre, paisaje, forma e contenido*. Santiago de Compostela: Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmiento, CSIS; Xunta de Galicia, (TAPA; 33) p.37-52.

JORGE, V. O. (1986) - Arte Rupestre em Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto: SPAE. 26: 1-4, p. 27-50.

JÚNIOR, J. R. Santos (1963) - As Gravuras liptotrípticas de Redevides (Vilariça). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 19: 2, p.111-144.

LEMOS, F. S.; MARCOS, D. S. (1984) - As gravuras rupestres das Fragas do Diabo (Mogadouro). *Cadernos de Arqueologia*, Braga: Universidade do Minho. 2ª série: 1, p. 137-141.

LERMA, J. L. (2001) - *Documentation and Recovery of Rupestrian Paintings: an Automatic Approach [em linha]*. In CIPA International Symposium, Potsdam, September, 18-21, 2001. [consultado em 23 de Maio de 2007].

disponível em: <http://cipa.icomos.org/fileadmin/papers/potsdam/2001-09-jl02.pdf?PHPSESSID=c5fc0bb6d94885c27f1ad00e75c3a3b1>

LUÍS, L. (2005) - Arte rupestre e ocupação humana no Vale do Côa: Balanço da investigação no Parque Arqueológico do Vale do Côa. *Actas do I Congresso da Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa (Côavisão; 7), p. 31-60.

MARTINS, A. (2006) - Gravuras rupestres do Noroeste peninsular: a Chã da Rapada. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 9: 1, p. 47-70.

MOURINHO, A. M.; ALMEIDA, C. A. F. de (1981) - Pinturas esquemáticas de Penas Róias, terra de Miranda do Douro. *Arqueologia*. Porto: GEAP. 3, p. 43-48.

NASH, G.; CHIPPINDALE, C. (2002) - Images of enculturing landscapes: a European perspective. In NASH, G.; CHIPPINDALE, C., eds. – *European Landscapes of Rock-Art*. London: Routledge, p.1-19.

NUNES, J. de C.; PEREIRA, A. N.; BARROS, A. M. (1959) - *A Pedra Letreira*. Góis: Publicações do Museu da Câmara Municipal de Góis.

OLIVEIRA, A. N. (2000) - Para a História do Concelho de S. Pedro do Sul. *Beira Alta*. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu. 60: 3-4, p. 405-449.

SANCHES, M. J.; SANTOS, P. M.; BRADLEY, R.; FÁBREGAS VALCARCE, R. (1998) - Land Marks: a new approach to the rock art of Trás-os-Montes, Northern Portugal. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto: ADECAP. 0, pp.85-104.

SANCHES, M. J.; LEBRE, A. G. (1986) - O abrigo gravado com arte esquemática da Solhapa (Duas Igrejas – Miranda do Douro). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 26: 1-4, p.129-142.

SILVA, F., coord. (1999) - *Rio Paiva*. [S.l.]: Águas do Douro e Paiva S.A.; Associação de Defesa do Património Arouquense; Campo das Letras.

SOGNNES, K. (2002) - Land of elks-sea of whales: landscapes of the Stone Age rock-art in central Scandinavia. In NASH, G.; CHIPPINDALE, C., eds. – *European Landscapes of Rock-Art*. London: Routledge, p.195-212.

ficha técnica

Editor

Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão

Título

Actas do III.º Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior

Coordenação do Congresso

Alexandra Cerveira Lima, António Martinho Baptista, António Sá Coixão

Coordenação Editorial das Actas

Alexandra Cerveira Lima, André Tomás Santos, António Martinho Baptista, António Sá Coixão, Luís Luís

Coordenação Científica da Sessão

André Tomás Santos, João Muralha, Jorge Sampaio

Coordenação da Publicação

André Tomás Santos, Jorge Sampaio

Autores

Alexandra Vieira, Ana Margarida Vale, André Tomás Santos, António Carlos Valera, António Martinho Baptista, Dalila Correia, Emílio António Pessoa Mesquita, Gonçalo Coelho, Isabel Figueiral, João Muralha, Jorge Davide Sampaio, José António López Sáez, Leonor Sousa Pereira, Lídia Baptista, Lurdes Oliveira, Manuel Valério Soares de Figueiredo, Mário Reis, Sérgio Gomes, Sérgio Monteiro-Rodrigues, Sofia Figueiredo, Sónia Marques Gabriel, Susana Oliveira Jorge, Vítor Oliveira Jorge, Thierry Aubry

Gestão Editorial

Setepés.Arte

Revisão de Textos

André Tomás Santos

Design

Gina Ferreira

Pré-Impressão, Impressão e Acabamentos

???

1ª Edição, 2008. Porto

ISBN: 978-972-99799-3-4

Depósito Legal

Tiragem

1000 Exemplares